

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ECSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

THIAGO CUNHA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES ENTRE CIRCUITOS: A FEIRA DE
DUQUE DE CAXIAS ONTEM, NOS JORNAIS, E HOJE, NAS RUAS**

Tese de doutorado

RIO DE JANEIRO

2024

THIAGO CUNHA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES ENTRE CIRCUITOS: A FEIRA DE
DUQUE DE CAXIAS ONTEM, NOS JORNAIS, E HOJE, NAS RUAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração (PPGA) da Universidade do Grande Rio
(UNIGRANRIO) como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em Administração.

Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Eduardo de Pinho Velho
Wanderley

RIO DE JANEIRO

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

O48a Oliveira, Thiago Cunha de.

Análise documental das tensões entre circuitos: a feira de Duque de Caxias ontem, nos jornais, e hoje, nas ruas / Thiago Cunha de Oliveira. – Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2024.

182 f.

Orientador: Dr. Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley.

Tese (doutorado) – UNIGRANRIO, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro, 2024.

1. Circuitos superior e inferior. 2. Feira de Duque de Caxias. 3. Materialismo histórico-dialético. 4. Milton Santos. 5. Negócios Periféricos. I. Wanderley, Sérgio Eduardo de Pinho Velho. II. Título. III. UNIGRANRIO.

CDD: 658

Rodrigo de Oliveira Brainer CRB-7: 6814

Thiago Cunha de Oliveira

ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES ENTRE CIRCUITOS: A FEIRA DE DUQUE DE CAXIAS ONTEM, NOS JORNAIS, E HOJE, NAS RUAS.

Tese apresentada à Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Área de Concentração:
Gestão Organizacional.

Aprovada em 27 de março de 2024.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO EDUARDO DE PINHO VELHO WANDERLE**
Data: 01/04/2024 18:54:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Documento assinado digitalmente
 **REJANE PREVOT NASCIMENTO**
Data: 08/05/2024 15:11:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Rejane Prevot Nascimento
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Documento assinado digitalmente
 **DENISE FRANCA BARROS**
Data: 14/04/2024 14:26:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Denise Franca Barros
Universidade Federal Fluminense - UFF

Documento assinado digitalmente
 **AMON NARCISO DE BARROS**
Data: 10/04/2024 15:29:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Amon Narciso de Barros
Fundação Getúlio Vargas - FGV

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO GOMES DE SA**
Data: 06/04/2024 18:13:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcio Gomes de Sá
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus familiares, hoje representados, em vida, nas figuras de: minha avó, Elze — nordestina, semianalfabeta, 95 anos, e ainda que sem entender o que é um doutorado, jamais cansou de apoiar esta trajetória acadêmica —; e de minha namorada, e amiga, Stella, que por tantas noites compreendeu a necessidade de eu “estar longe, ainda que na mesma casa”. No mais, ainda que não esteja mais entre nós, à minha mãe, Maria do Carmo, nordestina, primeira de toda a nossa família, que é grande, a conseguir o grau de bacharelado, que apoiou, e acompanhou, (também) os dois primeiros anos de minha participação no doutorado, tendo sido vitimada não apenas por uma enfermidade em contexto pandêmico, mas pelas ações facínoras de governantes que, conscientemente, de um lado minavam os recursos da Ciência e Tecnologia, e de outro permitiam e estimulavam a morte de seus cidadãos, ao negar acesso ao que poderia evitá-las, inclusive quando já havia vacinas disponíveis. Para essas mulheres, a minha gratidão!

Agradeço ao meu orientador, Sérgio Wanderley, por ter confiado em mim, desde 2020, vindo da Ciência Contábil, em relação a me orientar e guiar neste processo de doutorado, assim como ter me estimulado a continuar em momentos em que seguir no doutorado não mais me parecia ser viável. Como é possível notar nesta tese, assim como em artigos que publiquei nos últimos anos, a influência dele está lá, e aqui, seja ao trabalhar com a Decolonialidade, o Pensamento Social Brasileiro ou com a História das Organizações. Grato, Sérgio!

Agradeço à professora Rejane, não simplesmente por ser coordenadora do nosso programa, mas por, assim como o professor Sérgio Wanderley, ter me ouvido e estimulado a continuar com o doutorado nos períodos mais difíceis, compreendendo os motivos pelos quais, talvez, o meu rendimento não estivesse como eu gostaria. Grato, Rejane!

Agradeço, também, ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio, assim como à universidade, aos seus funcionários e demais discentes. Como mencionei no processo de seleção, em 2020, conscientemente foi o único processo que optei por tentar ingressar, por entender que, aqui, eu poderia trabalhar “temas críticos” com uma liberdade maior do que teria em outros. Se pudesse voltar a 2020, com o conhecimento de hoje, tomaria a mesma decisão!

Agradeço aos membros da banca, tanto da qualificação quanto da defesa, por aceitarem participar desta caminhada e, claro, por disponibilizarem o seu conhecimento e tempo! Grato, professores: Daniel Lacerda (qualificação), Amon Narciso de Barros, Márcio Gomes de Sá; e professoras: Rejane Prevot e Denise Barros!

Agradeço ao Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias pelo apoio no que concerne à coleta de dados históricos, especialmente à Tânia Amaro, diretora do instituto, e “acadêmica como nós”, sempre solícita e preparada para sugerir “onde e como procurar”. O trabalho que vocês fazem é fundamental!

Por fim, agradeço à CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa acadêmica que me permitiu me dedicar ao doutorado!

RESUMO

Na presente tese buscou-se compreender como se deram as tensões entre os circuitos inferior e superior na história da Feira de Duque de Caxias/RJ. Para tanto, elaborou-se e aplicou-se a metodologia de Análise Documental das Tensões às matérias jornalísticas acerca da Feira de Duque de Caxias publicadas pela mídia impressa, local e regional, entre as décadas de 1930 e 2010, bem como observação não-participante, com base em dez visitas *in loco* ocorridas entre os meses de setembro de 2023 e fevereiro de 2024, assim como triangulação teórica e de dados. A triangulação teórica consistiu no entrelaçamento entre o pensamento miltoniano, com ênfase na Teoria dos dois circuitos urbanos de Milton Santos, a noção de negócio periférico, e o materialismo histórico-dialético. Em seu desenvolvimento histórico, a Feira de Duque de Caxias, para além de um espaço de comercialização e trocas comerciais em geral, se mostrou como um cenário que, dialeticamente, tanto impactou as dinâmicas econômicas, culturais e sociais locais, quanto foi impactada por essas, tendo caminhado, e se desenvolvido, de forma concomitante ao desenvolvimento do próprio município de Duque de Caxias, esse emancipado em período similar ao início da Feira. Os achados desta tese indicam que para além da imagem criada por parte das organizações midiáticas locais, entre 1930 e o início de 1970, de ser umas das responsáveis pela bagunça e sujeira na cidade, e a partir de meados da década de 1970, de ser um ponto de tráfico de animais e outras ilicitudes, se apresentou, e se apresenta, como um microcosmo de lutas de classes, materializada empiricamente a partir das tensões entre os circuitos, ancorada em relações desiguais de poder e racionalidades que, muitas vezes, não acompanham, tampouco são acompanhadas, pela contra-racionalidade dos homens lentos, gerando respostas, de resistência, por parte desses. Ainda, se no presente a Feira de Duque de Caxias é considerada um patrimônio cultural imaterial tanto do município de Duque de Caxias quanto do estado do Rio de Janeiro, tal reconhecimento, aproximadamente sete décadas após o seu início enquanto feira, não é resultado de benesses oriundas do circuito superior, mas de resistência e luta por parte dos homens lentos feirantes que, durante o seu percurso histórico, resistiram, horizontalmente e de forma solidária, às incursões contra à Feira, essas norteadas por verticalidades e pelo capital, sendo a Feira de Duque de Caxias, portanto, um campo de batalha dialética entre tensões, circuitos, sonhos e interesses.

Palavras-chave: Feira de Duque de Caxias. Milton Santos. Materialismo histórico-dialético. Circuitos Superior e Inferior. Negócios Periféricos.

ABSTRACT

This thesis sought to understand how tensions between the lower and upper circuits unfolded in the history of the Duque de Caxias Fair in Rio de Janeiro. To this end, the methodology of Tension Document Analysis was elaborated and applied to news articles about the Duque de Caxias Fair published by the local and regional print media between the 1930s and 2010s, as well as non-participant observation based on ten on-site visits between September 2023 and February 2024, along with theoretical and data triangulation. The theoretical triangulation consisted of intertwining Miltonian thought, with an emphasis on Milton Santos' Theory of the two urban circuits, the notion of peripheral business, and historical-dialectical materialism. In its historical development, the Duque de Caxias Fair, beyond being a space for commercialization and trade in general, emerged as a scenario that dialectically impacted both local economic, cultural, and social dynamics and was impacted by them, having evolved concurrently with the development of the municipality of Duque de Caxias, which was emancipated in a period similar to the beginning of the fair. The findings of this thesis indicate that beyond the image created by local media organizations, between the 1930s and the early 1970s, of being responsible for disorder and dirtiness in the city, and from the mid-1970s onwards, of being a point of animal trafficking and other illicit activities, it presented itself as a microcosm of class struggles, empirically materialized from tensions between circuits, anchored in unequal power relations and rationalities that often do not match, nor are matched by, the counter-rationality of slow men, generating resistance responses from them. Moreover, if today the Duque de Caxias Fair is considered an intangible cultural heritage of both the municipality of Duque de Caxias and the state of Rio de Janeiro, this recognition, approximately seven decades after its inception as a fair, is not the result of benefits from the upper circuit, but of resistance and struggle from the slow men vendors who, during its historical path, resisted horizontally and in solidarity against incursions against the fair, guided by verticalities and capital, making the Duque de Caxias Fair, therefore, a dialectical battlefield between tensions, circuits, dreams, and interests.

Keywords: Duque de Caxias Fair. Milton Santos. Historical-dialectical Materialism. Lower and Upper Circuits. Peripheral Businesses.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho metodológico da análise documental das tensões.....	70
Figura 2 – Desenho metodológico da tese	85
Figura 3 - Visão da Feira de Duque de Caxias, por Barbosa Leite	97
Figura 4 – Caxias, a capital do Nordeste	98
Figura 5 – Lavradores denunciam ataques em suas terras.....	103
Figura 6 – Prisão do presidente da Sociedade dos Feirantes.....	107
Figura 7 – Feirantes se queixam de concessionário e, ainda, ameaça ao jornalista.....	108
Figura 8 – Anúncio do fim.. da guerra da Feira	110
Figura 9 – Feira de Caxias, uma eterna confusão.....	114
Figura 10 – Inaugurado em Caxias o Super Mercado Serve Bem	117
Figura 11 – Menino Paulo Cesar corta a fita de inauguração entre o Deputado Tenório Cavalcanti e o empresário Sady Ribeiro.....	118
Figura 12 – Inaugurado o Super Mercado Presidente Vargas (Caxias).....	119
Figura 13 – Seção de legumes do Super Mercado Presidente Vargas.....	120
Figura 14 – Mapa da Feira: Rua General Gurjão	130
Figura 15 – Mapa da Feira: trecho inicial da Rua Almirante Tamandaré.....	131
Figura 16 – Mapa da Feira: Rua General Argolo	132
Figura 17 – Mapa da Feira: trecho final da Rua Almirante Tamandaré.....	133
Figura 18 – Mapa da Feira: passarela entre Rua Almirante Tamandaré e Rua José Carlos Lacerda.....	133
Figura 19 – Mapa da Feira: passarela e Rua Primeiro de Março.	135
Figura 20 – Mapa da Feira: passarela e Rua Passos da Pátria.....	135
Figura 21 – Mapa da Feira: Rua Prefeito José Carlos Lacerda e Rua Paulo Lins.....	137
Figura 22 – Mapa da Feira: Avenida Presidente Vargas.....	138
Figura 23 – Mapa da..... Feira completo.....	138
Figura 24 – Foto da Feira de Duque de Caxias vista de cima da passarela.....	140
Figura 25 – Forrobodó	141
Figura 26 – Iconografia nordestina nas paredes do Forrobodó.....	141
Figura 27 – Barraca do Tom	142

Figura 28 – Barraca de carnes da Feira de Duque de Caxias	143
Figura 29 – Feira de Duque de Caxias, lado da Rua Almirante Tamandaré	147
Figura 30 – Passarela que liga a Rua Almirante Tamandaré à Rua Prefeito José Carlos Lacerda.....	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Características dos circuitos superior e inferior.....	33
QUADRO 2 – Características dos circuitos superior e inferior para fins de identificação de sujeitos e organizações.....	65
QUADRO 3 – Fontes para pesquisa documental e forma de coleta.....	79
QUADRO 4 – Instituto Histórico (IH) da Câmara de Duque de Caxias	80
QUADRO 5 – Achados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.....	81
QUADRO 6 – Segregação, por década, dos dados coletados e utilizados.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FES - Formação Econômica e Social

REDUC – Refinaria Duque de Caxias

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IH - Instituto Histórico

RJ – Rio de Janeiro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2	OBJETIVOS	17
1.2.1	Geral	17
1.2.2	Específicos	18
1.3	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	18
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	19
1.5	ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	O PENSAMENTO MILTONIANO E A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS URBANOS	20
2.1.1	As categorias do pensamento marxiano que influenciaram Milton Santos	23
2.1.2	A Formação socioespacial	27
2.1.3	A Teoria dos dois circuitos urbanos	30
2.2	A NOÇÃO DE NEGÓCIO PERIFÉRICO	34
2.3	AS FEIRAS URBANAS	38
2.4	A FEIRA URBANA DO CENTRO DE DUQUE DE CAXIAS	41
2.5	APROXIMAÇÕES ENTRE A NOÇÃO DE NEGÓCIO PERIFÉRICO, FEIRAS E O PENSAMENTO MILTONIANO	45
2.6	OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E A VIRADA HISTÓRICA	49
3	METODOLOGIA PROPOSTA – ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES	53
3.1	PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS, EPISTEMOLÓGICOS E TEÓRICOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES	54
3.2	OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES	58
3.2.1	Definição da unidade de análise e definição do recorte temporal	59
3.2.2	Definição das fontes e coletas dos dados delineados	60
3.2.3	A pré-análise do material coletado	61
3.2.3.1	Identificação dos sujeitos e organizações públicas e privadas	62
3.2.3.2	Identificação da alocação dos sujeitos e organizações nos circuitos	63
3.3	A ANÁLISE DAS TENSÕES E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA	64
3.3.1	A análise das tensões	65
3.3.2	A construção da narrativa histórica	67
4	METODOLOGIA DESTA PESQUISA	69
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	69
4.1.2	Aspectos ontológicos, epistemológicos e teóricos deste estudo	71

4.1.2.1	Aspectos ontológicos da tese	72
4.1.2.2	Aspectos epistemológicos da tese	72
4.1.2.3	Aspectos teóricos da tese	73
4.2	TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	74
4.2.1	A análise documental das tensões.....	75
4.2.1.1	Definição da unidade de análise e definição do recorte temporal	75
4.2.1.2	Definição das fontes e coleta dos dados delineados	77
4.2.1.3	A pré-análise do material coletado.....	81
4.2.1.4	A análise das tensões e a construção das narrativas históricas	82
5	ANÁLISE DOS DADOS	84
5.1	SUJEITOS, ORGANIZAÇÕES, CIRCUITOS E AS PRINCIPAIS TENSÕES NA FEIRA DE DUQUE DE DUQUE DE CAXIAS	85
5.2	A FEIRA DE DUQUE DE CAXIAS: UMA NARRATIVA HISTÓRICA	91
5.3	A FEIRA DE DUQUE DE CAXIAS: UMA OBSERVAÇÃO NÃO-PARTICIPANTE.....	127
5.4	APROXIMAÇÕES ENTRE A NOÇÃO DE NEGÓCIO PERIFÉRICO E A FEIRA DE DUQUE DE CAXIAS 146	
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

1 INTRODUÇÃO

No que concerne à produção do conhecimento no âmbito da teoria social no Brasil, há uma primazia do conhecimento oriundo dos países centrais, o que indica um cenário de dominação, também intelectual, resultando, até certo ponto, no apagamento na produção de pensadores brasileiros (Ouriques, 2014) e, portanto, tal qual apontado por Guerreiro Ramos (1996), compreendo que existe uma necessidade de que a produção científica estrangeira tenha um caráter meramente subsidiário para a análise nacional.

Nesse sentido, pesquisadores como o geógrafo Milton Santos se destacaram pela sua preocupação em elaborar teorias e perspectivas que, a partir das quais, se fizesse possível analisar a realidade dos territórios em regiões periféricas e semiperiféricas, o que, segundo Santos (2004), foi favorecido pelo fato do próprio ser um indivíduo do chamado terceiro mundo, assim como por ter percorrido e estudado diversos países localizados no sul global.

A fim de realizar tais análises, o geógrafo elaborou o conceito de formação socioespacial, o qual, consoante Corrêa (1996), tem como principal mérito explicitar, no âmbito teórico, que somente a partir do espaço uma dada sociedade alcança, de forma dialética, a sua concretude e, ademais, que o espaço apenas é compreensível quando ancorado empiricamente na sociedade.

De acordo com pesquisadores como Alves (2020) e Machado (2016), para estruturar o conceito de formação socioespacial, o pensador Milton Santos recorreu a Engels, Marx, e Lênin, mais precisamente, ao conceito de formação econômica e social (FES) — nomenclatura que será utilizada neste estudo, embora o referido conceito também possa ser escrito como formação econômico-social. De fato, consoante o próprio explicita em sua obra, na busca pela estruturação de uma teoria considerada válida acerca do espaço, a utilização da categoria marxiana FES se mostra a mais adequada (Santos, 1977).

Embora distintos estudiosos marxistas — como Althusser, Hobsbawm e Poulantzas, para citar alguns — tenham trabalhado com o conceito de FES, com discussões acerca de sua teorização e aplicação, enfocando em sua gênese, que remete ao pensamento marxiano, tem-se que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta a sua posição e sua influência sobre as outras” (Marx, 2008, p.266) e, assim, a utilização da FES permite que se realize análises que visam a compreensão do desenvolvimento de uma sociedade a partir da totalidade da história, tendo-se como alicerce da explicação as relações de produção (Bastos; Casaril, 2016).

Com base no citado conceito, Milton Santos estrutura a Teoria dos dois circuitos urbanos dos países subdesenvolvidos, doravante Teoria dos dois circuitos urbanos, a qual, ancorada no materialismo histórico-dialético, possibilita a análise de regiões urbanas a partir da divisão em dois circuitos, o superior e o inferior, os quais podem ser isolados e analisados, embora estejam em constante relação — as quais geram tensões (Santos, 1979, 1996).

Na referida teoria, aponta-se que em regiões periféricas e semiperiféricas globais, terminologias mais aceitas atualmente, o espaço urbano é ordenado a partir de uma matriz global e norteado por interesses exógenos à região, representando os interesses do circuito superior. Contudo, as forças oriundas, por essa razão chamadas de verticalidades, ao passo que as ações dos sujeitos locais, homens lentos, integrantes do circuito inferior e norteados por uma contra-racionalidade, são compreendidas como horizontalidades, as quais resistem às investidas do circuito superior.

No âmbito da Administração, quando se trata do Sul Global, as formas de gestão características de organizações de regiões periféricas e semiperiféricas tendem a ser apontadas como imperfeições daquelas originadas no Norte Global, cenário fortalecido pela existência de uma série de mecanismos presentes na América Latina que visam marginalizar o conhecimento produzido localmente, e, dessa forma, os pesquisadores da região necessitam optar entre resistir a tais mecanismos ou cederem, tendo esta opção implicado no aceite, por parte de tais estudiosos, da absorção de conceitos e ideologias do norte global, muitas vezes de forma acrítica, resultando, muitas vezes, em um silêncio educado acerca dos reais problemas locais (Ibarra-Colado, 2006).

Portanto, aponta-se que a dominação no campo do saber ocorre também no campo da Administração (Abdalla; Faria, 2017; Carvalho Filho; Ipiranga; Faria, 2017; Faria; Wanderley, 2013) e, consoante Ibarra-Colado (2006), ainda que em menor escala, também nos estudos organizacionais. Contudo, para pesquisadores como Hernández e Cançado (2017), nos últimos anos e a despeito das certas dificuldades, está ocorrendo um processo de ruptura, ainda que vagaroso, para com os pensamentos hegemônicos e eurocêntricos, o que possibilita um resgate e desenvolvimento das perspectivas latino-americanas na seara da administração.

Ainda com base no pensamento de Ibarra Colado (2006), ressalto que na realização desta tese, assumo a posição, também adotada por Couto, Honorato e Silva (2019), na qual parte-se do pressuposto de que as organizações não acompanham modelos genéricos, neutros e supostamente universais, mas que elas podem e devem ser capturadas dentro da localidade e do tempo em que se realizam.

Nesse sentido, a historicização dos estudos organizacionais desloca a produção do conhecimento ao considerar a história e o contexto em torno das organizações, de forma que o pesquisador se volta para a realidade local, nacional ou regional, onde estão instaladas as organizações estudadas. Quando a história é colocada em evidência nas pesquisas em Administração neste país, por exemplo, o objetivo deve ser o de lançar luz sobre bases que podem ter moldado o presente das organizações e da cultura organizacional brasileira, podendo fazer emergir, para além da história em si, conflitos e tensões inerentes ao processo evolutivo de tais organizações.

Nas pesquisas de Costa, Barros e Martins (2010), Ferreira (2010), Wood Jr., Tonelli e Cooke (2011), Barros (2013), Wanderley (2015) e Carneiro, Barros e Wanderley (2018), demonstra-se que a perspectiva histórica permite que o pesquisador melhor contextualize o fenômeno por ele estudado, bem como fazer emergir conceitos e ideias de uma época que servem para analisar fatos que se dão em outro momento histórico, muitas vezes o presente. Assim, em consonância com Ferreira (2010), entendo que olhar para o passado é, também, necessário para que o campo de pesquisa em estudos organizacionais avance na compreensão da identidade organizacional nacional, o que busco colocar em prática nesta tese.

Especificamente na área dos estudos organizacionais no Brasil, Marcio Sá — dentre outros — tem se dedicado, desde 2007, a analisar empiricamente a realidade concreta de pequenos negócios, com enfoque em feiras urbanas, tendo, em 2020, a partir dessas experiências no campo e juntamente a outros pesquisadores, elaborado a noção de negócio periférico, a qual é compreendida como um instrumento teórico-epistêmico que, segundo os seus autores, ademais de poder nortear o esforço de análises sobre tais fenômenos, tem o potencial de servir para outras iniciativas de pesquisa com vieses semelhantes (Sá *et al.*, 2020; Sá, 2023).

Seguem os autores mencionando que buscaram analisar o fenômeno de forma que não usassem uma visão mercadológica padronizadora e, tampouco, um particularismo isolado, visto que tais negócios, ainda que periféricos e locais, podem apresentar semelhanças para com outros em situações correlatas em outras regiões periféricas e semiperiféricas globais (Sá *et al.*, 2020).

Ademais do viés empírico, a noção de negócio periférico deve ser compreendida como um instrumento teórico, visto que possibilita a confrontação entre o fenômeno concreto e o trabalho cognitivo e interpretativo do pesquisador, assim como um instrumento epistemológico, considerando-se que orienta a abordagem ao fenômeno (Sá *et al.*, 2020).

Assim, entendo que é no circuito inferior que e os sujeitos e organizações englobados pela noção de negócio periférico (Sá *et al.*, 2020) se localizam, visto que negócio feirantes — tipo de negócio estudado pelos autores da noção, juntamente a artesanatos (Sá, 2023)—, compostas quase que exclusivamente por negócios periféricos (Sá *et al.*, 2020), tendem a serem consideradas integrantes do circuito inferior (Nobre; Belo; Silva, 2014; Silva, 2019) e espaços de sobrevivência das populações mais pobres em relação ao mercado composto pelas classes dominantes (Mascarenhas, 1991).

Trazendo a discussão para a Baixada Fluminense, mais precisamente para o município de Duque de Caxias, onde está localizada a sede da instituição na qual realizo o meu doutorado em Administração, ocorre a Feira de Duque de Caxias¹, a qual é, atualmente, uma atividade semanal que ocupa as avenidas fundamentais para o município, como a Presidente Vargas, Duque de Caxias e a Rua Prefeito José Carlos Lacerda, portanto, agrega em seu espaço histórias da cidade de Duque de Caxias, seu desenvolvimento, crescimento, população, histórias dos migrantes nordestinos, cariocas, trabalhadores, povo que fez da cidade sua moradia; é, ainda, espaço de criação de relações e identidades, de trabalho, de resistência social, cultural e econômica.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com base no exposto na introdução, formula-se a seguinte questão de pesquisa: de que formas se deram as tensões entre os circuitos inferior e superior na história da Feira de Duque de Caxias/RJ?

1.2 OBJETIVOS

Considerando-se o problema de pesquisa exposto, nesta seção são apresentados os objetivos deste estudo, tanto o geral quanto os específicos.

1.2.1 Geral

O objetivo geral na presente tese é: analisar de que formas se deram as tensões entre os circuitos inferior e superior na história da Feira de Duque de Caxias/RJ.

¹ Nesta tese opto por chamar a citada feira como “Feira de Duque de Caxias”. Contudo, como mostrado no capítulo de metodologia desta pesquisa, é possível encontrar, tanto na literatura acadêmica quanto em documentos históricos, terminologias como “Feira de Caxias” e “Feira Nordestina de Caxias”.

1.2.2 Específicos

A fim de responder ao objetivo geral, delineei os seguintes objetivos específicos:

- Realizar uma aproximação teórica entre a noção de negócio periférico e o pensamento miltoniano, mais precisamente, a partir da Teoria dos dois circuitos urbanos;
- Elaborar e apresentar um perfil histórico da Feira de Duque de Caxias/RJ, ressaltando a importância econômica, territorial, social e cultural da Feira de Duque de Caxias/RJ em sua evolução histórica;
- Analisar de que formas o circuito inferior resistiu às "incursões" do circuito superior na Feira de Duque de Caxias/RJ;
- Analisar de que formas se deram as relações dos governos — com ênfase no municipal —, faceta pública do circuito superior, para com o circuito inferior, na Feira de Duque de Caxias/RJ;
- Elaborar uma metodologia documental, ancorada na Teoria dos dois circuitos urbanos (Santos, 2003) e no materialismo histórico-dialético (Marx, 2008), para pesquisas históricas no campo dos Estudos organizacionais;
- Identificar e analisar aspectos intraorganizacionais dos negócios feirantes na Feira de Duque de Caxias sob a ótica da noção de negócio periférico (Sá, 2023).

1.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Nesta subseção apresento as delimitações do presente estudo, quais sejam: com relação à *seleção da unidade de análise*, a Feira de Duque de Caxias, ademais de ser uma referência na região e ter sido tombada (Prefeitura, 2015), teve um processo de formação e desenvolvimento que caminhou praticamente de forma paralela à formação urbana da cidade, tendo sido um espaço, desde meados da década de 1940 (Fernandes, 2012), que reúne locais, nordestinos e seus descendentes alocados na cidade, assim com os seus traços culturais e organizacionais (Farias; Lima; Amaro, 2018), sendo, de certo uma forma, um microcosmo cultural do município. Nesse sentido, entendo que a referida feira tem o potencial de haver representado um espaço delimitado no qual os homens lentos (Santos, 1977) do município puderam se expressar, trabalhar, e resistir às incursões do circuito superior e, dessa forma, considero relevante analisar e compreender de que forma se deram tais tensões.

Por fim, delimitei o recorte temporal considerando do início da década de 1930 até o ano de 2024, da seguinte forma: na *pesquisa documental* realizada, coletei dados relacionados

às tensões entre o circuito superior e o inferior na Feira de Duque de Caxias/RJ, da década de 1930 até o final da década do ano de 2010, período que engloba, também, o início, auge e declínio (Pinto, 2018), nos arquivos das seguintes organizações: Instituto Histórico (IH) da Câmara de Duque de Caxias e Biblioteca Nacional do Brasil. A escolha pelos arquivos dessas organizações se deu por, no caso da primeira, essa visar manter e apoiar a conservação e divulgação da história do tanto do município em que está localizada quanto da Baixada Fluminense em si (Instituto, 2022), e, no caso da segunda, por ser o mais antigo arquivo do país. A *observação não-participante* consistiu em dez visitas, entre os meses de setembro de 2023 e fevereiro de 2024, à Feira de Duque de Caxias, nas quais utilizei diários de campo, com base na terminologia de Bogdan e Biklen (1994), descritivos, a fim de captar imagens da Feira e registrá-las em formas de palavras, e reflexivos, abarcando as minhas impressões e sentimentos enquanto na citada Feira.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Com base no exposto nas subseções anteriores, entendo que esta tese agregou em ao menos três aspectos, quais sejam: 1) *teórico*: dado o entrelaçamento da noção de negócio periférico (Sá *et al.*, 2020), do materialismo histórico-dialético (Marx, 2008) e do pensamento miltoniano, a partir da Teoria dos dois circuitos urbanos (Santos, 1979), ao campo dos estudos organizacionais, assim como a aproximação teórica e epistemológica com a virada histórica (Clark; Rowlinson, 2004) e a virada espacial nos estudos organizacionais (Baldry, 1999; Kornberger; Clegg, 2003; Lacerda, 2021); 2) *metodológico*: considerando-se a elaboração de uma metodologia, denominada análise documental das tensões — com base na qual se faz possível a análise das tensões em um dado território usado, utilizando-se documentos históricos —, pensada desde e para regiões periféricas e semiperiféricas globais, respondendo ao chamado pela produção do conhecimento por e para o Sul Global, inclusive no âmbito metodológico (Silva; Wanderley, 2022; e 3) *social e prático*: visto que ao trazer à luz negócios periféricos localizados na Feira, entendo que a compreensão sobre as formas como os governos, e o circuito superior como um todo, têm se relacionado historicamente com os negócios periféricos localizados na Feira de Duque de Caxias/RJ, poderá auxiliar os homens lentos (Santos, 1978), integrantes do circuito inferior, a caminhar, até certo ponto, por um percurso alternativo ao do capital hegemônico; e, ainda, por entender que os achados desta tese poderão, até certo ponto, servir como informações úteis para a elaboração de possíveis políticas públicas tanto à unidade de análise em si quanto para os homens lentos que ali se encontram.

1.5 ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO

A presente tese está estruturada em cinco capítulos. No **capítulo 1** realizo uma introdução à temática abordada, no qual faço, inicialmente, a contextualização deste estudo, assim como os seus objetivos, a sua relevância e a sua organização.

No **capítulo 2** apresento o arcabouço teórico acerca dos temas abordados nesta tese e que auxiliarão na realização do processo de análise dos dados coletados. Em tal referencial teórico abordo os seguintes temas: O Pensamento miltoniano e a Teoria dos dois circuitos urbanos; as categorias do pensamento marxiano que influenciaram Milton Santos; A formação socioespacial; Teoria dos dois circuitos urbanos; Negócios Periféricos; A gênese da noção de negócio periférico; Feiras urbanas enquanto negócios periféricos; A Feira Urbana do Centro de Duque de Caxias.; e os estudos organizacionais e a virada histórica.

No **capítulo 3** elaboro e apresento a metodologia proposta que elaborada por mim, englobando os seus pressupostos ontológicos, epistemológicos e teóricos, assim como a sua operacionalização. Entendo que a citada metodologia também pode ser utilizada por demais pesquisadores interessados em pesquisa histórica, essa, denominada, *análise documental das tensões*.

No **capítulo 4** discorro acerca da metodologia de pesquisa desta tese, discorrendo, inicialmente, sobre a sua caracterização, seguindo, nesta ordem, com as técnicas de coleta dos dados, os sujeitos da pesquisa e, por fim, as técnicas de análise dos dados coletados.

O **capítulo 5** foi dedicado à análise dos dados documentais coletados: a construção da narrativa histórica acerca da Feira de Duque de Caxias; a observação não-participante; aproximação entre a noção de negócio periférico e a Feira de Duque de Caxias.

No **capítulo 6** apresento as conclusões e considerações finais do estudo, relatando as suas implicações e fornecendo sugestões para futuras pesquisas e, por fim, listo as referências, apêndices e anexos do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O PENSAMENTO MILTONIANO E A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS URBANOS

Em um primeiro momento, alguém pode ser questionar sobre os motivos que levariam a um pesquisador do campo da área da Administração a utilizar o pensamento de um geógrafo, Milton Santos, para uma pesquisa na área; contudo, uma breve apresentação da vida do

estudioso, realizada nesta subseção, permite demonstrar a relevância do mesmo para, ademais da área do saber da Geografia, a teoria social brasileira como um todo.

Nascido em Brotas do Macaúbas, Bahia, Milton Santos teve formação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e fez doutorado em Geografia na universidade francesa de Strasbourg. Iniciou seus trabalhos com foco nas realidades locais na cidade baiana de Ilhéus e depois partiu para pesquisas mais amplas na capital Salvador. Além disso, também atuou como jornalista e redator no jornal “A Tarde” (1954-1964).

Sua trajetória intelectual perdurou mais de cinco décadas, tendo proporcionado inúmeras obras que abordaram temas de alcance distintos, como as realidades locais e o fenômeno da globalização, com enfoque, praticamente total, para as especificidades do então denominado terceiro mundo.

Ainda sobre a sua produção enquanto pesquisador e pensador, essa pode ser segregada, para fins informacionais, em três fases, quais sejam: na *primeira*, entre 1948 e 1963, publicou aproximadamente dez livros, com enfoque para temáticas ligadas à geografia urbana brasileira, especialmente do estado da Bahia, já utilizando, ainda que de forma inicial, uma leitura própria para analisar a realidade local; a *segunda*, iniciada em 1964, com o golpe no Brasil, e finalizada em 1977, na qual se encontrava exilado na França — país onde havia realizado, décadas antes, seu doutorado —, e marcada, por ademais de uma produção profícua, pelo seu aprofundamento epistemológico crítico, notadamente com aproximações com o Marxismo; e, por fim, a *terceira*, de 1978, retorno ao Brasil, até o período final de sua vida, tendo se dedicado ao aprofundamento metodológico de sua obra e, a partir da metade da década de 1980, aos estudos acerca da globalização (Spósito, 1999).

Com o golpe ocorrido em 1964 e tendo partido para o exílio (1964-1977) na França, teve contato com diversos intelectuais europeus e a vivência do cenário de agitações sociais deflagrado no país. Nesse período, Milton Santos lança a primeira versão do livro *L' espace partagé* (1975) — ou *O Espaço Dividido*, nome da obra em português, que viria a ser lançada no Brasil apenas 04 anos depois — que, segundo McGee (1996), é considerada um marco histórico na interpretação da urbanização do terceiro mundo.

Em 1977, ao voltar do exílio, e em relação à América Latina, Milton Santos realiza uma crítica contundente sobre a aceitação entre a transição de uma história europeia no continente para uma vivência capitalista que posteriormente será chamada de globalização. Segundo o autor, isso nos trouxe, e continua trazendo, problemas epistemológicos para o estudo da própria América Latina, agarrados à herança de uma Europa que ressurgia preparando as luzes da

produção de uma modernidade que oferece ao mundo uma epistemologia incapaz de compreendê-lo (Santos, 2008).

No concernente ao Brasil, ainda abordando o período referente ao final da década de 1970, quando retorna do exílio, o geógrafo se torna reconhecido como um pesquisador engajado, ministrando aulas em diversas universidades do país. Tal momento que, como mencionado, está abarcado por sua terceira fase, visou analisar o processo de mudanças sociais e econômicas ocorridas à época que, aliado a um fenômeno de inovação tecnológica, propiciou a Milton Santos a abordagem de diversas temáticas, tais como a ampliação de redes geográficas, o acirramento do processo de globalização e a implantação técnico-científico-informacional, como posto pelo pensador (Santos, 1996).

Nesta tese, opto pela utilização do pensamento miltoniano, principalmente em sua segunda fase, período em que, como apontado, o estudioso possui maior proximidade com distintas correntes marxistas e o pensamento marxiano em si, as quais influenciaram em sua obra, assim como para com o materialismo histórico-dialético, culminando na formulação da Teoria dos dois circuitos urbanos.

Durante o período em que esteve exilado na França, Milton Santos, teve seus primeiros contatos diretos com grupos marxistas organizados, assim como as leituras e argumentações promovidas por eles. Embora no continente europeu, se manteve atento às discussões, inclusive teóricas, que ocorriam na América Latina, o que, como apontado por Machado (2017), possibilitou que o pensador estivesse a par das discussões sobre dependência e subdesenvolvimento, proeminentes no continente à época, inclusive participando como convidado na conferência “Dependência externa e problemas de desenvolvimento na América Latina e Caribe”, ocorrida em abril de 1972 na Universidade de Toronto, onde lecionou, que contou com a presença de outros estudiosos críticos do continente, como Aníbal Quijano e Ruy Mauro Marini, tendo, inclusive, sido escolhido para comentar a obra deste denominada *Subimperialismo Brasileiro na América Latina*.

Além de sua experiência na França durante o seu período exilado, Milton Santos lecionou em universidades localizadas em distintos países do globo, como Venezuela, Peru e Canadá; contudo, o pensador demonstrava especial interesse pelo continente Africano, onde esteve em diversas oportunidades, e tendo lecionado, em 1974, na Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, acompanhado de perto pelo governo socialista liderado por Julius Nyerere, tendo sido um período considerado pelo próprio pensador como um divisor de águas, tanto por ter conseguido aprofundar o seus estudos em outras áreas do conhecimento — como

a Física, Química, Marxismo, Estruturalismo e Fenomenologia —, assim como a sua experiência de longo prazo em uma jovem nação que tentava se desvencilhar das garras do grande capital internacional e imperialista (Santos, 1978, 2000).

Ainda sobre as experiências de Milton Santos em África — continente que já havia visitado tanto quando realizava seu doutorado na França, em 1958, quanto em 1963, a pedido do então presidente do Brasil João Goulart, que o convidara a conhecer países recém libertos da colonização europeia, como Gana e Tunísia —, Jesus (2020) aponta como o geógrafo vivenciou empiricamente tanto o sonho socialista de alguns dos então novos Estados africanos, especialmente na Tanzânia, ao abordar a convivência problemática entre um planejamento capitalista, exógeno e liderado pelo Banco mundial, e o planejamento estatal, socialista e endógeno, no qual o primeiro venceu o segundo, a partir de uma relação verticalizada e conflituosa.

Assim, também com a bagagem empírica e teórica advinda de suas experiências pelo globo, especialmente em países do denominado terceiro mundo, de acordo com pesquisadores como Alves (2020) e Machado (2016), é em sua segunda fase que, a fim de elaborar o conceito de formação socioespacial, fundamental para a construção de sua futura teoria, que o pensador Milton Santos recorreu a Engels e a Marx, mais precisamente, ao conceito de formação econômica e social (FES) (Alves, 2020; Machado, 2016).

Nesse sentido, Milton Santos discorre em sua obra que, na busca pela estruturação de uma teoria considerada válida acerca do espaço, recorreu à utilização da categoria marxiana FES, a qual se mostra a mais adequada (Santos, 1977) e, dessa forma, antes de abordar o conceito elaborado pelo geógrafo, entendo ser pertinente contextualizá-la, assim como outras categorias basilares para nas obras de Santos.

2.1.1 As categorias do pensamento marxiano que influenciaram Milton Santos

Como mencionado, em sua segunda fase, a obra do geógrafo Milton Santos foi ancorada, principalmente, tanto no conhecimento oriundo de distintas correntes marxistas quanto no pensamento marxiano em si. Nesse sentido, neste subcapítulo discorro, brevemente, sobre as principais categorias que embasaram o pensamento miltoniano, quais sejam: formação econômica e social, totalidade, superestrutura e infraestrutura, e dialética sob a ótica marxista.

Segundo Whitacker (2019), os primeiros traços que viriam a possibilitar a constituição da categoria de formação econômica e social, basilar para o pensamento miltoniano em sua segunda fase, enquanto um processo histórico, advém de Karl Marx, que indicava a

materialização de relações de determinadas sociedades em comunhão com outra importante categoria que auxilia na interpretação dessa materialidade, o de modo de produção, que possui um viés mais abstrato.

Dessa forma, em uma dada sociedade imersa no capitalismo, por exemplo, há traços de outros modos de produção, os quais, combinados, formam a especificidade socioeconômica local, formando uma ordem de sucessão histórica, como explicitado a seguir:

Nenhum destes modos de produção (comunitário primitivo; escravista; produção mercantil simples; capitalista) existiu nesta forma ideal: as sociedades históricas são formações. As formações sociais são estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos (Reis, 2000, p. 66).

Partindo do pensamento marxiano, Lênin foi o primeiro a sistematizar a categoria de FES e a aplicar empiricamente, mais precisamente, na análise da Rússia, na virada do século 19 para o 20, a fim de explicar a sua realidade histórica atrasada, visto que tal nação combinava, à época, características de uma sociedade capitalista em comunhão com relações sociais e modos de produção que ainda não haviam sido totalmente absorvidas pelo capitalismo (Martins, 1996).

Para Espíndola e Silva (1997), é a partir desse momento que a categoria de FES adquire uma base empírica ancorada em formações históricas e geográficas localizadas, ou seja, formações socioespaciais, o que, para Santos (1977), é fundamental, visto que o mesmo compreendia que é impossível falar de transformações sociais e econômicas sem incluir a categoria espaço.

No campo teórico, como apresentado anteriormente, Milton Santos teve os seus primeiros contatos estruturados com o Marxismo em seu período na França, e, no âmbito do Marxismo, ademais do próprio pensamento marxiano, o pensador encontrou seu maior ponto de interesse no Marxismo Estruturalista encabeçado por Louis Althusser e Nicos Poulantzas, contudo, bebeu de fontes diversas em tal momento de sua vida enquanto pesquisador e cidadão, como apontado em uma entrevista dada pelo mesmo:

É evidente que aos estudos sobre Marxismo eu juntei outros estudos. Na França eu passei 2 anos estudando Economia e mais 2 anos estudando Sociologia, ambos sistematicamente. Na África, estudei Filosofia e Física, porque entendia que, para completar minha formação, era preciso fazer um investimento em outras disciplinas, o que está subjacente no meu livro "Por uma Geografia Nova". [...] Isso que vai permitir, então, um trânsito mais fácil por categorias do Marxismo (Buss *et al.*, 1991).

Anos depois, aponta Jesus (2020), como o próprio Milton Santos, em seu período lecionando na Tanzânia, percebeu, empiricamente, a pertinência da utilização da categoria de FES, ao ter observado de que formas o país reagia, sob a ótica da referida lente conceitual, ao

“capitalismo entrando lentamente” (Santos, 2000, p.109), em uma nação periférica de viés socialista, jovem e, ainda, passando por dificuldades estruturais.

Para Milton Santos, a utilização da categoria de FES permite a análise de uma dada sociedade, seja em sua completude ou em suas frações, desde que sempre em um dado momento específico de sua evolução e sob a ótica materialista da história, como explicitado pelo pensador:

“Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social [...]. Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares” (Santos, 1977, p.86).

Dessa forma, tal categoria é caracterizada por três aspectos centrais (Bottomore, 1983; Sereni, 2013): é indissociável do concreto; refere-se à evolução diferencial das sociedades; e seu aspecto dialético entre unidade e totalidade das diversas esferas – econômica, política e cultural –; sendo, portanto, de fundamental importância para o pensamento marxista.

Assim, para além de ser indissociável da concretude — o que não implica um mero positivismo, mas um distanciamento da pura metafísica —, e contemplar, dialeticamente, as tensões entre diferentes modos de produção, ressaltar ser fundamental importância da totalidade para a utilização da categoria, a qual é explanada da seguinte forma por Lukács (1967, p.240):

A categoria da totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento, e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (Lukács, 1967, p.240).

Discorre Lukács (1979) que, no pensamento marxiano parte-se sempre da totalidade do ser social e, de uma forma ou outra, retorna-se à essa totalidade, norteado pela categoria trabalho e pela método histórico-dialético. Portanto, se faz relevante compreender que, na ótica marxiana e marxista, conhecer uma região de um todo não é o mesmo que o conhecimento da totalidade, tampouco a soma das partes isoladas é o mesmo que o conhecimento do total.

Dessa forma, consoante apontado por Carvalho (2007), embora toda totalidade seja estruturada com base em diversas relações dialéticas, algumas são mais fundamentais do que outras, e essas devem ser as conhecidas e descortinadas para possibilitar a compreensão do todo — este, portanto, deve ser estruturado e hierarquizado, pois sem tal estruturação e hierarquização a totalidade seria uma mera abstração, resultado não em conhecimento, mas em ideologia.

Ainda com base em Carvalho (2007), portanto, a fim de se conhecer o todo em uma dada totalidade não se faz necessário, e nem é possível, percorrer todas as variáveis, elementos e componentes que o compõem. Assim, partindo das relações dialéticas fundamentais, é possível compreender a totalidade antes mesmo de alcançar o grau máximo de sua concretude, a partir de um nível intermediário que precede o todo, no qual chega-se, com base no avanço de cada aproximação, degrau por degrau, relação por relação.

Categorias fundamentais no pensamento marxiano e marxista, e também relevantes na obra de Milton Santos, a infraestrutura e a superestrutura devem ser levadas em consideração para a compreensão de uma dada realidade social sob a ótica da totalidade, historicidade e do método dialético. Explica Bottomore (1983) que Marx e Engels utilizaram a metáfora de um edifício para apresentar que a estrutura econômica da sociedade (a base, ou infraestrutura), em última instância, condiciona a existência e a forma do estado e da consciência ideológica social (superestrutura).

Dessa forma, a base, a infraestrutura, está relacionada aos modos de produção, incluindo as relações sociais de produção e as forças produtivas; ao passo que a segunda, a superestrutura, se refere à religião, Estado, família, moral, direito, mídia, entre outros aspectos materiais e ideológicos. Assim, a superestrutura é resultado de estratégias das classes dominantes para a manutenção do *status quo*, abarcando a estrutura jurídica-política e a estrutura ideológica de uma dada região. Nesse sentido, discorre Marx:

“As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (Marx, 1993, p. 72).

Portanto, na concepção do pensamento marxiano e marxista, as categorias infraestrutura e superestrutura consideram, e possibilitam analisar, a complexidade das estruturas e das relações sociais entre aspectos materiais e ideológicos, ou espirituais, de uma dada realidade concreta, sendo fundamentais para uma análise aprofundada e das dinâmicas sociais.

Para além das categorias infraestrutura e superestrutura, a fim de se compreender uma dada realidade com base nas suas relações para com a totalidade, a dialética marxista é o meio utilizado por pensadores marxistas. No cerne de tal perspectiva teórico-analítica consiste o entendimento de que a evolução histórica das sociedades é moldada com base em contradições

e conflitos advindos das relações sociais de produção, os quais, na prática, são impulsionadores do desenvolvimento histórico.

A dialética marxista, compreendida também como um método, é ancorada em três leis elaboradas por Engels, quais sejam: (1) lei da passagem da quantidade à qualidade; (2) lei da interpenetração dos contrários; e (3) lei da negação da negação. Na primeira, indica-se que a transição de mudanças quantitativas para qualitativas sugere que mesmo alterações graduais e acumulativas podem, eventualmente, desencadear transformações abruptas e fundamentais no sistema. Na segunda, a interdependência e conflito entre opostos salientam a presença de contradições internas em todas as coisas, sendo a luta entre essas contradições o motor do movimento e do progresso. Por último, o conceito de negação da negação propõe que todo processo de transformação implica na superação de uma contradição pré-existente, culminando em um novo estado de equilíbrio que incorpora elementos do estado anterior, mas em uma configuração modificada (Konder, 1985).

No Brasil, as primeiras relações entre a área do saber da Geografia e o Marxismo ocorreram na década de 1930, ainda que de maneira não explícita, pois, de forma mais aprofundada, tal aproximação ocorreu, de fato, a partir da década de 1960, sob a influência de geógrafos como Caio Prado Júnior, Manoel Correia de Andrade e o próprio Milton Santos, com a elaboração da categoria de formação socioespacial (Pedrosa, 2011).

2.1.2 A Formação socioespacial

Tanto neste subcapítulo quanto no seguinte adentro especificamente no pensamento miltoniano, mais precisamente, em sua segunda fase, como mencionado. Ressalto que não possuo a intenção de esgotar a base teórica criada pelo pensador nesse período, visto que, por esta pesquisa se tratar de uma tese no campo da Administração, optei por trabalhar com os conceitos e teorias de Milton Santos que entendo serem mais aplicáveis à área do saber em que atuo — ou seja, nesta tese eu discorro a partir, também, do pensamento de Milton Santos, e não, de forma ortodoxa na linguagem de Milton Santos.

A partir da categoria de FES, Milton Santos elabora o seu conceito de formação socioespacial, o qual, consoante Whitacker (2019), pode ser compreendido como uma teoria de mediação entre a realidade concreta de regiões periféricas e a teoria social do espaço, o que, na prática, permitiu uma aproximação entre a Geografia crítica e o pensamento social brasileiro.

Segundo Ruy Moreira, creditado como sendo, após o próprio Milton Santos, o primeiro geógrafo a utilizar a categoria de formação socioespacial em suas pesquisas, tal perspectiva

teórica permite analisar como a formação do espaço geográfico² caminha com a da formação econômico social, como demonstrado a seguir:

Vimos que o processo formador do espaço geográfico é o mesmo da formação econômico social. Por isso, tem por estrutura e leis de movimentos a própria estrutura e leis de movimentos da formação econômico-social. Podemos, com isso, doravante designar o que até agora chamamos de organização do espaço por formação espacial, ou formação socioespacial, como propôs Milton Santos. Confundindo-se com a formação econômico-social, a formação espacial contém sua estrutura e nela está contida, numa relação dialética que nos permite, através do conhecimento da estrutura e movimentos da formação espacial, conhecer a estrutura e movimentos da formação econômico-social, e vice-versa. Fato de fundamental importância ao estudo da formação espacial e da destinação desse estudo ao conhecimento da formação econômica-social (Moreira, 1982, p. 3).

Retomando à elaboração da formação socioespacial, ressalta-se que, de acordo com Reis (2000), Milton Santos recorre à dialética para formular tal conceito, visto que o pensador partiu de constatação da ausência do espaço na categoria FES (tese); explicita que tal categoria requer a dimensão espacial (antítese); e, por fim, estrutura a formação socioespacial em si (síntese). Assim, para Santos (1996), com base na dialética e no materialismo histórico, mais do que FES, é a formação socioespacial que exerce o papel analítico de mediação entre as “forças internas” de uma dada sociedade e as “forças exógenas” a ela, assim como entre o mundo e uma região.

Ademais da dialética e do materialismo histórico, Milton Santos recorre à categoria totalidade em sua obra, mais precisamente, para a formulação da categoria de formação socioespacial, a qual deve ser compreendida, de fato, como uma totalidade, o que permite a análise de regiões específicas, embora considerando-se as suas relações, dialeticamente, mais profundas, possibilitando o entendimento sobre uma relação lugar – mundo, desde que sempre norteada pelas categorias espaço e trabalho (Grimm, 2011).

Vale ressaltar que Milton Santos adota o entendimento de totalidade elaborado por Karel Kosik, filósofo marxista tcheco, que a partir da concepção de dialética da totalidade concreta indicava que “a dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro ‘total’ da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade” (Kosik, 1976, p.36). Assim, ainda segundo Kosik (2010, p.18) “é o método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, a essência do concreto, e, portanto, compreender a coisa”. Nesse sentido, discorre Milton Santos:

² Segundo Silveira (2014), espaço geográfico e território usado podem ser usados como sinônimos no pensamento miltoniano.

“O processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo, a totalidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. Mas o universo não é desordenado. Daí a necessidade de buscar reconhecer a ordem do universo, este podendo ser visto como um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas, conforme ensinado por K. Kosik, em sua *Dialética do concreto*. A ordem buscada não é aquela com a qual organizo as coisas no meu espírito, mas a ordem que as coisas, elas próprias, têm. A isso se chama de totalidade concreta” (Santos, 1996, p.94).

Assim, entendo que para além da influência do pensamento de Kosik em Milton Santos, a relação da base teórica dos dois pensadores consiste na relevância dada por ambos na análise da realidade concreta e das contradições sociais, tendo eles enfatizado a pertinência de uma análise profunda, estrutural, das relações sociais e econômicas em sua totalidade, a fim de uma análise e compreensão acurada de uma dada realidade empírica.

Acerca da relevância da categoria espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia — assim como a sua relação com a totalidade —, para a categoria de formação socioespacial, discorre Santos (2014, p.35):

“O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos”.

Dessa forma, visto que o espaço geográfico, ou território usado, e a totalidade estão diretamente relacionados, não há como compreender o espaço e a sociedade como coisas separadas, pois a segunda só se torna concreta a partir do primeiro, assim como o primeiro só é inteligível a partir da segunda (Corrêa, 1996).

Portanto, para Santos (1978), o espaço geográfico se trata tanto de fator quanto de fato social, ou seja, não é apenas o resultado das ações, mas um meio para que essas ocorram, sendo, assim, uma instância tanto subordinadora como subordinada, englobando, e sendo englobada, pela totalidade. Nesse sentido, como indicado por Souza (2013), tal conceito deve ser tratado de forma empírica, não abstrata, sendo a união do espaço natural com o espaço social, sendo, inclusive, a categoria de análise social a ser utilizada ao analisar uma dada região (Santos, 1994).

Cabe-se destacar que para pensadores como Bastos e Casaril (2016) e Mamigonian (1996), embora a formação socioespacial tenha sido elaborada por Milton Santos com vista a ser utilizada em uma escala nacional, tal aspecto não se configurou como um paradigma, e, além disso, entendem que a citada categoria pode ser aplicada, também, para a análise tanto de escalas regionais quanto locais. Ainda segundo Mamigonian (1996), a obra *Sociedade e espaço*:

a formação social como teoria e método, na qual, pela primeira vez, Milton Santos faz uso da categoria de formação socioespacial, é considerada o mais importante estudo teórico do geógrafo, tendo se configurado como um marco basilar da renovação da Geografia humana.

Dessa forma, a questão regional no Brasil pode ser determinada e apreendida tendo a formação socioespacial como categoria de análise fundamental, visto que a partir dessa pode-se compreender as relações entre as produções e as forças produtivas, em suas desiguais celeridades no processo de acumulação capitalista, que contrapõem as áreas de pequena produção mercantil e de latifúndio, essas, representando, a totalidade socioespacial (Bastos; Casaril, 2016).

Consoante o exposto, aponto que embora Milton Santos não tenha sido um marxista ortodoxo, seus estudos, em sua segunda fase, direcionados e focados no Marxismo — contando, ainda, com influências do estruturalismo e existencialismo franceses (Queiroz, 2014) —, foram fundamentais para a elaboração da categoria de formação socioespacial (Buss *et al.*, 1991) e, portanto, igualmente necessários para a formulação de sua teoria, a qual será exposta a seguir.

2.1.3 A Teoria dos dois circuitos urbanos

Conforme previamente apresentado nesta tese, o principal objetivo de Milton Santos ao elaborar a categoria de formação socioespacial, na primeira metade da década de 1970, foi o de estruturar uma teoria considerada válida e pertinente acerca do espaço nos países então denominados como subdesenvolvidos e, para tanto, recorreu à categoria de FES, originado no pensamento marxiano e considerado pelo estudioso o mais adequado para tal fim (Santos, 1977). Tal perspectiva teórica seria finalizada apenas no final da referida década, quando emergiu a *teoria dos dois circuitos urbanos*, explicitada, principalmente, no livro *O espaço dividido*, no ano de 1979.

As disparidades de renda características dos países subdesenvolvidos implicam, também, em consequências espaciais, ao passo que nos países desenvolvidos tais disparidades têm pouca influência no que tange à acessibilidade, por parte da população, a uma gama variada de bens e serviços. Dessa forma, é essa seletividade espacial, manifestada tanto no campo social quanto no econômico, que possibilita a elaboração de uma teoria do espaço (Santos, 2003).

Assim, aponta Santos (2003) que as urbes em regiões periféricas e semiperiféricas globais³ são ordenadas com base ordenações exógenas às suas localidades, embora de formas

³ A divisão dos países entre centrais, semiperiféricos e periféricos é oriunda da Teoria do Sistema Mundo, elaborada por Immanuel Wallerstein, sendo tal divisão formada com base na função, na ordem produtiva capitalista global, que cada nação exerce (Martins, 2015).

distintas em suas diferentes regiões, pois, se há coerção, há resistência por parte das populações locais, as quais são, igualmente, díspares entre si. Segue o pensador discorrendo sobre como as seletividades espaciais formam dois circuitos econômicos distintos responsáveis, para além do processo econômico urbano, pelo processo de organização sociais, o *circuito superior* e o *circuito inferior*, os quais, embora em constante tensão, podem ser isolados e identificados.

Para Santos (1979), o surgimento e a manutenção do circuito superior é um resultado direto da modernização tecnológica, sendo esse caracterizado por ser composto por organizações diretamente ou indiretamente relacionadas a empresas globais e exógenas, e tendo a maior parte de suas relações ocorrendo fora da urbe e da área que a circunda, visto que esse circuito possui quadros de referências de níveis nacionais ou internacionais.

O circuito inferior, por outro lado, é caracterizado por ser, majoritariamente, composto por organizações de pequeno porte e guiadas pela racionalidade local, possui alta nível de capilaridade local, goza de relações privilegiadas com a sua região, e diz respeito, majoritariamente, às populações mais pobres. No referido circuito as atividades de serviço são elaboradas e usadas para servir à população e às demais atividades localizadas nesse e que não possuem acesso àquelas do circuito superior (Santos, 1979). No quadro 1, a seguir, são apresentadas outras características dos circuitos superior e inferior.

Quadro 1 – Características dos circuitos superior e inferior

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Uso intensivo de capital	Uso intensivo de mão de obra
Organização	Burocrática, estruturada	Primitiva, não estruturada
Capital	Importante	Escasso
Mão de obra	Limitada	Abundante
Salários regulares	Prevalentes	Não requeridos
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequenas quantidades e/ou baixa qualidade
Preços	Fixos (em geral)	Negociáveis entre as partes
Crédito	De bancos, institucional	Pessoal, não institucional
Margem de lucro	Pequena por unidade, mas grande por quantidade	Grande por unidade, mas pequena em quantidade
Relação com fregueses	Impessoal	Direta, personalizada
Custos fixos	Importantes	Negligenciáveis
Propaganda	Necessária	Nenhuma
Reutilização de mercadorias	Nenhuma (desperdício)	Frequente
Capital de reserva	Essencial	Não essencial
Ajuda governamental	Importante	Nenhuma ou quase nenhuma
Dependência de países estrangeiros	Grande; orientação para o exterior	Pequena ou nenhuma

Fonte: Adaptado com base em Santos (2003).

Os circuitos superior e inferior são abarcados por duas categorias: verticalidades e horizontalidades. As verticalidades estão relacionadas ao circuito superior, abarcando as ações dos grupos hegemônicos que agem de forma a manter o funcionamento global da sociedade e da economia capitalista de forma indiferente ao seu entorno, sendo norteadas por uma lógica racional do grande capital e normalmente com interesses exógenos ao território local, com tendências a serem coordenadas pelo Estado ou por grandes empresas.

As horizontalidades são formadas pelo local, embora também influenciadas pelas finalidades impostas de fora, as verticalidades, o que não as configura como conformistas, pelo contrário, são locais, simultaneamente, da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (Santos, 1996). Para o pensador, as horizontalidades formam o chamado *espaço banal*, que é considerado o espaço compartilhado por todos, onde uma solidariedade orgânica pode existir, no qual o coletivo é formado pela presença conjunta dos agentes atuando em um território compartilhado. Nesse contexto, a atuação do Estado tende a ser ineficiente, com uma produção local baseada na solidariedade mútua, alcançada por meio de relações horizontais internas, necessitando da prática da solidariedade para a sobrevivência desse coletivo, visto que essa se torna essencial para o trabalho em conjunto e para o surgimento de interesses comuns.

No pensamento miltoniano, as organizações, mais precisamente, as empresas comerciais, possuem papel fundamental nas tensões existentes nos territórios em regiões periféricas e semiperiféricas, pois as grandes empresas, com bases nas verticalidades, tendem, a partir de relações interdependentes hierárquicas, a promover decisões que são dependentes e alienantes, já que seguem ordens, normalmente, estranhas ao lugar e orientadas desde áreas distante — vale destacar que os governos normalmente são considerados como uma faceta pública do circuito superior (Salvador, 2012; Silveira, 2011) e estando normalmente, portanto, relacionados às verticalidades. Por outro lado, as pequenas empresas, locais, assim como os sujeitos a elas relacionados e ao circuito inferior como um todo, muitas vezes funcionam como respostas às imposições exógenas, comumente sendo considerados, sob a ótica da razão hegemônica e global, como irracionais — por não acompanharem a velocidade exógena que, com base no grande capital, tudo almeja (Degrandi; Silveira, 2013; Santos, 2014).

Segundo Queiroz (2014), ao aprofundar características e organizações alocadas em cada circuito, feiras urbanas e mercados públicos são elementos típicos do circuito inferior, norteados por contra-racionalidades e horizontalidades, ainda que possam ser apropriados e usados, para a reprodução do capital a partir dos interesses de capilaridade do circuito superior;

supermercados, hipermercados e *shopping centers* são elementos do circuito superior, ancorados em verticalidades.

Segue Queiroz (2014) indicando que as organizações midiáticas possuem um papel fundamental no circuito superior, agindo, no campo ideológico, a fim de criar e fortalecer narrativas que apontem a comodidade, a segurança, de empreendimentos de tal circuito, ao passo que indica o desconforto, a insegurança, daqueles alocados no circuito inferior.

Ainda acerca dos circuitos, esses estão em constante interação, sendo os superiores constantemente responsáveis pelo engendramento de contextos obedientes e disciplinas nos territórios inferiores, com base em uma racionalidade considerada mais avançada e em discursos hegemônicos (Santos, 1996), implicando, na prática, na geração de relações de dependência do espaço inferior para com o superior, o que, para o autor, só poderão ser superadas quando o atual sistema de produção, baseado na busca incessante pela lucratividade, for substituído por outro no qual busque-se a produtividade social (Santos, 1979).

Destacam Cataia e Silva (2013) que, no atual século, em que novas tecnologias de informação tendem, cada vez mais, a fazer parte da realidade do circuito inferior, ademais da expansão do crédito ter possibilitado que as camadas mais pobres da sociedade tenham mais acesso ao consumo tecnológico, tem ocorrido uma dependência ainda maior de tal circuito em relação ao superior. Dessa forma, com base na análise dos circuitos, portanto, se faz possível compreender, de uma forma dialética, por exemplo, como diferentes organizações e sujeitos tensionam no âmbito de um dado território usado, assim como os que norteia nessas relações.

Contudo, Milton Santos também elaborou uma categoria que possibilita, para além de compreender uma dada realidade concreta no espaço, analisar de que formas o passado ainda se configura no presente, categoria essa denominada rugosidades. Segundo o geógrafo, tal categoria auxilia na identificação de conjunturas e técnicas de tempos passados que coexistem com as contemporâneas, como explicado por ele:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (Santos, 2012, p. 140).

Dessa forma, Santos (2012) indica que em um dado território usado, espaço construído, o tempo histórico, com o passar das épocas, se transforma em paisagem incorporada ao espaço contemporâneo, e que com base em uma análise mais aprofundada se faz possível compreender quais, e como, tais resquícios de divisões do trabalho e técnicas diversas.

[...] o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporada ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares de capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (Santos, 2012, p. 173).

Nesse sentido, para além do agora, entendo a categoria rugosidades destaca a relevância da historicidade no pensamento miltoniano e na análise das tensões entre circuitos, ao permitir a consideração das complexidades do espaço, técnicas e das relações sociais em geral, sob uma ótica dialética e totalizante.

2.2 A NOÇÃO DE NEGÓCIO PERIFÉRICO

Há outros pensadores, contemporâneos e brasileiros, que têm se dedicado ao estudo e às análises da realidade concreta de sujeitos e organizações em regiões periféricas e semiperiféricas, como o Brasil, sendo um deles Márcio Gomes de Sá, o qual tem empreendido esforços a fim de compreender, entre outros aspectos, negócios e sujeitos oriundos de regiões periféricas e semiperiféricas, assim como localizados nessas (Sá, 2015, 2018, 2020, 2021, 2023).

Com base em sua experiência empírica de pesquisa para com o tema abordado, advinda de experiências no campo iniciadas em 2007 (Sá, 2020) — e, mais recentemente, com o enfoque em pequenos negócios de artesanato localizados no agreste pernambucano —, elaborou, juntamente a outros pesquisadores, a noção de negócio periférico (Sá, 2023), a qual pode ser definida como:

“[...] Uma forma de organização da atividade produtivo-cultural em contraponto à empresa convencional-central, que tem registro formal, estrutura hierárquica, contabilidade sistematizada, funcionários registrados, opera conforme a lógica capitalista contemporânea e, em maior ou menor grau, tem estrutura e funcionamento desvinculados da família-proprietária, etc” (Sá, 2023, p.169)

Dessa forma, a noção de negócio periférico pode ser compreendida como um instrumento teórico-epistêmico que tem potencial de não somente nortear o esforço compreensivo sobre um dado fenômeno estudado, mas também pode inspirar, e mesmo vir a ter serventia heurística para outras iniciativas de pesquisa sobre tipos de negócios que apresentem “parecenças de família” com os aqui pesquisados (Sá *et al.*, 2020).

Nesse sentido, entendo que tal noção, que segue em desenvolvimento, norteadas por uma contribuição empírica de seu primeiro autor, de campo e de anos, além de ter o potencial de nortear demais pesquisas sobre outros negócios periféricos, pode ser aprofundada com base em

outras perspectivas ontológicas e epistemológicas e, para tanto, se faz necessário discorrer acerca da gênese da referida noção.

A fim de elaborar a noção de negócio periférico como um instrumento teórico-epistêmico, os seus autores partiram, como bases teóricas, tanto do conceito de gestão ordinária (Carrieri *et al.*, 2018) quanto do tipo ideal (Weber, 1999), os quais abordarei nos próximos parágrafos.

O conceito de gestão ordinária está relacionado às práticas de gestão realizadas em negócios ordinários, normalmente familiares e de pequeno porte, no qual valoriza-se as vivências práticas, inclusive de gestão, dos sujeitos que fazem parte de tais organizações em contraposição aos modelos gerenciais universalistas que, muitas vezes, desconsideram aspectos locais e regionais e visam os interesses de grandes corporações (Carrieri *et al.*, 2018).

As gestões ordinárias se diferenciam dos modelos de gestão universalistas do *management* por algumas características, tais quais: (1) enfoque nos sujeitos comuns: foco no conhecimento e práticas de gestão de sujeitos comuns, em detrimento de técnicos e executivos; (2) críticas aos modelos universais: ênfase na consideração da realidade local na qual as organizações estão alocadas em detrimento à importação de um conhecimento exógeno e universalista; (3) valorização da espontaneidade e improvisação: destaque para a espontaneidade e improvisação de gestores de negócios ordinários em oposição a planejamentos e soluções rígidas que enfatizam a padronização de mercado; e (4) reconhecimento do conhecimento popular: valorização do conhecimento cotidiano das camadas populares, os quais muitas vezes são considerados como amadores, ou imperfeitos, sob a ótica universalista do *management*.

Acerca do tipo ideal, conceito weberiano que, segundo o seu criador, é obtido partindo-se da consideração de um ou mais pontos de vista com base na correlação entre grandes quantidades de fenômenos sociais difusos (Weber, 1999). Cabe-se destacar que ao utilizar-se o tipo ideal não se busca esgotar todas as possíveis e diversas interpretações acerca da realidade concreta, visto que em cada fenômeno social há a possibilidade da elaboração de diversos tipos ideais e, portanto, visa-se alcançar dois objetivos: 1) fornecer um conceito inequívoco que facilite a classificação, análise e comparação de fatos empíricos; e 2) servir como base para a explicação causal de fatos históricos (Monteiro; Cardoso, 2002).

Ademais de não esgotar as diversas interpretações possíveis da realidade concreta, a definição de um tipo ideal não é — e tampouco deve ser — imune às mutações sociais ocorridas durante um dado período histórico, visto que, consoante Weber (2004), a história das ciências

sociais é caracterizada pela alternância constante entre as tentativas de elaborar conceitos e a necessidade da construção de novas noções a partir da base modificada pela ampliação do horizonte científico e, portanto, deve-se considerar o repertório conceitual de uma dada época.

Segundo Monteiro e Cardoso (2002), outro aspecto relevante do pensamento Weberiano, relacionado ao tipo ideal, é o entendimento de que embora a sociedade não seja estruturada a partir da pura e livre vontade dos sujeitos, esses não são meras vítimas de aspectos macro determinantes, visto que são pessoas singulares e com vontades muitas vezes distintas entre si e, portanto, não há uma mera submissão desses em relação às estruturas sociais.

Retomando a uma das noções desta tese, Sá *et al.* (2020) indicam que opção pela utilização do tipo ideal advém da necessidade dos autores de analisar modos de produção e comercialização artesanais que, embora sejam integrantes do capitalismo, possuem especificidades próprias e significativas em relação às empresas comerciais padronizadas e, ademais de especificidades locais periféricas e semiperiféricas, e, portanto, se fez necessário elaborar a noção de negócio periférico.

Para os criadores da noção, não se deve analisar um dado fenômeno organizacional a partir de perspectivas mercadológicas padronizadoras e, tampouco, sob a ótica de particularismos isolados, pois tais negócios, ainda que periféricos e locais, podem apresentar semelhanças para com outros em situações correlatas em outras regiões periféricas e semiperiféricas globais (Sá *et al.*, 2020).

Segundo Sá *et al.* (2020), deve-se compreender a noção de negócio periférico, para além de um instrumento teórico, como um instrumento epistemológico, pois essa possibilita tanto a confrontação entre o fenômeno concreto e o trabalho cognitivo e interpretativo do pesquisador quanto orienta abordagens de pesquisa a distintos fenômenos.

Nesse sentido, Sá *et al.* (2020) apontam que a noção de negócio periférico é utilizada a fim de denominar uma organização que difere da empresa convencional-central (a qual possui, no geral, registro formal, hierarquização, contabilidade, algum nível de desvinculação das relações familiares e, portanto, opera dentro da lógica convencional do capitalismo) e que, ainda segundo os autores, apresenta estas características:

trajetória de vida do proprietário vinculada às classes populares; gestão por meio de saberes práticos incorporados (e não conhecimentos técnicos/especializados/legítimos); posição marginal no mercado em que se insere; informalidade, na contratação de trabalhadores por exemplo, e condições precárias de trabalho; intencionalidade mais voltada para a geração de renda/subsistência que para o crescimento e ganho de capital; e indissociabilidade/dificuldade para dissociar o proprietário e seus familiares do negócio (Sá *et al.*, 2020, p.4).

Aprofundando e atualizando as características expostas acima, em sua obra mais recente, na qual também se aborda a noção de negócio periférico ao analisar a realidade de artesãos no Alto do Moura (PE), Sá (2023) indica quatro dimensões, para fins analíticos, relacionadas à tal noção: (1) trajetória dos artesãos-proprietários; (2) dinâmica de gestão e de trabalho; (3) relações com intermediários, clientes, trabalhadores e entre si; e (4) intencionalidades, estratégias e lógica de sobrevivência.

É apontado por Sá (2023) que os artesãos-proprietários que, embora alguns tenham condições econômicas e bens de consumos normalmente atrelados à classe média, possuem como origem a classe trabalhadora, seja pelo modo de vida, visão de mundo ou mesmo escolaridade. Outras características apresentadas sobre as suas trajetórias são: relações familiares prévias no que toca o negócio em si, em muitos casos há inserção de tais sujeitos ainda muitos novos no negócio periférico; proximidade para além do viés financeiro para com o negócio; aprendizagem com base no cotidiano e com base em práticas acumuladas; e abertura ou ampliação de pontos comerciais especificamente destinados ao negócio assim como o retorno a ele depois de anos atuando em outra função.

Em dinâmica de gestão e de trabalho é apontado que negócios periféricos possuem rotinas e processos produtivos, critérios para formação dos preços, manutenção econômica e inovações específicos e que tendem a ser distintos do considerado correto na literatura de gestão. Os sujeitos entrevistados tendem a não possuir uma rotina fixa, porém uma vida centrada no trabalho, com muitos, inclusive, parando apenas para a alimentação e o sono; a formação de preços dos produtos normalmente é definida com base em “contas de cabeça”, ou simplesmente a vivência dos próprios sujeitos; a manutenção econômica carece de capital de giro e de fontes de financiamento possíveis, e muitos recorrem a agiotas ou outras formas similares de obtenção de capital; e a inovação tende a ser pouca, tanto pela falta de recursos financeiros quanto pela falta de tempo para se dedicarem a tais atualizações (Sá, 2023).

Acerca da terceira dimensão, relações com intermediários, clientes e trabalhadores em si, é apontado que há uma acolhida e solidariedade horizontal por parte de tais sujeitos em relação aos seus semelhantes em contextos de dificuldades, embora exista, também, uma concepção de competitividade e individualidade no que concerne à necessidade de vender mais e de subsistência, inerentes ao capitalismo, que, de certa forma, resulta em uma ausência de coletividade ao lidarem com os seus próprios negócios (Sá, 2023).

A quarta e última dimensão é de intencionalidades, estratégias e lógica de sobrevivência, na qual Sá (2023) aponta que os comerciantes possuíam um forte anseio pelo reconhecimento

do seu trabalho, ademais de relação afetiva e econômica com a sua atividade, embora o retorno financeiro tenha se mostrado a maior queixa. Diante de tal cenário, as estratégias de sobrevivência foram a venda de seus produtos em outras regiões ou feiras possíveis, informalidade, e o planejamento de reformar ou abrir a sua própria loja futuramente.

Por fim, como defendido por Sá (2023), embora ele e seus coautores tenham elaborado e utilizado a noção de negócio periférico a fim de analisar feiras e negócio de artesãos, é defendido que essa tem o potencial de nortear esforços compreensivos, para além de feiras e artesãos-proprietários, também acerca de negócios que apresentem semelhanças com os pesquisados por eles, podendo ser um caminho para tanto contrapor a literatura convencional sobre gestão e empreendedorismo quanto inspirar formuladores de políticas públicas.

Com base no exposto, entendo que a noção de negócio periférico possui validade e pertinência no que concerne à sua utilização nesta tese, visto que nesta analisarei, entre outros aspectos, a história e presente de organizações feirantes que, de forma similar aos negócios do artesãos do Alto do Moura, são compostas, majoritariamente, por sujeitos oriundos de, e alocados em, regiões periféricas e semiperiféricas, norteados por uma racionalidade que, até certo ponto, difere da que movimenta o capital, e tende a utilizar práticas de gestão que não acompanham, necessariamente, o indicado na literatura de *management* como sendo o ideal.

2.3 AS FEIRAS URBANAS

As feiras urbanas são atividades socioeconômicas presentes na história da humanidade desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e pelos territórios urbanos contemporâneos. Nessa longa história, as feiras são um fenômeno cultural de intensa participação na vida social, econômica e territorial urbana, ainda que transformem e se desloquem de acordo com o contexto.

As feiras na antiguidade grega e romana eram o local do comércio no qual produtos eram ofertados por artesãos e pequenos produtores agrícolas e pecuários. Nesse momento da história, as feiras e comércio desempenharam papel fundamental na economia das Cidades-Estados, oferecendo e fazendo circular produtos de alimentação, como cereais e frutas, e também artigos variados não essenciais como joias, roupas, sapatos, cerâmicas, perfumes e vinho, em troca metais valiosos como a prata e o bronze e ligas de ouro ou prata. Em Roma, as feiras se tornaram tão presentes nas ruas que se culminaram numa questão de ordem pública solucionada com o estabelecimento de regras de criação e funcionamento determinadas pelo

Estado, que detinha, ainda, o poder de intervenção sobre a atividade (Santos; Machado; Gumiero, 2011).

Na transição para a Idade Média, a configuração territorial, cultural e econômica se reorganiza de forma que a produção principal se volta para a agropecuária de subsistência realizada nos feudos. Nesse modelo, os servos produziam quase todo o necessário para seu consumo próprio e para o consumo de seus senhores feudais. Assim, o comércio e as feiras perdem espaço nas ruas e o comércio, antes caracterizado pela troca de produtos por moedas, passa a se concentrar nas trocas de excedentes de produção entre os produtores (Santos; Machado; Gumiero, 2011). Ainda, conforme Pintaudi (1984, p. 38-39), “existência regular de um excedente de produção engendra a troca que, por sua vez, também passa a se regular, e sua expansão permite o aparecimento da figura do comerciante, bem como da atividade comercial, aumentando a divisão social do trabalho”. Dessa forma, a feira se desenvolve como um local no qual produtores e comerciantes se encontram semanalmente para realizar suas transações.

As feiras tomaram caráter fixo e as trocas comerciais se intensificaram. Esse novo cenário estimulou o surgimento de núcleos populacionais ao redor dos polos comerciais, o que culminou na passagem de uma sociedade arraigada na atividade agrícola para cidades mercantis erguidas sobre as bases do comércio urbano. A feira, enquanto atividade urbana, ainda, modificou a própria urbe, sua forma de organização territorial, espacial e arquitetônica (Lefebvre, 2004). As transformações, tanto espaço urbano quanto da economia, tiveram impacto direto no sistema feudal vigente que, frente às crises que sofria somadas às cruzadas da igreja católica, decaiu com a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista na Europa (Dantas, 2008; Huberman, 1979; Spósito, 2001). Assim, ganharam grandes proporções as feiras e mercados periódicos que se tornaram uma herança cultural disseminada pela colonização.

Cabe ressaltar que apesar de sua presença marcante na história ocidental, com destaque para Europa, as feiras são atividades comerciais e culturais também identificadas no Oriente e Extremo Oriente, bem como em países do norte da África, como Marrocos e Egito, antes mesmo do processo colonizador europeu ser iniciado (Braudel, 1998; Mott, 1975).

No Brasil, as feiras foram introduzidas por meio da colonização, uma vez que, ainda que os nativos mantivessem uma atividade de troca intertribal de adereços, ornamentações e vestimentas, não havia uma economia mercantil, mas sim um sistema de produção agrícola voltado à subsistência, ou seja, culturalmente não havia interesse em excedente de produção e acumulação de riquezas. O primeiro registro de feira em terras nacionais, como posto por Mott

(1975), remonta à 1548, quando o rei Dom João III ordenou que fossem realizadas feiras em um ou mais dias de cada semana nas vilas e povoados brasileiros da época, a fim de abastecer o mercado interno e de, principalmente, reunir os produtos nacionais para exportação. O autor, porém, aponta que a atividade não se iniciou de pronto, uma vez que o comércio colonial se sustentava sobre as bases da produção do açúcar nos engenhos e nas vilas e cidades que cumpriam o papel de armazenar o produto para a exportação. Uma das primeiras feiras registradas em notícias data do período colonial entre os séculos XVI e XVII, na região nordeste, possivelmente em Capoame, cidade do norte do Recôncavo Baiano. As feiras, porém, somente emergiram com mais potência a partir do que Mott (1975) chama de maior desenvolvimento demográfico e diversificação econômica do Brasil.

No Nordeste, região na qual o pioneiro desenvolvimento sociocultural e econômico das feiras de grande porte foi crucial no cenário brasileiro, a prática da atividade pecuária provoca novos desdobramentos nas feiras, fazendo surgir as feiras do boi durante os séculos XVII e XIX. Saindo do litoral, afastando-se do comércio de exportação, as feiras do boi fizeram surgir região adentro núcleos urbanos organizados em seu entorno. Para Dantas (2008), o sucesso da atividade pecuária no Agreste e no Sertão nordestino proporcionou condições que levaram ao estabelecimento desses primeiros núcleos urbanos e, neles, as primeiras atividades comerciais, que começam com a venda de boi e produtos derivados do animal e se expandem em feiras livres como são conhecidas hoje; “as feiras da atualidade são heranças das tradicionais feiras de gado” (Dantas, 2008, p. 94).

Nesse sentido, as feiras, então, foram importantes no processo de ocupação e urbanização das terras interioranas da região, transformando a configuração socio espacial nordestina e criando raízes culturais robustas. As principais feiras nordestinas que começaram como feiras do boi destacam-se as feiras de Caruaru, Arcoverde e Limoeiro, em Pernambuco, Feira de Santana, na Bahia, e as feiras de Campina Grande, Itabaiana e Patos, na Paraíba (Andrade, 1991).

As feiras livres no Brasil se tornaram uma atividade econômica e cultural, bem como uma modalidade de mercado varejista, comumente ao ar livre, de periodicidade semanal. Nas suas bases está a tradição ibérica e mourisca que, posteriormente, ao encontrar-se com as miscigenação e diversidade cultural brasileiras, se mistura práticas africanas e imigrantes. Conforme indicam Mascarenhas e Dolzani (2008), as feiras estão presentes em toda a extensão do país, sobretudo nas cidades brasileiras cuja população ultrapassa a marca de 300 mil habitantes.

2.4 A FEIRA URBANA DO CENTRO DE DUQUE DE CAXIAS

Aproximando-nos geográfica e temporalmente do nosso recorte, na cidade do Rio de Janeiro as feiras são uma atividade presente por toda sua extensão, desde as localidades ditas nobres à periferia. A instituição feira livre no Rio de Janeiro foi criada em 1904 como parte de um processo de modernização da atividade de varejo na cidade, sendo, de início, um elemento urbano moderno mais do que um canal de abastecimento das demandas da população por produtos básicos (Mascarenhas; Dolzani, 2008). Foi em 1916 que a Prefeitura do Rio de Janeiro utiliza as feiras como canal de escoamento da produção de alimentos advinda das áreas rurais, expandindo a atividade e crescendo em número o número de feiras. Mascarenhas e Dolzani (2008) apontam que entre as décadas de 1920 e 1960, as feiras tomaram a frente do comércio carioca de forma que se tornaram a principal atividade varejista, levando ao fechamento de pequenos estabelecimentos comerciais.

O crescimento da atividade de feira livre no Rio de Janeiro chamou a atenção do poder público que instituiu impostos elevados inibidores. Ao mesmo tempo em que a administração municipal buscava controlar as feiras, como parte do projeto civilizador de Pereira Passos, a feira se transformava em algo além de um comércio. Práticas culturais e de sociabilidade começaram a se desenvolver nesses espaços que Mascarenhas e Dolzani (2008) caracterizam como transfigurados. Nesse espaço transfigurado da feira os desviantes da civilização austera e elitista de Pereira Passos, preenchiam os corredores; eram pessoas humildes, empregadas domésticas, negros e nordestinos que conversavam, faziam piadas e tocavam viola. A feira se tornou um local de encontro dos transgressores, dos excluídos, local de festa e de relações.

Entre os anos 60 e 70 surgem os supermercados, que se espalham muito rapidamente em território nacional e, conseqüentemente pela cidade do Rio. Considerados mais modernos os supermercados, enquanto redes de autosserviço, são objeto de interesse expresso no objetivo de expansão da atividade registrado no I Plano Nacional de Desenvolvimento, em detrimento das feiras. Para além do plano administrativo e judiciário, a grande mídia cumpre papel fundamental na construção de imagem negativa para as feiras no imaginário coletivo, que passam a ser associadas a um local de atraso, barulho, sujeira, informalidade e desconforto (Mascarenhas; Dolzani, 2008).

Na década seguinte, em 1982, Mascarenhas (2008) destaca a implantação de um projeto municipal identificado como “linha 2”, que criou setenta e duas novas feiras em áreas marginais, isoladas e pobres da cidade, objetivando um “confinamento territorial das feiras

livres”; vinte e duas dessas feiras não resistiram logo de início, enquanto em 2004, o autor identifica apenas 2 em atividade, ambas pequenas e longe dos olhos da fiscalização, “abrigo uma massa de desempregados, que ali não encontra mais que o suficiente para uma paupérrima reprodução material” (Mascarenhas; Dolzani, 2008, p.78).

Enquanto no Rio de Janeiro a atividade de feiras tinha início, a cidade de Duque de Caxias ainda nem existia. Localizada na Baixada Fluminense, Duque de Caxias compunha o território da Estrada do Iguassú rumo aos portos para escoamento de produção, mas que com a construção da linha férrea se torna um trecho de passagem cujos rios perdem a serventia e sua degradação origina doenças e epidemias que estigmatizam a região e afastam a população, cujo número em 1910 era de, aproximadamente, apenas 800 habitantes (Braz, 2006; Pinto, 2018).

Apesar da pequena população, Pinto (2018) aponta para um crescimento demográfico provocado pelas primeiras gerações de migrantes para a região do centro de Caxias, naquele momento um pequeno polo urbano organizado ao redor da estação ferroviária de Merity. Dessa geração uma elite se fortaleceu politicamente através de relações comerciais e políticas em busca da autonomia como distrito, cujo primeiro passo consistiu na conquista da mudança de nome de Meriti para Duque de Caxias, afastando-se do estigma de “Meriti do pavor”. A passagem do status para 8º Distrito, no entanto, se deu por força do Decreto Estadual nº2559 de 14 de março de 1931. A partir desse momento forças políticas começam a se organizar em busca da emancipação do território com relação à Nova Iguaçu, que ocorreu na década de 1940, com o Decreto Lei nº 1.055 de 31 de dezembro de 1943, quando Duque de Caxias passa a ser um município.

No processo de emancipação, Duque de Caxias foi de um local que causava medo e aversão, pelas péssimas condições sanitárias, a um município politicamente organizado e, para tal, foram necessários projetos de recuperação da localidade, como o projeto de Getúlio Vargas, que entre 1930 e 1945, observando os fluxos migratórios para região, voltou a sua atenção para as necessidades básicas. Esses altos e baixos da história de Caxias são movimentos que se relacionam com a atividade de Feira na localidade. Anteriormente, ao abordar a história das feiras em esfera nacional, estabelecemos a relação entre crescimento demográfico e diversificação econômica no Brasil com a prosperidade das feiras, de mesmo modo trazemos essa relação para a cidade de Duque de Caxias.

Não há um consenso acerca do ano do surgimento da Feira de Duque de Caxias, embora relatos e notícias recolhidos por Faria, Lima e Amaro (2018) apontem para o início da atividade comercial ainda na década de 1920, embora ainda não como uma feira, quando um pequeno

núcleo de barracas iniciou as atividades no entorno da estação de Meriti, enquanto os núcleos urbanos eram diminutos, definidos por Braz e Almeida (2010) como pequenos vilarejos de população inexpressiva, ainda que houvesse triplicado com relação à década anterior.

Cabe ressaltar que o “boom” demográfico de Duque de Caxias nesse período acompanhou as mudanças estruturais, sociais e econômicas da cidade e da região metropolitana do Rio de Janeiro que culminaram na migração de cariocas após as reformas implementadas por Pereira Passos, bem como pelas benfeitorias como a melhoria do saneamento básico da região, a implementação da linha ferroviária e da rodovia que liga Rio de Janeiro e Petrópolis. Além dos migrantes cariocas, Caxias recebeu migrantes urbanos e rurais do nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais, quilombolas e indígenas, por exemplo. Para Pinto (2008, p.93), ainda, “o local é um encontro de migrantes de diversas regiões do Brasil, que criam novos hábitos e costumes, adquirem novas formas culturais, tal como influenciam com as suas vivências. O resultado é a formação de uma cultura multifacetada em Caxias.”

Dentre todos os fatores que deram expressividade à Feira de Duque de Caxias, a migração nordestina, porém, se encontra no cerne do crescimento e desenvolvimento da Feira. Apesar de não ser possível associar direta e exclusivamente a migração nordestina rumo à Duque de Caxias com o projeto de industrialização brasileira centralizado na região sudeste do país, esse foi um fator que possivelmente motivou o fluxo migratório e contribuiu para o crescimento demográfico da cidade na década de 1940.

Essa relação entre o crescimento demográfico do município e surgimento e expressividade da Feira de Duque de Caxias nos permite pensar em dois possíveis momentos iniciais, a depender do que consideramos: 1º o início das atividades comerciais em 1920, ainda que pequenas; 2º a Feira já estabelecida, porém em seu primeiro momento de robustez, volume e expressividade, em meados da década de 1940.

Apesar da complexidade que envolve tentar explicar os porquês da migração nordestina para Duque de Caxias, o fato é que a cultura nordestina é tão presente na cidade e em seu imaginário coletivo que na tentativa de a explicar surgem históricas quase que folclóricas, como a de que o povo nordestino encontrou na cidade um local de identificação e pertencimento após Luiz Gonzaga, grande ícone da música e da cultura nordestina, ter comprado um sítio no município, no qual, entre 1930 e 1940, sua família realizava festas frequentadas pelos migrantes (Pinto, 2018).

No momento em que se dá a chegada desses migrantes nordestinos, a cidade de Duque de Caxias é um município recém emancipado com problemas de infraestrutura urbana básica.

Assim, os serviços públicos e o lazer eram ínfimos, gerando uma carência nessa população, que a princípio trataram a cidade como uma urbe dormitório, da qual faziam uso dos serviços de transporte para ir e vir do Rio de Janeiro. Foi no espaço da Feira que, aos finais de semana, a população encontrou para além de trabalho, consumo e abastecimento, seu lazer e, ainda, um memorial de sua cultura.

Nesse sentido, os sentimentos de identificação e pertencimento são cruciais para a compreensão do crescimento da Feira durante esse período de intenso fluxo migratório de nordestinos. Em Duque de Caxias, essa população interfere diretamente na economia local, fortalecendo a Feira que se torna uma local tanto de comercialização de produtos nordestinos quanto um local de encontro, socialização e fortalecimento das relações interpessoais solidárias e a memória e desses sujeitos. Para Pinto (2018, p. 136),

A Feira de Duque de Caxias se transforma em um espaço onde o migrante poderia expor seus modos e costumes. As populações oriundas do Nordeste vão ocupando o espaço como feirante, como frequentador e como transformador. Músicas, comidas, cordéis, histórias, memórias eram componentes que caracterizavam (caracterizam) o palco que logrou (logra) fama como difusor cultural.

O impacto da cultura nordestina na Feira de Duque de Caxias é tão significativo que a mesma passou a ser conhecida por alguns como a Feira Nordestina de Duque de Caxias, a qual alcançou popularidade regional entre as décadas de 1950 e 1960. A fama da Feira começa a decair na parte final da década de 1970, período no qual surgem outras feiras, como as de São Luiz da Serra, Xerém e Vila São Luís, que se tornam complementares à Feira de Duque de Caxias.

A dita decadência da Feira, conforme Pinto (2018), observa em suas entrevistas, é também relacionada ao crescimento e à concorrência com a Feira de São Cristóvão — esta legalizada em 1982 — na cidade do Rio de Janeiro. Ainda segundo o autor, a hibridação da cultura nordestinas com as tradições do Sudeste dentro do espaço da Feira foram destacados pela mídia impressa como a morte da Feira, também identificado por mim nos documentos analisados para fins desta tese (Sardinha, 1969), uma vez que o que a tornava especial e pitoresca seria justamente a tradição nordestina que fazia da mesma um destino turístico.

Uma tentativa de “resgate” da tradição nordestina e reavivamento da Feira se deu nos anos 2000, quando a força nordestina tentou retomar o protagonismo por meio do Forró da Feira de Duque de Caxias, instituído pelo então Prefeito Jose Camilo Zito, pernambucano e migrante, cuja intenção foi valorizar a tradição e as trocas culturais entre nordestinos e fluminenses. Os anos que se seguiram foram marcados pelo constante conflito entre o poder público e os feirantes com relação ao espaço reservado ao forró, que foi deslocado diversas

vezes por conta do barulho. Dessa forma, um mecanismo criado para a valorização da cultura nordestina se tornou um estorvo ao poder público e assim, foi desvalorizado.

Uma nova tentativa de valorização da cultura nordestina na Feira ocorreu em 2010, quando a vereadora Gaete implementou o projeto de elevar a Feira à patrimônio histórico imaterial do município de Caxias, que sancionado em 29 de dezembro de 2010, também por José Camilo Zito, prefeito e personalidade nordestina conhecida na Feira. Conforme Pinto (2018, p. 193),

O fortalecimento da identidade nordestina no espaço da Feira de Duque de Caxias ressurgiu justamente nos períodos de governo Zito. Não parece coincidência, uma vez que o mesmo é migrante nordestino e filho de nordestinos que dedicaram parte de suas vidas ao trabalho na Feira de Duque de Caxias. Constantemente os feirantes citam Zito como um político que contribuiu com a atividade feirante. Freqüentador assíduo do espaço, mesmo fora dos períodos eleitorais, o político passa a ocupar um local de destaque na relação com os feirantes (Pinto, 2018, p.193).

No ano de 2015, a Feira de Duque de Caxias foi considerada Patrimônio cultural e imaterial do município de Duque de Caxias (Prefeitura, 2015), e no ano de 2017 foi declarada como Patrimônio cultural e imaterial do estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2017). Atualmente, é uma atividade semanal que ocupa, conforme indicado pela prefeitura (Feira, 2023), as avenidas Presidente Vargas e Duque de Caxias e a Rua Prefeito José Carlos Lacerda — embora, como pude observar, na prática ocupe outras ruas próximas, como a Rua Almirante Tamandaré, Rua Doutor Lauro Neiva, Rua da Bíblia, Rua General Argolo, Rua Passos da Pátria e Rua Primeiro de Março —, portanto, agrega em seu espaço histórias da cidade de Duque de Caxias, seu desenvolvimento, crescimento, população, histórias dos migrantes nordestinos, cariocas, trabalhadores, povo que fez da cidade sua moradia; é, ainda, espaço de criação de relações e identidades, de trabalho, de resistência social, cultural e econômica.

2.5 APROXIMAÇÕES ENTRE A NOÇÃO DE NEGÓCIO PERIFÉRICO, FEIRAS E O PENSAMENTO MILTONIANO

Nesta subseção busco realizar aproximações teóricas entre feiras, a noção de negócio periférico e, ainda, o pensamento miltoniano — no que concerne a este estudo —, a fim de demonstrar que, apesar de distanciamentos ontoepistemológicos possíveis, não há contradições em uma possível aproximação.

Embora algumas das características acerca dos circuitos superior e inferior, expostas no quadro 1, necessitem ser atualizadas para o presente momento, dado o espaço temporal desde a sua elaboração e mudanças sociais e tecnológicas desde então, entendo que a noção de negócio periférico (SÁ *et al.*, 2020) engloba sujeitos e organizações feirantes, considerando-se que

feiras, compostas quase que exclusivamente por negócios periféricos (Sá *et al.*, 2020), tendem a serem consideradas integrantes do circuito inferior (Nobre; Belo; Silva, 2014; Silva, 2019) e espaços de sobrevivência das populações mais pobres em relação ao mercado composto pelas classes dominantes (Mascarenhas, 1991), populações e organizações, que embora inseridas e operem conforme a lógica capitalista, são mais voltadas à subsistência do que para o crescimento e ganho de capital e que diferem das técnicas que norteiam empresas convencionais-centrais (Sá, 2023).

Nesse sentido, esse é um dos aspectos em que tais perspectivas teóricas se encontram, visto que as características de negócios periféricos (Sá *et al.*, 2020), previamente apresentadas nesta pesquisa, e o de sujeitos e organizações alocados no circuito inferior (Santos, 2003), são próximas — tendo esta sido mais aprofundada, no detalhamento de sua caracterização, em relação à primeira, embora com exceções, como a não menção em relação à participação de familiares.

Contudo, ainda que existam características que se encontram em relação aos negócios periféricos e os negócios classificados como integrantes do circuito inferior, não se pode ignorar que foram utilizadas premissas ontoepistemológicas distintas em suas elaborações — o pensamento Weberiano, para a noção de negócio periférico, e o marxiano para a formação socioespacial e à Teoria dos dois circuitos urbanos —, porém, sustento, não excludentes entre si.

De fato, embora pensadores de cunho marxista, como o historiador marxista Eric Hobsbawm, tenham indicado que o pensamento de Weber está radicalmente em oposição ao do Marxismo (Hobsbawm, 1986), principalmente por questões políticas e metodológicas (Löwy, 2014), há diversas possibilidades de diálogo (Hobsbawm, 1986), existindo, inclusive, uma corrente no Marxismo denominada *Marxismo weberiano* (Löwy, 2014).

Acerca da formulação da noção de negócio periférico, tendo os autores utilizado o tipo ideal weberiano como base, assume-se que, assim como no pensamento weberiano, não há uma mera submissão por partes dos sujeitos detentores e membros de tais negócios em relação às estruturas sociais nas quais estão inseridos (Monteiro; Cardoso, 2002); tal entendimento está em consonância com o pensamento miltoniano, visto que o pensador defendia que os indivíduos englobados pelo circuito inferior e pela horizontalidade, norteados por uma contraracionalidade e denominados homens lentos (Santos, 2014), por não serem considerados aptos a acompanhar o ritmo acelerado do circuito superior, tendem a criar suas próprias formas de racionalidade, as quais os permitem escapar, até certo ponto, da racionalidade hegemônica, e,

por essa razão, tais homens lentos possuem possibilidades mais tangíveis de elaborar uma luta, orientada pelos próprios sujeitos locais, a partir da qual se faz possível produzir redefinições para as atuais formas de relações econômicas norteados pelo capitalismo (Grosfoguel, 2009).

Outro ponto que entendo que merece ser destacado é a compreensão de Sá *et al.* (2020) de que embora os negócios periféricos absorvam e estejam absorvidos pelo capitalismo, os mesmos possuem especificidades significativas em relação aos modelos apontados nas principais teorias administrativas de como as organizações são e devem ser, a partir da ótica de uma racionalidade científica (Rodrigues; Duarte; Carrieri, 2012). Analisando-se tal aspecto com base no pensamento miltoniano, mais precisamente ancorada na formação socioespacial — e, conseqüentemente, do materialismo histórico-dialético —, sugiro que os negócios periféricos, impactam e são impactados pelo espaço, sendo também responsáveis pela evolução desse, quando tal avanço se dá em função do modo de produção, e, portanto, tais características próprias possibilitam a existência de uma relação dialética entre os sistemas de produção e as forças produtivas, em suas desiguais celeridades no processo de acumulação capitalista, que contrapõem as áreas de pequena produção mercantil — relacionados ao circuito inferior e integradas quase que totalmente por negócios periféricos — e as norteadas pelo grande capital, sendo que essas duas formações representam as totalidades sócio espaciais (Bastos; Casaril, 2016).

Ainda nesse sentido, Sá *et al.* (2020) indicam que ao se analisar o fenômeno dos negócios periféricos não se deve recorrer à visão mercadológica padronizadora e, tampouco, a um particularismo isolado, visto que tais negócios, ainda que periféricos e locais, podem apresentar semelhanças para com outros em situações similares em diferentes regiões periféricas e semiperiféricas globais; Milton Santos, discorrendo sobre pequenos negócios e sujeitos localizados no circuito inferior, indica que a sua realidade concreta, ou seja, de países subdesenvolvidos, assim como as suas especificidades, devem ser levadas em consideração, ao passo que tais características tendem a apresentar similitudes, em um aspecto mais amplo, entre as regiões citadas (Santos, 2014).

Recordo que as urbes em países periféricos e semiperiféricos são marcadas por divisões do trabalho superpostas e relações verticalizadas e hegemônicas, assim como por tempos lentos e contra hegemônicos, sendo, de fato, uma grande estrutura na qual diversos agentes estão em constante interrelação dialética e exibem distintos modos de produzir e consumir o espaço (Silveira, 2007). Ainda nesse sentido, Santos (1996) aponta que o território é um palco constante para conflitos de interesses norteados pelo capital e pelas relações de produção, de

forma que o local e o global — centralizado em uma razão ideológica de origem exógena e que demandam de cada região a servidão com base em suas normas — estão em constante tensão.

Assim, tendo demonstrado como não há incoerências teóricas entre a noção de negócio periférico e o pensamento miltoniano, entendo que a apropriação, com os devidos ajustes para o tempo atual, das características elaboradas por Milton Santos para o circuito inferior, para fins de utilização da noção de negócio periférico, se configura como um facilitador a fim de que demais tipos de negócios periféricos — e, portanto, localizados em regiões periféricas e semiperiféricas —, ademais de feiras, mas também as incluindo, possam ser analisados a partir do entrelaçamento teórico de ambas as perspectivas, estimulando o potencial de que a referida noção possa ter serventia para pesquisas em que negócios que apresentem semelhanças às feiras (Sá *et al.*, 2020) sejam estudados, como indicado pelos autores.

Ainda, defendendo que a aproximação teórica entre ambas as perspectivas, assim como a sua e utilização para fins de análise de pesquisa no campo dos estudos organizacionais, passa a possibilitar que a realidade concreta de negócios periféricos, assim como a forma com que se relacionam para com organizações e sujeitos localizados no circuito superior, possa ser analisada, análise essa norteada pelo materialismo histórico-dialético e, portanto, viabilizando um olhar para além dos aspectos intraorganizacionais, o que entendo ter sido o foco de Marcio Sá e os demais criadores da noção ao analisarem os negócios de feirantes em suas pesquisas.

Ademais, tal comunicação viabiliza que uma ênfase nos aspectos organizacionais possa ser utilizada ao se recorrer à Teoria dos dois circuitos urbanos, cenário que até o presente momento pouco ocorre, o que é natural, visto que tal teoria fora elaborada por um geógrafo — e, portanto, com interesses de pesquisa, no geral, distintos aos da área de organizações.

Dessa forma, a aproximação da noção de negócio periférico, atrelada à Teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, sob a ótica do materialismo histórico-dialético, se une a uma série de estudos, cada com as suas especificidades, nos quais distintos pesquisadores buscaram elaborar análises sobre as particularidades de negócios locais, e que se diferem das compreensões mais habituais sobre organizações normalmente apontadas nos estudos na área de Administração, caso das organizações contra hegemônicas (Zilio *et al.*, 2012), da gestão ordinária (Barros; Carrieri, 2015) — embora essa tenha sido uma das bases teóricas da noção de negócios periféricos —, e das organizações outras (Couto; Honorato; Silva, 2019); contudo, ressalto, é a única que traça um caminho para uma análise materialista e dialética das relações entre negócios periféricos, parte do circuito inferior, e negócios localizados no circuito superior.

Nesse sentido, defendo que o diálogo conceitual realizado possui relevância teórica por, de um lado, possibilitar a realização de análises empíricas com base na realidade concreta de negócios periféricos, a partir de uma perspectiva materialista e dialética; e, de outro, “trazer” para o campo dos estudos organizacionais a Teoria dos dois circuitos urbanos, a qual é utilizada, majoritariamente, por pesquisadores do campo da Geografia (Batista; Costa, 2014; Farias, 2020; Oliveira, 2020), os quais possuem interesses de pesquisa, no geral, distintos dos pesquisadores do campo de organizações.

Ainda, indico a relevância prática e social da aproximação realizada nesta subseção pela mesma possibilitar a análise da realidade concreta de negócios localizados no circuito inferior, ancorada em uma perspectiva crítica, em um cenário em que o país alcança a marca de aproximadamente 41% da população ativa na informalidade (Neder, 2021).

2.6 OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E A VIRADA HISTÓRICA

Entre as décadas de 1950 e 1960 a área dos estudos organizacionais se estabeleceu ao buscar investigar o funcionamento das organizações a partir de temas como estrutura e cultura organizacional, liderança, tomada de decisão e relações de poder, de forma que os pesquisadores da seara pudessem compreender como as organizações se formam, organizam, estruturam, e como funcionam em relação aos seus conflitos intraorganizacionais e ambientais.

Foi também no citado período que pesquisadores da área exploraram e aprofundaram o caráter multidisciplinar que se tornou sua marca. Combinando influências da Psicologia, Antropologia, Ciência Política e Economia, novas abordagens teóricas e epistemológicas para fins de análise das organizações começaram a desenvolver-se, as quais ofereceram à pesquisa em estudos organizacionais uma nova perspectiva, que tendia a valorizar a exploração dos elementos humanos, de comunicação, elementos externos relacionados à organização, suas dinâmicas e seu funcionamento no mundo organizacional (Munck; Souza, 2010).

Além da multidisciplinariedade, outra característica que marcou a fase inicial dos estudos organizacionais foi a centralidade das pensamento estadunidense para a área. A influência estadunidense conduziu os estudos conferindo a eles características como: abordagem universalista e funcionalista, ênfase na produtividade e na eficiência, caráter empirista e quantitativo, assim como ênfase nas teorias clássicas da administração (Ferreira, 2010).

Pormenorizando as características funcionalistas dos estudos organizacionais, entende-se que a universalidade se manifesta na medida em que se acreditava que os estudos

estadunidenses, por exemplo, poderiam ser replicados e aplicados a qualquer organização, em qualquer lugar, e contexto histórico-social possível, pois as próprias práticas de gestão e organização seriam universais. A ênfase na eficiência e na produtividade, por sua vez, se relacionam com o pensamento gerencial norte americano, voltado à racionalidade e à maximização dos recursos com resultados tangíveis. Para tal, entrava em cena a abordagem baseada no empírico e no quantitativo, ou seja, foco dos estudos recaia sobre a coleta e análise de dados quantitativos e testes de hipóteses, os cruzando em correlações causais sobre a fundação teórica que reunia teorias clássicas que moldaram a compreensão das práticas de gestão, tais como a Teoria da Administração Científica e a Teoria da Contingência, como base para a compreensão das organizações.

O funcionalismo, portanto, marca os momentos iniciais dos estudos organizacionais, podendo ser considerado seu “berço acadêmico”, juntamente com uma herança positivista, e, apesar novas perspectivas emergirem e ganharem espaço na área, as bases epistemológicas rígidas do funcionalismo permanecem predominando entre as pesquisas que tendem a culminar em análises estáticas dos fenômenos sociais (Burrell; Morgan, 1979). Para Ferreira (2010):

Para o campo de pesquisa organizacional, o reflexo dessa orientação acadêmica dominante foi um volume enorme de estudos empíricos formatados para a testificação de hipóteses e correlações causais que buscavam revelar o caráter universal da organização formal, ou seja, a crença de que esse tipo de organização humana apresenta características fundamentais independentes do contexto histórico (Ferreira, 2010, p. 39).

O viés funcionalista, porém, não era exclusivo dos estudos organizacionais, no campo das Ciências Sociais a sua predominância também podia ser identificada. Assim, quando nos estudos sociais novas abordagens fundamentadas em pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos distintos se afastaram do funcionalismo e do positivismo, adotando, por exemplo, o pressuposto da natureza histórica das instituições sociais, tal mudança, de tão significativa e relevante para o campo, foi denominada por virada histórica (*historical turn*) nas Ciências Sociais (Barret; Srivastal, 1991; Tuchman, 1994; Ferreira, 2010).

Burrell e Morgan (1979), apontam que a virada histórica nas Ciências Sociais pode ser observada a partir de dois principais aspectos: o primeiro é o relativismo histórico-cultural, segundo o qual as visões de mundo e as construções culturais de uma sociedade desenvolvem distintos significados e se ramificam em distintas visões, pois estão sob a influência de diferentes culturas e momentos históricos, de forma que o pesquisador precisa considerar o tratamento do tempo e da cultura por meio da história quando se propõe a explorar e explicar um fenômeno social; o outro aspecto, que resulta do anterior, é a aproximação entre os campos

de estudos da Ciências Sociais e da própria História na figura de seus pesquisadores, vez que os cientistas sociais passaram a buscar e utilizar dados históricos para fundamentar e alimentar teorias sociológicas, enquanto historiadores incorporaram em suas pesquisas e análises históricas teorias e conceitos sociológicos, ambos na busca por trabalhos mais acurados.

O saldo final da aproximação apresentada no parágrafo anterior foi a transformação de ambos os campos de pesquisa, de forma que para as Ciências Sociais o contexto histórico se tornou essencial para compreender os fenômenos sociais (Tuchman, 1994), enquanto para a história, se passou a falar de uma “história nova”, que buscou compreender o fenômeno a partir da análise minuciosa de fatos e significados, não se limitando a descrever acontecimentos pré-selecionados (Le Goff, 2005).

Acompanhando a tendência dos estudos sociais, a área de estudos organizacionais, também sofreu a sua virada histórica. O termo *virada histórica*, do original *historic turn*, foi cunhado por Clark e Rowlinson (2004) para dar nome ao movimento de aproximação entre a história e os estudos organizacionais que começou na década de 1980 e se firmou na década seguinte. Para os autores, a ideia de “virada” indica um movimento mais abrangente que propõe aos pesquisadores a adoção de uma postura mais retórica e atitude menos cientificista (Clark; Rowlinson, 2004).

A virada histórica representou uma mudança nesse cenário, trazendo uma maior valorização da análise histórica e contextualizada das organizações, o que implica em considerar as organizações como parte de um contexto histórico e cultural vivo e em disputas, não como um ente isolado, estanque. A visão ampliada que o pesquisador adota a partir de uma abordagem histórica das organizações permite as investigações acerca das organizações, o contexto no qual estão inseridas e os sujeitos que com ela se relacionam de modo não apenas mais abrangente, mas, também, mais ético (Barros; Carrieri, 2015; Clark; Rowlinson, 2004).

A perspectiva histórica nos estudos organizacionais pode ser implementada de três maneiras, como propõem Üsdiken e Kieser (2004), quais sejam: suplementarista, integracionista e reorientacionista, de acordo com a contribuição que história dá à pesquisa. A historicidade aplicada é suplementarista quando a história funciona na pesquisa como um elemento de contexto no refino das teorias, ajudando na seleção de variáveis. Será integracionista a adoção da perspectiva histórica quando essa serve aos pesquisadores para estabelecer relações sólidas entre eventos, ações e decisões dos sujeitos no passado reverberam nos contornos da organização em sua existência. Por fim, quando usada de forma reorientacionista a abordagem histórica permite que o pesquisador se afaste do viés positivista

e priorize a interpretação dos fenômenos organizacionais, culminando em narrativas históricas emergentes (Üsdiken; Kieser, 2004).

Para além de suas formas de aplicação, outro aspecto relevante que a historicização dos estudos organizacionais possui é descentralização da produção do conhecimento, vez que ao considerar a história e o contexto em torno das organizações o pesquisador se volta para a realidade organizacional local, nacional ou regional, de onde estão instaladas as organizações. Desta forma, é necessário que a exploração considere a multiplicidade e diversidade cultural no entorno das organizações, sem perder de vista a rede de indivíduos, grupos, organizações, símbolos culturais sociais, políticos e econômicos e suas interrelações.

No Brasil, pesquisas contidas em dissertações e teses se destacam na busca pela reflexão acerca da aproximação entre história e estudos organizacionais no início dos anos 2000. Fazendo uso da abordagem histórica das organizações e da própria administração autores como Curado (2001) e Ferreira (2008) exploraram “*O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo*” e o “*Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940*”, respectivamente. Quando a história é colocada em evidência nas pesquisas em Administração o objetivo, na maior parte das vezes, é o de lançar luz sobre bases que podem ter moldado o presente das organizações e da cultura organizacional brasileira, enriquecendo tanto as etapas de estruturação dos cursos de graduação em Administração quanto de agentes, que dotados de potencial para transformar o campo, como é o caso da pesquisa sobre o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), entidade discutida por Ferreira (2008), por exemplo.

Estudos mais recentes, como as de Costa, Barros e Martins (2010), Ferreira (2010), Wood, Tonelli e Cooke (2011), Barros (2013), Wanderley (2015), e Carneiro, Barros e Wanderley (2018), reiteram que a perspectiva histórica permite que o pesquisador melhor contextualize o fenômeno por ele estudado, bem como fazer emergir conceitos e ideias de uma época que servem para analisar fatos que se dão em outro momento histórico. Assim, em consonância com Ferreira (2010), entendo que olhar para o passado é, também, necessário para que o campo de pesquisa em estudos organizacionais avance na compreensão da identidade organizacional nacional.

Ressalto que apesar dos avanços na área e que as pesquisas históricas já ocupem um lugar relevante no contexto de estudo da Administração, ainda resiste um dilema relativo à questão sobre as possibilidades de como acessar o passado e conduzir pesquisas dessa natureza, o que inclui técnicas metodológicas para tal, especialmente no que concerne metodologias

elaborados por, e para, o chamado Sul Global (Abdalla; Faria, 2017; Silva; Wanderley, 2022; Louredo; Oliveira, 2022). Nesse sentido, no capítulo seguinte desta tese elaboro e apresento uma metodologia, elaborada por mim, denominada *análise documental das tensões*.

3 METODOLOGIA PROPOSTA – ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES

No processo de escrita desta tese, mais precisamente após a qualificação e as alterações realizadas nos objetivos propostos, senti a necessidade de encontrar uma metodologia que me possibilitasse dar maior ênfase ao processo de coleta e análise de dados documentais, em contraste ao processo que planejara anteriormente, o qual englobava entrevistas. Nessa busca, cogitei utilizar técnicas metodológicas que estão em voga no campo de pesquisas históricas nos estudos organizacionais, como a *Anti History* (Durepos; Mills, 2017; Luna; Barros, 2019; Mills; Novicevic; Roberts, 2022; Quelha-De-Sá; Costa, 2019),

Contudo, o meu interesse por trabalhar com temáticas e bases teóricas diretamente relacionadas à realidade empírica do denominado Sul Global, mais precisamente a brasileira, ademais do pensamento de Milton Santos e o materialismo histórico-dialético — que embora não tenha origem no Sul Global, serviu como base para a elaboração de perspectivas teóricas tanto elaboradas quanto focadas na citada região, caso da Teoria Marxista da Dependência (Bambirra, 1978; Marini, 1969; Santos, 2011) —, me despertou o interesse de elaborar uma metodologia que me permitisse analisar a realidade local, especialmente em contextos periféricos e semiperiféricos (Martins, 2015), com base em documentos históricos relacionados à unidade de análise, a partir de lentes elaboradas por e para a mencionada realidade.

Essa metodologia, denominada por mim de *Análise documental das tensões*, tem como pressupostos teóricos tanto o pensamento de Milton Santos, mais precisamente a Teoria dos dois circuitos urbanos (Santos, 2003), quanto o materialismo histórico-dialético (Marx, 1979) — e as categorias que o estruturam: historicidade, dialética e totalidade —, sendo esses, portanto, fundamentais para a metodologia proposta, e a reflexividade (Carneiro; Barros; Wanderley, 2018) permeando todo o processo de sua utilização.

Ressalto, desde já, que entendo que a análise documental das tensões pode ser utilizada em conjunto com outras técnicas de coleta de dados, a fim de possibilitar o aprofundamento teórico-analítico com base em triangulações de dados ou, ainda, relacionar os dados históricos analisados com a realidade atual da unidade de análise, tais quais entrevistas, questionários, observações participante ou não participante, entre outras formas.

Nesse sentido, os pressupostos ontológicos e epistemológicos que embasam a análise documental das tensões estão em consonância com o que norteia as lentes teóricas citadas, os quais apresentarei no próximo subcapítulo.

3.1 PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS, EPISTEMOLÓGICOS E TEÓRICOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES

Acerca dos *pressupostos ontológicos* da análise documental das tensões, de forma resumida, destaco os seguintes aspectos: materialismo, determinismo econômico, e contradição e mediação. Inicialmente, ao destacar o materialismo, aponto que as condições econômicas e materiais concretas são imprescindíveis na compreensão de estruturas sociopolíticas e culturais. O determinismo econômico, por sua vez, traz para a análise documental das tensões a relevância de se observar como as estruturas econômicas de uma dada sociedade desempenharam papel fundamental nas demais esferas sociais considerando, por exemplo, efeitos como relações de poder, produção e propriedade impactaram, e foram impactadas, pela superestrutura. Por fim, contradição e mediação devem ser consideradas como pressupostos pelo pesquisador na medida em que a sociedade na qual se dão as tensões pode apresentar contradições nas relações de produção, as quais podem figurar, ainda, como catalisadores do avanço histórico.

Os *pressupostos epistemológicos* da Análise documental, igualmente de forma sintética, são os seguintes: dialética, historicidade e totalidade. A dialética, aqui, funciona como uma abordagem de análise baseada na identificação e análise de conflitos, especialmente os de classe, as contradições das relações de produção e as dinâmicas das lutas sociais, reconhecendo que muitas vezes o desenvolvimento de uma dada sociedade advém do confronto e da contradição entre forças opostas — nesta metodologia, como será indicado posteriormente, tais contradições devem ser identificadas com base no pensamento miltoniano, precisamente, nas categorias verticalidades e horizontalidades. A historicidade na análise documental das tensões passa pela compreensão de que as mudanças que movimentam a história de uma sociedade, como as mudanças nas relações de produção e nas formas de organização social, são objetos que permitem compreender o contexto social da unidade de análise no recorte temporal delineado e, portanto, como apontado por Bottomore (1983), um dado objeto concreto deve ser compreendido como produto e agente causal da história. A totalidade diz respeito à consideração do território usado no qual se dão as relações, os conflitos e as mudanças, e, assim, tal território, para a metodologia proposta, deve ser interpretado como uma totalidade interconectada, interdependente, dinâmica e complexa, de modo que ao fazer sua análise o

pesquisador deve explorar o espaço no qual se dão suas tensões, atentando-se tanto ao que está explicitamente quanto implicitamente posto, de modo a influenciar o território, as relações e as tensões. Ainda sobre a totalidade, ressalto que estou de acordo com o entendimento de Bottomore (1983) e Carvalho (2007) sobre não ser necessário, ou mesmo possível, analisar todas as inumeráveis variáveis e relações dialéticas de uma dada unidade de análise, e, portanto, o pesquisador deve se concentrar nas unidades, consideradas por ele, mais fundamentais a serem descortinadas, uma vez que a partir delas tende a se fazer possível compreender o todo, ainda que em um estágio intermediário de profundidade analítica.

Ademais dos pressupostos acima apresentados, há uma *base teórica* que deve ser considerada para a utilização da análise documental das tensões. Em consonância com Carneiro, Barros e Wanderley (2018), a *reflexividade*, é uma prática de pesquisa que deve acompanhar todo o desenvolvimento dessa, a qual encaminha o pesquisador a dar os seus passos de pesquisa com criticidade, sendo capaz de questionar e analisar criticamente não apenas os documentos e dados coletados, mas refletir sobre o quanto a sua subjetividade é embutida na pesquisa por meio de suas vivências, valores, ideologias, perspectivas e suposições sobre o objeto com o qual está trabalhando.

A análise crítica proporcionada pela reflexividade oferece ao pesquisador um equilíbrio no processo de desenvolvimento da pesquisa científica, uma vez que, conforme indicado anteriormente na apresentação dos pressupostos teóricos, ontológicos e epistemológicos que norteiam esta metodologia, não é possível alcançar um grau imaculado de neutralidade, especialmente na análise documental das tensões.

A metodologia que proponho tem como objetivo permitir a realização de uma análise radical — no sentido de visar uma emersão e análise da realidade concreta —, organizada em uma narrativa histórica, que possa contribuir para a construção de uma práxis que vise a transformação do conhecimento e da realidade histórica para além de uma possível superficialidade documental *a priori* aparente. Mais precisamente, entendo que embora a citada metodologia possa ser aplicada para compreender distintos objetos, organizações, sujeitos e realidades, seu principal aspecto é fazer emergir narrativas históricas (Carneiro; Barros; Wanderley, 2018) atreladas aos subalternos, ou como diria Milton Santos, aos homens lentos (Santos, 2003), assim como às regiões periféricas e semiperiféricas globais onde esses estão localizados — ainda que para isso, a depender da pesquisa, possa ser relevante compreender as narrativas oriundas do circuito superior.

Embora já mencionado nesta tese, indico, a fim de facilitar o entendimento da base conceitual por parte de possíveis interessados na metodologia, que homem lento é o indivíduo que norteado por uma contra-racionalidade — por não ser considerado apto a comungar com a alta velocidade do circuito superior, no qual busca-se a maximização de tudo, inclusive do capital, a partir da ótica racional de espírito europeu e, atualmente, do poder do capital global — integra o circuito inferior e, dessa forma, se torna capaz de escapar, até certo ponto, do totalitarismo da racionalidade hegemônica, sendo, para o autor, o tempo dos homens lentos (Santos, 2014).

Com relação aos circuitos⁴, resumidamente, em *O espaço Dividido* (2004), Milton Santos se dedica a elaborar e apresentar seus pensamentos acerca da anatomia dos circuitos urbanos nas regiões periféricas e semiperiféricas componentes do então chamado terceiro mundo, os tendo segregado e denominado de circuito superior e circuito inferior (Santos, 2014), que formam, de fato, uma divisão em tais regiões, e apresentados pelo autor, resumidamente, da seguinte forma:

Um dos dois circuitos é resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades ligadas (Santos, 2014, p. 45).

Dessa forma, para Santos (2014), o circuito superior é caracterizado, também, por ser composto, no geral, por organizações diretamente relacionadas às grandes corporações globais, detentoras de tecnologias de ponta, massivas quantidades de capital — e de acesso a créditos, inclusive de fontes governamentais —, que majoritariamente empregam trabalhadores assalariados — que, por sua vez, consomem os serviços de tais organizações —, e que são elaboradas a partir do pensamento exógeno, assim como são voltadas para o exterior. Por outro lado, o circuito inferior é caracterizado pelo pensador como, majoritariamente, composto por organizações de pequeno porte, detentoras de bases tecnológicas consideradas primitivas, e possuidoras de capital reduzido e não-institucional.

Outro fundamento teórico basilar para a análise documental das tensões são os conceitos de verticalidades e horizontalidades no pensamento miltoniano, pois é com base nesses que se fará possível analisar as tensões entre os circuitos para fins de análise documental das tensões,

⁴ Para uma compreensão mais aprofundada da noção de circuitos em Milton Santos, assim como dos demais conceitos elaborados pelo pensador e apresentados neste capítulo, sugiro a leitura do subcapítulo “2.1 - O pensamento miltoniano e a teoria dos dois circuitos urbanos dos países subdesenvolvidos” desta tese ou, para uma ainda mais profunda, a leitura do livro *O espaço dividido*, elaborado pelo autor.

em um dado território usado, e, conseqüentemente, os sujeitos e organizações neles alocados. Como já visto nesta tese, Santos (1996) aponta que as verticalidades estão relacionadas aos acontecimentos hierárquicos, produzidos pelos agentes hegemônicos, enquanto as horizontalidades fazem parte das formas de acontecer complementares e homólogas, que são produzidas, respectivamente, pelos agentes hegemônicos e não hegemônicos.

Nesse sentido, é possível relacionar às verticalidades, por exemplo, aos entes públicos e às suas tomadas de decisões, ou às organizações que exercem influência razoável sobre o território usado e possuem interesses alinhados com o circuito superior; ao passo que as horizontalidades podem ser encontradas, por exemplo, nas ações colocadas em prática por sujeitos e organizações alocados com o circuito inferior e alinhado com os seus interesses locais – e não aos do grande capital (Queiroz, 2014).

Dessa forma, aponto, as relações verticais estão atreladas à uma racionalidade norteadora, e norteada, do e pelos interesses dos agentes da globalização e do neoliberalismo; ao passo que as relações horizontais são norteadas por uma racionalidade paralela, uma contraracionalidade, uma racionalidade local, dos homens lentos, sendo espaços de todos, os quais, ao mesmo tempo, embora obedeçam aos interesses da globalização e do neoliberalismo, tendem a serem contrários a esses.

Diante do exposto, entendo que a proposta metodológica de análise documental das tensões possibilita que “narrativas históricas outras” sobre a unidade de análise emergem de investigações científicas sobre documentos históricos (Carneiro; Barros; Wanderley, 2018). A partir das narrativas insurgentes se faz possível elaborar uma narrativa que considere as histórias narradas dos documentos e relatos de acontecimentos do passado, processados e reorganizados pelo pesquisador em uma outra narrativa histórica que atribui significado aos eventos e personagens do passado, os contextualiza e explora suas causalidades, transmitindo ao interlocutor, de forma científica, as complexidades dos processos históricos envolvidos em seu recorte temporal, unidade de análise e materialidade, assim como, a depender do objeto de análise, trazer à luz as rugosidades (Santos, 1978) no território usado analisado.

Assim, aponto que a metodologia proposta, para além de ir ao encontro da virada histórica nos estudos organizacionais (Clark; Rowlinson, 2004), acompanha o sinalizado por Wanderley e Barros (2019), mais precisamente, a pertinência da construção e da proposição do conhecimento oriundo da realidade do Sul Global, para o campo de pesquisas históricas em Administração. Ademais, a análise documental das tensões, assim como esta tese, também se alinha ao chamado pela virada espacial (Baldry, 1999; Kornberger; Clegg, 2003; Lacerda,

2021), visto que, assim como outros pesquisadores, também busquei compreender, dentre outros aspectos, como o espaço é ao mesmo tempo um meio e um fim no que concerne às relações sociais, assim com o seu impacto, e como é impactado, pelo por sujeitos e organizações nele alocados.

Ressalto, antes de passar ao subcapítulo seguinte, no qual indicarei uma possibilidade de operacionalização da metodologia, que não tenho por objetivo tornar esta proposta metodológica, ou mesmo a sua operacionalização, “rígida” — pelo contrário, espero que demais colegas, interessados na análise de documentos históricos e com viés crítico, contribuam para a sua discussão e ampliação —, contudo, sem perder de vista os alicerces que a embasam, os quais foram apresentados neste subcapítulo.

Nesse sentido, para além de um “passo-a-passo”, o próximo capítulo tem por objetivo indicar aspectos que devem ser levados em consideração pelos pesquisadores ao utilizarem a análise documental das tensões, de forma que não se afastem perspectivas propostas, porém, de forma que não impossibilite uma certa flexibilidade em sua operacionalização em demais pesquisas.

3.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS TENSÕES

No presente subcapítulo apresento uma proposta de operacionalização da “análise documental das tensões”. Denomino como uma “proposta” por entender que a depender das características do estudo no qual pesquisadores têm se debruçado, ajustes, em relação ao que proponho, serão necessários. Contudo, tal qual indiquei na subseção anterior, ressalto a importância de “não perder de vista” as bases desta metodologia. Destaco, mais uma vez, a necessidade de considerar a reflexividade no fazer crítico de todo o processo de operacionalização da metodologia (Carneiro; Barros; Wanderley, 2018). Também por isso, recorri à reflexividade no decorrer dos próximos subcapítulos.

Segreguei a operacionalização da metodologia em quatro etapas, quais sejam: (1) definição da unidade de análise e definição do recorte temporal; (2) definição das fontes e coleta dos dados; e a (3) pré-análise do material coletado. A fim de tornar mais clara a operacionalização proposta, a quarta etapa da análise documental das tensões, referente à (4) análise das tensões e a elaboração da narrativa histórica, será apresentada separadamente, mais precisamente no subcapítulo “3.3 – A análise das tensões e a elaboração da narrativa histórica”.

3.2.1 Definição da unidade de análise e definição do recorte temporal

Nesta primeira etapa, ainda que a unidade de análise e o recorte temporal tenham sido definidos *a priori* em relação à metodologia a ser utilizada, entendo que o pesquisador deve, ao optar pela análise documental das tensões, analisar de que forma essa dialoga com a unidade de análise delineada, visto que, embora a citada metodologia abra um leque de possibilidades em relação a que tipos de objetos de análise podem ser estudados, em consonância com o que fora apresentado no subcapítulo anterior, aponto que o seu diferencial consiste na busca pela emersão de narrativas históricas de organizações, sujeitos e realidades que, sob a ótica do pesquisador, ou por indicações de fontes variadas, estejam relacionadas às regiões periféricas e semiperiféricas globais.

No que concerne à definição do recorte temporal, tal qual indicado por Costa e Silva (2019), o pesquisador possui a prerrogativa de definir a temporalidade do seu estudo, podendo, em estudos históricos em Administração, se tratar de pesquisas longitudinais — nas quais os estudiosos analisam um determinado fenômeno durante um espaço de tempo, com enfoque nas suas causas e efeito — ou de um período específico de tempo. Tal definição também é possível com base em um evento em específico, ou mais de um, que o pesquisador deseja se debruçar.

Com relação à reflexividade no contexto da definição da unidade de análise e definição do recorte temporal, incentivo os pesquisadores a questionarem como as suas próprias posições, interesses e visões de mundo podem influenciar a seleção do objeto a ser estudado. Isso implica em uma reflexão cuidadosa sobre o contexto mais amplo em que o fenômeno em estudo está inserido, bem como sobre as possíveis influências ideológicas, políticas e sociais que podem moldar a percepção do pesquisador, não com intenções de vislumbrar uma dita “neutralidade”, mas visando um entendimento sobre a relação “objeto-pesquisador”.

Dentro do contexto do recorte temporal, remonto à reflexividade a fim recordar ao pesquisador que suas preconcepções e pressupostos no momento de delimitar seu recorte devem ser, também, colocados sob a lente da criticidade. Nesse sentido, a reflexão do pesquisador deve girar em torno das motivações de sua escolha por um período específico de análise em detrimento de outro(s), bem como uma avaliação honesta das limitações e potenciais que tal escolha pode acarretar durante o fazer da pesquisa.

Além da reflexividade, ao se considerar as bases ontológicas, epistemológicas e teóricas propostas nesta metodologia, é crucial ponderar que os fenômenos sociais estão condicionados a conjunturas materiais e específicas próprias, de modo que o período escolhido para estudar

um objeto permita a produção de uma análise que capture momentos significativos de conflitos, seus desdobramentos e transformações.

Por fim, sugiro algumas perguntas que podem ajudar o pesquisador a trabalhar com a reflexividade e trazer mais criticidade às suas escolhas de pesquisa: como o recorte temporal que eu escolhi pode contribuir para que eu alcance o objetivo da minha pesquisa? Uma vez escolhido o recorte temporal, quais os conflitos, eventos históricos ou mudanças significativas ocorreram nele? Como os conflitos que emergiram dos documentos referentes ao meu recorte histórico se relacionam com a unidade de análise da minha pesquisa? Diante desse cenário quais são as minhas aferições, hipóteses e subjetividade que atravessam a análise tanto do período temporal, dos conflitos e da própria unidade de análise?

3.2.2 Definição das fontes e coletas dos dados delineados

Para a segunda etapa, ao definir as fontes para coleta de dados na metodologia de análise documental das tensões, os pesquisadores podem, e devem, considerar uma variedade de fontes históricas que ofereçam acesso a percepções significativas sobre as tensões e conflitos sociais relacionados à unidade de análise. Essa seleção de fontes, ademais dos objetivos delineados para o estudo, deve ser guiada pela base teórica, epistemológica e ontológica da metodologia, a fim de que se consiga uma abordagem abrangente e crítica.

Com relação aos tipos de documentos que podem ser utilizados e analisados com base na metodologia proposta, entendo que a utilização da análise documental das tensões possibilita a utilização de documentos históricos em um sentido amplo, o que significa englobar, por exemplo, “cartas, livros, relatórios, reportagens, diários, pinturas, fotografias, filmes, mitos, lendas, falas, espaços, entre outros” (Samara; Tupy, 2010, p. 117). Tal entendimento está em consonância, como indicado por Costa e Silva (2019), com a própria mudança na noção de documento histórico ocorrida durante o século XX, passando de “apenas” documentos escritos para um maior leque de opções. Ainda nesse sentido, importante ressaltar a percepção de Karnal e Tatsch (2009) acerca do que é um documento histórico, sendo esse: (1) socialmente construído; (2) aquilo que é decidido como um documento histórico em um dado momento; e (3) é decidido por ser conservado pelo meio social como tal.

Dessa forma, estou de acordo com Costa e Carvalho (2019) no concernente à relevância da abertura em relação aos tipos de documentos passíveis de análise na metodologia proposta tenderem a enriquecer os estudos históricos na área de estudos organizacionais, especialmente considerando-se que muitas vezes o acesso aos documentos organizacionais não é facilitado —

o que entendo que pode estimular, ou ao menos facilitar, o interesse de outros pesquisadores dos estudos organizacionais pelo caminho histórico.

A reflexividade também deverá permear todo o processo de definição das fontes e de coleta dos dados. Compreendo que os apontamentos elaborados por Carneiro, Barros e Wanderley (2018), acerca da relação entre reflexividade e arquivos, é pertinente para esta metodologia, mais precisamente no concernente ao entendimento de que os documentos arquivados, por si, formam fragmentos parciais do passado, produzidos, possivelmente, sob regras que não estão explicitadas no arquivo ou na documentação analisada. Assim, destacam os autores que as seguintes questões podem auxiliar demais pesquisadores nessa reflexão: "Por que e como esse conjunto de documentos foi produzido, armazenado e guardado? Quem fez a curadoria dos documentos? Qual é a lógica por trás desse arquivo?" (Carneiro; Barros; Wanderley, 2018, p.5).

Dessa forma, indico que para além das razões apontadas pelos autores que justificam a reflexividade, retomando o pensamento miltoniano, a adoção de questionamentos sobre os interesses daqueles que elaboraram os documentos a serem analisados e possibilitaram a existência do arquivo também são relevantes, com base na compreensão de que sujeitos e organizações, alocados em circuitos distintos, e igualmente motivados por interesses difusos, são motivados por verticalidades e horizontalidades. Portanto, se faz fundamental, para fins desta metodologia, a reflexão sobre que interesses que possivelmente motivaram tais sujeitos e organizações.

3.2.3 A pré-análise do material coletado

A terceira etapa, a pré-análise do material coletado, juntamente à análise das tensões e a construção da narrativa histórica, é o cerne da metodologia proposta, momento no qual os pesquisadores se dedicam a realizar uma pré-análise dos documentos históricos relacionados à unidade de análise com o objetivo de identificar e explicitar, ainda que de forma inicial, sujeitos, organizações públicas e privadas, circuitos e as principais tensões que permearam esse contexto.

Ressalto que denomino esta etapa como uma "pré-análise" pois a elaboração da análise de forma completa e estruturada, de fato, deverá ocorrer no contexto da elaboração das narrativas históricas, última fase desta proposta metodológica. Assim, na pré-análise os pesquisadores devem, a partir de uma leitura inicial dos documentos históricos coletados, identificar e explicitar, em relação à unidade de análise, território usado e o recorte temporal:

os sujeitos, organizações públicas e privadas atuantes nas relações observadas; a alocação desses nos circuitos; e as principais tensões identificadas no primeiro momento.

A realização da pré-análise, nesse sentido, visa tanto facilitar a elaboração da narrativa histórica, última etapa da metodologia proposta, quanto promover uma transparência acerca “de como” o pesquisador partiu para elaborar a referida narrativa. Portanto, ainda que se trate de uma síntese dos dados coletados, possui uma função relevante na análise documental das tensões.

Assim, a fim de facilitar a compreensão, abordarei, nas próximas subseções, as diferentes etapas da pré-análise do material coletado, fornecendo orientações teóricas e metodológicas para os pesquisadores interessados em aplicar essa abordagem em seus próprios estudos. Abordarei desde a definição dos sujeitos, organizações públicas e privadas na unidade de análise, passando pela identificação dos circuitos urbanos, a identificação das tensões, assim como pela análise das contradições e mediações que permeiam essas relações sociais para fins de elaboração das narrativas históricas.

3.2.3.1 Identificação dos sujeitos e organizações públicas e privadas

Nesta fase, os pesquisadores devem identificar e indicar quais são atores relevantes para a análise a ser realizada, levando em consideração tanto os objetivos da pesquisa quanto as bases ontológicas, epistemológicas e teóricas desta metodologia. Isso pode envolver a identificação de diferentes sujeitos e organizações públicas e privadas relacionados à unidade de análise, com base no entendimento do pesquisador no concernente à relevância desses para o estudo.

Após a definição dos sujeitos e organizações considerados relevantes, os pesquisadores devem buscar contextualizar historicamente e socialmente cada grupo identificado, analisando suas origens e interesses perceptíveis com base nos dados, assim como as relações de poder e formas de organização desses, e entre si, ao longo do tempo analisado.

Ressalto, mais uma vez, que a análise documental das tensões possui como característica basilar o enfoque na emersão de narrativas históricas atreladas aos sujeitos hegemônicos, ou como diria Milton Santos, aos homens lentos (Santos, 2003), alocados, normalmente, no circuito inferior, assim como às regiões periféricas e semiperiféricas globais onde esses estão localizados, o que, porém, a depender dos objetivos da pesquisa, não inviabiliza a possibilidade, quiçá a necessidade, da elaboração de narrativas relacionadas ao circuito superior.

3.2.3.2 Identificação da alocação dos sujeitos e organizações nos circuitos

A identificação da alocação dos sujeitos e organizações nos circuitos, nos moldes propostos por Milton Santos em sua Teoria dos Dois Circuitos Urbanos, é um passo fundamental na análise documental das tensões. Essa etapa visa mapear e compreender de que maneiras os sujeitos e organizações se estruturaram na unidade de análise no que concerne aos dois circuitos urbanos, considerando-se, por exemplo, o domínio de técnicas, a distribuição de poder, recursos e influências, distinguindo entre o circuito superior e o circuito inferior. Levando-se em consideração que nesta proposta de metodologia já discorri, ainda que brevemente, sobre o que são e algumas características de ambos os circuitos, no próximo parágrafo apenas mencionarei alguns aspectos, contudo, sugiro tanto a leitura da parte inicial desta metodologia quanto a leitura do subcapítulo “2.1 - O pensamento miltoniano e a teoria dos dois circuitos urbanos”. A fim de facilitar o entendimento de interessados nesta metodologia, apresento, no quadro 2, com base no próprio pensamento miltoniano, as características dos circuitos superior e inferior, o que facilitará a identificação dos circuitos por parte dos pesquisadores.

Quadro 2 – Características dos circuitos superior e inferior para fins de identificação de sujeitos e organizações

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Uso intensivo de capital	Uso intensivo de mão de obra
Organização	Burocrática, estruturada	Primitiva, não estruturada
Capital	Importante	Escasso
Mão de obra	Limitada	Abundante
Salários regulares	Prevalentes	Não requeridos
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequenas quantidades e/ou baixa qualidade
Preços	Fixos (em geral)	Negociáveis entre as partes
Crédito	De bancos, institucional	Pessoal, não institucional
Margem de lucro	Pequena por unidade, mas grande por quantidade	Grande por unidade, mas pequena em quantidade
Relação com fregueses	Impessoal	Direta, personalizada
Custos fixos	Importantes	Negligenciáveis
Propaganda	Necessária	Nenhuma
Reutilização de mercadorias	Nenhuma (desperdício)	Frequente
Capital de reserva	Essencial	Não essencial
Ajuda governamental	Importante	Nenhuma ou quase nenhuma
Dependência de países estrangeiros	Grande; orientação para o exterior	Pequena ou nenhuma

Fonte: Adaptado, pelo autor, com base em Santos (2003).

Assim, com base nesse entendimento teórico e nas características apresentadas, os pesquisadores devem proceder com o mapeamento dos circuitos presentes no território

analisado. Isso pode envolver a identificação de áreas ou zonas que apresentam características típicas de cada circuito, bem como a análise das relações de poder, acessibilidade e distribuição de recursos entre eles. Ressalto que tais classificações, com base no pensamento de Milton Santos, foram realizadas, também, por distintos pesquisadores em seus estudos, embora a grande maioria, como é esperado, tenha ocorrido na área do saber da Geografia (Silveira; 2009; Leite, 2019; Farias, 2020; Ramos, 2020).

Para além das características apresentadas, recorro que a compreensão dos circuitos territoriais, segundo a teoria de Milton Santos, não se restringe apenas à análise da distribuição física das atividades e populações, mas também abrange as relações de poder e dominação que estruturam esses espaços. Isso implica considerar, para fins de identificação da alocação de sujeitos e organizações nos circuitos, não apenas as disparidades socioeconômicas entre os circuitos, mas também as barreiras físicas e simbólicas, desde que ancoradas em uma materialidade, que os separam, reforçando as desigualdades e exclusões sociais. Portanto, se faz relevante considerar não apenas as condições presentes, mas também as transformações ocorridas ao longo do tempo, caso tais informações sejam de acesso possível, incluindo processos de segregação, gentrificação e desenvolvimento urbano desigual.

3.3 A ANÁLISE DAS TENSÕES E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA

Nesta etapa, os pesquisadores buscam extrair informações significativas, analisar padrões recorrentes e interpretar o significado dos eventos e práticas documentados à luz das lentes teóricas e conceituais fornecidas pelo pensamento de Milton Santos e pelo materialismo histórico-dialético, a fim de que, por fim, seja possível construir a narrativa histórica de forma organizada e ancorada nos documentos e perspectivas teóricas pertinentes.

Assim, a análise do material coletado busca proporcionar uma compreensão mais profunda das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que moldam a dinâmica da Feira livre ao longo do tempo. Nesse sentido, os pesquisadores devem adotar uma abordagem reflexiva e crítica, questionando, a partir de relações inerentes à noção de totalidade, as informações obtidas nos documentos analisados.

Durante todo o processo, os pesquisadores devem estar atentos às nuances e complexidades da unidade de análise, buscando capturar as múltiplas vozes e perspectivas presentes nos documentos e promovendo uma análise estrutural e contextualizada das tensões observadas.

Conforme o exposto, nas duas subseções seguintes indicarei “caminhos possíveis” para a análise das tensões, assim como para a construção da narrativa histórica, com base nos preceitos que norteiam esta proposta metodológica. Ressalto que embora eu tenha segregado a quarta etapa em duas partes, apresentadas a seguir, compreendo que ambas devem ser realizadas pelo pesquisador de forma concomitante.

3.3.1 A análise das tensões

Com base no pensamento miltoniano, entendo que a efetiva análise das tensões, a qual caminhará junto da elaboração das narrativas históricas, deve ser realizada a partir da consideração das verticalidades e horizontalidades identificadas pelo pesquisador no território e recorte temporal sob análise.

Como já apontado nesta proposta metodológica, assim como no referencial teórico desta tese, as relações de verticalidade estão conectadas aos acontecimentos hierárquicos, produzidos pelos agentes econômicos e ligados ao capital, ao passo que as horizontalidades fazem parte de formas de acontecer complementares e homólogas, produzidas pelos agentes hegemônicos e não hegemônicos (Santos, 1996).

Dessa forma, apenas para citar exemplos possíveis, no geral é possível identificar verticalidades em muitos dos casos que envolvem relações hierárquicas, de poder e dominação na sociedade — inclusive por parte de agentes e organizações públicas —, tais quais: relações desiguais de poder por parte de organizações públicas e privadas, organizações e sujeitos em camadas privilegiadas em contraponto aos hegemônicos, políticas governamentais opressivas, relações econômicas desiguais entre distintos setores sociais, ações da mídia contra grupos hegemônicos, entre outros.

Acerca da identificação das horizontalidades, é possível identificá-las, também, em ações norteadas por relações de igualdade e solidariedade entre hegemônicos, ou como diria Milton Santos, pelos homens lentos. Dessa forma, exemplos possíveis são: registros de cooperação entre os homens lentos, manifestações de solidariedade em contextos críticos, resistências em geral à ação do circuito superior, movimentos sociais, entre outros.

Ressalto que a identificação das contradições e tensões entre os circuitos territoriais deve ser realizada, para além da teoria miltoniana, à luz do materialismo histórico-dialético, considerando-se, portanto e por exemplo, as relações e os modos de produção, dominação e resistência que caracterizam o sistema capitalista em um dado território usado analisado,

buscando a compreensão, para além do momento presente, de como tais cenários se desenvolveram historicamente.

Ainda, deve-se levar em consideração não apenas os conflitos aparentes, como disputas por território ou recursos, mas também as contradições estruturais e não perceptíveis no primeiro momento, ou seja, visar a compreensão da essência sobre a aparência (Marx, 2008), sob a ótica da totalidade, que permeiam o espaço urbano, pois, como indicado por Araújo (2014), o espaço urbano se configura como um campo inacabado de lutas e conflitos, pois à medida que são articuladas as relações sociais e econômicas entre os seus agentes, criam-se situações divergentes em função dos interesses específicos de cada um deles, sendo assim produto e condicionante dessas relações.

Além disso, considerando-se que a historicidade é um aspecto fundamental no materialismo histórico-dialético, para fins desta metodologia, para além da análise de um dado recorte temporal, é pertinente que o pesquisador, sempre que possível, leve em consideração a evolução histórica de um dado território usado até o momento de análise que o interessa, visto que, como apontado por Kosik (2010), que teve seu pensamento em relação ao materialismo histórico-dialético influenciado o próprio Milton Santos, a história é calcada no princípio da continuidade, ou seja, no trabalho e nos resultados das gerações anteriores.

Assim, para além da consideração das verticalidades, horizontalidades e totalidade, a análise das implicações de tais tensões nos circuitos estudados deve ser conduzida de forma dialética, considerando as múltiplas dimensões das relações sociais e econômicas que se manifestam no espaço urbano. Isso implica compreender como as contradições e lutas sociais entre os circuitos ocorreram e influenciaram não apenas a distribuição de recursos e oportunidades, mas também a reprodução das estruturas de poder, a reprodução da desigualdade social e geográfica, assim como de que formas essas contradições “se resolveram” e resultaram em mudanças na unidade de análise.

Com base no exposto, entendo que o conjunto de variáveis que deve ser considerado pelo pesquisador para fins de análise documental das tensões pode tornar o processo de análise dos dados complexo, contudo, como apontado por Santos (1978), não podemos deixar de lado a totalidade dos objetos, ações e história de uma região ao analisar uma dada economia urbana, sob o risco de privilegiar agentes econômicos hegemônicos, e não o espaço banal, o espaço de todos — o que levaria o pesquisador a um caminho oposto do pautado pela metodologia aqui proposta, ressalto.

3.3.2 A construção da narrativa histórica

Uma vez identificados os circuitos, organizações públicas e privadas e sujeitos, assim como as tensões consideradas relevantes pelo pesquisador com base nos documentos históricos, é chegada a última parte da quarta etapa da metodologia proposta, momento no qual o pesquisador deve construir uma narrativa histórica coerente e significativa que busque contextualizar e relacionar os eventos, personagens e circuitos do passado para entender seus significados e implicações na análise das tensões identificadas. Pondero que há certo grau de subjetividade no processo de escrita de uma narrativa histórica que é embebida nas percepções do próprio pesquisador e do caráter ideológico inerente à base marxista e miltoniana da metodologia que proponho.

Ao realizar uma pesquisa cuja fonte de informação é documental, o pesquisador deve se atentar para o fato de que tem em mãos materiais que são fontes primárias de uma narrativa histórica já existente, em outras palavras, os documentos são um registro da história contemporâneo ao seu desenrolar. Nesse sentido, existe nesse material, previamente, uma seleção de significados e práticas que integram a narrativa e outros que são excluídos, minimizados, reinterpretados ou manipulados (Pollack, 1992). Trabalhar com uma perspectiva histórica na construção de narrativas é compreender que ela — a história —, é uma reconstrução de algo que não existe mais e, portanto, pode apresentar falhas, incompletudes e problemas (Nora, 1993). Nessa esteira, entendo que pesquisadores, no presente, atuam como intérpretes de um passado que não pode ser reconstituído plenamente (Weatherbee, 2012).

Assim, reitero a inseparabilidade do narrador em relação aos fatos narrados, da mesma forma que a recepção dessa narrativa também passará pelo filtro subjetivo do interlocutor que pode reinterpretá-la e conferir a ela contextos oriundos de seu próprio repertório previamente adquirido (Barros, 2013; Alcadipani; Bertero, 2012; Wanderley, 2015).

Ciente da possibilidade de múltiplas narrativas, característica da narrativa histórica, bem como da interferência direta das subjetividades, tanto do pesquisador quanto do interlocutor, insiro nesta proposta metodológica a compreensão de que os documentos coletados pelo pesquisador possuem papel central de ancoragem da narrativa em fundamentos dotados de materialidade. Dessa forma, entendo que ainda que apresentem histórias narradas que atuem como fontes para a narrativa histórica a ser construída, os documentos recolhidos são fonte primária de uma história que hoje já se perdeu, mas que, através da materialidade dos documentos, nos oferecem um vislumbre da história no momento em que ela se desenrolou,

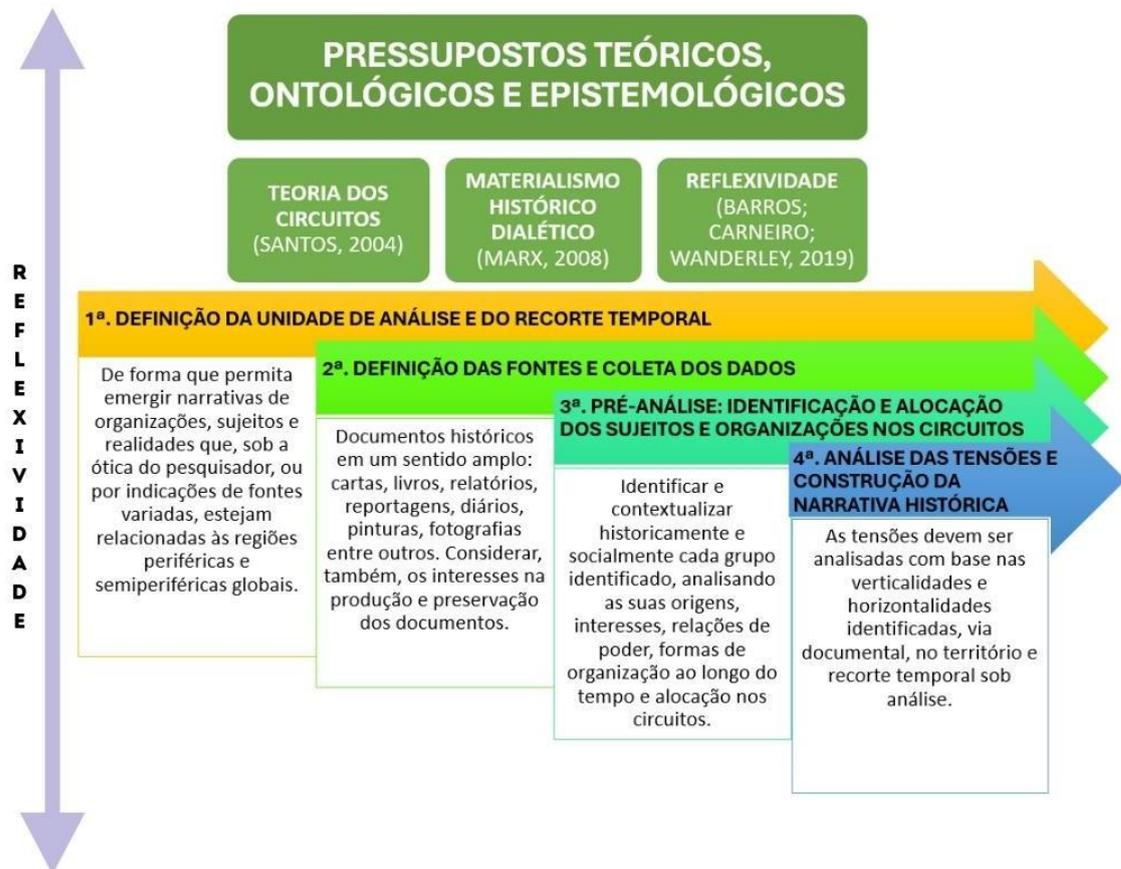
nos aproximando de uma representação mais próxima dos acontecimentos, mesmo havendo, como já mencionado, algum grau subjetividade.

Outra ferramenta que nos permite trabalhar com a narrativa histórica sem cair nas armadilhas da subjetivação é a reflexividade que, por suas, fundamenta a metodologia de Análise das documental das tensões em seus aspectos teóricos. A reflexividade, conforme anteriormente discutida, é uma atitude metodológica que acompanha o processo de escrita do pesquisador na medida em que o ajuda a manter questionamentos acerca das materialidades e narrativas analisadas e produzidas, prevenindo afirmações categóricas que insinuem verdade definitivas ou interpretações autoritárias (Carneiro; Barros; Wanderley, 2018). Sob a lente da reflexividade o pesquisador tem as diretrizes para construir uma representação mais precisa e inclusiva da história e das tensões que a permeiam.

Portanto, a partir desta abordagem da narrativa histórica, da reflexividade, que acompanha toda a pesquisa, e dos aspectos ontológicos, epistemológicos, teóricos e das demais etapas da *Análise documental das tensões*, proponho que a narrativa histórica seja construída com base em um processo dialético que se dá a partir da identificação das tensões, circuitos e sujeitos, suas (inter)conexões, negociações, movimentos políticos, sociais e econômicos, todos reunidos e organizados pelo pesquisador no tempo presente (Durepos; Shaffner; Taylor, 2021).

Com base no exposto, na figura 1, a seguir, demonstro o desenho metodológico da análise documental das tensões.

Figura 1 – Desenho metodológico da análise documental das tensões



Fonte: Elaborado pelo autor.

4 METODOLOGIA DESTA PESQUISA

No presente capítulo são abordados os aspectos metodológicos aplicados nesta pesquisa, quais sejam: a caracterização da pesquisa; os pressupostos ontológicos, epistemológicos e teóricos da tese; as técnicas de coleta dos dados e, por fim, as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Discorre Gil (2002) que, a fim de que um conhecimento possa ser considerado válido, se faz necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam sua verificação, ou seja, o método que possibilitou alcançar o conhecimento. Ainda segundo o autor, o método pode ser definido como o caminho para se chegar a um determinado fim; e o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos que são adotados para se atingir o conhecimento.

O presente trabalho possui uma abordagem qualitativa. Conceitua Creswell (2014) a abordagem qualitativa como sendo aquela em que são utilizadas estruturas teóricas nos estudos dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os sujeitos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Ainda segundo o autor, o relatório final ou a apresentação podem incluir as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição aprofundada e a interpretação do problema, assim como a sua contribuição à literatura ou mesmo um chamado à mudança.

Ademais da abordagem qualitativa, ressalto que o presente estudo é caracterizado, também, como sendo de abordagem crítica. Discorrem Lourenço e Sauerbronn (2016) acerca da referida abordagem ter como fim, além do conhecimento científico conhecido, a libertação e a emancipação das forças que limitam as subjetividades dos indivíduos, sendo modelada, no geral, por estudos de cunho marxistas e interpretativos nos quais são analisados *insights* e julgamentos dos sujeitos, e tendo como observação métodos interpretativos acrescidos de autorreflexão crítica.

Com relação ao tipo da pesquisa, neste estudo optei por utilizar a taxonomia elaborada por Vergara (1998), tendo a autora dividido os tipos em: quanto aos fins e quanto aos meios. Nesse sentido, esta pesquisa, quanto aos fins, é classificada como *exploratória*, posto que não encontrei estudos nos quais tenham sido analisadas, de maneira conjunta com base no pensamento miltoniano, na noção de negócio periférico e no materialismo histórico-dialético, de que forma se dão as tensões entre os circuitos superior e inferior em uma dada região, tampouco em feiras — embora tenha identificado pesquisas, no âmbito da Administração, nas quais os autores utilizaram os conceitos de circuitos de Milton Santos (Chagas, 2021; Lacerda, 2021), ainda que para fins distintos aos deste estudo; e pesquisa *metodológica*, pois um dos objetivos deste estudo é a elaboração e a aplicação de uma técnica metodológica nova, denominada *análise documental das tensões*, a qual, de fato, foi criada e aplicada.

Com relação aos meios, é classificada como uma investigação documental. Nesta tese de cunho histórico, utilizei documentos, mais precisamente reportagens, tanto a parte textual quanto as fotografias e figuras em geral, para coletar os dados necessários para a compreensão e a análise das tensões entre os circuitos superior e inferior no contexto da Feira de Duque de Caxias/RJ. Ressalto que a pesquisa documental, a partir das mudanças realizadas nesta tese desde a qualificação, passou a ter uma relevância ainda maior para o estudo, passando a ser, de fato, basilar para a realização desta pesquisa. Ainda com relação aos meios, também é classificada como uma *pesquisa de campo*, visto que houve investigação realizada de forma empírica, ou seja, na própria Feira de Duque de Caxias, com o auxílio de diários de campo, os

quais, com base na terminologia de Bogdan e Biklen (1994), descritivos, a fim de captar imagens e registrá-las em formas de palavras, e reflexivos, abarcando as minhas impressões e sentimentos enquanto na citada Feira.

A opção por trabalhar com dados referentes às reportagens elaboradas por jornais de época se deu por, como indicado pelos pesquisadores Ribeiro, Silva e Silva (2014), o jornal como fonte histórica possibilitar a compreensão do cotidiano de uma região, cidade, um país, assim como a visão de mundo de quem o produz e o consome. Nesse sentido, para além de entender como era a Feira e os sujeitos e organizações públicas e privadas relacionados a ela à época, me interessou saber como a mídia retratava a Feira de Duque de Caxias no decorrer do recorte temporal analisado nesta pesquisa.

Destaco, também, que esta pesquisa dialoga tanto com a virada histórica (Clarck; Rowlinson, 2004) quanto com a virada espacial nos estudos organizacionais (Baldry, 1999; Kornberger; Clegg, 2003) por ter visado compreender tanto o desenvolvimento histórico da Feira de Duque de Caxias quanto de que forma essa tanto impactou quanto foi impactada pelo território usado no qual está alocada, incluindo os sujeitos e organizações nele alocados.

Acerca de pesquisas históricas nos estudos organizacionais, discorrem Üsdiken e Kieser (2004) que há três caminhos possíveis: complementarista, integracionista e reorientacionista, de acordo com a contribuição que história dá à pesquisa. Segundo a terminologia utilizada pelos autores, esta pesquisa se enquadra no tipo reorientacionista, visto que tal abordagem histórica me permitirá priorizar a interpretação dos fenômenos organizacionais sob a ótica histórica, culminando em narrativas históricas emergentes.

No subcapítulo seguinte apresentarei os aspectos ontológicos, epistemológicos e teóricos que embasam a presente tese.

4.1.2 Aspectos ontológicos, epistemológicos e teóricos deste estudo

Na presente subseção me dedico a apresentar os aspectos ontológicos, epistemológicos e teóricos que servem como base para a realização desta tese. Ressalto que uma vez que a metodologia de análise documental das tensões foi elaborada pensada para ser aplicada nesta tese, as bases de ambas são praticamente as mesmas — com a exceção da noção de negócio periférico (Sá, 2019), a qual não foi considerada para fins de análise documental das tensões, embora será utilizada na parte final do estudo, e, portanto, também será abordada nesta metodologia —, e, assim, a fim de não tornar a leitura maçante e repetitiva, considerando-se já ter abordado tais temas, indicarei de forma resumida, e aplicada à metodologia desta tese, os aspectos mencionados.

4.1.2.1 Aspectos ontológicos da tese

Neste primeiro subcapítulo, como mencionado, discorro acerca dos aspectos ontológicos que norteiam esta tese e como esses se relacionam para com esta pesquisa, quais sejam: materialismo, determinismo econômico e contradição e mediação.

Acerca do *materialismo*, nesta tese parto do pressuposto de ser fundamental considerar os condicionantes materiais e econômicos na formação e evolução histórica da Feira de Duque de Caxias, tanto os relacionados diretamente à Feira como os indiretamente, desde que considerados relevantes por este pesquisador. Assim, aspectos sobre condições econômicas locais e regionais que podem ter influenciado a Feira, relações de produção e propriedade no contexto da Feira ou da região em que está localizada, transformações no contexto de mercado nas esferas pública ou privada que tenham relação com a Feira, estratégias comerciais — ou mesmo de vida— visando a sobrevivência dos feirantes e dos seus negócios, e o impacto das condições materiais e estruturais da Feira em si serão considerados.

Com base no *determinismo econômico* parto do entendimento de que mudanças nas estruturas econômicas da sociedade provocam mudanças em outras camadas sociais. Dessa forma, darei ênfase na observação e análise de como a infraestrutura e a superestrutura, na ótica marxista, relacionadas ao território usado sob análise, impactaram e foram impactadas nas tensões identificadas, assim como na própria evolução da Feira e daqueles envolvidos com ela.

A partir do entendimento de que a sociedade é caracterizada, intrinsecamente, por *contradições e mediações*, busco compreender como tais contradições ocorreram no contexto da Feira de Duque de Caxias, quais os atores envolvidos, de que forma o contexto de classes sociais distintas se relacionava a tal cenário e, ainda, como e quando as mediações moldaram as estruturas e práticas da Feira e da região.

4.1.2.2 Aspectos epistemológicos da tese

No que concerne aos aspectos epistemológicos norteadores desta pesquisa, indico a dialética, a historicidade e a totalidade.

A *dialética*, enquanto uma abordagem filosófica e epistemológica, no âmbito da análise documental das tensões, é a forma de tratamento, para fins de análise, das tensões identificadas a partir dos documentos históricos, com base nas quais identifico as teses e antíteses possíveis, para então, como síntese, compreender quais foram as consequências no contexto histórica da Feira.

Por *historicidade*, no contexto desta tese, almejei entender o desenvolvimento da Feira de Duque de Caxias, à luz das tensões ocorridas especialmente durante o período histórico sob análise, contudo, quando possível, levando em consideração, também, informações de períodos anteriores, sob uma ótica materialista, que considere pertinentes para a compreensão do recorte temporal delineado.

Com base na *totalidade* a análise documental da Feira de Duque de Caxias foi realizada por mim não de forma deslocada, fragmentada, mas com o entendimento de que o território usado residia em um contexto de interconexão complexo como parte de um sistema maior na região, incluindo, sempre que possível, para além dos critérios econômicos, aspectos sociais e culturais. Ademais, a consideração da noção de totalidade também me permitiu compreender como mudanças em uma parte do sistema geral afeta as outras partes do mesmo, no caso, como se dão os efeitos das mudanças na Feira para além da Feira, e vice-versa.

4.1.2.3 Aspectos teóricos da tese

Nesta última parte acerca dos aspectos ontológicos, epistemológicos e teóricos da tese, abordo de que formas a base teórica que fundamenta o desenvolvimento desta tese foi aplicada para fins metodológicos, quais sejam: a teoria dos dois circuitos urbanos (Santos, 2003), a noção de negócio periférico (Sá, 2019) e a reflexividade (Carneiro; Barros; Wanderley, 2018).

A teoria dos dois circuitos urbanos, integrante do pensamento miltoniano, é a pedra fundamental deste estudo. Para fins de aplicação metodológica e analítica, serviu como base para a análise da dinâmica espacial do território usado no contexto da Feira de Duque de Caxias, com base nas tensões ocorridas, permitindo elaborar relações e análises acerca dos sujeitos e organizações alocados nos dois circuitos, superior e inferior, assim como as interconexões e conflitos relacionados a eles. Dessa forma, com base na citada teoria, busquei compreender, também, como as relações de poder e desigualdade, à época, assim como as formas de resistência por parte do circuito inferior às incursões do circuito superior, contribuem para explicar o desenvolvimento histórico da Feira, e, dentro do possível, da região. Ressalto que nesta tese a Feira de Duque de Caxias é analisado, e abordado, também a partir de Milton Santos, e não na exata linguagem de Milton Santos, visto que esta estudo faz parte da área do saber da Administração, mais precisamente, dos Estudos organizacionais.

Acerca da noção de *negócio periférico* neste estudo, realizei aproximações entre as práticas feirantes identificadas por mim na Feira de Duque de Caxias, no recorte temporal analisado, para com as características de negócios periféricos apontadas por seus criadores, englobadas nas quatro dimensões de negócio periférico (SÁ, 2023), a fim de compreender até

que ponto, e que de maneiras, os negócios de feirantes na unidade de análise mencionada, tanto historicamente quanto no presente momento, podem ser entendidas como de negócios periféricos. Para isso, para além de questões culturais e intraorganizacionais abordadas pelos seus criadores, visarei analisar tais possibilidades a partir das demais bases utilizadas nesta tese, assim como a partir das observações que realizei na Feira.

A *reflexividade* serve como uma forma de agir minha, enquanto pesquisador, durante o processo de escrita e desenvolvimento desta tese. Para tanto, busquei, também no momento da análise dos dados, me autoquestionar em relação às minhas suposições, valores e posicionamentos enquanto pesquisador, e como tais fatores podem impactar nos resultados, mais precisamente, nas narrativas históricas elaboradas. Para além de me autoquestionar, a reflexividade também me guiou no que concerne aos questionamentos que fiz em relação tanto aos arquivos, ou seja, quem manteve os documentos históricos, quanto quem os produziu.

4.2 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A fim de responder aos objetivos traçados nesta pesquisa, recorri às seguintes técnicas de análise: triangulações teórica e de dados (Denzin, 2017), esta com base na análise documental das tensões e em observação não-participante, as quais demonstrarei a sua aplicação, para fins desta tese, a seguir.

Acerca das triangulações empregadas nesta pesquisa, com base na taxonomia de Denzin (2017), realizei uma *triangulação teórica*, pois recorri a duas perspectivas teóricas para a análise dos dados, a Teoria dos dois circuitos urbanos (Santos, 1979, 1996) e à noção de Negócio periférico (SÁ *et al.*, 2019), e, ainda, sob a lente do Materialismo histórico-dialético (Marx, 2008) como base ontoepistemológica; e *triangulação de dados*, considerando-se a utilização e diálogo dos dados tanto coletados a partir da pesquisa documental quanto da observação não-participante e registrados em diários de campo.

Conforme apontado por Marconi e Lakatos (2010), a observação não-participante permite ao pesquisador a obtenção de dados, a partir da observação, relacionados a contextos em que, muitas vezes, os sujeitos de pesquisa não tem consciência, mas que orientam, ou impactam, seu comportamento.

A fim de registrar a *observação não-participante*, recorri ao uso de *diários de campo*, os quais, consoante o indicado por Bogdan e Biklen (1994), foram constituídos por dois tipos de material: o primeiro, denominado *descritivo*, me possibilitou captar imagens em forma de palavras, seja em relação a locais ou grupos de pessoas, dando ênfase às ações; o segundo,

considerado *reflexivo*, abarcou as minhas impressões e sentimentos enquanto no campo, possibilitando a emergência de temas emergentes e reflexões em geral.

Ressalto que a observação não-participante neste estudo foi utilizada de maneira suplementar à análise documental das tensões, a fim de compreender, para além de como a unidade de análise se configura atualmente, como distintos aspectos de sua evolução histórica podem explicar, ou ao menos terem influenciado, o seu presente.

Com relação à técnica de análise dos documentos coletados, como mencionado, utilizei a análise documental das tensões. Considerando-se que a referida proposta metodológica fora apresentada amplamente nesta tese, focarei, nas subseções a seguir, de forma objetiva, em indicar como essa foi aplicada em minha tese, sem aprofundar as bases da metodologia em si.

4.2.1 A análise documental das tensões

Como mencionado, a análise documental das tensões é uma proposta metodológica, elaborada por mim para fins desta tese, e com a qual busca-se, por meio de documentos históricos, emergir uma narrativa histórica, como foco nos agentes hegemônicos e não hegemônicos (Santos, 1996) da Feira de Duque de Caxias. A fim de apresentar a aplicação da análise documental das tensões nesta tese, a seguir, utilizarei a mesma estruturação referente à operacionalização da técnica, em 04 etapas, que fora usada em sua elaboração, quais sejam: (1) definição da unidade de análise e definição do recorte temporal; (2) definição das fontes e coletas dos dados delineados; (3) pré-análise do material coletado; e (4) análise das tensões e a elaboração da narrativa histórica.

4.2.1.1 Definição da unidade de análise e definição do recorte temporal

Ainda que tanto a unidade de análise quanto o recorte temporal tenham sido definidos *a priori* da elaboração da análise documental das tensões, um aspecto teórico basilar dessa é a noção de reflexividade (Carneiro; Barros; Wanderley, 2018), a qual deve ser considerada, também, neste primeiro momento de uma pesquisa.

Com relação à unidade de análise, como já mencionado, me dedico ao estudo da Feira de Duque de Caxias. A minha decisão de realizar esta tese sobre ela envolve uma série de variáveis, desde questões pessoais, como essa ocorrer na cidade em que fica localizado o programa de doutorado em que estudo, e o fato de eu ser neto e filho de migrantes nordestinos que vieram ao Rio de Janeiro “buscar uma vida melhor”, quanto especificidades da Feira em si. Considerando-se que já abordei aspectos gerais da evolução da Feira no referencial teórico desta

tese, nos próximos parágrafos me dedicarei a explicitar especificamente as razões pelas quais me interessei em estudá-la com maior profundidade.

Acerca de aspectos da Feira de Duque de Caxias em si que demonstram a sua relevância e, também por isso, me chamaram a atenção, essa é considerada como uma das maiores e mais antigas feiras do Brasil (Lima; Maia; Matos, 2009), ocorrendo há cerca de 80 anos na região central do município, nos entornos da estação de trem do centro da cidade, uma área de grande movimento por, também, as camadas mais populares da cidade, embora localizada em uma região considerada nobre. Para além de sua relevância econômica e seu tamanho, a Feira ficou conhecida pela sua associação para com a Região Nordeste, dada a vinda em massa de nordestinos que se estabeleceram no município de Duque de Caxias, utilizando a Feira para a sua subsistência, mas também como um ambiente para o encontro de migrantes e manifestações de sua cultura (Pinto; Salztrager, 2022), fazendo daquela região, junto aos locais, um espaço de sociabilidade e resistência por parte das camadas populares, sendo, de certo uma forma, um microcosmo cultural e organizacional do município.

Com relação ao período temporal que analisei, da década de 1930 até o ano de 2024, esse englobou o considerado período áureo da Feira, das décadas de 1950 a meados da década de 1970 (Pinto, 2018), abarcando características e eventos socioeconômicos relevantes específicos da região no citado período, tais quais: a transição agrária do município para a condição industrial; o despertar de um município que recebeu investimentos maciços do Governo Federal à época, sendo a implementação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) a sua principal obra; e a citada vinda de milhares de brasileiros da Região Nordeste do país, que teve o seu auge também em parte desse período, atraídos, para além das oportunidades na cidade, pela proximidade do então Distrito Federal; os anos de golpe e ditadura civil-militar brasileira, em uma região considerada estratégica para os militares, inclusive sendo considerada uma área de segurança nacional (Santos, 2011) e a declaração da Feira como patrimônio imaterial do município (Prefeitura, 2015) e do estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2017).

Com base no exposto, se, como mencionado, hoje a Feira é tombada como um patrimônio imaterial da cidade de Duque de Caxias, ademais de ser considerada uma referência na região e mesmo no país, entendo que seu processo de formação e desenvolvimento caminhou praticamente de forma paralela à formação urbana da cidade, tendo sido um espaço, no qual os homens lentos, das mais diversas origens, se encontraram, resistiram e lutaram pela melhoria de suas condições de vida, confrontando e convivendo com interesses de entes públicos e privados que muitas vezes não caminham próximos aos seus, e, assim, entender o seu

desenvolvimento é, até certo ponto, compreender o desenvolvimento do município de Duque de Caxias.

Portanto, reconhecendo e explicitando o meu viés enquanto pesquisador, é nisso que reside o meu interesse enquanto um estudioso da seara crítica e, agora, no âmbito das pesquisas históricas nos estudos organizacionais. Um objeto de análise localizado na semiperiferia global — inclusive, podendo ser compreendido como uma “periferia da periferia”, visto que a Feira está localizada em uma cidade considerada, à época, dormitório do então Distrito Federal e, hoje, da cidade do Rio de Janeiro —, elaborado, mantido e aperfeiçoado, em boa parte, por sujeitos hegemônicos, que ali, para além de atividades econômicas, construíram, em partes, tanto as suas identidades quanto as suas histórias coletivas.

4.2.1.2 Definição das fontes e coleta dos dados delineados

A coleta de dados na presente tese foi realizada com base nas seguintes técnicas: pesquisa documental e observação não-participante. Neste estudo, a pesquisa documental foi utilizada de forma vinculada à pesquisa histórica. Com base no rigor metodológico inerente a uma tese, no decorrer desta subcapítulo irei apresentar e aprofundar tanto a origem dos dados quanto os critérios que utilizei para obtê-los, a fim de garantir a possibilidade de verificação e reinterpretação dos dados por parte de outros pesquisadores.

Neste estudo, a *observação não-participante* ocorreu com base em dez visitas *in loco*, mais precisamente em dez domingos, à Feira de Duque de Caxias, entre os meses de setembro de 2023 e fevereiro de 2024, visando compreender, para além dos documentos históricos — e, consequentemente, o indicado nas reportagens —, como se configura hoje a Feira de Caxias, assim como de que forma os dados históricos “explicam” o presente da Feira.

A realização da pesquisa *documental*, com o objetivo de encontrar dados relacionados às tensões entre o circuito superior e o inferior no contexto da Feira de Duque de Caxias como foco, fora realizada nos arquivos das seguintes organizações: Instituto Histórico (IH) da Câmara de Duque de Caxias e Biblioteca Nacional do Brasil. A escolha pelos arquivos dessas organizações se deu por ambas serem instituições públicas que possuem como missão a preservação da memória local de Duque de Caxias, no caso da primeira, e da nacional, no caso da segunda, e possuindo, em suas coleções, uma quantidade significativa de periódicos jornalísticos que versaram sobre a região de interesse desta tese, como percebido por mim durante o processo de coleta dos dados. No quadro 3, a seguir, são apresentadas outras informações sobre as instituições que serviram como base para a coleta dos dados.

Quadro 3 – Fontes para pesquisa documental e forma de coleta

Organização	Fundação	Objetivo	Sítio eletrônico	Forma de coleta
Instituto Histórico (IH) da Câmara de Duque de Caxias	1973	Manter e apoiar a conservação e a divulgação da história tanto do município em que está localizada quanto da Baixada Fluminense em si.	https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452	Presencial
Biblioteca Nacional do Brasil	1810	Depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil.	https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/	Virtual

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação à coleta realizada no Instituto Histórico (IH) da Câmara de Duque de Caxias, localizada no município de mesmo nome, realizei visitas presenciais ao local, e com a devida autorização de seus supervisores, obtive acesso, especialmente, a edições do periódico denominado “Folha da cidade”, mais precisamente ao período da segunda metade da década de 1950. Por se tratar de edições antigas e disponibilizadas apenas de forma física e disponíveis somente no Instituto Histórico (IH) da Câmara de Duque de Caxias, optei por registrar em fotografias as edições do referido editorial que versaram, diretamente ou indiretamente, sobre a Feira de Duque de Caxias. No quadro 4, a seguir, explico os achados com base no acervo mencionado.

Quadro 4 – Instituto Histórico (IH) da Câmara de Duque de Caxias

Periódico	Quantidade de reportagens	Ano
Folha da Cidade	24	1956
	26	1957
	8	1958
	1	1959
Grupo Arte e Cultura	1	1959
Tópico	6	1958
	2	1959
Total	68	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

No caso da Biblioteca Nacional, utilizei a sua Hemeroteca Digital, igualmente a fim de encontrar reportagens nas quais os seus editores tenham versado sobre a Feira de Duque de Caxias. Ressalto que o caminho seguido no sítio da Hemeroteca Digital foi o de filtrar os termos demonstrados a seguir com base no local desejado, “estado do Rio de Janeiro”, e como período histórico deixei a opção padrão por “todos”. A utilização dos termos indicados se deu por terem

sido as formas que identifiquei como sendo as utilizadas por outros pesquisadores, na literatura acadêmica pertinente, no decorrer da elaboração desta tese (Farias; Lima; Amaro, 2018; Pinto, 2018). Nesse sentido, no quadro 5, a seguir, demonstro a quantidade de ocorrências por termo buscado no período temporal delineado.

Quadro 5 – Achados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Termo	Quantidade de ocorrências
"Feira de Caxias"	209
"Feira de Duque de Caxias"	64
"Feira Nordestina de Duque de Caxias"	1
Total	274

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 342 achados encontrados tanto no acervo do Instituto Histórico (IH) da Câmara de Duque de Caxias quanto na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 271 foram efetivamente utilizados para fins desta tese. Os demais 71 achados foram descartados por não terem relação para com os objetivos desta pesquisa, e, assim, não sendo considerados relevantes, por este pesquisador, para fins de análise das tensões e posterior elaboração de narrativas históricas. Tais reportagens descartadas versaram sobre, por exemplo, anúncios comerciais de negócios, ou terrenos e imóveis para serem vendidos, nos quais os responsáveis pelos anúncios mencionavam a Feira apenas como referência geográfica.

Por não ter sentido a necessidade da utilização de *softwares* para a organização e o tratamento de dados nesta tese, optei, no caso das duas fontes, pelo controle das reportagens coletadas com base em planilhas. Aprofundando os dados apresentados nos quadros 4 e 5, demonstro, no apêndice 1, as informações referentes aos periódicos analisados, o título da reportagem, o tema da reportagem e o ano de publicação. No quadro 6, a seguir, explico a quantidade de dados, por década, coletados e utilizados nesta tese.

Quadro 6 –Segregação, por década, dos dados coletados e utilizados

Década	Quantidade
1930	2
1940	3
1950	75
1960	54
1970	60
1980	41
1990	22
2000	12

2010	2
Total	271

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a quantidade de dados coletados referentes às décadas 1930 e 1940, há uma escassez significativa de informações públicas acerca da Feira, considerando-se que as 06 reportagens são as únicas disponibilizadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e, com relação ao arquivo físico do Instituto Histórico, embora eu tenha conseguido acesso aos poucos periódicos da década de 1940 — não há periódicos disponíveis de períodos anteriores —, não havia menções à Feira. Entendo que para além da óbvia dificuldade de ter acesso a documentos históricos físicos com quase 100 anos de existência, a citada falta de menções à Feira também se dá por essa, como já mencionado nesta tese, existir como Feira, de maneira consolidada, apenas em meados da década de 1940, e, portanto, possivelmente, à época, não tendo a atenção que viera a receber a partir da década seguinte.

Entendo, também, não ser coincidência que as décadas — 1950, 1960 e 1970 — com as maiores quantidades de dados coletadas, sejam as que Pinto (2018) indicou como as que representaram o auge da Feira e o começo do declínio, este no final da década de 1970. Sobre isso, as minhas percepções ao analisar os dados é que as reportagens nas décadas citadas tinham como enfoque uma série de aspectos relacionados à Feira para além de “violência” ou “tráfico de animais”, embora tais assuntos também já se fizessem presentes.

Apono que a partir da década de 1980 há uma primazia, quase que total, de reportagens versando sobre a questão do tráfico de animais na Feira. Embora eu retorne a esse assunto no capítulo de análise dos dados, creio ser relevante indicar, desde já, que um incauto que não conhece a Feira e, por alguma razão, se deparou com notícias sobre ela no período citado, possivelmente entenderia que a Feira consiste apenas como um espaço para a venda de animais silvestres, e, portanto, embora essa “limitação de temáticas” dificulte o meu processo de análise ao abordar as décadas de 1980, 1990, 2000, 2010 e 2020, no capítulo de análise, mais especificamente com base na observação não-participante, buscarei demonstrar que há mais a ser observado e analisado sobre a Feira de Duque de Caxias do que os temas mencionados.

Ainda sobre os dados coletados na pesquisa documental, embora as reportagens analisadas sejam, quase em totalidade, referentes diretamente à Feira, considere, para fins de análise e de consideração da noção de totalidade, as que versavam indiretamente sobre a unidade de análise e que foram consideradas pertinentes por mim, como as que abordavam a situação de lavradores — que, em boa parte, vendiam os seus produtos na Feira — e acerca da situação socioeconômica do município à época.

Aponto que não me restrinjo, necessariamente, à análise apenas da parte textual dos dados coletados, por entender que fotografias e imagens em geral da época, que constam em tais reportagens, podem agregar à esta pesquisa, entendimento esse em consonância com o indicado em documentos históricos em um sentido amplo (Samara; Tupy, 2010). Contudo, para fins desta tese, não tenho por objetivo aprofundar a “análise visual” de tais documentos, os utilizando, majoritariamente, para fins de contextualização da análise da parte textual.

No que concerne à reflexividade e à sua relação para com os jornais dos quais extrai reportagens que foram analisadas, no quadro 7, no capítulo referente à pré-análise, exponho a forma como cada um deles “se relacionava” com a unidade de análise, entendimento esse identificado a partir da leitura das reportagens por parte deste pesquisador e, quando possível, informações sobre esses. Por fim, na subseção a seguir apresentarei de que maneiras realizei a pré-análise dos documentos coletados para fins desta tese.

4.2.1.3 A pré-análise do material coletado

Na terceira etapa da técnica metodológica proposta e utilizada nesta tese, busquei, como foco, a pré-análise dos documentos históricos coletados referentes à Feira de Duque de Caxias da década de 1930 até o ano de 2010. Para tanto, ancorado no materialismo histórico-dialético e na reflexividade, segui os passos indicados na análise documental das tensões, os quais abordarei, para fins de compreensão da unidade de análise mencionada, nos próximos parágrafos. Sendo a presente etapa dividida em subpartes, a seguir indicarei como as abordei, para fins de análise, nesta tese.

No primeiro momento realizei a *identificação dos sujeitos e organizações públicas e privadas* atuantes na Feira de Duque de Caxias no recorte temporal estabelecido. Para além dos feirantes que ali atuam, entendo que organizações públicas e privadas, assim como os moradores do município, frequentadores da Feira, podem emergir dos dados coletados, sendo, possivelmente, relevantes para análise empreendida.

Tendo os identificados, busquei compreender, remetendo ao referencial teórico desta tese, se as práticas dos feirantes identificados, com base nos documentos coletados, os aproximam do entendimento de negócio periférico (Sá, 2019) apresentado, a fim de, para além de tal identificação, possa buscar um aprofundamento da citada noção.

Especificamente sobre a identificação dos sujeitos, busquei identificar os homens lentos (Santos, 2014), atrelados ao circuito inferior e norteados por uma contra-racionalidade, sendo essa distinta daquela, até certo ponto, da que move o capital e, por essa razão, tais homens lentos possuem possibilidades mais tangíveis de elaborar uma luta, orientada pelos próprios sujeitos

locais, a partir da qual se faz possível produzir redefinições para as atuais formas de relações econômicas.

Tendo identificado tais sujeitos e organizações, visei compreender quais e como eram as atuações e os interesses de tais atores no contexto em voga, os relacionando em um contexto de totalidade a partir do local, com base nos documentos coletados e, quando necessário, em diálogo com a literatura pertinente

A partir de então, parti para o momento da *identificação da alocação dos sujeitos e organizações nos circuitos* partindo da fase anterior. Para tanto, recorri às características dos circuitos superior e inferior elaboradas por Santos (2003), visando a identificação de como os citados sujeitos e organizações se relacionavam com os circuitos.

Por fim, no concernente à esta etapa, entrei na fase de *identificação inicial das principais tensões entre os circuitos*, que me chamaram a atenção a partir de leituras iniciais dos documentos coletados, e que considerei pertinentes para serem aprofundadas na análise dos dados coletados e possibilitar a elaboração das narrativas.

Os aspectos abordados neste subcapítulo serão apresentados no início do capítulo de análise de dados, a fim de tanto facilitar a elaboração das narrativas, mas também possibilitar uma compreensão mais clara, aos leitores, de “onde e como” parti para elaborar as citadas narrativas.

4.2.1.4 A análise das tensões e a construção das narrativas históricas

Na parte final da quarta etapa da análise documental das tensões, já tendo identificado na pré-análise os sujeitos e organizações e os circuitos, assim como as tensões consideradas relevantes para este estudo, realizei a construção das narrativas históricas, de forma com que essas me permitiram contextualizar os eventos e personagens do passado para entender seus significados e implicações, com base na análise das tensões identificadas, acerca da evolução histórica da Feira de Duque de Caxias.

A fim de estruturar o capítulo de análise dos dados de forma mais objetiva, organizei o capítulo de análise dos dados, para fins de narrativas históricas, a partir de “aspectos-chave”, sob a ótica deste pesquisador, da história e evolução da Feira no período sob análise. Para a definição de tais aspectos, ademais do próprio pensamento miltoniano, a consideração do materialismo histórico é fundamental, e, para tanto, busquei relacionar os citados “aspectos-chave” às condições materiais e sociais da região, em uma ótica estrutural e de totalidade.

Acerca da reflexividade nesta etapa da análise, ciente da impossibilidade da recriação do passado como ele de fato ocorreu, ainda que me ancore em documentos materiais da época

— inclusive pelo entendimento de que tais documentos, por si, já são narrativas daquele momento construídas por outros —, me coloquei na posição de compreender que as narrativas históricas que fiz emergir são uma, ou mais, de várias possíveis, ou seja, atuei como um intérprete de um passado que não pode ser reconstruído totalmente.

Para a construção das narrativas históricas, tal qual as outras bases teóricas e epistêmicas da análise documental das tensões, o método dialético teve um protagonismo fundamental. Para tanto, analisei de que formas duas ou mais tensões interagiram e se influenciaram em dado contexto de tempo, assim como o que tais relações geraram na história da Feira e quais os sujeitos, organizações e instituições envolvidos nessas ações.

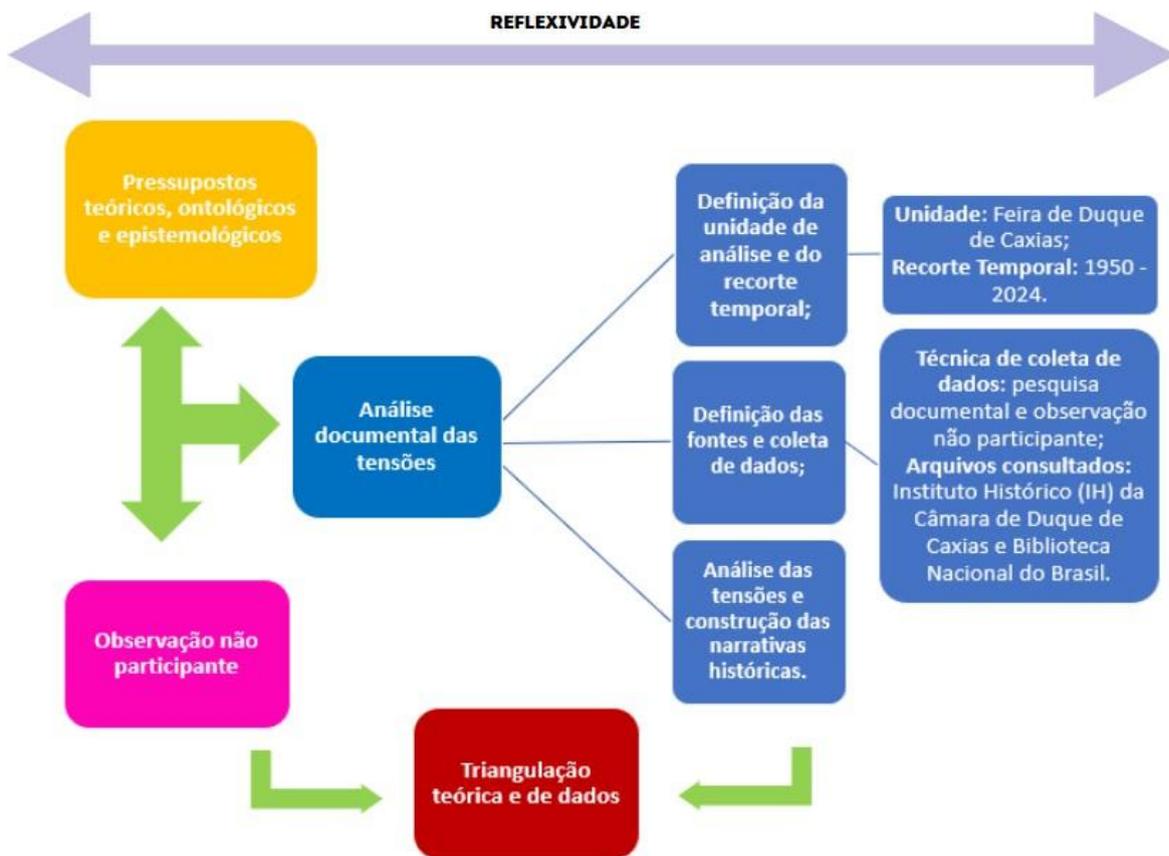
Ressalto que análise das tensões que me permitiu elaborar as narrativas históricas se deu, para além do método dialético, a partir dos conceitos de verticalidades e horizontalidades, os quais me possibilitaram compreender que tipos de ações foram realizadas pelos atores envolvidos e como ela impactavam, e foram impactadas, em relação aos circuitos superior e inferior. Como mencionado, resumidamente, a verticalidades são relacionadas aos aconteceres hierárquicos, produzidos pelos agentes econômicos e ligados ao capital, e as horizontalidades são formas de acontecer complementares e homólogas, produzidas pelos agentes hegemônicos e não hegemônicos.

Dessa forma, entendo que as narrativas históricas que foram elaboradas por mim permitiram um entendimento, dentro do possível, da complexidade das dinâmicas geográficas, econômicas e sociais no território usado pela Feira de Duque de Caxias no recorte temporal aqui delineado.

Por fim, embora as narrativas históricas sejam elaboradas com base nos documentos históricos coletados, relações com a literatura pertinente podem ser realizadas para contextualizar, ou não deixar lacunas, sob uma ótica de totalidade e para além das tensões em si, como essas impactavam e eram impactadas pelas infraestruturas e superestrutura da época naquela região.

Por fim, na figura 2, a seguir, demonstro o desenho metodológico da tese, explicitado no presente capítulo.

Figura 2 – Desenho metodológico da tese



Fonte: elaborado pelo autor

5 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, referente à análise dos dados da pesquisa, discorro, e analiso com base na análise documental das tensões e a literatura pertinente, tantos os dados históricos coletados e apresentados no capítulo de metodologia de pesquisa, quanto a observação não-participante realizada *in loco* na Feira de Duque de Caxias.

Na primeira subseção deste capítulo, denominada “Sujeitos, organizações, instituições e os circuitos na Feira de Duque de Caxias”, seguindo o preconizado na análise documental das tensões, aponto, com base na pré-análise realizada nos documentos históricos, sobre os atores identificados por mim, assim como de que maneira os circuitos se configuraram no contexto da unidade de análise.

Na segunda subseção, “A Feira de Duque de Caxias: uma narrativa histórica”, ainda com base na análise documental das tensões, me dedico à elaboração da narrativa histórica, na qual, com base nos documentos analisados e em diálogo constante tanto com a literatura pertinente quanto com base teórica e ontoepistemológico desta pesquisa definida, busco, dentro

do possível, reconstruir eventos passados da Feira, suas significações e como os atores se relacionaram, e tensionaram, no recorte temporal delineado.

Na terceira subseção deste capítulo, denominada “Feira de Duque de Caxias: uma observação não-participante”, apresento e discorro sobre as minhas percepções oriundas de minhas observações na Feira de Duque de Caxias, relacionando tanto com os documentos históricos quanto com a base teórica e ontoepistemológico desta tese, a fim de compreender tanto como a noção de negócio periférico se aproxima, ou não, da realidade local, quanto para entender de que forma o passado da Feira impactou e se mostra no agora e, ainda, o quanto o viés dado pela mídia se aproxima da realidade da Feira.

Por fim, na quarta e última subseção do capítulo de análise dos dados, consoante indicado em objetivos gerais deste estudo, realizo aproximações entre a noção de negócio periférico (SÁ, 2020, 2023), com base em suas quatro dimensões, a narrativa histórica elaborada com base na análise documental das tensões, e na observação não-participante.

5.1 SUJEITOS, ORGANIZAÇÕES, CIRCUITOS E AS PRINCIPAIS TENSÕES NA FEIRA DE DUQUE DE DUQUE DE CAXIAS

Como mencionado, na primeira fase da terceira etapa da análise documental das tensões, com base na pré-análise, deve-se identificar e explicitar os sujeitos, organizações, instituições e principais tensões que me chamaram a atenção, no primeiro momento, com base nos documentos históricos, assim como discorrer sobre os dois circuitos no que concerne a unidade de análise. Considerando-se que é uma pré-análise, que no capítulo de análise dos dados aprofundarei os aspectos apresentados neste, visarei ser o mais objetivo possível neste momento.

Nesse sentido, optei por dividir esta subcapítulo em duas partes. Na primeira indico os sujeitos, organizações, instituições e principais tensões que, em minha pré-análise, entendo que se destacaram no que concerne à evolução histórica da Feira e as suas relações para com os demais atores e o território usado em si; na segunda discorro sobre como os circuitos, inferior e superior, se configuraram na Feira de Duque de Caxias, assim como as principais tensões entre tais circuitos.

4.2.1 Sujeitos e organizações públicas e privadas

Na pré-análise que realizei nos dados coletados por via documental foi possível notar tanto quais foram os sujeitos quanto as organizações que mais tiveram participação nas tensões

ocorridas durante a evolução histórica da Feira quanto compreender, dentro do possível, quais foram as suas ações e motivações no território usado analisado.

Acerca dos *sujeitos*, como era de se esperar, os feirantes tiveram participação fundamental nas relações e tensões ocorridas no âmbito da Feira com os outros atores no território usado. Especialmente no início da Feira e em suas primeiras décadas, os feirantes que atuavam na Feira de Duque de Caxias eram, em sua maioria, nordestinos que fugiam da seca que decidiram buscar, na cidade de Duque de Caxias, oportunidades de melhorar a sua qualidade de vida, utilizando a Feira como forma de subsistência e de manutenção de sua identidade regional. Outros indivíduos que se destacaram no período analisado foram: Francisco Corrêa, Joaquim Tenório Cavalcante, Jonathan Gonçalves da Silva e Barbosa Leite.

Francisco Corrêa foi o prefeito do município de Duque de Caxias no período de 1955 a 1959, tendo participação direta em uma campanha pela retirada de barracas das ruas e embates acerca da mudança de local e de dia de realização da Feira. Outro prefeito que teve participação significativa fatos históricos observados a partir dos documentos foi Joaquim Tenório Cavalcanti, prefeito da cidade no período de 1963 a 1967, período em que ocorreu um conflito armado na Feira, entre feirantes e agentes públicos, que foi pacificado a partir da atuação direta do prefeito.

Jonathan Gonçalves da Silva obteve por parte da prefeitura e da Câmara, e aproveitando-se das influências que possuía na região, por mais de vinte anos, o direito de ser o único concessionário da Feira e, portanto, responsável pela cobrança de taxas dos feirantes em troca de disponibilizar alguns materiais, caso das barracas e tabuleiros. Nos documentos analisados referentes às décadas de 1950 e 1960, sempre estava envolvido, de alguma forma, nas tensões entre feirantes e a prefeitura, inclusive ao receber taxas de feirantes para atuarem, também, em dias da semana no mesmo local onde ocorria a Feira de domingo, o que não era permitido no contrato com a prefeitura.

Natalício Tenório Cavalcanti, também conhecido como “O homem da capa preta”, foi um deputado federal alagoano que chegou na cidade em 1926, dono do jornal “Luta democrática”. Figura mítica na Baixada Fluminense, era conhecido por andar com “Lurdinha”, uma submetralhadora MP-40, modelo utilizado por soldados nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, e por defender o uso da violência. Embora tivesse como lema lutar pelo povo, seu jornal caminhava junto aos seus interesses políticos, inclusive nas disputas por terra que ocorriam em Duque de Caxias nas décadas de 1940 e 1950 — possuindo jagunços ao seu dispor, chegou a ter 43 propriedades agrícolas na cidade.

Barbosa Leite, cearense, gravurista, pintor, professor e ensaísta, em muitos momentos teve suas obras, retratando a nordestinidade da Feira de Duque de Caxias, publicadas nos jornais da época, assim como tendo sido entrevistado para abordar aspectos culturais e identitários da Feira.

Com relação às principais *organizações públicas*, destaco a prefeitura, a câmara municipal e o órgão de fiscalização de tributos do município, os quais tiveram participação direta nos conflitos com feirantes ocorridos durante as décadas de 1950 e 1960. A partir da década de 70, com a ênfase quase que total direcionada para o tráfico de animais que ocorria na Feira, tomam o protagonismo o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) até 1988, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a partir de 1989, assim como a Polícia Federal e Polícia Militar.

No concernente às principais *organizações privadas* identificadas, a Associação Comercial de Duque de Caxias representava os interesses dos grandes comerciantes da cidade, adotando uma postura de criticar a existência da Feira e agir, junto à mídia e órgãos públicos, para dificultar o funcionamento da citada Feira, considerada pela associação como uma “anomalia”. A Sociedade dos Feirantes, por outro lado, defendia o interesse dos feirantes, como nas disputas contra a mudança de local da Feira e contra concessões a pessoas, ou grupos, que não consideravam as ideais.

Ainda acerca das *organizações privadas midiáticas*, mais especificamente sobre os periódicos com os quais obtive as reportagens analisadas neste estudo, como mencionado no capítulo de Metodologia desta pesquisa e com base na reflexividade, no quadro 7, a seguir, explico algumas características dos jornais e exponho a forma como cada um deles “se relacionava” com a unidade de análise, entendimento esse identificado a partir da leitura das reportagens por parte deste pesquisador e, quando possível, informações adicionais sobre esses.

Quadro 7 – Jornais analisados e a sua forma de relação com a Feira

Jornal	Forma de relação
A Luta Democrática	Jornal fundado em 1954 e liderado pelo político fluminense Tenório Cavalcanti, conhecido como “o homem da capa preta”, com para fins de ferramenta política de seu criador (PEDROSO, 2001). Auto denominado "um jornal feito por homens que lutam pelos que não podem lutar", versou principalmente sobre casos de violência e relações conflituosas entre feirantes e a prefeitura.
A Noite	Jornal do grupo Globo, fundado por Irineu Marinho em 1911. Sua relação jornalística com a Feira consistia, majoritariamente, em reportagens sobre casos de violência no local.
Correio da Manhã	Fundado por Edmundo Bittencourt em 1901, caracterizou-se por fazer oposição a quase todos os presidentes brasileiros durante a primeira república, razão pela qual foi perseguido e fechado em diversas ocasiões, e os seus proprietários e dirigentes, presos (CARLO, 2018). Ademais de reportagens versando sobre a violência na Feira, publicaram denúncias de fiscais corruptos na Feira.

Diário da Noite	Fundado em 1929 por Assis Chateaubriand, parte do mesmo grupo do “O jornal” e “O Cruzeiro”. Apenas uma reportagem versando sobre vendas de produtos furtados na Feira.
Diário de Notícias	Fundado por Orlando Vilar Ribeiro Dantas, em 1930, no então Distrito Federal, possuía forte aproximação com os governos do século XX, inclusive com a ditadura civil-militar. Publicou três reportagens acerca de fatos violentos na Feira.
Folha da Cidade ⁵	Jornal local, com tiragens apenas para o município de Duque de Caxias, criado em 1951, possuía forte atuação política na cidade, agindo, inclusive, em prol de uma cidade mais moderna e higienizada, a partir de campanhas como, por exemplo, a retirada de menores das ruas (COSTA; BEZERRA, 2019). Apresentou viés crítico à existência da Feira e proximidade com a associação de comerciantes da cidade, essa igualmente contra a Feira.
Grupo Arte e Cultura	Periódico municipal criado em 1957 com foco em Educação, Arte e Cultura. Publicou sobre os conflitos entre agricultores e grileiros e as pressões por mudança de local da Feira.
Jornal do Brasil	Foi fundado em 1891 pelo jornalista Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, tendo sido, em parte período de recorte temporal desta tese, o principal jornal durante a ditadura civil-militar, criando iniciativas de apoio ao regime ditatorial, utilizando expressões como "milagre brasileiro", "Brasil grande", ou a designação de terroristas a opositores, mesmo não armado (FONSECA, 2008).
Jornal do Comércio	Fundado em 1827 por Francisco Manuel Ferreira. Publicou apenas uma reportagem sobre a Feira, em 1962, versando sobre a presença nordestina na região.
O Cruzeiro	Revista semana fundada em 1928, pertencente ao grupo jornalístico de Assis Chateaubriand. Suas reportagens sobre a Feira abordavam a venda de animais silvestres.
O Fluminense	Fundado em 1878 pelos majores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos, durante o período de recorte temporal, tanto apoio o golpe cívico-militar quando o regime ditatorial em si. Tendo sucursal em Duque de Caxias durante as décadas de 1960 e 1970, publicaram dezenas de reportagens sobre diversos assuntos relacionados à Feira.
O Jornal	Fundado em 1919, desde 1924 passou a fazer parte do grupo editorial de Assis Chateaubriand. Suas reportagens versaram principalmente sobre a questão nordestina e sobre a violência na Feira.
O Pasquim	Fundado em 1969 por aguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral e Zivaldo, foi reconhecido por seu papel de relacionar a contracultura da década de 1960 à oposição à ditadura civil-militar (QUEIROZ, 2004). Apenas uma reportagem dedicada a mostrar como era um típico dia de domingo na Feira.
Revista do Rádio	Fundado em 1948 por Anselmo Domingos, com enfoque sobre a vida de artistas e o universo do rádio e celebridades. Publicou uma breve nota indicando a passagem de Luiz Gonzaga pela Feira de Caxias.
Tópico	Criado por Barbosa Leite, Plínio Batista e Albino Teixeira. Primeiro periódico colorido da cidade, focado em Arte e Cultura. Publicou acerca da questão cultural na cidade, as tentativas de mudança de local da Feira e críticas ao excesso de ambulantes em Duque de Caxias.
Tribuna da Imprensa	Fundado em 1949 pelo jornalista e político Carlos Lacerda, apoiou o regime ditatorial cívico militar brasileiro em seus primeiros anos, embora tenha sido perseguido pelo mesmo em períodos seguintes (GASPARI, 2014). Publicou apenas uma notícia sobre o tráfico de animais na Feira.

Fonte: elaborado pelo autor

4.2.2 A alocação dos sujeitos e organizações nos circuitos e as principais tensões

Nesta subseção apresento, resumidamente, em que circuito os sujeitos e organizações identificados nesta pré-análise estavam alocados e, ainda, quais as principais tensões que pude

⁵ O jornal teve seu primeiro número publicado em 22 de agosto de 1953, com o nome A Folha de Caxias. A partir da edição de 1º de maio de 1955, o jornal passou a ser nomeado Folha de Caxias. De 1 e 2 de julho de 1956 em diante, consta como Folha da Cidade, nome utilizado nesta tese, pois era o que constava na maioria dos dados coletados por mim.

identificar antes de iniciar a elaboração da narrativa histórica. Considerando-se se tratar uma de pré-análise baseada nos documentos coletados e que tem por função facilitar e dar transparência ao processo de elaboração da narrativa histórica, no capítulo seguinte, de elaboração das narrativas, tais relações serão aprofundadas.

No quadro 8, a seguir, indico em que circuito os sujeitos e organizações públicas e privadas identificados por mim e apresentados, com base na leitura dos documentos históricos coletados e no pensamento miltoniano, estavam alocados.

Quadro 8 – Sujeitos e organizações nos circuitos

Sujeitos e organizações	Circuito	Justificativa
Feirantes	Inferior	Pertencentes às camadas populares da região, normalmente nordestinos e vivendo em bairros afastados da Feira, em diversos momentos se uniam em prol do coletivo.
Jonathan Gonçalves da Silva	Superior	Como concessionário, atuava diretamente na Feira, porém agindo a favor dos seus interesses comerciais, que muitas vezes não caminha junto dos desejos dos feirantes.
Barbosa Leite	Inferior	Nordestino, artista local, chamado pela mídia como “paisagista da Feira”, retrava a Feira, sob a ótica popular, como um ponto de resistência cultural e de subsistência.
Políticos locais	Superior	De uma forma sintética, na maioria dos casos, tanto os prefeitos quanto vereadores aderiram a um discurso higienista de tom contrário à Feira que coadunava com o discurso da Associação Comercial de Duque de Caxias.
Organizações públicas	Superior	Seguindo o entendimento de Santos (2003), o Estado, assim como as suas organizações, tende a pertencer ao circuito superior, e, portanto, defender os seus interesses. Nesta pesquisa, as organizações públicas municipais que se destacam são aquelas relacionadas ao papel de regulação e repressão.
Associação Comercial de Duque de Caxias	Superior	Associação de, e para, os grandes comerciantes da cidade. Especialmente nas décadas de 1950 e 1960 liderou, junto a alguns políticos e jornais, um discurso higienista e de “concorrência desleal” em relação à Feira.
Sociedade dos Feirantes	Inferior	Organização liderada por feirantes. Visava defender os interesses desses, com participação direta nas “disputas” pela retirada da Feira, cobranças excessivas de tributos, entre outros momentos.
Organizações midiáticas	Superior	Durante as décadas 1950 e 1960, a maioria dos periódicos promovia um discurso contra a Feira e que estava em consonância os interesses do circuito superior. A partir da segunda metade da década de 1970 passaram a noticiar, basicamente, casos de tráfico de animais silvestres.

Fonte: elaborado pelo autor

Acerca do quadro 8, vale destacar que a classificação de sujeitos e organizações em circuitos, considerando-se o largo recorte temporal utilizado nesta tese, pode ir além de uma dualidade estática entre superior ou inferior. Dessa forma, a classificação acima indica o entendimento que tive acerca do circuito em que tais organizações e sujeitos estavam alocados majoritariamente no recorte temporal analisado — quando não por todo o período.

Com relação às “organizações públicas” subordinadas ao executivo municipal, destaco a presença da Guarda de Vigilância Municipal — posteriormente chamada de Guarda Municipal de Duque de Caxias — e a Guarda Noturna de Duque de Caxias (Lustosa, 1958) e dos fiscais tributários e de vigilância sanitária. No âmbito estadual, a partir da década de 1970, a Polícia Militar do Rio de Janeiro se fez presente especialmente com o seu batalhão de operações ambientais, e sob escopo federal, a Polícia Federal do Brasil, ambos com enfoque à repressão ao tráfico de animais silvestres.

No que concerne às organizações midiáticas, indico que especialmente durante as décadas de 1950 e 1960, pude perceber uma aproximação discursiva intensa entre jornais do município e a Associação Comercial de Duque de Caxias, normalmente em contextos de críticas aos ambulantes e à Feira em si, ademais da participação direta de políticos locais em tais periódicos.

No quadro 9 aponto, de forma resumida e separadamente por período, as principais tensões identificadas por mim com base na leitura dos documentos históricos coletados e analisados e, ainda, os sujeitos e organizações envolvidos.

Quadro 9 – Principais tensões, período, sujeitos e organizações envolvidos

Tensões	Período	Sujeitos e organizações
Casos de violência na Feira	1933 - 1988	Pessoas físicas, organizações públicas
Migração nordestina e a Feira	1944 - 2010	Migrantes e Feirantes
Concessão da Feira	1955 - 1979	Concessionário, Prefeitura e Feirantes
Discussões sobre o novo código tributário municipal	1956 - 1957	Câmara Municipal, Prefeitura, Associação Comercial de Duque de Caxias
Discurso da mídia contra ambulantes e a Feira	1956 - 1969	Mídia, Associação Comercial e Feirantes
Discurso da Associação Comercial de Duque de Caxias contra ambulantes e a Feira	1956 - 1969	Mídia, Associação Comercial e Feirantes
Possível mudança de local da Feira	1957 - 1983	Prefeitura, Mídia e Feirantes
Conflito entre lavradores/feirantes e grileiros/órgãos públicos	1958 - 1964	Lavradores, Feirantes, Grileiros e agentes públicos
Tráfico de animais	1970 - 2010	Organizações criminosas e agentes públicos

Fonte: elaborado pelo autor

Ressalto que o período temporal considerado para cada tensão, e explicado no quadro 9, foi definido com base no registro de reportagens coletadas e analisadas, demonstradas no Apêndice 1, que versaram sobre as tensões mencionadas, conforme o entendimento deste pesquisador.

Assim, como é possível denotar com base no explicitado no quadro 9, o período referente ao recorte temporal desta tese foi caracterizado por diversas e distintas tensões na

Feira de Duque de Caxias, as quais serviram como base para a elaboração da narrativa histórica, apresenta no subcapítulo seguinte.

Ressalto, contudo, que a narrativa histórica elaborada não necessariamente engloba, de forma aprofundada, todas as tensões demonstradas no quadro 9 com o mesmo nível de profundidade, visto que algumas, como pude perceber, tiveram maior impacto, e foram impactadas, pela unidade de análise.

Porém, vale destacar, embora esta pesquisa não tenha por objetivo analisar especificamente a questão nordestina na Feira de Duque de Caxias, explícito que em todo o capítulo de análise, incluindo, portanto, a narrativa histórica, a observação não-participante e a aproximação com negócio periférico, tal temática se fez protagonista, e, portanto, aparecerá em diversos momentos do citado capítulo.

Ainda acerca da narrativa histórica apresentada no subcapítulo seguinte, embora eu siga uma ordem cronológica na sua elaboração e exposição, em dados momentos necessitei “voltar no tempo” a fim de aprofundar, de forma mais precisa, as tensões ocorridas na unidade de análise durante o recorte temporal proposto.

5.2 A FEIRA DE DUQUE DE CAXIAS: UMA NARRATIVA HISTÓRICA

A data precisa do início da Feira de Duque de Caxias é controversa, embora eu não tenha encontrado dados históricos que indicassem com precisão tal período, relatos que constam em pesquisas acadêmicas apontam que a atividade comercial teve início na década de 1920 como um pequeno aglomerado de barracas no entorno da estação de trem chamada Meriti, quando a densidade populacional da região ainda era baixa, porém de forma mais estruturada, se configura como Feira em meados da década de 1940.

Os primeiros registros encontrados em arquivos de jornais no Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e no arquivo digital da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, que se referem à atividade da Feira datam da década de 1930. O jornal *A Noite*, noticiou, em 1933, uma briga causada na Feira de Duque de Caxias por um “ébrio terrível” (Ébrio, 1933), enquanto, em 1939, o periódico *Diário de Notícias* destacou o assassinato de um ex-soldado da força pública ocorrido entre as barracas da Feira quando este foi atingido por uma facada no peito e deixou “Caxias abalada por um crime de morte” (Caxias, 1939). De todo o acervo disponível, apenas essas duas reportagens fazem referência à Feira de Duque de Caxias na década de 1930 e, em ambas, a Feira é o pano de fundo da violência urbana. Cabe recordar que nessa década Duque de Caxias ainda não era município e carregava a fama de ser um local que causava medo e aversão por conta das péssimas condições sanitárias e de vida.

Na década de 1940, Duque de Caxias começa a passar pelo processo de aumento dos fluxos migratórios, o que influiu o contingente populacional e também os movimentos emancipatórios. Conforme relata reportagem feita com o prefeito de Nova Iguaçu Bento Santos Almeida, publicada em março de 1944 no folheto *Correio da Lavoura*, acerca das realizações de seu primeiro ano de administração, o desmembramento do município e a conseqüente criação do município de Duque de Caxias, não apenas atendia aos apelos populares por emancipação mas também era bem vista pelo poder público que, do ponto de vista administrativo, daria às prefeituras maior autonomia na fiscalização e no próprio desenvolvimento das cidades (Realizações, 1944). O documento reforça o interesse público na emancipação de Duque de Caxias, que começou a se configurar com a instalação da linha férrea e da rodovia Rio x Petrópolis, por meio de ações de recuperação do solo local, melhorias sanitárias e, ainda, por conta da decadência da economia do café região sul fluminense e a migração, para a região, oriunda tanto da capital quanto da Região Nordeste. Além disso, na década de 40, o governo Getúlio Vargas implementou novas intervenções em prol da recuperação dos solos da cidade para que fossem realizadas atividades agrárias e a construção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC). Todos esses fatores, somados à emancipação, elevaram os investimentos na infraestrutura e serviços públicos em geral, na cidade.

No final da década de 1940, com o município em pleno crescimento econômico e demográfico, o jornal *A Noite* traz, em 1947, novamente, a Feira de Duque de Caxias como pano de fundo para um novo episódio de violência no qual o marido foi morto e a esposa foi atraída pelos assassinos para Feira de Duque de Caxias e dali levada para o local onde tiraram sua vida (Atraído, 1947). O mesmo folheto, dois anos depois, revela confissões de figuras proeminentes, dentre elas a escritora regionalista Rachel de Queiroz que confessa ao jornalista, e aos leitores, que frequenta a Feira de Duque de Caxias.

Os documentos relativos à década de 1940, embora escassos, demonstram que por parte de Nova Iguaçu, havia interesse em demonstrar tranquilidade e independência em relação ao território perdido com a emancipação, enquanto em Caxias havia uma continuação da narrativa de violência cujo cenário é a Feira. A violência, inclusive, é uma constante nas notícias acerca da Feira de Duque de Caxias e reaparecerá nessa narrativa por diversas vezes. Por outro lado, merece destaque o caráter dual da menção em tom confessional de Rachel de Queiroz; ao mesmo tempo em que pode fazer o leitor entender que a Feira é prestigiada por figuras proeminentes da cultura brasileira, a expressão “curiosas revelações”, que integra o título da seção, dá à presença da autora na Feira um caráter pitoresco, quase como se pessoas letradas, como ela, não pertencessem ao ambiente da Feira (Leal, 1949). Nesse mesmo sentido, em 1950,

O Jornal publicou uma charge de Carlos Estevão, na qual o quadrinista apresenta de maneira irônica sua visão sobre a “moderna criada carioca”, que é econômica pois “faz a Feira” da casa em Caxias, embora vá e volte de táxi (Estevão, 1950).

Por mais equivocadas que possam ser as escolhas de texto desses documentos, eles mostram, a partir de suas narrativas, como foi construído o imaginário coletivo do carioca e do fluminense acerca da Feira de Duque de Caxias. Uma cidade nova, marcada por um passado precário e temeroso, que se emancipou, mas não se livrou das mazelas da violência que, por sua vez, encontrou local para se expressar na Feira, afinal, uma atividade marginalizada, ainda que anterior à própria cidade, que reúne centenas de migrantes, é um “prato cheio” para os mais diversos vieses e interesses documentados nos jornais da época.

No final da década, Duque de Caxias era reconhecida como a “cidade onde mora o progresso”, impulsionada pelo comércio da Feira, a indústria e a lavoura, sua topografia alterada pelo progresso, que risca os campos e transforma áreas rurais em núcleos urbanos populosos que se moldam de acordo com a dinâmicas de seus moradores, atividades econômicas e necessidades espaciais e econômicas necessárias ao avanço da indústria e do comércio em terras caxienses (Cidade, 1958).

Ainda assim, a Feira era apontada como uma das principais atividades econômicas da região, tendo sua importância destacada no *O Jornal*, em 1955, ao anunciar que um milhão e meio de cruzeiros foram vendidos pelos “colonos” (Produzem, 1955). A coluna relata que os migrantes associados ao Instituto Nacional da Migração na Baixada Fluminense, que produziam gêneros alimentícios na lavoura, movimentaram um milhão e meio de cruzeiros nas vendas de seus produtos em feiras, inclusive na Feira de Duque de Caxias, o que gerava um destaque para a cidade no estado do Rio de Janeiro, inclusive quando em comparação com a então Capital Federal.

A migração é um tema que se mostrou um ponto nodal da história da Feira de Duque de Caxias, especialmente em relação à migração nordestina. A criação de polos industriais ao redor da região de Duque de Caxias atraiu trabalhadores que, oriundos principalmente dos estados do Nordeste do país, fizeram do local uma cidade dormitório, para descanso das rotinas de trabalho durante a semana e lazer, aos finais de semana, quando se reuniam na Feira livre da cidade. Além dos trabalhadores operários, migrantes nordestinos montavam as suas barracas na Feira do centro da cidade, enchendo a ruas de barracas que vendiam produtos trazidos do Nordeste ou que remetiam àquela região.

Conforme abordado anteriormente no referencial teórico desta análise, o intenso fluxo migratório a partir da segunda década de sua emancipação, deu à Duque de Caxias a

possibilidade de desenvolver uma cultura local multifacetada, baseada na mistura de hábitos, costumes e formas culturais externas, de forma que a Feira de Duque de Caxias se tornou um evento que também funcionou como memorial cultural, em especial à cultura nordestina. Assim, a Feira cresceu e se tornou mais robusta não somente no número de barracas, mas também como espaço cultural onde as comidas, os cordéis, as histórias e memórias daqueles que ali eram frequentadores e feirantes preenchiam os espaços entre as barracas e marcaram a Feira como espaço principal de difusão cultural.

O jornalista Amaury de Almeida, ao falar sobre a Feira de Duque de Caxias e a migração nordestina, em 1962, para o *Jornal do Commercio*, afirmou que “as gentes de cabeça chata” que chegavam de caminhão em São Cristóvão ou de navio na Praça Mauá, na capital, vindos do Ceará, Pará, Bahia e Pernambuco, por exemplo, fizeram de Caxias um “pedaço do Norte a meia hora da Guanabara” (Almeida, 1962, p.5). Na matéria, cujo título é *Norte tem sua feira em Duque de Caxias*, o autor discorre sobre as nordestinidades que dão vida à Feira e pintam um cenário que seria tipicamente considerado uma paisagem nordestina da Feira de Caruaru, por exemplo. Os elementos culturais marcantes da culinária nordestina são destacados como atrativos aos frequentadores, como a carne de sol e os mais variados tipos de farinhas incomuns na região, que eram encontrados na Feira sendo vendidos pelos próprios migrantes.

Ainda na matéria de Almeida (1962), pela primeira vez nos documentos em análise, aparece a venda de pássaros na Feira de Duque de Caxias. Nesse primeiro momento, o comércio de aves aparece como uma atividade cultural que descende das típicas feiras nordestinas, e as dezenas de gaiolas contendo pássaros de diversas espécies, coelhos, jabutis e outros animais, assim como as barracas vendendo couro de origem animal, inclusive couro de onça, como relata o jornalista, são apresentadas como parte típica da cultura nordestina e uma forma de atrair visitantes.

Entre gaiolas e animais silvestres, o jornalista destaca a presença de dois cegos violeiros. Violeiros e repentistas se tornaram personagens da Feira e mais um marcador cultural de nordestinidade naquele espaço e deram forma à *Visão da Feira de Duque de Caxias*, de Barbosa Leite, pintor e desenhista migrante do sertão cearense que escolheu viver em Caxias e se tornou paisagista da Feira:

Figura 3 - Visão da Feira de Duque de Caxias, por Barbosa Leite



Fonte: Visão (1969)

Na figura 3, acima, se pode ver um violeiro de chapéu de palha sentado tocando seu violão cujas cordas descem e servem de varal para os produtos — possivelmente carnes, cujo formato se confundem com formas humanoides —, expostos para venda em alguma barraca da Feira de Duque de Caxias.

Barbosa Leite viria a fazer uma nova ilustração para a matéria de Carlos Rangel, ainda em 1969 e no folhetim *O Jornal*, dessa vez um menino de pés descalços carregando o que parece ser um balde, figura entre as fotos que Jurandir Costa registrou das atividades na Feira, demonstradas na figura 4, a seguir.

Figura 4 – Caxias, a capital do Nordeste



Fonte: FEIRA (1969)

Nas legendas das fotografias, o leitor é informado de que no final da década de 1960 a Feira de Duque de Caxias era a maior Feira livre do Brasil, sendo também a mais popular, na qual transitavam entre as nove ruas, e quinze mil metros de sua extensão, cerca de trinta mil pessoas todos os finais de semana. A fotografia da criança e adultos em torno de dezenas de cordéis espalhados no chão é legendada a fim de destacar o aspecto cultural de memória da Feira, na qual os cordéis ilustram e contam as histórias do Nordeste e seu povo que, longe de sua terra natal, tinha no espaço um ponto de encontro e memorial.

Para o debate acerca da cultura e da migração que permeiam expressivamente a Feira de Duque de Caxias, a reportagem de Rangel (1969) oferece um panorama valioso do contexto ao redor da força da migração nordestina no município. Em 1969 a Refinaria Duque de Caxias (REDUC) rendia ao Governo Federal cerca de quatrocentos bilhões de cruzeiros anualmente e o índice demográfico da cidade apontava para o contingente de meio milhão de pessoas alocadas. Além disso, estavam instaladas na cidade indústrias metalúrgicas, a Fábrica Nacional de Motores, fábricas de tecido, fármacos e químicos, incentivando bancos a abrirem as suas

agências no município. Duque de Caxias crescia e o dinheiro circulava pela cidade, o que deixou para trás a herança de “Merity do pavor”, e passou a viver anos de progresso econômico e melhorias na qualidade de vida dos habitantes, com saneamento básico, água encanada e esgoto, eletricidade e telefones, ainda que extremamente incipientes em relação à Capital Federal. Duque de Caxias, então, avançava, e a Feira crescia junto, com as suas novecentas e cinquenta barracas dos mais diversos produtos.

Apesar de pintar a Feira de Duque de Caxias como um “mundo colorido” no qual “tem de tudo” e destacar o momento de prosperidade do município, Rangel (1969) dedica parte de sua matéria de duas páginas para discorrer sobre as carências oriundas de certo afastamento do poder público. Na data de publicação do texto em análise, ainda não havia nenhum hospital público e gratuito, apenas dez postos de saúde, que não davam vazão à demanda da crescente população, e uma instituição particular.

Dez anos antes, o folhetim Grupo Arte e Cultura já apontava para as necessidades culturais do jovem município: não havia bibliotecas públicas, teatros e armazéns culturais. Quanto à instalação de bibliotecas municipais, o prefeito alegava não haver dinheiro para isso (Caxias, 1957). O Grupo Arte e Cultura, porém, além de denunciar as lacunas culturais da cidade, atuou diretamente na vida cultural caxiense, promovendo a *1ª Exposição Coletiva de Artes Plásticas*. Nota-se que há uma mobilização do setor privado e sujeitos particulares no desenvolvimento cultural do município. Essa observação diz respeito tanto ao grupo que mencionei acima quanto ao espalhamento e penetração da cultura nordestina, que por meio da Feira de Duque de Caxias se hibridizou e marcou a cultura local. Não encontrei nos documentos analisados até o final da década de 1960 nenhuma manifestação do poder público em prol da cultura caxiense, nenhuma ação ou reconhecimento.

Interesse notar, que embora os nordestinos que optaram pela vida em Duque de Caxias, homens integrantes do circuito inferior da região, a fim de encontrar melhores condições para eles e para as suas famílias e estivessem fugindo da seca e da pobreza, e ainda que fossem os “exógenos” ao município — inclusive sofrendo ataques que, atualmente, seriam considerados xenofóbicos, por parte de organizações midiáticas (Almeida, 1962; Pelos, 1967; Anísio, 1978; Feira, 1983) —, dada a ineficiência estatal no campo cultural na cidade, esses foram responsáveis, excetuando-se os casos específicos mencionados no parágrafo anterior, não só pela manutenção de suas identidades nordestinas, mas por uma efervescência, ainda que local e nichada, da cultura na cidade, assim como da formação de uma cultura própria caxiense.

Embarcar na jornada cultural da Feira de Duque de Caxias documentada pelos arquivos dos jornais pode, de fato, causar a sensação de caminhar em um “mundo encantado” que exala

cultura, nordestinidades, diversidade e brasilidade, mas bem nos alerta o frequentador da Feira conhecido como marinheiro: “É preciso não confundir miséria com folclore!” (Rangel, 1969).

A migração nordestina foi motivada pelas oportunidades que se apresentavam abundantes há época na Região Sudeste, e Duque de Caxias, por sua localização, serviu como cidade intermediária e dormitório para aqueles que buscavam por emprego e uma nova vida fora de suas cidades no Nordeste, que passavam, na década de 40 e 50 por um período de secas severas. Ainda em 1969, *O Jornal* trouxe novamente uma reportagem acerca da relação entre a Feira de Duque de Caxias e a migração nordestina, dessa vez redigida por Batista de Paula. A chamada que ocupa grande parte da capa da edição de 19 de novembro de 1969 destaca que trezentos mil nordestinos vivem em Caxias, vindos de fazendas — no sentido de roça — para a cidade à procura da felicidade. Mais da metade da população de quinhentos e vinte e cinco mil habitantes, portanto, era de migrantes que para além da cultura e Feira, marcaram a vida política da cidade (Paula, 1969).

Pertinente ressaltar que nos primeiros trinta anos desde sua emancipação, a maioria dos prefeitos, deputados e vereadores eleitos no município que se tornaram figuras proeminentes da elite local eram nordestinos que chegaram à Duque de Caxias nas levas de migrantes dos anos anteriores em porões de navios e caminhões “pau-de-arara”. As condições forjadas com base em sacrifícios e trabalho braçal pelos primeiros migrantes nordestinos possibilitou aos seus descendentes, que tiveram sua infância e juventude na cidade, que estudassem e ocupassem cargos em diversos setores do poder público no município, exercendo poder de influência nas decisões acerca do mesmo.

Apesar de experimentar o seu auge de crescimento e prosperidade entre os anos de 1940 e 1960, no final desta última década a Feira de Duque de Caxias, personificada por seus feirantes, já havia passado por vários embates com a Prefeitura e a Câmara Municipal, sendo o principal deles uma longa disputa em torno dos impostos e taxas cobrados dos barraqueiros, tanto pela prefeitura quanto pelo concessionário que resultou na busca dos feirantes por menores impostos na Feira de São Cristóvão, na capital do Rio de Janeiro. A Feira de São Cristóvão ainda não era institucionalizada nas décadas de 60 e 70, no entanto estava em pleno crescimento e figurava como concorrente da Feira de Duque de Caxias pelo título de Feira Nordestina do Rio de Janeiro.

Para além do momento propício para se aventurar em outro local e os conflitos com a prefeitura de Duque de Caxias, os feirantes encontravam na Feira de São Cristóvão impostos mais baixos e compradores com maior poder aquisitivo e disponibilidade para gastar. O texto de Batista Paula se encerra com uma previsão negativa de um feirante entrevistado, na qual esse

indica que dentro de pouco tempo não se encontrará coisas do Nordeste nesta Feira de Duque de Caxias (Paula, 1969).

Embora a previsão do feirante não tenha se concretizado, o jornal O Fluminense dedicou uma página inteira de sua edição de 13 de dezembro de 1969 a fim de discorrer sobre a Feira, na qual traz a reportagem de Manoel Sardinha sob o impactante título “Caxias: a morte da grande Feira”. Essa reportagem registra um dos pontos de virada mais significativos na história da Feira de Duque de Caxias, que a conecta com a visão que nos dias atuais terá o visitante que for caminhar entre as barracas. No texto de Sardinha (1969), as falas dos feirantes entrevistados explicitam como o mundo encantado da Feira foi atingido pelos conflitos políticos e econômicos entre o poder público e os feirantes. Sob um tom amargo e saudosista, somos prontamente informados de que a evasão de feirantes resultou no enfraquecimento da representação e difusão cultural na Feira de Duque de Caxias, identificada pelo autor como “ex-empório do Nordeste”.

Embora a Feira de Duque de Caxias tenha sido registrada nos meios de comunicação impressos como um pedaço do Nordeste no Rio de Janeiro e, por isso, como um local encantado de efervescência cultural e marcador de identidade e memória de migrantes que, por meio do trabalho, encontraram melhores condições de vida e abrigo das secas dos sertões, a Feira também tem seus desencantos.

A caricatura nordestina traçada pelas matérias jornalísticas apresentadas até então carregava sempre um tom duplo; o Nordeste e o nordestino são a graça da Feira, são a força de trabalho, agentes essenciais na construção da cultura local, mas, ao mesmo tempo, “estrangeiros” em sua atividade de Feira, embora o início de sua migração seja anterior ao próprio desmembramento do município, e, também responsáveis pela bagunça que era a Feira (Caxias, 1958; Baderna, 1964), e, talvez por isso, um lastro do passado insalubre e decadente que precisava ser limpo pelo progresso.

Portanto, se o município de Duque de Caxias crescia tanto em população quanto em seus aspectos econômicos em suas primeiras décadas de existência, e ainda que ações de organizações midiáticas retratassem a Feira, por um lado, como um “mundo encantado”, e por outro, como um local digno de ataques, os nordestinos ali alocados, para além de uma resistência de sua cultura nordestina, de forma horizontal, auxiliaram o município em seu desenvolvimento para além de aspectos econômicos, mas também culturais e de identidade da própria cidade de Duque de Caxias. Vale mencionar que a mudança de padrão narrativo por parte de mídias locais, acerca de “quem defender e quem atacar”, caminhava junto aos interesses do circuito superior, ou, em alguns casos, de sujeitos específicos do circuito superior,

caso de Tenório Cavalcanti, deputado, dono de terras, empresas e do jornal “A Luta Democrática”, que acompanhava as suas ganâncias políticas (Pedroso, 2001).

Paralelamente aos aspectos culturais decorrentes da migração, outros acontecimentos e tensões em níveis distintos ocorriam. Em 1964, ano em que o Brasil entrava em um dos seus períodos mais sangrentos, a ditadura civil-militar, a Feira de Duque de Caxias também passava por um período turbulento, o qual culminou em um conflito armado, entre feirantes e agentes públicos, que resultou em 8 feridos, 4 policiais e 4 feirantes. Para entender como se chegou à efetivação desse fato, entendo ser fundamental discorrer sobre algumas variáveis que, desde meados da década de 1950 — e originadas por parte de sujeitos e organizações alocados no circuito superior, caso da prefeitura e seus agentes de repressão, a Associação Comercial da cidade, a mídia local, entre outros —, pressionaram, negativamente, os feirantes em suas práticas laborais, como: disputas por terra entre lavradores e grileiros; e a concessão monopolista da Feira

A década de 1950, recorte temporal que já integra o denominado auge da Feira (Pinto, 2018), foi um período marcado por conflitos tanto no que concerne diretamente à Feira quanto à realidade de feirantes, sujeitos e organizações relacionados a ela, caso de agricultores, também chamados de colonos em algumas das reportagens coletadas e analisadas, e que, em quantidade significativa, também eram feirantes (Espoliados, 1958).

Nesse período, lavradores, em sua maioria nordestinos e as suas famílias, advindos da Região Nordeste desde meados da década de 1930, haviam se assentado em territórios não utilizados, até então, na região que anos depois passaria a ser conhecida como Duque de Caxias. Esse processo de alocação em terras da região estava ligado, também, aos chamados núcleos coloniais, projetos de colonização de áreas ociosas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e liderados pelo governo de Getúlio Vargas, a fim de que houvesse um “cinturão agrícola” para fornecimento de alimentos para a então capital federal (Alentejano, 2005). Portanto, o objetivo de se oferecer tais terras aos moradores da região tinha por objetivo o aumento e manutenção da oferta alimentícia para a então Capital Federal, e não uma espécie de reforma agrária ou uma mera ação de bondade dos governantes à época.

Contudo, a partir de 1956, os altos volumes de recursos alimentícios e financeiros que passaram a ser movimentados pelos homens lentos agricultores da região – esses produziam uma série de produtos agrícolas, em boa parte vendidos na Feira de Duque de Caxias, inclusive por eles próprios, Feira essa que ficava no primeiro lugar, em comparação às outras feiras do estado do Rio de Janeiro, no que dizia respeito ao volume de vendas de produtos agrícolas (Produzem, 1955) — somados ao interesses regionais e nacionais na região de Duque de Caxias,

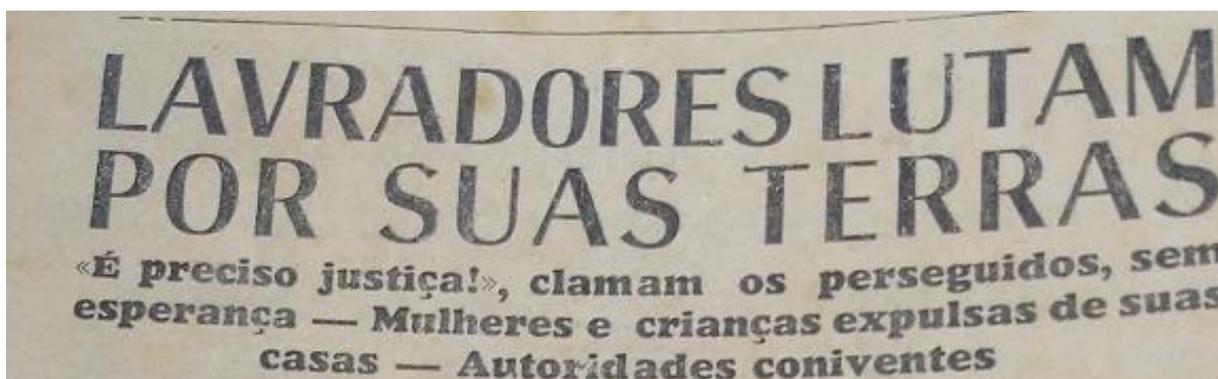
que chamava à atenção de sujeitos e organizações do circuito superior, como o início da construção da REDUC, no mesmo ano —, começaram a atrair olhares indesejados sobre as posses dos lavradores do circuito inferior, mais especificamente por parte de grileiros.

A primeira informação que possuo acerca dos conflitos por terra na região de Duque de Caxias, que se relacionam com a Feira, ainda que indiretamente, remontam ao final do ano de 1956. No citado período, segundo o lavrador e feirante Balbino José de Jesus, indivíduos armados apareceram intimando os lavradores a deixarem as suas terras, caso contrário essas seriam tomadas à força. Segue o jornal explicitando que visitou muitas terras de pequenos lavradores e que atestava que tais terras eram produtivas e bem cuidadas, não dando qualquer espaço para argumentos que justificassem as ações dos grileiros (Sob, 1958).

Em reportagem denominada “Polícia espanca lavradores” (Polícia, 1958), já no ano de 1958, tais lavradores denunciaram que estavam sendo ameaçados para sair de suas terras a fim de que grileiros, que já eram donos de grandes volumes de terra na região do município, aumentassem ainda mais as suas posses, e aos que se recusavam, eram aplicados “métodos nazistas de tortura”, com espancamentos de homens, mulheres e até mesmo crianças. Pertinente ressaltar que embora os responsáveis pelas iniciativas de ameaçar e agredir os lavradores fossem grandes donos de terra, quem as perpetravam eram integrantes da estrutura de repressão municipal, precisamente policiais e guardas, os quais partiam para a agressão física ao notar que os lavradores não atendiam às suas ameaças de prisão, essas sem qualquer respaldo jurídico. Na mesma reportagem, outro lavrador, Enéas Rodrigues de Andrade, denunciou ao jornal que fora expulso de sua terra pelo subdelegado responsável pela região, que comandava soldados armados de metralhadoras, os utilizava contra os lavradores. Para além dos grileiros, no âmbito judicial, tanto a Caixa de Mobilização Bancária, autarquia Federal que posteriormente foi aglutinada pelo Banco Central do Brasil, quanto a organização privada Chácaras Arcampo, hoje um nome de bairro da cidade, buscavam obter o registro dos territórios como seus.

Assim, é possível denotar que distintos agentes e organizações, tanto públicos quanto privados, alocados no circuito superior na região e fora dela, agiam com base em verticalidades norteadas por interesses escusos aos das populações locais e motivados pela possibilidade de ganhos financeiros significativos naquela região, empreendendo ações de forma com que os homens lentos agricultores não tivessem mais direitos ao uso daquelas terras e essas caíssem nas mãos de organizações e sujeitos do circuito superior.

Figura 5 – Lavradores denunciam ataques em suas terras



Fonte: Lavradores (1958)

Vale ressaltar que as ações que caracterizei como verticalidades oriundas do circuito superior, para além de poder serem analisadas sob a ótica miltoniana, também podem ser compreendidas pela ótica da categoria acumulação primitiva (Marx, 1989), visto que se promoveu um processo violento expropriação das terras e recursos naturais em geral do lavradores locais, sendo esse um movimento, no pensamento marxiano, que visa, e permite, a concentração de propriedades sob controle de classes dominantes da região, ademais de fornecer uma mão de obra “livre” para os interesses do capital.

Se as ações de verticalidade originadas de organizações públicas e privadas e de sujeitos que detinham o poder na região não davam trégua, as horizontalidades norteavam os agricultores. Na reportagem “Lavradores lutam por suas terras”, para além de relatarem a situação conflituosa das terras nas quais “cerca de 600 famílias ali vivem, trabalhando muito, comendo pouco e dormindo quase nada” (Lavradores, 1958, p.4) — terras essas que ninguém queria em 1938, quando chegou a elas o lavrador José Batista Oliveira, que já havia perdido o seu filho assassinado, 02 anos antes da reportagem, em 1956, em conflitos semelhantes — é demonstrado que tais homens lentos se uniram em grandes grupos, tanto para alertar sobre a situação que viviam, ao máximo de organizações midiáticas e às esferas judiciais não municipais, mas também para resistir a tais incursões do circuito superior.

Em 1961 os lavradores de Duque de Caxias dão mais um passo em suas ações horizontais e de resistência às incursões do circuito superior, ao se organizarem de forma armada em prol da defesa das terras, se configurando como a primeira resistência armada de lavradores do Estado do Rio de Janeiro, o que foi seguido por lavradores de outras regiões em anos seguintes (Corrêa; Macedo, 2007).

Compreendo que as ações de resistência embasadas na horizontalidade por parte dos lavradores acompanhavam, também, um movimento tanto regional quanto nacional de lutas por direitos do campesinato. No âmbito do estado do Rio de Janeiro, o governador Roberto Silveira,

em seu último ano de mandato, 1961, como uma resposta ao recrudescimento dos conflitos agrários, elaborou um plano de concessão de terras denominado implantação do Plano de Colonização de Terras Devolutas (Alentejano; Amaro; Silva, 2022). Na seara nacional, a ascensão de João Goulart, igualmente em 1961, também estimulava o pensamento popular acerca de uma distribuição justa de terra no país, sob convocações do presidente de que “a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano” (Dezemone, 2016, p. 147).

A síntese das tensões acima expostas ocorre apenas no ano de 1964 quando, com o golpe cívico-militar, passa a ocorrer uma repressão brutal contra a escalada de luta pela terra, nas qual a elite burguesa e militar passa a combater tais conflitos sob o argumento de ação contra o comunismo, resultando no enfraquecimento de tal luta. Nesse sentido, discorre Medeiros (2018, p.69) acerca da repressão estatal à época na região:

O exército iniciou a busca por comunistas já nos primeiros dias: lideranças tiveram que abandonar seus lugares de moradia e trabalho; as casas dos trabalhadores foram invadidas e reviradas em busca de documentos e armas; e famílias foram ameaçadas e coagidas para revelar o paradeiro do pai (em geral os homens eram os mais diretamente envolvidos nos conflitos). Relatos que colhemos sobre lugares diferentes (Baixada fluminense, região serrana, Imbé), com pessoas comuns, na época crianças ou adolescentes, filhos e netos de trabalhadores com algum grau de envolvimento nos conflitos, apontam o extraordinário padrão de violência que se deflagrou (Medeiros, 2018, p. 69).

Nesse sentido, é possível denotar, sob a ótica estrutural da totalidade, que o movimento dialético do conflito entre grileiros e lavradores tanto foi influenciado quanto, de certa forma, influenciou tendências mais amplas na sociedade local e brasileira, demonstrando que embora tais homens lentos estivessem na “periferia da periferia”, tiveram a coragem para, horizontalmente, resistirem, até dado momento, às incursões do circuito superior, não ficando à margem do contexto sociopolítico regional e nacional à época.

Para além do conflito entre lavradores e grileiro, ocorre que, a partir de 1955, a Prefeitura de Duque de Caxias realizou uma concorrência pública, com autorização da Câmara Municipal, para a posse da concessão para exploração dos aluguéis das barracas da Feira sob a forma de um monopólio. A firma J. G. da Silva, na figura de Jonathan Gonçalves da Silva, venceu a concorrência e se tornou o único concessionário da Feira de Duque de Caxias, função que teve direito a exercer por vinte e cinco anos (Preparam, 1963), e de fato exerceu (Feirantes, 1979), tornando-se uma figura frequente nas reportagens acerca da Feira, principalmente àquelas que se debruçavam sobre conflitos.

Vale destacar que, para fins desta tese, entendo que a empresa J.G da Silva, embora concessionária de uma Feira urbana, está atrelada ao circuito superior, visto que o seu dono, Jonathan Gonçalves da Silva, era uma figura influente na cidade, com contatos na política e dono de extensas terras na região do município. Ao analisar os dados coletados, embora não fique explicitado, é possível denotar um tom de que em dados momentos mudanças em decisões da câmara e do executivo em favor da citada empresa ocorreram após pressões por parte do referido concessionário.

Meu entendimento fora fortalecido pelo apontado na reportagem “preparam as armadilhas ao prefeito”, na qual é apontado “[...] O sr. Jonatan Gonçalves, que através de ruinosas concessões, dada por ex-prefeitos e com a conivência da Câmara, por quase 20 anos explora e cobra taxas dos feirantes da Feira de Caxias” (Preparam, 1963) e, ainda, a acusação feita pelo periódico Folha da Cidade, que em 1964 afirmou que até pouco tempo antes à publicação, os guardas municipais da cidade eram utilizados pelo “dono da Feira”, Jonatan Gonçalves, para cobrar taxas dos feirantes aos domingos (Baderna, 1964).

A concessão, porém, foi questionada por parte dos feirantes, que insatisfeitos recorreram à justiça para impedir a consolidação do concurso com base no argumento de que o mesmo deveria ser anulado, vez que a Prefeitura não teria jurisdição para fazê-lo, pois os assuntos jurídicos afetos à Feira são de competência da Legislação Federal — argumento usado pelos feirantes à época. O documento revela que na primeira investida dos feirantes contra o monopólio, a Câmara de Vereadores votou a favor da anulação da autorização do Prefeito e, conseqüentemente, da concessão, no entanto, é relatado que horas depois os mesmos vereadores que votaram pela anulação mudaram seus votos a favor da manutenção do concurso. O conflito, porém, não se encerrou e os feirantes desagrados recorreram junto à Assembleia Legislativa do Estado. Outros contornos políticos desse caso são o apoio recebido pelos feirantes de deputados que se solidarizaram com a situação, os mesmos que buscavam impedir a escalada política de Jonathan Gonçalves da Silva, que pretendia se candidatar à prefeitura.

Os feirantes conseguiram um mandado de segurança contra a concessão, o qual foi prontamente alvo de recurso por parte da Prefeitura ainda em 1956. Porém, cabe-se destacar que, conforme extraído dos documentos, os feirantes que “compraram essa briga”, cujos nomes estão nos documentos jurídicos, eram trinta e sete, sendo esses representados pela Sociedade dos Feirantes. Os registros apontam ainda que a maioria dos feirantes era favorável à concessão — ainda assim, a proporção desse conflito foi extensa e muita tensão e expectativa foram criadas ao seu redor.

Durante as ações judiciais, o presidente da Sociedade dos Feirantes foi preso sob a alegação de estar cobrando valores dos feirantes, enquanto buscava por auxílio financeiro da classe para continuar custeando a disputa judicial contra o poder público. Nessa ocasião, os repórteres do jornal Folha da Cidade ouviram o Prefeito Francisco Corrêa, que negou qualquer envolvimento com a prisão Moisés Trajano da Silva, ao contrário do que se especulava.

Moisés Trajano da Silva, presidente da Sociedade dos Feirantes, distribuiu folhetos aos trabalhadores da Feira, e nas páginas do Folha da Cidade foi encontrado um trecho de seus dizeres, o qual será reproduzido a seguir:

Feirantes de Duque de Caxias, cooperar financeiramente com a tua sociedade para o combate do “monopólio das barracas da feira”, é lutar pela nossa liberdade comercial! A nossa sociedade impetrou um recurso na justiça em defesa dos nossos direitos (Expectativa, 1956).

Figura 6 – Prisão do presidente da Sociedade dos Feirantes



Fonte: Expectativa (1956)

Apesar do chamamento à luta, o fim desse episódio foi um acordo celebrado entre os feirantes e a Prefeitura que alterou condições da concessão, sendo a principal mudança a redução da taxa a ser paga, que foi viabilizada pela Prefeitura ao abrir mão de receber sua porcentagem dos aluguéis. Assim, feirantes seriam cobrados da taxa de trinta cruzeiros, ao invés de cinquenta, nenhuma taxa seria entregue à Prefeitura e o monopólio sobre a exploração de aluguéis de barracas na Feira foi consolidado.

Os feirantes organizados que estavam engajados no conflito com Prefeitura protagonizaram um embate no qual, ao final, a ocorreu a manutenção da concessão e a minoria conquistou a redução da taxa para todos. A concessão, porém, não ocorreu conforme a

expectativa positiva dos feirantes e no ano seguinte, 1957, o jornal Folha da Cidade denunciou que o concessionário, Jonathan Gonçalves, não estava cumprindo com as obrigações contratuais e cobrando dos feirantes o valor de cinquenta cruzeiros por barraca, além de não proceder com a limpeza da Feira todos os domingos, conforme acordado. Os problemas da concessão não se restringiram à relação do concessionário com a Feira e os feirantes, mas também com a Prefeitura, vez que sob suas ordens foram construídos boxes que ocupavam toda a calçada impedindo a passagem de pedestres e os fazendo caminhar pelo meio fio (Transeunte, 1957).

Infelizmente há uma lacuna temporal nos dados coletados acerca do tema abordado nos últimos parágrafos, sendo as últimas notícias que tive acesso, sobre o assunto, datando de: 1969, na qual indicou-se Jonathan Gonçalves, ademais de seguir como único concessionário, seguia sem cumprir com a obrigação contratual de fornecer barracas aos feirantes (Concessionários, 1969); 1979, em que o jornalista indica, de forma irônica, que coisas incríveis ocorrem na Baixada fluminense, como o fato de que para alguém conseguir uma barraca para atuar na Feira de Duque de Caxias depende de um particular, quando deveria ser um serviço prestado pela municipalidade (Baixada, 1979); e outra reportagem de 1979, na qual entrevistou-se 30 feirantes da Feira de Duque de Caxias, os quais reclamavam sobre o péssimo serviço prestado pela empresa concessionária J.G da Silva — a mesma empresa de Jonathan Gonçalves, embora, neste momento, comandada por Manoel Figueira — além de diversas arbitrariedades em relação ao que deveria ser oferecido pelo concessionário, como indicado na fala da feirante Diógenes dos Santos:

“Eu trabalho na Feira de Caxias há 28 anos e nunca senti tanta pressão como atualmente. A concessionária não constrói as barracas, que são obrigadas a ter armação e lona, os próprios feirantes são obrigados a apanharem os tabuleiros nos depósitos e ainda sofrem perseguição do chefe da Feira, Manoel Figueira (Feirantes, 1979).

Na mesma reportagem há dois pontos que chamam à atenção: a ameaça feita pelo gestor da concessionária aos repórteres do “O Fluminense” ao afirmar que “essa é uma matéria preta e você muito novo ainda para se meter nisso” (Feirantes, 1979), sendo indicado pelos profissionais de mídia que tal ameaça é resultando de “um grupo que se considera intocável pelo seu grande poderio econômico (Feirantes, 1979); e a informação de que a concessão da J.G da Silva, iniciada em 1955, teria uma duração contratual de 25 anos, finalizando em 1980.

Figura 7 – Feirantes se queixam de concessionário e, ainda, ameaça ao jornalista

Feirantes se queixam do contrato com a prefeitura

— Essa é uma “matéria preta”, e você é muito novo ainda para se meter nisso.

Essa frase, dita em tom de brincadeira pelo representante da concessionária que mantém o monopólio dos serviços das feiras livres de Duque de Caxias, Petronio de Lima Taveira, ao despedir-se do repórter que colhia dados sobre a concessão, pode ser encarada como uma ameaça velada por um grupo que se considera intocável pelo seu grande poderio econômico. A firma J. G. da Silva, concessionária de todos os serviços das feiras, tem sido alvo de constantes reclamações

Tabuleiros e Barracas

Os representantes dos feirantes (cerca de 30) que foram à sucursal de O FLUMINENSE para levarem as reclamações contra o não cumprimento do contrato de concessão por parte da firma J. G. da Silva, fizeram questão de tornar público o seu agradecimento ao Diretor de Fazenda do Município, Jaime Batista Vieira, pela manutenção do local da feira, nas Avenidas Presidente Vargas e Duque de Caxias. Entretanto, procurado pelo repórter, o Diretor de Fazendas disse que já está certa a mudança de local, mas que ainda não tem data marcada.

O contrato de concessão de ex-

mais espertos se não brigassem tanto por causa dessas barracas, porque existem muitos deles utilizando-se de mais de um tabuleiro e ocupando mais pontos do que as licenças permitem”. Segundo ele, “a mudança de local da feira e uma possível ordem de que cada um se utilize apenas de um tabuleiro podem até ser consequência de toda essa gritaria que os feirantes estão fazendo”.

Os feirantes de Duque de Caxias dizem-se “pressionados, principalmente pelo chefe da feira, Manoel Figueira”. Eles alegam que ele tem “cometido uma série de arbitrariedades” e que “os próprios

Fonte: Feirantes (1979)

Recordo que o final da década de 1970 coincide com o indicado por Pinto (2018) como sendo o momento da derrocada da Feira de Duque de Caxias, e com base nas notícias apresentadas e nas falas dos feirantes, denota-se que a concessão monopolista na Feira, por 25 anos, pode ter cumprido um papel relevante em tal situação.

Assim, apesar da incessante luta de duas décadas, por parte dos feirantes, homens lentos do circuito inferior da cidade, contra o monopólio na concessão da Feira de Duque de Caxias (Esclarecimento, 1956; Feirantes, 1957; Contrato, 1958; Possível, 1964; Concessionários, 1969; Feirantes, 1979), a empresa J.G da Silva, a qual possuía, junto ao seu dono, grande influência e poderio econômico na região (Feirantes, 1979), e com a cumplicidade dos órgãos públicos municipais (Baderna, 1964), as tensões embasadas em ações verticais por parte das organizações mencionadas conseguiram impor aos feirantes uma situação de dificuldades e obediência, com base em ameaças e se utilizando da necessidade de sobrevivência dos sujeitos feirantes periféricos.

Entendo que os fatos indicados até aqui neste capítulo de narrativas históricas levaram a um ponto de ebulição extremo na história da Feira de Duque de Caxias, no qual feirantes, armados com armas de fogo e armas brancas, atacaram tropas da guarda municipal, que atuavam sob a orientação do prefeito Joaquim Tenório, capítulo esse da história da Feira que foi denominado, pelos jornais analisados, como “Guerra da Feira” (Encontro, 1964).

Segundo a reportagem de “O Jornal” acerca do conflito (Conflito, 1964), feirantes, os quais há anos se demonstravam desgostosos com a forma como estavam sendo tratados pelos órgãos públicos e ao excesso de cobranças de taxas (Espoliados, 1958), reagiram a mais uma

tentativa, por parte do executivo municipal, de fechamento de açougues que atuavam na Feira e, ainda, a retirada de barracas de ambulantes que atuavam na Feira também em outros dias da semana. Assim, na data de 07 de janeiro de 1964, agentes públicos foram à Feira para cumprir as ordens do prefeito já mencionadas neste parágrafo, sendo recebidos a tiros e ataques de faca por parte de feirantes, tendo tal confronto resultado em 4 guardas baleados e atingidos por facas, e 4 feirantes com projéteis de arma de fogo — nenhum deles perdeu a vida, o que foi definido em reportagem do Feira de Caxias (Baderna, 1964) como um “verdadeiro milagre que não morreu ninguém no tiroteio entre a Guarda Municipal e ‘feirantes’”.

Tal contexto conflituoso teve fim, segundo reportagem do “O Fluminense”, no dia 10 de janeiro de 1964, quando o então prefeito Joaquim Tenório encontrou-se com o vereador Armando França, o qual teria representado o interesse dos feirantes, e definiu-se que as barracas não registradas deveriam ser retiradas região da Feira nos dias seguintes, e que para garantir a segurança da região, um esquadrão do Batalhão de Choque da Polícia Militar ficaria de prontidão na região (Encontro, 1964).

Figura 8 – Anúncio do fim da guerra da Feira



Fonte: Encontro (1964)

Dias depois do ocorrido, em 12 de janeiro de 1964, o periódico Folha da Cidade lançava um editorial de opinião indicado que o que ocorrera na cidade dias antes era previsível, considerando-se a forma como o município e os feirantes se relacionavam.

“O choque entre os barraqueiros da feirinha e a Polícia Municipal era previsto por todos que conhecem a Administração Municipal. Não faz muito tempo, eram os guardas municipais usados pelo “dono da feirinha” para fazer a cobrança do aluguel dominical dos que se utilizam de um pedaço de chão descoberto para vender as suas mercadorias. Como esperar agora, em um lapso de tempo tão curto, que os feirantes fossem reconhecer nesses mesmos homens, com as mesmas fardas, a autoridade, antes sempre omissa, por incapacidade ou inconveniência?” (Baderna, 1964).

Embora diversos apontamentos sobre as formas como o concessionário conseguiu o monopólio da Feira tenham aparecido com o passar dos anos no recorte temporal analisado, como o entendimento de que se tratava de uma pessoa influente na cidade, é a primeira vez que observei diretamente uma acusação de uso de agentes públicos para fins privados no que concerne à concessão da Feira, ou seja, um conluio de interesses de organizações e sujeitos do circuito superior em detrimento dos interesses dos homens lentos feirantes.

Segue o periódico, no final da mesma reportagem, culpabilizando diretamente agentes públicos pelo ocorrido, ademais de questionar à própria permissão para a existência da Feira no centro da cidade, como demonstrado a seguir.

“Depois destas perguntas e, mesmo sem as necessárias respostas, podemos apontar os culpados da baderna ocorrida. Estes foram: O Sr. Prefeito, que concordou com a irregularidade da existência de uma feira permanente no centro da cidade, e construção de barracões imundos no mesmo local. O Sr. Chefe da divisão de Engenharia que ou é incapaz para o cargo ou é omissos nas responsabilidades que lhe cabem. O Sr. Chefe da divisão de Fazenda que autoriza o licenciamento dos feirantes para se estabelecerem em pontos fixos, em flagrantes desrespeito à lei. E os Srs. Vereadores, por silenciarem diante do problema de tamanha gravidade, tanto pelo aspecto legal, como moral e de saúde pública” (Baderna, 1964).

Importante destacar que o contrato de concessão fornecido à Jonathan, como já mencionado nesta narrativa, permitia a ele a exploração da Feira aos domingos; contudo, feirantes que também atuavam aos domingos, há pelo menos oito anos (Verdadeira, 1956), pagavam taxas para montar as barracas, cedidas pelo concessionário, também em dias da semana, o que o jornal chama de “Feira permanente”. Com base no trecho destacado acima, é possível notar que para além da “culpa” do concessionário em não seguir o acordado com a prefeitura, os órgãos pertinentes pertencentes à esfera municipal, parte do circuito superior da cidade, não pareciam estar interessados em resolver a questão, levando, com o passar dos anos, a uma situação insustentável, visto que, para os feirantes, eles pagavam o que eram cobrados — no caso, o que era cobrado pelo concessionário — e, portanto, entendiam terem o direito de trabalhar inclusive durante a semana.

Se por um lado a mídia culpabilizou os agentes estatais, assim como o concessionário, a narrativa, liderada pela Associação Comercial da cidade e organizações midiáticas, que perdurava há décadas recriminando a presença de ambulantes nas ruas se manteve, com base na qual, ao analisar o conflito, termos como “desordeiros que se auto intitulam feirantes” (Baderna, 1964, p.3), e “feirantes” (Baderna, 1964, p.3) com o uso de aspas, reforçando a imagem elaborada pelas organizações midiáticas, com o passar dos anos, que a citada atividade laboral de tais sujeitos não era positiva para a cidade.

Assim, denoto que, embora a cobrança aos agentes públicos, no que concerne uma dita omissão em relação à retirada dos ambulantes, tenha sido apontada por parte das organizações midiáticas após a ocorrência do conflito armado, a real responsabilização da cidade ser uma bagunça recaiu, por quase uma década, sobre os feirantes que buscavam a sua sobrevivência (Necessário, 1956; Prefeitura; 1956; Caxias, 1958; Inundação, 1964), homens lentos e parte do circuito inferior, ainda que, como já demonstrado, a associação que representava os feirantes tenha sido contra o monopólio por parte do concessionário (Proseguie, 1956), concessão essa dada pelos agentes públicos e mantida com base em sua omissão, ou seja, a omissão do circuito superior.

Retomando ao período em que ocorreram as primeiras disputas acerca da concessão da Feira, a segunda metade da década de 1950, nesse período, o executivo e o legislativo municipal começaram a discussões sobre um novo código tributário municipal. Encontrei poucos dados que versassem sobre de que forma tal legislação tributária dialogou com os feirantes⁶, e por essa razão não aprofundarei tal cenário, contudo, entendo que tal discussão, indiretamente, tanto afetou quanto foi afetada por um outro aspecto, a pressão da Associação Comercial de Duque de Caxias contra os ambulantes e a Feira em si.

A primeira informação que obtive acerca do tema remonta ao ano de 1953, no qual houve a publicação da reportagem “Na Feira de Caxias se vende até relógios”, com o seguinte complemento “mas os preços, embora isentos os feirantes das licenças, são mais elevados que os do Rio” (Na Feira, 1953). Na referida reportagem, ademais do jornalista responsável indicar que a Feira ocorria em um quarteirão da cidade, representando 7.200 metros quadrados, e que a fiscalização municipal no local era um mito, foi apontado que embora os feirantes houvessem obtido uma isenção no que concerne ao pagamento de taxas de licenciamento, fato confirmado pelo prefeito Braulino Reis, os preços dos produtos ali vendidos eram mais elevados do que na Capital Federal.

Em 1956 começaram as análises sobre um novo código tributário municipal, o que contou, para além da prefeitura e da Câmara, tendo tal legislação sido aprovada no ano seguinte. Contudo, tanto a Associação Comercial de Duque de Caxias quanto o periódico Folha da Cidade que, como constatei no recorte temporal analisado, possuía posições, sobre os mais diversos assuntos, muito próximas da citada associação — reclamavam que o projeto elaborado

⁶ Uma exceção é a reportagem “Violência gera violência”, na qual é apontado que no Código tributário municipal aprovado definiu-se que feirantes deveriam pagar 5 cruzeiros semanais à prefeitura, o que seria um erro, visto que tais sujeitos já pagavam, com o aval da prefeitura, 30 cruzeiros semanais ao concessionário (Violência, 1957).

pelo executivo e votado na Câmara possuía erros crassos, ademais de não ter sido discutido com as partes pertinentes, o que gerou a recusa da associação a tal projeto (Comércio, 1957).

Ao analisar as reportagens coletadas, percebi que durante os dois anos que a aprovação do projeto demandou desde a sua elaboração, de um lado a Associação Comercial de Duque de Caxias pressionava a Prefeitura e a Câmara para que seus interesses fossem atendidos na nova legislação, e do outro promovia uma campanha, junto à mídia, demandando ações com relação à presença de ambulantes não registrados pelas ruas da cidade, inclusive tanto durante dias úteis quanto durante os domingos, na região da Feira de Duque de Caxias, apelando para um discurso que ligava à Feira à uma imagem de desorganização e sujeira na cidade.

A associação da Feira com aspectos urbanos negativos foram, e ainda são, como discorrerei mais à frente, um movimento constante nas reportagens recolhidas. Se em 1955 a atividade comercial rendia quase meio milhão de cruzeiros, entre o plantio e a venda, havia uma grande disputa entre o poder público e os feirantes. Nesse sentido, na metade da década de 1950, avançava uma narrativa midiática e política acerca do progresso e higienização da cidade. Em abril de 1956, o Folha da Cidade abordou “Problemas Caxienses”, e discorreu sobre a má fama do município:

Por muito tempo só ganhávamos as manchetes dos jornais sensacionalistas como cidade da baixa e sórdida politicagem, do reinado do tabuco, das vinditas, das tricas acirradas; como paraíso da jogatina infrene e degradante ou terra de imoralidades, extorsões, lenocínio e explorações diversas (Lynx, 1956, p.14).

O jornalista associa à má fama ao período precedente à municipalização de Duque de Caxias e destaca o papel das explorações políticas da localidade como o principal fator que levou a cidade à decadência. A nota final, porém, é de que os tempos mudaram e agora, mais organizada politicamente, Caxias poderia enfim superar sua má fama e ganhar popularidade “pela grandeza de nossa terra, pelo vigor do nosso trabalho, pelo brilho da nossa inteligência” (Lynx, 1956, p.14).

A visão e expectativa para o futuro de Duque de Caxias passava pela ideia de superação de um passado “sujo”, que deveria ser “limpo”, e parte desse passado era a Feira e suas barracas. Não havia, porém, o desejo de acabar com a Feira livre, afinal ela era uma atividade comercial de expressivo retorno econômico, turístico e cultural; o desejo era de fazê-la acompanhar o progresso do município.

A década de 1940 foi marcada na história da Feira como um momento de amplo crescimento e em 1956 esse crescimento perdurava, inflando a Feira e enchendo as ruas de barracas. Na breve nota “Feira de Caxias – eterna confusão”, de 1956, é destacado o quão difícil

se tornou caminhar pela Feira, uma vez que eram aproximadamente mil e quinhentos feirantes com suas barracas e centenas de visitantes circulando desordenadamente.

Figura 9 - Feira de Caxias, uma eterna confusão



Fonte: Feira (1956)

O número de barracas se multiplicou pelo centro da cidade e foi tratado como uma “epidemia”. O Folha da Cidade cobriu esse fenômeno e antagonizou feirantes e barraqueiros nesse processo. O início desse conflito se deu após a o estabelecimento da concessão e o pagamento dos aluguéis de barracas por meio da taxa fiscal que garantia aos vendedores a licença de ambulantes, quando barraqueiros começaram a montar suas barracas fora do dia e horário nos quais tradicionalmente acontecia a Feira de Duque de Caxias – todos os domingos, entre às 9h e 14h. A Feira dominical passou a acontecer em menores proporções também durante a semana, ocupando espaço e fazendo concorrência direta com o comércio local. Na capa da edição de 3 de dezembro de 1956, uma das colunas denuncia: “Verdadeira proliferação de barracas em Caxias: concorrência desleal ao comércio – uma Feira permanente” (Verdadeira,

1956). São dois os agravantes desse conflito: a concorrência com o comércio local que denunciou a atividade ao poder público como ilícita e desleal; e o fato de que esses ambulantes recebiam a licença do concessionário, mas não eram regularizados junto à Prefeitura e por isso não pagavam impostos ao município.

Atentos às reações dos comerciantes e da mídia impressa, os ambulantes e barraqueiros responderam com a montagem de mais barracas espalhadas pelos pontos mais importantes da cidade. Reconhecendo esse protesto, a Folha da Cidade insistiu nas reportagens, destacando que “Uma ‘epidemia’ de barracas assola Caxias” e o poder público não se manifesta diante do prejuízo que elas representam ao comércio, à população, à estética e a higiene da cidade, fazendo movimentar a Associação Comercial de Duque de Caxias, que enviou uma cobrança em forma de ofício ao prefeito e uma carta ao folhetim destacando suas ações no combate à Feira irregular, publicada em 23 de dezembro de 1956.

O problema das barracas ambulantes se estendeu para o ano seguinte e, em agosto de 1957, a Folha da Cidade ainda chamava a atenção dos leitores para a concorrência desleal com o comércio e o aspecto sujo que dava à cidade. “Ambulantes, currais e animais soltos transformam a vida da cidade” (Ambulantes, 1957), entrelaçando esses elementos por meio de uma narrativa que ataca, nas estrelinhas, o comércio de carnes na Feira. A reportagem explana que a Prefeitura agiu para reprimir os barraqueiros juntamente ao Centro de Higiene municipal, porém “os ambulantes tomam conta da cidade e os animais fazem de Caxias uma verdadeira fazenda do sertão brasileiro”. O incômodo se dava pela criação de animais, principalmente bois, na região central da cidade, no bairro Jardim 25 de agosto, “o bairro mais elegante da cidade”, próximo de onde ocorre a Feira de Duque de Caxias.

A Prefeitura e o Centro do Saúde do município de Duque de Caxias, estabeleceram como data limite para que os ambulantes retirassem suas barracas das ruas, o dia dez de janeiro de 1957 (Próximo, 1957), no entanto nenhuma barraca se retirou das ruas (Termina, 1957). Com isso, fiscais acompanhados de guardas municipais retiraram as barracas que estavam nas ruas, as quais foram recolhidas e encaminhadas para local de preferência dos proprietários, em carros da Prefeitura (Retiradas, 1957). A retirada das barracas foi celebrada pela Associação Comercial do município, que fundamentou seu posicionamento na necessidade de cumprimento das diretrizes legais para a realização da atividade. Apesar da proibição, as barracas voltaram às ruas com a aproximação das comemorações de final de ano.

A batalha da Prefeitura em 1957 não foi apenas contra ambulantes, mas também contra a própria Feira que, alvo de críticas dos moradores e mídias caxienses, era considerada um estorvo para seus vizinhos e para o trânsito da cidade. A insatisfação com a localização da Feira,

que ocorria aos domingos no centro da cidade, levou a negociações entre Prefeitura, concessionário e feirantes, que em 18 de agosto de 1957 teriam que mudar as suas barracas de lugar e lavá-las para longe do centro de Duque de Caxias (Vai, 1957). Além da mídia e do poder público, outra organização atuante nos conflitos em torno de mudanças na Feira, era a Associação Comercial da cidade, que se interessava não apenas pela mudança de lugar das barracas, mas também pela mudança de dia. Em outubro de 1957 o *Folha da Cidade* registrou o interesse da associação, que buscava pressionar a Prefeitura a agir a seu favor, fundamentando sua argumentação no fato de que a Feira não mais mantinha suas características distintivas por comercializar além de gêneros alimentícios e verduras, sapatos, ferragens e tecidos, por exemplo. Nessa esteira, a Feira seria ao comércio local uma concorrência desleal (Contrastes, 1957). Apesar dos embates entre a Prefeitura, o comércio e a Feira, a Feira de Duque de Caxias permaneceu, e permanece, ocorrendo no centro da cidade aos domingos.

Os animais, matadouros e comércio de carnes foram pivôs de conflitos envolvendo o poder público e a Feira de Duque de Caxias durante a década de 1960. Se no final dos anos 50 a reclamação girava em torno dos animais soltos pelas ruas, os anos que seguiram deram ênfase às condições sanitárias de tal atividade. Os supermercados foram um dos fatores que intensificaram e deram corpo à argumentação acerca da higiene na venda de produtos para consumo alimentar. Nas proximidades da Feira de Caxias, ainda em 1956, foi inaugurado o primeiro “super mercado” da cidade; o evento foi acompanhado de perto por repórteres, políticos e socialites da época. Apontado como um “grande acontecimento que marcou um novo passo no progresso comercial” de Duque de Caxias, o *Super Mercado Serve Bem* foi amplamente elogiado pela organização e limpeza de suas dependências, bem como por reunir diversos itens de gêneros variados sob um sistema mais autônomo para o consumidor, que poderia escolher seus próprios produtos, sem precisar de um vendedor, e transportá-los até o caixa em um carrinho – uma grande novidade, na época.

Figura 10 - Inaugurado em Caxias o *Super Mercado Serve Bem*

FOLHA DA CIDADE 16-9-1956

INAUGURADO EM CAXIAS O « SUPER MERCADO SERVE BEM »

GRANDE ACONTECIMENTO QUE MARCOU UM NOVO PASSO NO PROGRESSO COMERCIAL DE NOSSO MUNICÍPIO — PRESENTES AUTORIDADES E PESSOAS REPRESENTATIVAS DO MUNDO SOCIAL E COMERCIAL DE DUQUE DE CAXIAS E DO DISTRITO FEDERAL — UMA CRIANÇA CORTOU A FITA SIMBÓLICA — COMO FALARAM OS SÓCIOS DA FIRMA PROPRIETÁRIA

Uma nova sociedade comercial instalou-se em Caxias, com a finalidade de melhor servir à nossa população, dando-lhe

Petrópolis, 1851, edifício da Associação Comercial de Duque de Caxias, sábado, dia 8 do corrente, às 16 horas.

Cordeliro, sr. Alberto Araújo, representante do Catê Predileto, e sra.; sr. Sacadura A. Silva, representante da Caixa Registradora Sweda; sr. Luiz Pôrto, da União Fabril Exportadora S. A. e Frigorífico Arno; sr. Damascio Souza Soares, contador do Banco de Hajúá S. A.; um representante da firma Ribeiro Ramos & Cia. Ltda.; um representante da Brasil Cereais; sr. Ramiro Corte Real, representante de Mário A. Costa; sr. Geraldino Pena, representante do Frigorífico Armour do Brasil S. A. e sr. Abel Gonçalves Teixeira, diretor das Representações Bandeirantes.

zação existente nos serviços da empresa.

A casa tem de tudo. Desde gêneros alimentícios das mais variadas espécies até artigos de perfumaria.

É dividida em diversas seções, com suas especialidades, como: conservas, bebidas, frutas, verduras, legumes, peixes, carne fresca e seca, cereais, etc. Tudo bem organizado e dividido.

Além disso, a casa introduziu em Caxias um moderníssimo sistema de vendas, só usado em grandes estabelecimentos comerciais do Distrito Federal, São Paulo e grandes ca-



O dep. Tenório ao chegar ao estabelecimento cumprimenta o Sr. Sady Ribeiro.

ternando a sua admiração pela BEM" e nossos votos de pro-

Fonte: Inaugurado (1956)

Algumas informações interessantes que o documento explicita são o fato de o *Super Mercado Serve Bem* ter sido construído no edifício da Associação Comercial de Duque de Caxias e, ainda, o ato simbólico de escolherem uma criança para cortar a faixa. A criança era Paulo César, filho de Sady Ribeiro, um dos proprietários do supermercado. O poder simbólico da imagem do menino cortando a faixa, ao lado do pai empresário e do Deputado Tenório Cavalcanti, aponta para o futuro, para o avanço, para o progresso do comércio e bem estar da família caxiense, como o *Folha da Cidade* enfatizou. Há época o comércio era composto pelas casas comerciais, ambulantes e a grande Feira dominical, o supermercado surge como um local no qual a população poderia encontrar produtos alimentício, de perfumaria e outros, “facilitando, grandemente, o problema de suas compras diárias” e economizando o tempo que gastaria indo de loja em loja para fazer suas compras. Ali, no supermercado do futuro, a população encontraria de tudo em um ambiente amplo, limpo e, principalmente, novo.

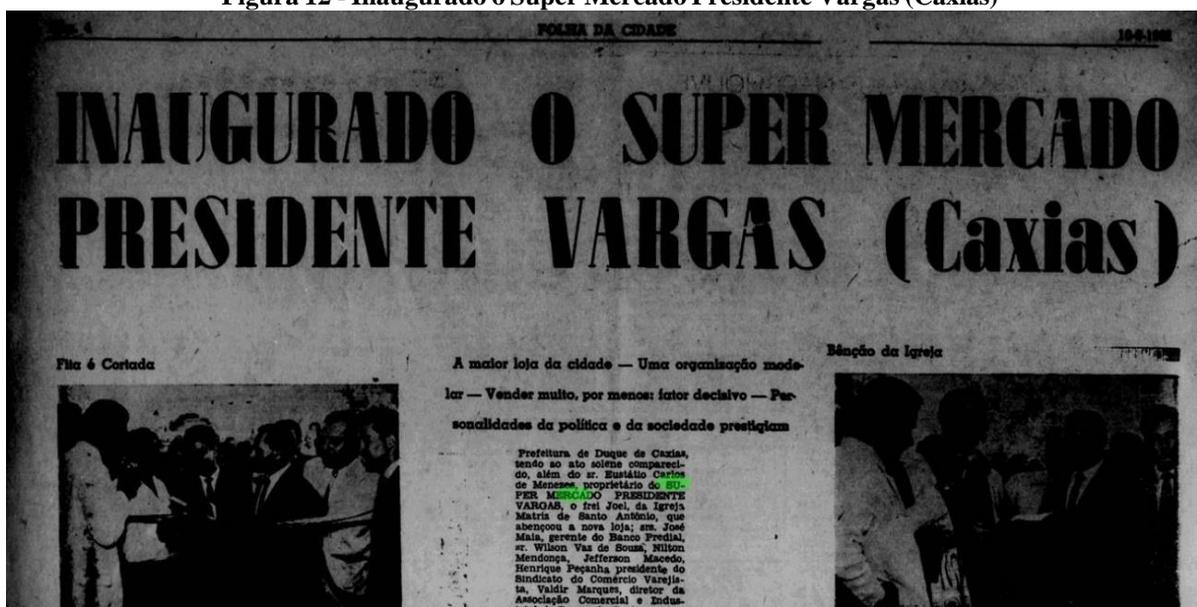
Figura 11 - Menino Paulo Cesar corta a fita de inauguração entre o Deputado Tenório Cavalcanti e o empresário Sady Ribeiro



Fonte: Menino (1956)

Outro super mercados abriram suas portas, desde àqueles que vendiam gêneros alimentícios, quanto outros que vendiam roupas, mas a novidade e higiene dos supermercados foi noticiada outra vez na Folha da Cidade, com tanta ênfase e figuras importante caxienses, na década seguinte, inserida no contexto de disputas entre o poder público, o concessionário, os feirantes, barraqueiros e ambulantes, que não perderam suas forças com a novidade do supermercado, como explorado anteriormente. Em 1961 foi inaugurado o *Super-mercado Presidente Vargas*, cuja cobertura do folhetim dedicou uma página inteira a exaltar suas qualidades, higiene, proporções e visitantes ilustres.

Figura 12 - Inaugurado o Super Mercado Presidente Vargas (Caxias)



Fonte: Inaugurado (1961)

O *Super-mercado Presidente Vargas* abriu suas portas na Avenida Presidente Vargas, próximo à Feira de Caxias – como bem destaca a matéria -, e foi recepcionado por Hamilton Diniz, chefe da Divisão de Fazenda da Prefeitura de Duque de Caxias – que cortou a faixa -, José Maia, gerente do Banco predial de Duque de Caxias, ainda, Henrique Peçanha, presidente do Sindicato do Comércio Varejista; Valdir Marques, diretor da Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias; e o frei Joel da Matriz de Santo Antônio, que foi até lá abençoar as instalações do estabelecimento (Inaugurado, 1961). Mais uma vez, podemos observar dois suportes bem evidentes no ato e nas imagens da inauguração: o poder público e órgãos do comércio marcando presença e externando seu interesse no empreendimento considerado “moderníssimo”; e o elemento simbólico de se ter o frei abençoando o futuro e o progresso que aquele prédio representava para a cidade.

O documento tem no centro da página uma foto da seção de legumes do empreendimento com a seguinte legenda: “Na foto uma vista parcial da grande seção de legumes, verdadeiramente a mais completa do município, vendo-se o seu recepcionista”. Destaco a oração “verdadeiramente a mais completa”, em conjunto com as características listadas em “Características da Organização”, quais sejam: o maior salão de vendas do município. seção de frutas e legumes completa e um grande açougue com a maior câmara frigorífica do município.

Figura 13 - Seção de legumes do *Super Mercado Presidente Vargas*



Fonte: Seção (1961)

O avanço nas medidas que visam regular as condições das vendas de alimentos, incluído as carnes, se relaciona diretamente com questões de saúde pública e, de fato, melhora o bem estar e a segurança da população, o que discorre acerca das coberturas jornalísticas das inaugurações de supermercados entre os anos 50 e 60, visa é, na verdade, explorar nuances da tensão entre poder público e comércio e a Feira de Caxias. Estando a Prefeitura, seus braços administrativos e o comércio com suas associações localizados no circuito superior, logo os supermercados ali, também figuram, enquanto a Feira livre é uma atividade do circuito inferior que resiste às tensões, ainda que com suas perdas. Até o momento extraímos da análise documental uma tensão sequencial de tensões do poder público para com a Feira seja por meio da concessão de sua administração e aluguéis de barracas, seja pelo achaco da fiscalização, enquanto a mídia impressa as associações comerciais endossam e dão suporte às narrativas sociais de um ideal de progresso e bem estar populacional que passa pela higienização da cidade e, por conseguinte, pela higienização e, ainda, pela ideia de superação da Feira, a entendo como uma atividade arcaica, que além de insalubre, remonta ao passado sombrio e desmoralizado da cidade.

Nessa esteira midiática, a linha editorial do *Folha da Cidade* se destacou cobrindo não apenas os conflitos diretos entre a prefeitura e os feirantes, barraqueiros e ambulantes, mas também com o setor comercial e seus empreendimentos. Além da propaganda voluntária, ou não – afinal, diretores e redatores do jornal e dos textos podem através deles expressarem suas opiniões pessoais sem estar à serviço de favorecimento a alguma parte -, o jornal constrói uma

história narrada da Feira que passa pela violência, o encantamento, o se tornar obsoleto, e então ser um estorvo à cidade por seu descompasso com o tão desejado progresso.

Na década de 1960, com mercados, supermercados, açougues e maior preocupação com higiene surgem questões mais contundentes com relação ao abate e comércio de carne nas barracas da Feira. Em 1962 o jornal *Folha da Cidade* inaugurou uma seção, mediada pelo jornalista Alberto Marques, chamada Tribuna da Cidade, na qual os cidadãos caxienses leitores do jornal poderiam enviar suas denúncias acerca da gestão municipal e através da publicação elas poderiam ganhar proporções e chegar às autoridades competentes. Já em sua estreia a seção trouxe uma reclamação acerca de abatedouros clandestinos que estariam abastecendo barracas que comercializavam carne de porco na Feira de Caxias sem qualquer fiscalização. A partir dessa denúncia é possível identificar que a chegada de frigoríficos e maior preocupação com o consumo e produção de alimentos enquanto questão de saúde pública se espalhou, também, entre a população e diminuiu a confiança quanto à qualidade dos produtos comercializados na Feira de Caxias, em específico, as carnes suínas e bovinas.

No ano seguinte, 1963, o jornal Última Hora trouxe em sua seção Pequeno Expediente a denúncia de que na Feira de Caxias estaria sendo vendida carne de cachorro como se fosse de cabrito e, também, carnes de gato e cavalo. Pouco tempo após a publicação outro jornal, o *Correio da Manhã*, trouxe atualizações acerca do caso, informando que a denúncia foi oficializada junto à Assembleia Legislativa de Niterói, pelo Deputado Calixto Kalil, tomando maior proporção e chegando ao conhecimento do secretário de Agricultura do Estado do Rio, que acompanhou o caso. O delegado de Duque de Caxias enviou o comissário Nelson Fonseca, juntamente com autoridades sanitárias para realizar diligências na Feira de Caxias. As autoridades vasculharam com rigor todas as barracas que comercializavam carnes e derivados e, além de não encontrarem irregularidades, não encontraram evidências de que a denúncia seria verdadeira. No entanto, delegado e comissário manifestaram que iriam continuar com as investigações e diligências, mas dessa vez tendo como foco os matadouros clandestinos da cidade.

Encerrada a suspeita em torno das carnes de porco serem de cachorro, a problemática dos matadouros clandestinos ganhou novos contornos em 1964 quando foi decretado pelo chefe da Fazenda, Antônio de Holanda Cavalcanti, que o matadouro e açougue clandestino que funcionava no centro da cidade, próximo à Prefeitura fosse demolido. O que ocorreu é que o decreto não foi atendido, e o matadouro continuou funcionando por mais algum tempo, continuando a ser pauta do jornal, e alvo de cobranças feitas ao poder público. Em reportagem posterior, descobrimos que o chefe da Fazenda, sob comando então prefeito Joaquim Tenório,

liderou uma ação de fiscalização na Feira que constatou que o matadouro de porcos e cabritos do centro funcionava em um dos abarracamentos da Feira, sem licença e sem alvará sanitário. O matadouro foi, então, interditado e uma patrulha da guarda municipal ficou incumbida de fazer fiscalizações permanentes das barracas e do comércio de carnes da Feira (Feira, 1964).

Assim, a tensão entre o poder público e os feirantes, no que diz respeito à venda de gênero alimentícios, tem como fator catalisador a narrativa construída em torno da ideia de higienização e progresso do município, alinhado ao crescimento e a modernização do comércio urbano. Nos documentos encontrados é possível identificar o inflamar do conflito pelas cobranças à Prefeitura, setores da saúde e fazenda, para que agissem diretamente na Feira de Caxias, fiscalizando produtos e condições sanitárias que eram identificadas como prejudiciais à saúde e bem estar da população caxiense. Por outro lado, os feirantes e matadouros clandestinos resistem às operações de limpeza empregadas pela Prefeitura pois a venda de carne de porco, boi, cabrito e carne de sol é entendida por eles não apenas como um trabalho, logo meio de subsistência, mas como herança histórica e cultural nordestina e, por isso diretamente ligada às suas identidades e à identidade da própria Feira que era conhecida por ser a referência de Feira nordestina no Rio de Janeiro, um retrato do nordeste na região. A síntese do conflito, ou seja, seu encerramento, se deu com a fiscalização permanente da guarda municipal e, posteriormente, da vigilância sanitária, sem excluir, portanto, o elemento de identidade nordestina que dá, também, essa característica à Feira de Caxias, que é a venda de carnes.

No entanto, enquanto a Folha da Cidade, agente ativo no conflito, não mais abordou o assunto nos documentos encontrados, outros jornais deram continuidade ao tema da venda de carne na Feira de Caxias, abordando o fechamento outros abatedouros clandestinos, porém, também, retomando o aspecto cultural da Feira. Em setembro de 1967 o Jornal do Brasil publicou uma matéria de uma página inteira acerca da Feira de Caxias, voltando a trazer o aspecto lúdico do adjetivo “encantado” para representar a Feira e as sensações de andar por ela. Sob o chamativo título “Feira oferece em Caxias carne de bode e até jacaré”, o jornalista descreve a Feira, que há época com 50 anos, contava com 2500 barracas e cerca de sete mil trabalhadores para atender aos 300 mil visitantes que circulavam entre as barracas aos domingos. O registro se subdivide em recortes temáticos o primeiro deles resgata o encantamento da Feira gerado por sua herança cultural nordestina e variedade de produtos e cores:

Além da carne-de-sol, da buchada de bode, a farinha d’água, o pé-de-moleque de mandioca, o acarajé e o vatapá completam seu toque típico. Os artesanatos de madeira, como colheres, conchas, cuias e fruteiras ou os cestos de palha ou de bambu; os artigos de carpintaria, as frutas e verduras – de que se vendem 200 caminhões a cada vez que

funciona -, os bonecos folclóricos de artistas do Norte ou a sua feira de passarinhos, de tudo há em Caxias (Feira, 1967).

A diversidade de produtos, inclusive, é tratada como sinal do progresso e modernização da Feira, que em 1967 já não se atinha somente ao comércio de produtos artesanais, agrícolas e nordestinos, mas também roupas, sapatos e variedades de produção industrial. Também parte do encantamento descrito aos leitores é a feira de animais – uma feira dentro da feira -, na qual era possível encontrar desde os tradicionais passarinhos e peixes até animais exóticos como macacos, lontras, tartarugas e até mesmo onças (Feira, 1967). A venda de animais na Feira tem um lastro histórico que vem da tradição de feiras de passarinhos nordestinas, nas quais os passarinhos levavam suas gaiolas para vender diversas espécies do animal. Porém, na Feira de Caxias a venda passarinhos tem sua própria história.

Como visto anteriormente, na década de 1940 a intensa migração nordestina para Duque de Caxias deu à Feira também suas características e herança cultural. A Feira de Caxias ficou conhecida como Feira nordestina de Caxias e, parte dessa identidade, vem da Feira de passarinhos. Quase três década depois, em 1968 começam a ser colocadas em prática medidas de fiscalização e passos rumo a criminalização desse tipo de comércio (Criadores, 1968). As décadas seguintes foram marcadas por diversas ações de órgão de preservação e da própria polícia na Feira a fim de fiscalizar e apreender aves e outro animais vendidos ilegalmente pelos feirantes, cuja tensão e consequentes conflitos são uma das razões apontadas como causa da “morte da grande Feira” na virada para os anos 70, juntamente como os constantes conflitos com a Prefeitura e o poder público, passando pela legislação comercial tributária, pelo monopólio da concessionária, as várias tentativas de mudar a Feira de lugar, as narrativas da mídia impressa que associavam à Feira o passado e a sujeira e, até mesmo, um conflito armado.

Todas as tensões entre os circuitos superior e inferior que se deram tendo como parte a Feira de Duque de Caxias culminaram no que identifiquei como descaracterização da própria Feira. Voltando à matéria “Caxias: a morte da grande feira”, Manoel Sardinha (1969), a cena encontrada pelos visitantes era essa:

Hoje, Caxias, cidade pacata que já apareceu nas manchetes dos jornais com seus crimes, ficou mais calma aos domingos: os fregueses – há feirantes que trocaram o termo por clientes – percorrem serenamente a feira, olham as barracas de roupas (não são mais enfeitadas de bicos e rendas do Ceará) de quadros, ferramentas, verduras, flores, sapatos, biscoitos (em kombis), chapéus de chuva (as antigas sombrinhas). Barracas de praia, aquários, bijuterias, queijos, latarias, panelas de alumínio (são escassas as de barro e as gamelas já não mais se veem), cereais e até discos tocados em vitrolas portáteis transistorizadas (Sardinha, 1969).

O jornalista evidencia a ausência da tradição nordestina que tanto caracterizou a Feira e questionou feirantes acerca da opinião deles sobre o momento de decadência que o comércio de rua atravessava. As respostas demonstram a clara insatisfação com as proibições e taxações feitas pela Prefeitura, bem como com a fiscalização atenta sobre a venda de pássaros e outros animais feita pelo Departamento de Caça e Pesca e, ainda, pela diminuição de oferta de produtos regionais e o aumento dos produtos industriais. O tom pessimista e saudosista do texto insere ainda a concorrência de outras feiras, como a Feira de Nova de Iguaçu, como outro causador da morte da Feira de Duque de Caxias.

A narrativa em torno deste período de decadência, compreendido na virada da década de 1960 para 1970, deixa claro que a questão cultural nordestina é crucial para pensar a Feira em seu auge, isso tanto por conta da grande quantidade de migrantes que ocuparam as lavouras e as barracas da Feira, mas também por toda a bagagem cultural que trouxeram consigo e que se hibridizou com Feira já existente e com a cultura caxiense. A força da nordestinidade da Feira é apresentada como aquilo que conferia a ela seu encantamento, seu principal atrativo para moradores do Rio de Janeiro e Região Fluminense, para os migrantes, artistas e curiosos. O desencantamento, então, é uma perda razoável dessas características tão marcadas como regionais, que ao mesmo tempo que são fascinantes foram associadas à ideia de passado, e o passado deve ser atualizado. A atualização da Feira de Duque de Caxias, é esse desencantamento nordestino e a caminhada rumo a um futuro no qual tantos outros produtos devem circular.

Vale ressaltar que não há um julgamento de valor, de minha parte, com relação às ações do poder público em torno das questões sanitária e da venda ilegal de animais, afinal, problemas sérios podem decorrer de tais irregularidades, e a criminalização da venda de animais silvestres, foi, de fato, um grande progresso no cuidado e preservação da fauna brasileira. Logo, as adaptações da Feira ao novo contexto não parecem ser o grande problema, afinal, ela resiste, mas sim as modulações dos conflitos que marcaram esse processo, das quais narrativas distintas foram difundidas entre mídia e população, transformando e modulando, também, o imaginário popular acerca da Feira.

Os documentos recolhidos mostram que o interesse da mídia impressa, na Feira de Duque de Caxias diminuiu sensivelmente a partir da década de 1970, coincidindo ou em decorrência da “morte da grande Feira”, que conforme analisado foi marcada por seguidos conflitos com o poder público, concessionário, Associação do Comércio e com o próprio tratamento dispensado pelos jornais na cobertura dos acontecimentos. Os conflitos foram paulatinamente cerceando a manifestação cultural da herança nordestina na Feira, que não

deixou de existir, mas foi diminuída e passou a dividir espaço com produtos manufaturados, industriais e não tão artesanais e regionais. Sem o aspecto cultural fortalecido, as notícias e manchetes sobre a Feira se voltaram, majoritariamente, para dois grandes focos de interesse: a violência e o tráfico de animais. Foram encontradas entre 1965 e 2010 o quantitativo de 168 reportagens das quais 13 abordaram a violência e 85 o tráfico de animais.

Antes de ingressar na análise desses aspectos, é válido apontar que, embora tenha havido essa contração do aspecto cultural nordestino da Feira, o mesmo não desapareceu. A Feira de Caxias continuou sendo referenciada como uma Feira nordestina e apareceu nos jornais em matérias que recordaram a sua história e origens, como *A Grande Feira*, de Lúcio Barcellos, publicada em 4 de junho de 1973 no *O Fluminense*; no mesmo ano a seção de *Serviços* do *Jornal do Brasil* recomendou aos curiosos uma visita à Feira destacando a música nordestina dos repentistas e violeiros, a venda de passarinhos e ervas de curandeiros; em 1975 o jornal *A Luta Democrática* recomenda a Feira de Duque de Caxias como local onde se encontra itens nordestinos, pássaros e animais silvestres; ainda em 75, *O Fluminense* anuncia o lançamento do cordel de Barbosa Leite, artista migrante cearense e paisagista da Feira, que na apresentação de sua obra *Estórias de Retirantes*, projetou imagens da Feira.

As breves aparições positivas da Feira após a década de 1960, dividem pequeno espaço entre as notícias de violência e tráfico de animais com retratos da Feira que buscam as suas referências no imaginário coletivo modulado pelas tensões e sínteses dos conflitos das décadas passadas para construir uma narrativa marginalizada e desencantada da Feira, como acontece na edição nº 304 d’*O Pasquim*, traz uma descrição irônica de um *Domingo em Caxias*, escrita por João Antônio. O folhetim, cuja linguagem é debochada e irônica, relata a Feira de Duque de Caxias como um dos maiores mafuás do Rio de Janeiro, para o qual a classe média não deveria ir. O local é sujo, os violeiros são cegos e moribundos, as mercadorias são roubadas, o comércio de animais é uma cena de canibalismo, os perigos espreitam e a criminalidade na Feira e seu entorno é tanta que o delegado da cidade foi sequestrado pelos presos da delegacia (Antônio, 1975).

Crimes como furtos, roubos, sequestros e homicídios permeiam a história de Feira de Duque de Caxias e ocorrendo sob olhos da mídia impressa local atenta aos acontecimentos comprometedores na Feira que poderiam figurar em suas narrativas que buscavam o progresso e a higienização da cidade. No início dessa narrativa indiquei que as primeiras aparições da Feira nos documentos encontrados são de da década de 1930 e reportam, justamente, episódios de violência ocorridos no local; em 1933 o jornal *A Noite* noticiou uma briga por um “ébrio terrível” e, em 1939, o *Diário de Notícias* relatou a morte de um ex-soldado da força pública

atingido por uma facada no peito (Caxias, 1939). Na década seguinte, em 1957 o *A Noite*, novamente, traz a Feira com pano de fundo para um sequestro seguido de morte. Uma década depois, o *Folha da Cidade* recebe em sua redação uma mulher que disse ter sido roubada por um menino na Feira (Roubada, 1957).

Dentro do espectro da criminalidade também foram reportados produtos roubados sendo comercializados na Feira que foram apreendidos pela fiscalização, como os sapatos e botinas de uso exclusivo da Polícia Militar que foram furtados e vendidos na Feira, dos quais o *Diário da Noite* discorre (Vendia, 1956). A venda de remédios feita irregularmente também aparece dentro desse mesmo tema, denunciada pelo *Folha da Cidade* em 1958 (“Camelots” de Remédios, 1958). Outro acontecimento registrado pelo jornal regional *Última Hora* em 1963, quando a partir da prisão de traficantes a polícia descobriu que o carregamento de maconha chegava ao Rio de Janeiro nos caminhões que abasteciam a Feira de Caxias (Maconha, 1963).

Atos de violência ocorridos entre as barracas da Feira de Duque de Caxias continuaram a ser noticiados pelos folhetins e em 26 de junho de 1966 mais uma “cena de sangue” ganhou as manchetes do jornal *A Luta Democrática*, quando dois homens que trabalhavam fazendo “bicos” na Feira ingressaram numa discussão que acabou com um esfaqueamento seguido pela tentativa popular de linchamento do agressor (Cena, 1966). No ano seguinte um crime passionai terminou em dois sujeitos baleados (Telefonista, 1967). Já em 1968 outra briga entre carregadores de caixas da Feira de Caxias terminou em agressão com a vítima socorrida e o agressor foragido (Cacetadas, 1968). Outro tiroteio voltou a ser pauta jornalística em 1969 no *A Luta Democrática*, quando por ciúmes um telefonista atirou em um carroceiro na Feira (Rebolado, 1969).

No ano de 1973 foi denunciado no jornal *Diário de Notícias* os homens da fiscalização, conhecidos como *rapa*, agrediram uma feirante da Feira de Caxias que estava grávida de oito meses. A mulher procurou a delegacia de Duque de Caxias, a polícia da Prefeitura e 6º Batalhão, porém nenhuma das autoridades registrou sua queixa, apenas a última delas agiu de alguma forma e levou a mulher ao hospital para ser atendida e medicada (Rapa, 1973). Em *Preso Homem que Roubou Demais*, de 1975, *A Luta Democrática* noticiou a prisão de Isaías Araújo, um ladrão de lojas comerciais que revendia a mercadoria roubada na Feira de Duque de Caxias (Preso, 1975).

A violência que circunda Feira durante toda a narrativa contribui para a intensificação das tensões que foram identificadas desde os anos 1930 até 2010, uma vez que enquanto essas tensões entre circuitos em torno dos feirantes, lavradores, barraqueiros e ambulantes ocorriam,

a violência funcionava como mais um fator que influenciava o quadro geral de como era vista e retratada a Feira de Duque de Caxias.

Com relação à venda de animais, era possível, até meados da década de 1960, encontrar notícias nas quais se indicava, de uma forma amistosa e sob uma ótica cultural, que a venda de pássaros na Feira de Duque de Caxias remetia às feiras nordestinas, à presença da cultura nordestina na cidade, em alguns momentos chamando a Feira, inclusive, como “Feira de passarinhos”, como destacado a seguir:

“A feira de passarinhos, típica do Norte e Nordeste, é muito grande em Caxias. Funciona numa colina, onde dezenas e dezenas de gaiolas abrigam centenas de aves, que fazem um grande alarido. Vende-se o periquito australiano, canário-terra, e canário de raça e outras pequenas aves, como japus e tucanos. Coelhos, Jabutis e outros animais, encontrados nas feiras de lá da Bahia para cima são igualmente vendidos. Ali, ainda, se faz venda de gaiolas, viveiros, armadilhas e alçapões. Para maior autenticidade, dois cegos violeiros cantam o “desafio”. Aliás, em outros pontos também se pode ver duplas de cantadores do ABC de Lampião, Padre Cícero e Pavão Misterioso” (Almeida, 1962).

Contudo, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, ocorre uma mudança significativa no teor das reportagens publicadas em jornais acerca da Feira de Duque de Caxias, ficando de lado tanto os aspectos culturais quanto os conflitos ocorridos na unidade de análise e emergindo — em maioria absoluta até o ano de 2010 — a apresentação de casos de violência urbana e do tráfico de animais ocorridos ali, período que coincide com o início da derrocada da citada derrocada da Feira de Duque de Caxias (Pinto, 1978).

Acerca do tráfico de animais, e antes de entrar no conteúdo das reportagens sobre o assunto, entendo ser pertinente indicar que embora houvesse um decreto de 1934, o Decreto nº 24.645, no qual se proibiu transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves insetívoras, pássaros canoros, beija-flores e outras aves de pequeno porte, tendo exceções para aquelas com fins científicos (Brasil, 1934), apenas no ano de 1967 houve a elaboração e a publicação da primeira lei, de fato, versando sobre proteção à fauna, a qual, em seu artigo primeiro, definiu:

A lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967, foi a primeira de proteção à fauna silvestre no Brasil, citada a seguir: art. 1º - Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (Brasil, 1967, p.1).

Nesse sentido, entendo que o número de reportagens sobre o assunto no que concerne à unidade de análise, pode advir, também, da então nova legislação, com base na qual se aumentou os tipos de proibição e penalização no que concerne à caça, aprisionamento e

comercialização de animais silvestres no país, assim como a fiscalização a tais crimes previstos em lei. Tal entendimento advém, para além da minha impressão ao analisar os dados coletados, da fala do então diretor do Instituto Brasileiro de Defesa da Fauna e da Flora, General Silvio Pinto da Luz, entrevistado para uma reportagem — a primeira, dentre as coletadas, na qual se versa sobre tráfico de animais — sobre a venda de pássaros na Feira de Duque de Caxias, o qual indicou que animais que fossem identificados pelos agentes públicos seriam apreendidos para posterior liberdade ou, no caso dos já habituados ao cativeiro, encaminhados ao zoológico (Criadores, 1968).

Se inicialmente os criadores de pássaros, supostamente legalizados, que faziam negócios na Feira ficaram satisfeitos com a maior repressão contra o tráfico de animais, indicando o presidente do Clube dos canaricultores da cidade, inclusive, que “O Brasil entra numa fase séria no que concerne ao trato da vida animal” (Criadores, 1968), tal posição dos comerciantes de pássaros na Feira parece ter mudado poucos anos depois, a partir do momento em que houve uma intensificação das ações contra a venda de animais na Feira (Mais, 1970; IBDF, 1971; João, 1971), os quais passaram a indicar — após uma ação do IBDF na qual foram apreendidos 589 aves em apenas duas batidas na Feira — que tais animais não sobreviveriam se fossem soltos na natureza, pois, supostamente, teriam vivido em cativeiro por toda a vida.

Cabe-se ressaltar que a partir da década de 1970 fica evidente, nas reportagens analisadas, que há a participação ativa de grupos criminosos organizados, atuantes inclusive em outros estados, que passam a utilizar a Feira de Duque de Caxias como um ponto de comercialização dos animais capturados e traficados por ele. Portanto, se até a década de 1960 o local funcionava também como um ponto de encontro para o intercâmbio cultural da criação de pássaros, comum em feiras nordestinas (Almeida, 1962), na década seguinte tais organizações criminosas passam a atuar ali.

Assim, as reportagens analisadas e que versam sobre tráfico de animais entre a década de 1970 e o ano de 2010 indicam que para além da comercialização de pássaros, a Feira de Duque de Caxias se tornou o principal ponto de venda de animais traficados (Rio, 1995; Freire, 1998) no estado brasileiro que foi considerado o principal polo internacional, no Brasil, de tráfico de animais, tendo em apenas uma operação, no ano de 1988, sido apreendidos 10 mil animais (Rio, 1995).

Portanto, como mencionado, se até o final da década de 1960 o intercâmbio de informações e a venda de pássaros na Feira de Duque de Caxias poderiam ser compreendidos como parte da identidade dos homens lentos que viviam no circuito inferior naquela região, a partir da década de 1970 a comercialização de animais no local, passa a ser realizada por

organizações, estruturadas e organizadas, que atuavam em diversas regiões do país e contando com centenas de membros (Feira, 1974; IBDF, 1986; Crime, 2008; Batalhão, 2009), inclusive com possíveis ligações com o tráfico de animais e de drogas internacional (Tráfico, 1976), o que entendo caracterizá-las como pertencentes ao circuito superior, visto que suas ações se configuram como verticalidades, as quais não possuem, tampouco agem em interesse, dos homens lentos locais.

A Feira de Duque de Caxias é um espaço de encontro de contradições e coerências, nela as dinâmicas dos circuitos se esbarram, chocam, geram novas ramificações de compreensão, fruição e representação da Feira, que além de atividade cultural e econômica é local de encontro, de contato, de comunicação. Nesse sentido, resgato matérias jornalísticas que mostram a Feira como esse espaço de busca por comunicação, comunidade e identificação em empreitadas de grupos do circuito inferior e agentes do circuito superior que tem interesse no denso quantitativo que a Feira, os feirantes, os migrantes e frequentadores representam.

No ano de 1980, professores do município de Duque de Caxias organizaram uma manifestação na Feira dominical afim de conversar com a população e angariar apoio para sua reivindicação de melhores condições de trabalho e salário (Professores, 1980). Alunos do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) fizeram uma manifestação cinco anos depois também na Feira de Duque de Caxias em prol da manutenção do curso superior público gratuito na Baixada Fluminense e distribuíram aos feirantes e transeuntes um folheto com suas reivindicações (Estudantes, 1985). Por outro lado, também na década 80 a Feira entrou para o circuito dos comícios políticos de candidatos aos mais diversos cargos do município de Duque de Caxias e do estado do Rio de Janeiro (Comício, 1980; Fora, 1986; Darcy, 1986; Dia, 1990; Garotinho, 1998; Comício, 2006; Candidatos, 2006; Agenda, 2010), tendo apenas identificado visitas de políticos à Feira em contexto de eleição.

5.3 A FEIRA DE DUQUE DE CAXIAS: UMA OBSERVAÇÃO NÃO-PARTICIPANTE

Como mencionado, neste subcapítulo da Análise dos dados coletados, abordo as minhas percepções sobre a Feira de Duque de Caxias com base na observação não-participante, realizada por mim a partir de dez visitas à unidade de análise, *in loco*, entre os meses de setembro de 2023 e fevereiro de 2024, e registradas por meio de diários de campo. Entendo que para além de compreender como a Feira se configura nos dias de hoje, tal técnica de coleta de dados me permite, dentro do possível, compreender como o presente pode ser explicado pela sua evolução histórica, ou como diria Milton Santos, por suas rugosidades (Santos, 1978).

A fim de facilitar a compreensão do meu relato acerca de minhas visitas à Feira, segreguei este subcapítulo com base em temáticas que considero as mais pertinentes para fins desta tese, quais sejam: a Geografia da Feira; a nordestinidade e a questão cultural na Feira; relações entre órgãos públicos, a Feira e (possíveis) ilicitudes nos dias de hoje.

5.3.1 A Geografia da Feira

A Feira de Duque de Caxias, conforme indica notícia no site da Prefeitura Municipal, ocupa as Avenidas Duque de Caxias, Presidente Vargas e a extensão da Rua Prefeito José Carlos Lacerda (Feira, 2023). No entanto, pude verificar que a Feira, na prática, é maior do que o indicado. Partindo do sentido Rio/Vigário Geral para o centro de Duque de Caxias, pude observar que, paralelas à linha ferroviária, as ruas Prefeito José Carlos Lacerda e Almirante Tamandaré ficam ambas preenchidas por barracas e lonas aos domingos.

Iniciando a caminhada pela rua Almirante Tamandaré, à esquerda da linha do trem, os primeiros indícios de Feira se apresentam nas proximidades da rua transversal Padre Feijó. A recepção do comércio se dá por algumas lonas que forram algum espaço no chão e, sobre elas, produtos dos mais variados possíveis, desde peças de máquinas, carros e aparelhos em geral, às ferramentas, brinquedos e utilidades usados. As barracas ali presentes seguem essa mesma oferta de produtos, transmitindo uma sensação do caminhar por um longo bazar.

Seguindo pela Rua Almirante Tamandaré, no sentido centro, percorri mais alguns metros até a próxima transversal, a Rua General Gurjão. Nesse percurso, o bazar de variedades deu lugar a um enfileirado de barracas vendendo roupas, calçados e acessórios novos e usados. As barracas da rua principal — Almirante Tamandaré —, se espalham também pela transversal General Gurjão, onde é possível encontrar utilidades para casa e manutenção novas e usadas, alguns itens de cuidados com animais e alimentos industrializados, como biscoitos, por exemplo.

Figura 14 - Mapa da Feira: Rua General Gurjão



Fonte: Adaptado pelo autor.

Saindo da Rua General Gurjão e caminhando por mais alguns metros da Rua Almirante Tamandaré, chegamos à outra rua transversal que possui uma extensão da Feira, a Rua General Argolo. Nesse trecho, os feirantes se dedicam a negociar itens de decoração e iluminação para interiores e exteriores de vários tamanhos e formatos, dividindo espaço com outras barracas cujo os principais produtos são celulares e seus acessórios, sendo os aparelhos, em sua maioria, de segunda mão.

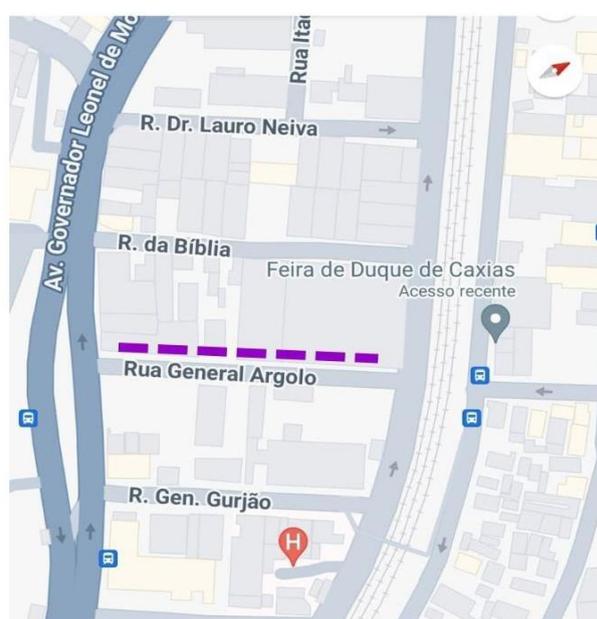
Figura 25 - Mapa da Feira: trecho inicial da Rua Almirante Tamandaré



Fonte: adaptado pelo autor.

Na Rua General Argolo, por sua vez, encontrei um grande número de barracas vendendo eletrônicos em geral — aparelhos e caixas de som, videogames, celulares, televisores e outros —, além uma variedade de discos e livros. Ainda na transversal em questão, são montadas bancadas sem lona de cobertura que vendem alimentos industrializados que normalmente são encontrados em supermercados e, ali, são vendidos por preços muito abaixo do praticado no mercado. Não há como afirmar que a procedência desses produtos é legal e confiável, nem que todos estão em boas condições para o consumo. Em mais de uma de minhas idas a esse trecho da Feira, por exemplo, presenciei peças inteiras de presunto expostas sob o sol sendo vendidas por menos da metade do preço que teriam em qualquer supermercado.

Figura 36 - Mapa da Feira: Rua General Argolo



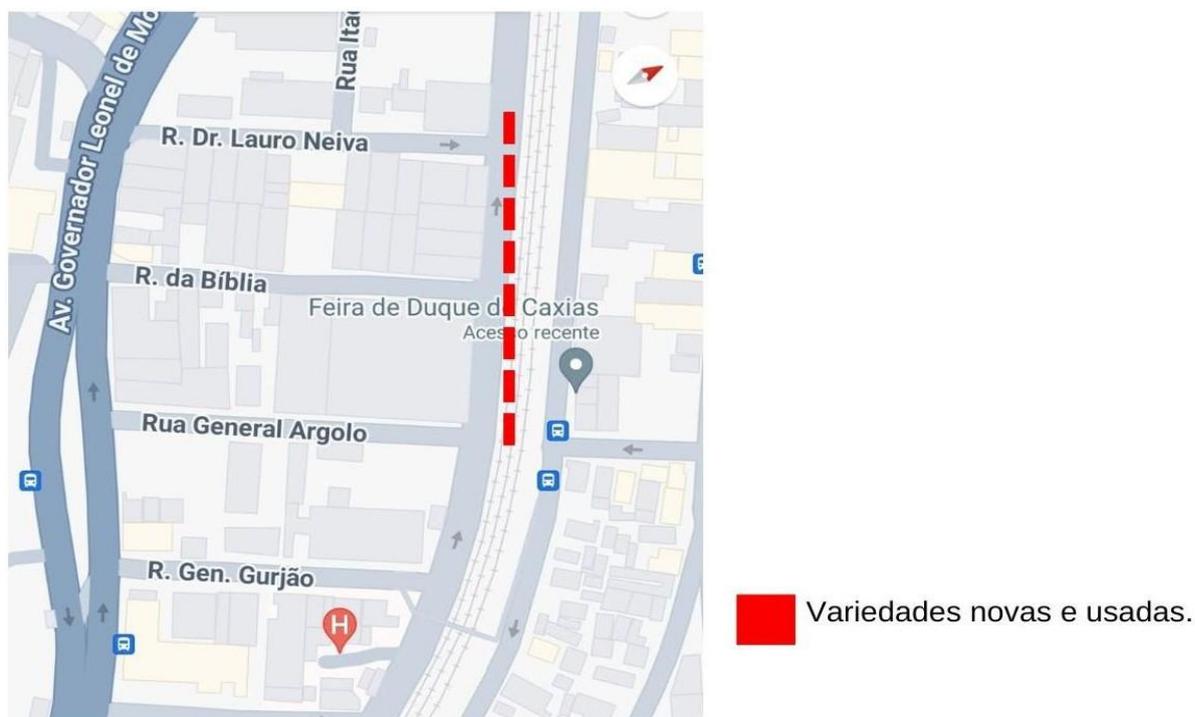
 Aparelhos e caixas de som, videogames, celulares, televisores, discos e livros.

Fonte: adaptado pelo autor.

Voltando à Rua Almirante Tamandaré, temos mais variedades de produtos novos e usados sendo comercializados pelos feirantes até chegarmos à Rua Doutor Lauro Neiva, transversal na qual encontrei barracas especializadas em música. Há dezenas de instrumentos, caixas e aparelhos de som e demais equipamentos sendo negociados nessa rua. Saltou aos ouvidos a presença quase que absoluta de música nordestina na paisagem sonora desta rua. Até então a música nordestina que ecoava de algumas barracas dividia espaço com o funk carioca, sendo que o *funk* ouvido nessa parte da Feira era o dos anos 90 e 2000, *funk melody* e mais tradicional. As barracas na Rua Almirante Tamandaré acabam pouco depois da Rua Doutor

Lauro Neiva, assim fiz o caminho de volta para atravessar a passarela sobre a linha do trem e caminhar entre as barracas da Rua José Carlos Lacerda.

Figura 47 - Mapa da Feira: trecho final da Rua Almirante Tamandaré



Fonte: adaptado pelo autor.

Atravessando a passarela na altura da Rua General Gurjão, chegamos à Rua José Carlos Lacerda, à direita da linha do trem e trecho reconhecido pela Prefeitura como uma das ruas da Feira dominical de Caxias. A passarela deixa o transeunte em um espaço quase que intermediário da Feira: seguindo rumo ao centro de Duque de Caxias, temos a parte mais tradicional da Feira, que chega às Avenidas Duque de Caxias e Presidente Vargas; tomando a direção Rio/Vigário Geral o visitante encontra barracas e vendedores de animais.

Figura 58 - Mapa da Feira: passarela entre Rua Almirante Tamandaré e Rua José Carlos Lacerda



Fonte: adaptado pelo autor.

Opto por, nesse momento de apresentação geográfica e mapeamento da Feira ao leitor, descrever o trajeto no sentido Rio/Vigário Geral, que culmina no trecho do comércio ilegal de animais. Mais uma vez, me guio pelas ruas transversais para recortar o trajeto e destacar características distintivas do comércio. Entre as ruas transversais Passos da Pátria e Primeiro de Março, observei um grande número de barracas e também de pessoas circulando; acredito que isso se deve ao fato de o trecho estar localizado na descida do acesso pela ponte que liga as duas principais ruas em volta da linha férrea. Indo em direção à Rua Primeiro de Março, a Feira é composta por barracas que vendem uma grande variedade de frutas e produtos de mercado, até chegar à sua esquina e ter início a ocupação da rua transversal por vendedores ilegais de animais domésticos e traficantes de animais silvestres. Apesar de criminoso, o comércio de animais chama a tenção dos visitantes e compradores que abarrotam a rua, seja para saciar a sua curiosidade ou para, de fato, comprar algum animal.

Figura 69 - Mapa da Feira: passarela e Rua Primeiro de Março



Fonte: adaptado pelo autor.

Mudando o sentido da caminhada e seguindo em direção ao centro de Duque de Caxias, adentrando a Rua Passos da Pátria, encontrei uma área de alimentação formada por barracas que preenchem a rua com os aromas e sabores de “comida de Feira”, tais quais; pastéis, churrasquinho, bolinhos de bacalhau e outras variedades.

Figura 20 - Mapa da Feira: passarela e Rua Passos da Pátria



Fonte: adaptado pelo autor.

Retomando a caminhada na Rua José Carlos Lacerda até a rua transversal Paulo Lins, encontrei uma Feira de Caxias com cara de Feira, quero dizer, composta por uma sequência de barracas que vendem produtos de origem agrícola, legumes e verduras, também carnes, frutas e pescados. Também a partir desse segmento do percurso, identifiquei a presença mais marcada e marcante da herança nordestina da Feira de Duque de Caxias.

O Nordeste está nas músicas de forró que preenchem o espaço, nos produtos que enfeitam as barracas, nos cheiros dos alimentos preparados para o consumo ali mesmo, no sotaque dos feirantes e nas cores. É, também, nesse momento da caminhada que encontro o Forrobodó, espaço de memória e cultura nordestina, que oferece gastronomia regional e recebe em seu palco bandas de forró que animam seus visitantes. A Feira sobre a qual li nas matérias de jornal das décadas de 1940 até 1970 parecia se materializar nos dias atuais naquele trecho da Feira, principalmente por meio da culinária regional, que seguiu até a Rua Paulo Lins, que serve de ligação com a Avenida Presidente Vargas pela qual a Feira continua.

Figura 21 - Mapa da Feira: Rua Prefeito José Carlos Lacerda e Rua Paulo Lins



Fonte: adaptado pelo autor.

Se o trecho final, sentido centro, da Rua José Carlos Lacerda me remeteu aos relatos dos tempos áureos da Feira, também não foi difícil identificar o que foi apontado como um dos fatores para sua derrocada, a descaracterização da Feira nordestina. Quanto mais me aproximava da transição entre a rua para a Avenida Presidente Vargas, mais percebi que as barracas nordestinas diminuía de incidência e barracas de roupas, sapatos, produtos de beleza, brinquedos, e produtos relacionados a personagens da cultura pop e infantil, assim como os mais diversos badulaques manufaturados e comuns de encontrar no comércio fora Feira – seja em lojas ou nos famosos “armarinhos chineses”.

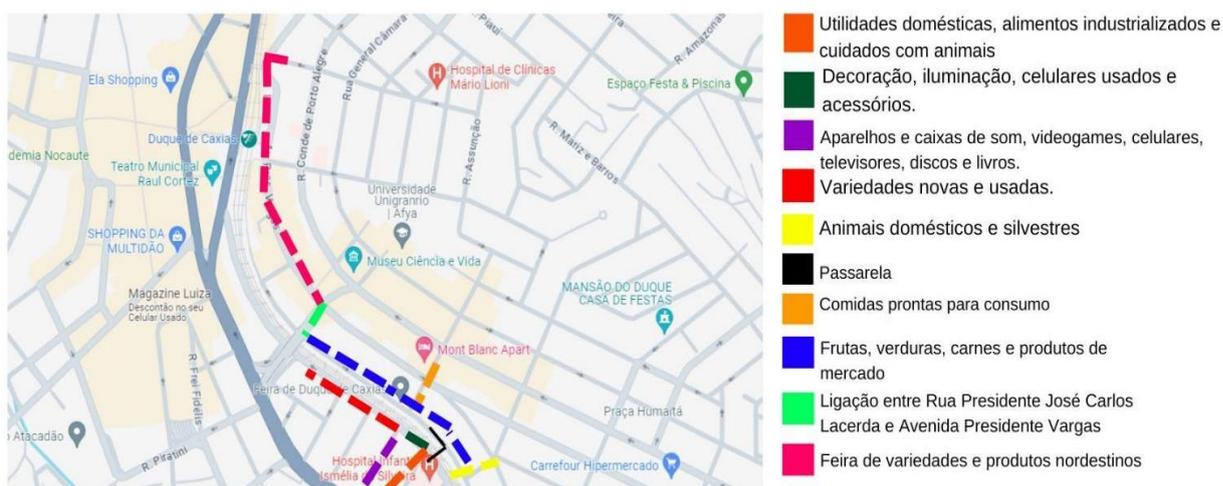
Figura 22 - Mapa da Feira: Avenida Presidente Vargas



Fonte: adaptado pelo autor.

Em todo o trajeto percorrido na Avenida Presidente Vargas até a altura da Rua Correia Méier, há esse intercâmbio entre os resquícios da Feira nordestina e os badulaques, com algumas ofertas de comida entre um e outro. Há, ainda, um pequeno polo gastronômico composto por restaurantes que ficam em volta das barracas, cujo foco está oferta de comida nordestina e churrasco. Também vale apontar que esse momento da caminhada foi aquele no qual vi lojas do comércio local abertas, poucas lojas de roupas e vestuário em geral e uma única farmácia.

Figura 23 - Mapa da Feira completo

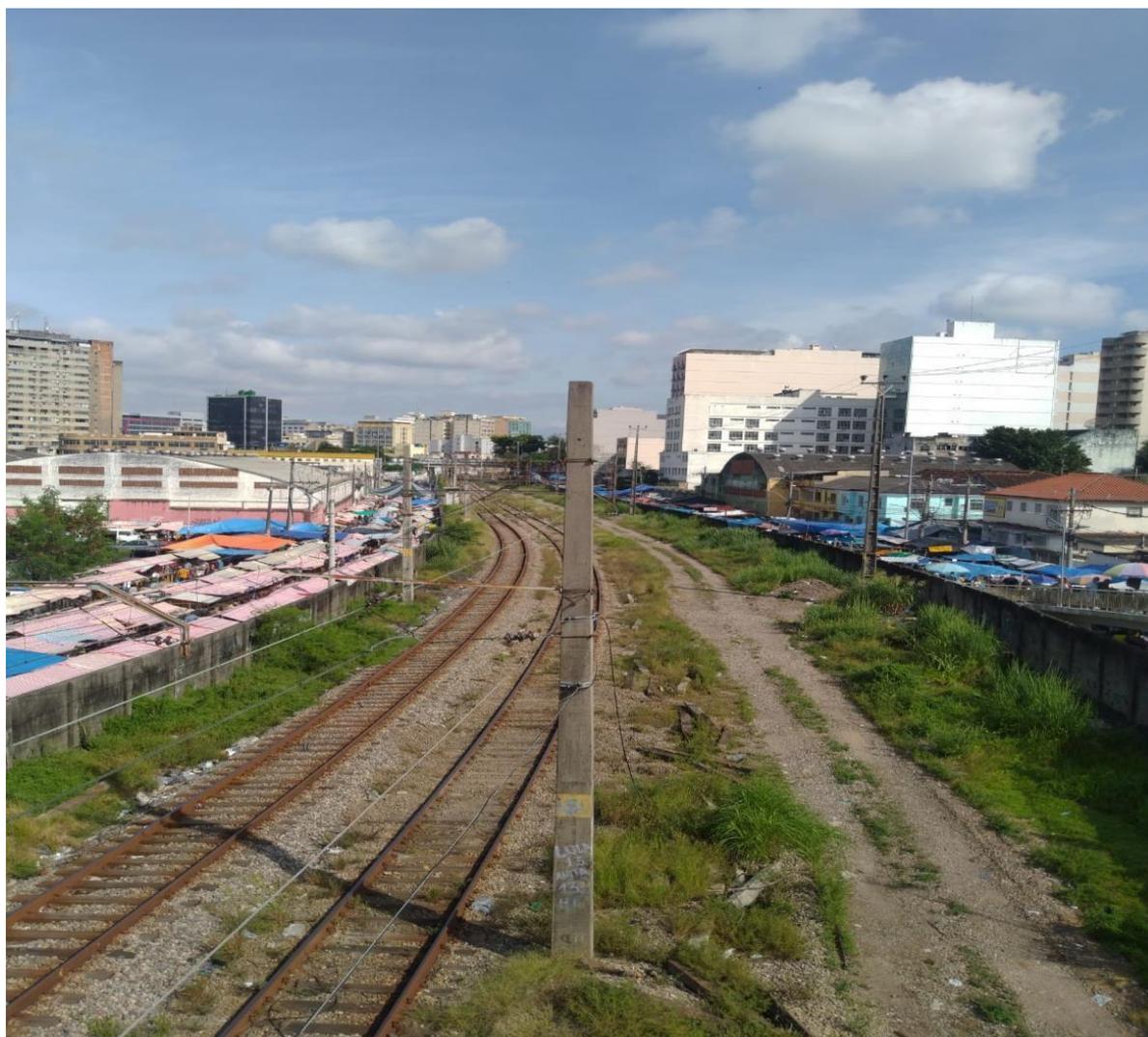


Fonte: adaptado pelo autor.

5.3.2 A nordestinidade e a questão cultural na Feira

Considerando os documentos que estava coletando e as informações que emergiam das primeiras décadas de material jornalístico sobre a Feira com os quais tive contato, busquei no ambiente da Feira as marcas da herança nordestina sobre as quais havia lido. Quanto à sua grandeza, em termo de extensão, pude comprovar que, de fato, a Feira de Duque de Caxias é uma das maiores da região, sendo ainda maior do que informa o site da Prefeitura do município, vez que se espalha também pela Rua Almirante Tamandaré, ao lado esquerdo da linha do trem. Entre as décadas de 1940 e 1960 a Feira de Duque de Caxias era apontada como a maior Feira do Rio de Janeiro, também a principal Feira nordestina, hoje, a Feira é uma das maiores da América Latina, mas não a maior da região, assim como sua concorrente Feira de São Cristóvão tomou seu lugar como “a” Feira nordestina do Rio de Janeiro. Ainda assim, a Feira de Duque de Caxias impressiona quando vista de cima da passarela.

Figura 24. Foto da Feira de Duque de Caxias vista de cima da passarela



Fonte: foto tirada pelo autor.

Caminhando pela Feira ouvi forró e música nordestina tocando em algumas barracas, mas essa presença sonora da cultura nordestina na Feira foi mais marcante nos sotaques de feirantes e transeuntes, pela maior parte da Feira. Entendo que há uma mistura entre a cultura nordestina e a cultura local e a carioca — uma hibridização já identificada a partir dos documentos que toma forma ainda hoje na Feira —, também decorrente, atualmente, da troca de gerações.

A questão musical também me marcou, pois é um demarcador cultural claro de nordestinidade e, embora se concentre na Rua Doutor Lauro Neiva e espaçadamente ao longo da Rua José Carlos Lacerda, constitui um elemento de memória importante no que diz respeito a compreender a Feira de Caxias ainda hoje como este lugar de encontro e fruição de nordestinidades, e as misturas culturais que se dão a partir delas com o passar dos anos, como

os violeiros que perderam espaço para as caixas de som. Tal importância cultural da música na composição da paisagem sonora de Feira de Caxias salta aos olhos quando entramos em espaços como o Forrobodó.

Figura 25 - Forrobodó



Fonte: foto tirada pelo autor.

De acordo com o que li em campo, o Forrobodó é um espaço cultural e de memória nordestina criado em 2019, que oferece aos visitantes a possibilidade de comer comida nordestina na hora, além de bebidas diversas, enquanto se ouve músicas também regionais, em especial o forró, tocadas ao vivo por artistas residentes em Duque de Caxias. Além da comida e da música nordestinas, o espaço evoca a sua herança cultural por meio da iconografia pintada nas paredes, são imagens de Luiz Gonzaga e ilustração ao estilo de xilografia de cordel.

Figura 26 - Iconografia nordestina nas paredes do Forrobodó



Fonte: Montagem de fotos tiradas pelo autor.

Forrobodó é um ponto de encontro e fruição e cultura nordestina que está na Feira, mas também está separado das barracas da Feira em si, tendo as suas próprias barracas. Entendo que é um espaço de extensão da Feira que exerce a função de manter a viva a cultura nordestina e a memória dos migrantes, ainda que essas se diluam entre as barracas cada vez mais variadas.

Ao longo da Rua José Carlos Lacerda, até a Rua Onézio Soares, que dá acesso à continuação da Feira na Avenida Presidente Vargas, a presença da herança nordestina me foi mais evidente, não só pelo Forrobodó, mas pelas barracas da própria Feira que dispunham de produtos típicos, como a carne de sol, rapaduras, beijus e outros pratos prontos como baião de dois e feijão tropeiro. As barracas de carne, outrora vistas como insalubres e com produtos de origem duvidosa, hoje, ainda expõem as peças e mantêm a tradição do comércio que atraiu tantos compradores e recomendações nas décadas de 50, 60, e ainda nos dias atuais.

Figura 27 - Barraca do Tom



Fonte: foto tirada pelo autor.

Algumas barracas de carnes, como a Barraca do Tom, tem uma aparência mais moderna, com letreiros mais elaborados e que acabam chamando mais a atenção daqueles que buscam pelas carnes mais incomuns de se achar nos supermercados, como o carneiro, o bucho e as tripas de boi e de porco. No entanto, resistem as barracas que não se modernizaram em sua aparência estética, mas por remeter ao passado e à tradição, possuem clientes fiéis e chamam a atenção de curiosos, ainda que não tenham nomes.

Figura 28 - Barraca de carnes da Feira de Duque de Caxias



Fonte: foto tirada pelo autor.

Após realizar as visitas à Feira de Duque de Caxias e assumindo durante essas caminhadas o olhar de pesquisador, entendo que a questão cultural que paira ao redor da Feira se sustenta na história dela própria, da migração nordestina em massa e da presença marcante desses sujeitos e sua cultura nos anos de formação, estruturação e auge da Feira. A importância desses elementos nordestinos na identidade cultural da Feira dentro da cidade de Caxias, e da relevância de sua preservação e continuidade, é muito presente na narrativa histórica construída nessa tese com base na análise documental das tensões, identificadas nas matérias jornalísticas coletadas e submetidas ao método. Por isso, também, ao realizar a observação não-participante, acabei buscando por essas referências, e o que eu encontrei foi algo semelhante ao quadro pintado por Sardinha (1969), um “ex-empório nordestino”, ou melhor, uma Feira que não é mais uma Feira nordestina, mas sim uma Feira que tem sua história marcada pela migração e hibridação cultural, que se dedica ao comércio de tudo e qualquer coisa, porém, na qual, ainda estão as marcas desse passado, as rugosidades as quais alude Milton Santos.

No que tange à combinação da análise documental de tensões e observação não-participante, o que posso afirmar é que a Feira é muito grande e diversa nos produtos que oferece e, por isso, não é mais uma Feira simplesmente nordestina. A nordestinidade está, nela,

no conjunto que compõe a paisagem urbana e sonora da Feira dominical, são as músicas, sotaques, cheiros, sabores, rostos, e algumas dezenas de barracas que, entre milhares de outras barracas, expõem produtos tipicamente nordestinos.

Identifico que a presença das barracas, sujeitos e também da abertura de um polo de memória e fruição de cultura nordestina que é o Forrobodó, constituem não apenas formas de permanência do passado no tempo presente e assim uma preservação cultural, mas também correspondem a uma ação de resistência da cultura nordestina em meio à passagem do tempo e diversificação cada vez mais intensa da Feira. Logo, ao tratar do aspecto cultural, ressalto que a Feira é um local, ainda, de resistência e memória nordestina no estado do Rio de Janeiro e da própria história de Duque de Caxias. Desde antes de sua municipalização e até os dias de hoje, é impossível falar de Duque de Caxias e não mencionar a Feira dominical do centro da cidade.

5.3.3 Relações entre órgãos públicos, a Feira e (possíveis) ilicitudes nos dias de hoje

Como apresentado na narrativa histórica elaborada nesta tese, a partir de meados da década de 1970, as reportagens analisadas tinham por objetivo discorrer sobre casos envolvendo ilicitudes na Feira de Duque de Caxias, principalmente os relacionados ao tráfico de animais, mas também abarcando a venda de produtos originados de furtos e, ou, roubos (Robautos, 1980), e, até mesmo, possíveis envolvimento de organizações criminosas que atuavam na Feira e o tráfico de drogas (Tráfico, 1976).

Ressalto que optei pela utilização da palavra possíveis, entre parênteses, no título deste subcapítulo, pois não tenho como afirmar, e tampouco é objetivo desta tese, que algumas das percepções que tive ao observar a Feira se configuram, ou não, como atividades ilícitas — embora algumas claramente sejam, como questões relacionadas à venda de animais silvestres —, contudo, considerando-se que esse é um viés que aparece nas reportagens coletadas desde pelo menos a década de 1970, também destinei uma atenção a ele, assim como acerca da presença, ou não, de agentes públicos na região.

Assim, ciente também desse histórico, em minhas caminhadas pela Feira de Duque de Caxias ficou evidente, como já mencionado, que há “separações” na Feira no que concerne aos seus aspectos territoriais, tanto em relações à organização, limpeza, tipos de produtos comercializados, presença de agentes públicos e quantidade de ambulantes que expõem seus produtos no chão — sem utilização de barracas, o que tende a indicar que não são regularizados.

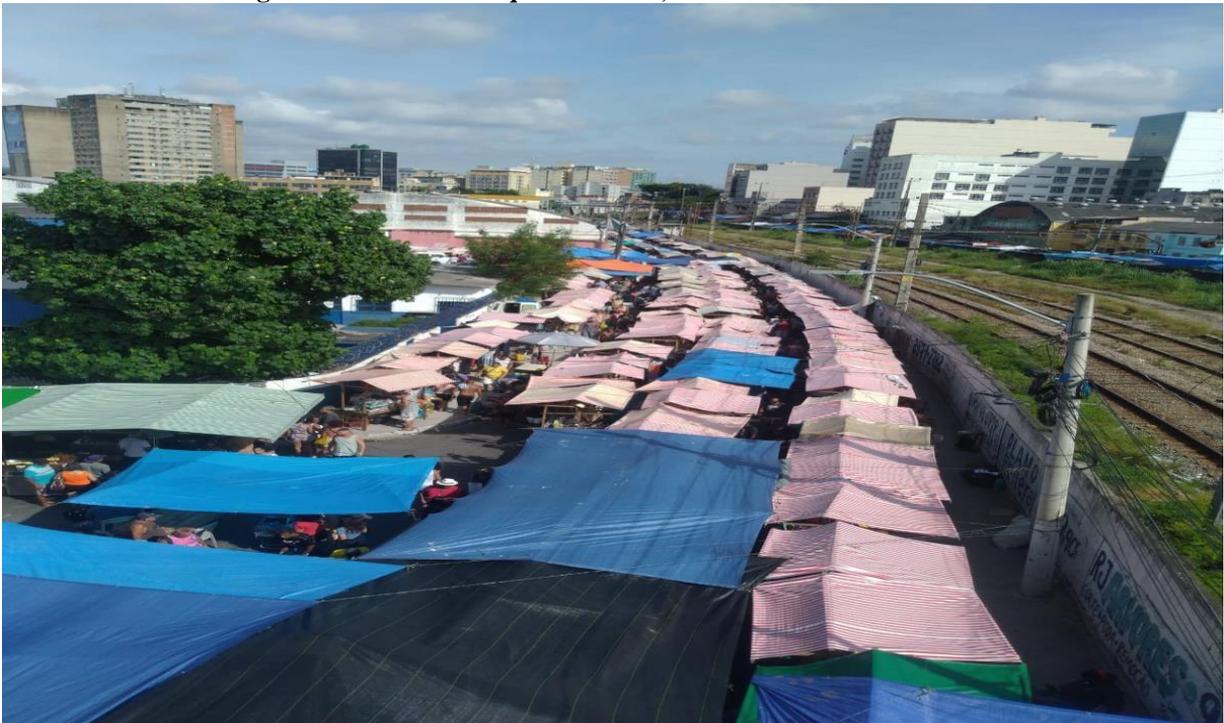
Como já mencionado, a Feira de Duque de Caxias ocorre dos dois lados da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, sendo o lado que abarca a Rua Almirante Tamandaré até a

altura do Viaduto Paulo Lins — uma área claramente mais degradada em relação ao “outro lado” — caracterizado por aglutinar uma grande quantidade de barracas voltadas à venda dos mais diversos produtos, de utensílios para domiciliares, peças veiculares, alimentos prontos para consumo rápido e no local, e produtos alimentícios para serem levados para casa.

Na citada rua, para usar como exemplo os produtos alimentícios e farmacêuticos vendidos, pude perceber que esses eram oferecidos a preços abaixo de mercado, de fato, mais baratos do que em qualquer promoção em supermercados, farmácias e afins que eu tenha visto durante o período da observação. Ainda, por diversas vezes me chamou à atenção que alguns vendedores, em tom de brincadeira, anunciam os seus produtos com frases como “o caminhão acabou de tombar, vem freguesa”.

Vale ressaltar que nas dez vezes em que estive na Feira para fins de observação não-participante, não notei a presença de agentes públicos, da área de segurança ou não, no lado da Feira localizado na Rua Almirante Tamandaré e em algumas transversais a ela, o que entendo que pode explicar a evidente maior desorganização de barracas e o pouco espaço para circulação de transeuntes em relação ao “outro lado”, demonstrados na figura 14, a seguir.

Figura 29 – Feira de Duque de Caxias, lado da Rua Almirante Tamandaré



Fonte: foto tirada pelo autor.

As opções existentes para que os clientes e feirantes possam cruzar do lado da Feira localizado na Rua Almirante Tamandaré para o outro, o qual fica na Rua Prefeito José Carlos

Lacerda, são ou a passarela para pedestres ou uma abertura ilegal no muro da Estrada de Ferro Central do Brasil. De forma similar ao excesso de ambulantes na Rua Almirante Tamandaré que dificulta a passagem de pessoas e produtos, a passarela também funciona como um local utilizado para a exposição de produtos diversos, alocados ou diretamente no chão ou presos em suas grades, restando um pequeno espaço para o fluxo de pessoas que transitam em ambos os sentidos, como explicitado na figura 15.

Figura 30 - Passarela que liga a Rua Almirante Tamandaré à Rua Prefeito José Carlos Lacerda



Fonte: foto tirada pelo autor.

No outro lado da linha de trem, na Rua Prefeito José Carlos Lacerda, entre a Câmara Municipal de Duque de Caxias e a Rua Passos da Pátria, há uma melhor organização das barracas e um maior espaço para o caminhar dos transeuntes. Acerca dos produtos vendidos, majoritariamente compostos por hortaliças, carnes, inclusive as típicas do Nordeste, ademais de alimentos prontos para o consumo. Essa é a parte da Feira em que mais vezes pude observar a presença de agentes públicos atuando, desde aqueles relacionados à limpeza da via pública a, e especialmente, guardas municipais, policiais militares e fiscais de ordem pública.

Contudo, apesar da presença de agentes públicos, é na parte final Rua Prefeito José Carlos Lacerda — sentido oposto à Câmara de Duque de Caxias —, esquina com a Rua Primeiro de Março, e principalmente nesta, que se encontra a venda de animais silvestres, a qual pode

identificar em todas as vezes que na Feira estive, inclusive no domingo seguinte ao que uma equipe da Rede Globo flagrou a venda de animais silvestres (Monteiro; Alves, 2024), o que não inibiu tais vendedores.

A venda de animais silvestres nas ruas mencionadas ocorre livremente, sem barracas, com os vendedores gritando e mostrando abertamente os animais que estão vendendo — papagaios e jabutis filhotes em pequenas caixas e sob o sol, filhotes de saguis e outros tipos de micos, furões, ouriços e iguanas nos ombros de vendedores, entre outros. Em minhas idas, alguns desses vendedores me questionaram se eu estaria interessado em “dar uma olhada”, o que prontamente neguei.

Pertinente destacar que embora essa venda ocorra, como mencionado, em uma parte final da Feira, por mais de uma vez pude notar a presença de guardas municipais a poucos metros de distância da venda dos animais e sem demonstrar qualquer tipo de interesse ao que ocorria ali, o que também foi observado e indicado, embora acerca da presença de policiais militares, por repórteres que investigaram tal problemática na Feira (Januzzi, 2019).

Ainda, como já mencionado nesta tese, o primeiro registro que localizei sobre a venda de animais silvestres na Feira remonta ao longínquo ano de 1970, e de lá para cá, dezenas, ou talvez centenas de ações policiais foram feitas na Feira para evitar tal ilicitude, inclusive em períodos recentes (Nunes, 2015; Januzzi, 2019; Dossares, 2022; Monteiro; Alves, 2024) porém sem aparente sucesso.

Mais uma vez, não tenho por objetivo, ou mesmo como, apontar as razões pelas quais tal ilicitude segue presente na Feira de Duque de Caxias, porém, o que observei tende a fortalecer o entendimento que tive com base nos documentos coletados e considerados para fins de elaboração da narrativa histórica, mais precisamente, que os grupos que agem a fim de possibilitar tal prática estão relacionados ao circuito superior, norteados por e para interesses distantes dos homens lentos que ali vivem e trabalham — ainda que, possivelmente, homens lentos da região, ou de outras, também pratiquem a compra e venda de tais animais —, tendo, portanto influência e capital suficientes para que a citada prática siga a ocorrer, a despeito da legislação que a criminaliza.

5.4 APROXIMAÇÕES ENTRE A NOÇÃO DE NEGÓCIO PERIFÉRICO E A FEIRA DE DUQUE DE CAXIAS

A fim de realizar aproximações entre a noção de negócio periférico, desenvolvida por Marcio Sá (2020; 2023), e a Feira de Duque de Caxias, recorro à narrativa histórica e às observações realizadas em visitas à Feira e, de maneira geral, ao todo trabalhado em torno da

Feira de Duque de Caxias ao longo desta tese. Nesse percurso, as características fundamentais da noção de negócio periférico e as suas dimensões analíticas serão evocadas a fim de construir pontes entre tais proposições de Sá (2020; 2023) e os entrelaçamentos dos achados da presente pesquisa no que concerne à Feira.

O aspecto presente no nome da proposição de negócio periférico, que é a periferia, é a primeira e mais clara aproximação possível. A Feira de Duque de Caxias começou com pequenas bancas que vendiam produtos agrícolas às margens da ferrovia que cortava o território, que sequer era minimamente urbanizado. O local, mesmo após a sua municipalização, continuou desempenhando o papel de cidade dormitório para os trabalhadores da região metropolitana, e somente recebendo investimentos significativos, de fato, que impulsionaram o seu crescimento, desenvolvimento e modernização, na década de 1940, ainda que tal desenvolvimento, como abordado anteriormente, não se refletisse, de forma considerável, em aumento de qualidade de vida para os homens lentos da região.

A Feira, nesse contexto, continuou a crescer, juntamente com a população de migrantes e locais, e, ainda que se dê até os dias de hoje na região considerada nobre por ser o centro da cidade, e um patrimônio cultural e imaterial da cidade de Duque de Caxias (Prefeitura, 2015) e do estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2017), foi perseguida como símbolo do passado marginal da cidade — tanto em termos de estar à margem do polos industriais e de serviço, quanto de não ter condições básicas de saneamento, saúde, segurança e moradia. Assim, ainda hoje a Feira é uma permanência, uma rugosidade borbulhante composta por seus homens lentos, que é periférica por si só e, aos domingos, de certa forma, transforma o centro de Duque de Caxias, circuito superior local, em periferia, ou o circuito superior em inferior.

A dinâmica informal da Feira — desde a sua formação até o seu funcionamento, inclusive nos dias de hoje —, se comunica com as quatro dimensões de negócios periféricos propostas por Sá (2023) e abordadas no referencial teórico desta tese: (1) trajetória dos artesãos-proprietários; (2) dinâmica de gestão e de trabalho; (3) relações com intermediários, clientes, trabalhadores e entre si; e (4) intencionalidades, estratégias e lógica de sobrevivência, das formas apresentadas nos próximos parágrafos. Ressalto que assim como apontado por Sá (2023), no que tange às dimensões dos negócios periféricos, essas não se dão na realidade sozinhas, isoladas umas das outras, ao contrário, se comunicam e operam em simultaneidade dentro dos negócios, logo dentro, também, da Feira que é o interesse da presente pesquisa, e, portanto, as utilizo aqui de forma separada apenas para fins analíticos.

A *primeira dimensão*, da trajetória dos artesãos-proprietários, é aproximada desta pesquisa pela figura dos feirantes, que são feirantes/vendedores e proprietários de suas próprias

barracas — embora paguem uma espécie de aluguel, ao “dono da Feira”, pelo uso do material necessário para montar às barracas, prática que ocorre no presente, mas que encontrei, e abordei nesta tese, como recorrente desde a década de 1950. Retomando à categoria, essa diz respeito a como a história de vida dos feirantes está intimamente relacionada a seu labor, tendo em vista a iniciação prematura no trabalho que é típica em muitos negócios periféricos que, por sua vez são fruto do trabalho de classes sociais mais populares (Sá, 2023).

Ressaltei efusivamente, ao longo da tese, a herança cultural nordestina que a Feira de Duque de Caxias carrega; herança que somente existe por conta da intensa migração ocorrida na década de 40 e pela luta de tais migrantes a fim da manutenção, pessoal e social, de suas identidades nordestinas, para além da caxiense. Assolados pelas secas em terras nordestinas, migrantes chegavam à Duque de Caxias para fazer dela cidade dormitório enquanto trabalhavam em outros municípios ou viam na atividade da Feira uma forma de buscar uma vida melhor, montavam as suas barracas e vendiam produtos originados ou que remetiam ao Nordeste. A Feira surgiu e cresceu como um negócio informal, cujas dinâmicas de funcionamento obedeciam, e ainda obedecem, a conhecimentos populares e práticas de sujeitos comuns, ou seja, há pouca ou nenhuma interferência de especialistas com técnicas formais oriundas do mercado e das boas práticas de *management* para guiar o negócio; são os homens lentos, com os seus conhecimentos e a sua experiência, gerindo as suas próprias barracas, da forma como entendem ser a melhor.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, à análise documental das tensões e à observação não-participante da Feira, tais técnicas permitiram compreender aspectos relevantes sobre a trajetória dos feirantes locais. É possível afirmar que os documentos revelam, que entre as décadas de 1940 e 1950, a vinda de migrantes — nordestinos, especialmente, mas também de outras regiões do país — estava relacionada ao objetivo de trabalhar na região, assim como por melhores condições de vida, logo, infiro que, em sua maioria, como pude denotar, eram pessoas ainda jovens, com famílias, das quais muitas optaram, ou necessitaram migrar, a fim de exercer a atividade de feirante.

A busca por uma vida melhor por meio do trabalho envolveu para muitos desses, ainda, a atividade de lavoura em conjunto com o comércio na Feira, na composição de um estilo de vida que desde muito cedo insere o negócio periférico na trajetória dos sujeitos, e de seus familiares, tendo alguns, inclusive, conseguido terras no município, por meio do interesse do governo de Getúlio Vargas em criar um “cinturão agrícola” para fornecimento de alimentos para a então capital federal (Alentejano, 2005), terras essas que, como já abordado, foram alvo de grileiros e dos ataques do circuito superior como um todo naquela região.

Ainda sobre as suas trajetórias, foi possível observar nas visitas à Feira, que existe uma passagem da atividade de forma geracional dentro das famílias. Notei barracas nas quais pais e filhos trabalhavam juntos, maridos e esposas, irmãos, por exemplo, denotando o tom familiar das barracas que afeta tanto à dimensão da trajetória dos sujeitos dentro do negócio periférico, como, também, a dimensão da intencionalidade e lógica de sobrevivência, vez que o envolvimento familiar geracional numa Feira que perdura há aproximadamente oitenta anos é presente e traz à baila o afeto, tanto entre os familiares quanto com relação ao próprio negócio que pertence à família e é sua fonte de renda.

A *segunda dimensão* de negócio periférico que proponho aproximar da Feira de Duque de Caxias, é a dimensão da dinâmica de gestão e trabalho. Nessa esfera são observados os modos como os feirantes organizam o seu tempo de trabalho, precificam os seus produtos, realizam as suas vendas e agem criativamente em relação à atividade (Sá, 2023). Apenas com base na narrativa histórica e na observação não-participante, não é possível indicar os meandros de como os feirantes estipulam os seus preços e escolhem gerir o seu tempo em relação ao trabalho, uma vez que para isso, entendo, o ideal seria o contato direto por meio de entrevistas com alguns feirantes, a fim de recolher informações mais específicas, o que não faz parte do escopo desta pesquisa.

É admissível, com base na observação não-participante, porém, indicar que os feirantes estipulam preços semelhantes para os mesmos produtos, de forma que há um conhecimento prévio acerca da precificação que, para além de uma relação com o custo de aquisição de tais produtos e flutuações de preço no mercado local, pode ser advindo de suas experiências e experiências passadas por familiares que os precederam nas barracas. Ainda sobre a precificação de produtos, a Feira de Duque de Caxias, é procurada, também, pelo comércio de usados, peças e produtos de mercado, disponíveis abaixo do preço padrão, geralmente dispostos na Rua Almirante Tamandaré e suas transversais.

Conforme relatei em minha observação, alguns dos produtos industrializados, aparentemente, tem origens que não remetem ao mercado formal, inclusive entoadado por alguns dos próprios feirantes, ao anunciar que “o caminhão virou”, com preços de venda muito abaixo daqueles encontrados em outras regiões comerciais. O fator negociação também tem aproximação com a dimensão da gestão, vez que a “pechincha” é uma prática típica do comércio informal e permite que o feirante use os seus próprios conhecimentos e práticas para fechar a venda.

A *terceira dimensão* de negócio periférico estabelecida por Sá (2023) é a dimensão das relações com intermediários, clientes, trabalhadores e entre si. De pronto, e novamente, a

migração e a herança nordestina impactam essa dimensão relacional da Feira, uma vez que o compartilhamento de origens, costumes e gostos cria um senso de comunidade, fazendo da Feira um local que recebia os migrantes com novas barracas e possibilidades de vida, mesmo que isso significasse mais concorrência.

Acerca desse aspecto, ainda, preciso destacar que quanto aos intermediários, não identifiquei informações suficientes que tenham emergido da análise documental das tensões e da observação não-participante que me permitam afirmar que existem atravessadores dos produtos dos feirantes. Na verdade, pondero que a atividade de artesanato, explorada por Sá (2023), e a atividade de Feira de produtos que não são oriundos de artesanaria, são bastante diferentes. Nem todos os feirantes produzem os seus próprios produtos, a maioria atua com revenda — especialmente de produtos e gêneros alimentícios industrializados, embora as barracas de frutas, legumes, verduras e carnes vendam produtos orgânicos —, de forma que os feirantes assumem, também, o papel de intermediários. Entendo que, dessa forma, as relações exteriores que se formam e afetam à atividade do negócio periférico da Feira, em geral, estão mais relacionadas à própria viabilidade e condições de exercício do ofício.

As relações conflituosas entre feirantes, barraqueiros, concessionário, prefeitura e Associação Comercial, atravessadas pelas abordagens da mídia impressa, expõem o caráter dual de certas relações, como, por exemplo, a luta dos feirantes contra o estabelecimento da concessão do monopólio sobre a Feira em 1955. Quando submetidos à concessão, feirantes fundaram a Sociedade dos Feirantes e buscaram unir a classe em torno do objetivo de liberdade, sem taxações e padronização de suas barracas.

Ainda, o concessionário Jonathan Gonçalves era o responsável por fornecer aos feirantes os tabuleiros e lonas, ou seja, as barracas nas quais venderiam seus produtos, mediante o pagamento de taxa de aluguel. Os registros apontam abusos nessa relação e a submissão forçada dos feirantes em prol de manter suas barracas, logo, sua forma de sustento. Sabemos, por meio da pesquisa documental realizada, que Jonathan foi concessionário da Feira por décadas, mas não encontrei nada que revelasse como se desenrolou a história da concessão nas décadas mais recentes, embora tenha ficado evidente que tais concessões se deram ancoradas no papel do concessionário no circuito superior da região, utilizando de sua influência e ameaças aos homens lentos feirantes.

Durante a observação da Feira, porém, notei que as lonas das barracas não possuem padrão de cor, mas em praticamente todas as barracas existe uma impressão das letras “DTR”. Curioso, perguntei a um feirante — de maneira informal —, e a resposta que obtive foi: “as barracas são do dono da Feira. Sendo dele, e tendo as letras, ninguém rouba as barracas de

noite”. Uma vez que entrevistas não fazem parte do escopo deste estudo, não insisti no assunto, mas tal fala revela, informalmente, que ainda há alguém administrando, pelo menos, o aluguel de barracas da Feira de Duque de Caxias, fazendo, de certa maneira, um papel de intermediário.

Dentro da esfera das relações, vale destacar que, tanto nos documentos analisados quanto na observação participante, o comércio ilegal de aves e animais silvestres é uma atividade exercida na Feira desde suas primeiras décadas. No passado, o comércio de aves era compreendido como algo cultural e oriundo da tradição nordestina, porém, principalmente a partir da década de 1970, com o avanço da legislação de proteção à fauna brasileira, esse entendimento começou a mudar e a repressão a aumentar.

O fato é que a venda de animais na Feira de Duque de Caxias, embora ilegal, sempre foi um de seus maiores chamarizes, e permanece sendo, ainda que não seja possível mensurar o quanto de aprovação a atividade possui entre as centenas de feirantes. Apesar da ilegalidade, a atividade persiste com a anuência dos feirantes e do “dono da Feira”, mesmo que com alguma fiscalização. Tal situação é ancorada em relações dialéticas, nas quais o tradicionalismo e o capital, ainda que relacionado a ilegalidades, dialogam, e se tensionam, sendo tal relação, ao que parece, interessante para agentes do circuito superior local, e talvez para os próprios feirantes, uma vez que atrai uma multidão de potenciais clientes para a Feira a cada domingo.

Para além disso, a relação dos feirantes com os clientes apresenta facetas distintas. Sendo uma instituição cultural antiga na cidade, é comum que as barracas mais tradicionais tenham clientes cativos, que tendem a retornar e fazem nelas as suas compras semanais, ao mesmo tempo, a circulação de pessoas na Feira dominical é muito intensa e são muitos os clientes que consomem nas barracas sem fidelização ou relação com os feirantes. Tanto a fidelização quanto a ampla rotatividade de clientes trazem resultados positivos para os feirantes, diminuindo as chances de ficarem sem clientes. Porém, são mais de duas mil barracas e uma grande variedade de produtos e preços, tensionando a competição entre os feirantes e exigindo de sua gestão informal maior flexibilidade para efetuar as vendas e, nesse contexto, a “pechincha” é uma prática normal entre os homens lentos feirantes o que frequentam a Feira.

Seguindo pelas dimensões do negócio periférico (Sá, 2023), destaco a *quarta dimensão*: intencionalidades, estratégias e lógicas de sobrevivência. Acerca dessa dimensão, mais uma vez, entendo que apenas por meio da realização de técnicas de coletas de dados mais próximas ao grupo de feirantes, como entrevistas ou questionários, seria possível identificar possíveis relações de afeto mais profundas com a Feira. No entanto, registro a seguir as aproximações auferidas por meio da análise documental das tensões e da observação não-participante da Feira de Duque de Caxias.

Os documentos coletados e submetidos à análise das tensões apresentaram um rico acervo acerca da cultura nordestina e da sua presença na Feira e, mais uma vez, a aproximação da noção de negócio periférico e suas dimensões. No caso da dimensão das intencionalidades, estratégias e lógicas de sobrevivência, a ponte reside no aspecto da migração nordestina que deu à Feira de Duque de Caxias a alcunha e o reconhecimento de Feira nordestina. Entendo que remontar à questão migratória e cultural nordestina pode ser um pouco repetitivo, mas reitero que esse é um aspecto da Feira muito recorrente, evidente e rico, que emergiu de todo o material analisado e, tal riqueza, permite realizar diversas relações e construir pontes entre perspectivas teóricas e dimensões variadas.

Diante do exposto, a quarta dimensão se relaciona com a Feira na medida em que esta se relaciona com as demais dimensões, por meio do senso de comunidade, preservação e resistência de um grupo marginalizado que encontrou na Feira seu meio de subsistência e de melhorar de vida longe das secas. Migrantes que passaram seu ofício adiante para as gerações que vieram depois, e cuja famílias trabalham juntas nas barracas na Feira dominical. Hoje em dia, não são todos os feirantes que são nordestinos ou descendentes de nordestinos, assim como nem todo produto comercializado por eles tem origens nordestinas; a passagem dos anos e as mudanças sociais, econômicas e culturais exigiram, e exigem, adaptações por parte dos feirantes. Essas adaptações passam pela necessidade de ofertar produtos que apresentam demanda, diversificando e ampliando o leque de possíveis consumidores da Feira, pela modernização tecnológica, como por exemplo uso de máquinas de cartão e pagamento por meio de Pix, bem como por adotar estratégias de publicidade nas redes sociais.

Assim, entendo que neste estudo a noção de negócio periférico serviu como uma lente teórica que permitiu compreender a Feira como um ente coletivo, embora mantendo a pertinência da identidade individual, situado no circuito inferior, formada e gerida por homens lentos, por meio de suas próprias racionalidades, experiências, conhecimentos e relações entre si e com sujeitos tanto do circuito inferior quanto do circuito superior, ademais de, para fins desta tese, possibilitar um olhar intraorganizacional, para além das tensões entre circuitos que nortearam esta pesquisa até então.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Feira de Duque de Caxias, ademais de ser uma referência na região, considerada patrimônio cultural e imaterial da cidade (Prefeitura, 2015) e do estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2017), e uma das maiores e mais antigas feiras do Brasil (Lima; Maia; Matos, 2009), desde os seus primeiros anos foi considerada relevante economicamente para o município (Produzem, 1955), e que teve um processo de formação e desenvolvimento que caminhou praticamente de forma paralela à formação urbana da cidade. Para além de sua relevância econômica e cultural, a Feira ficou conhecida pela sua associação para com a Região Nordeste, dada a vinda em massa de nordestinos que se estabeleceram no município de Duque de Caxias, tendo sido um espaço, como Feira, desde meados da década de 1940 (Fernandes, 2012), que reunia locais e nordestinos alocados na cidade, homens lentos, assim como os seus traços culturais e organizacionais (Farias; Lima; Amaro, 2018), sendo, de certa maneira, um microcosmo cultural do município.

Nesse sentido, no decorrer deste estudo explorei a Feira de Duque de Caxias, um espaço de análise rico em sua história, com contradições e tensões que permeiam as dinâmicas urbanas, rurais e sociais em geral, que me desafiaram a compreendê-la, no decorrer do seu desenvolvimento, para além de sua relevância econômica e o seu histórico de nordestinidade. Para tanto, ao me ancorar ontoepistemologicamente no pensamento miltoniano, no materialismo histórico-dialético e na noção de negócio periférico, e metodologicamente na análise documental das tensões, observação não-participante e triangulação teórica e de dados, entendo que pude ir além de aspectos visíveis e tangíveis da Feira, conseguindo caminhar, também, por suas camadas mais profundas, como as relações de poder entre os circuitos, e outras facetas de sua história, e realidade, multifacetada.

Retomando à introdução deste estudo, mais precisamente aos objetivos delineados, esta pesquisa teve por objetivo geral analisar de que formas se deram as tensões entre os circuitos inferior e superior na história da Feira de Duque de Caxias/RJ e, para tanto, foram definidos seis objetivos específicos.

Acerca do primeiro objetivo específico, realizar uma aproximação teórica entre a noção de negócio periférico e o pensamento miltoniano, mais precisamente, a partir da Teoria dos dois circuitos urbanos, ademais de ter realizado tal aproximação, foi possível demonstrar que não há incoerências teóricas entre a noção de negócio periférico e o pensamento miltoniano e, ainda, que a aproximação entre as perspectivas tende a agregar ao campo dos estudos organizacionais por “abrir caminho” para a realização de análises empíricas, a partir do materialismo dialético e da referida noção, sobre como organizações e sujeitos localizados em

regiões periféricas e semiperiféricas e em um dos circuitos, se relacionam para com o outro, assim como a compreensão acerca de como os homens lentos alocados atrelados ao negócios periféricos no circuito superior, ancorados nas horizontalidades, resistem, ou não, às incursões verticais do circuito superior.

O segundo objetivo específico, elaborar e apresentar um perfil histórico da Feira de Duque de Caxias/RJ, ressaltando a importância econômica, territorial, social e cultural do circuito inferior da Feira de Duque de Caxias/RJ, foi abordado a partir da análise documental da unidade de análise. Se fez possível compreender, a partir de sua evolução apresentada, que a Feira de Duque de Caxias, historicamente, foi um ponto aglutinador, ancorada em uma região considerada nobre da cidade, porém organizada e frequentada por homens lentos, possibilitando uma localização central para esses — embora sob ataques com fins retirá-los dali —, possibilitou a subsistência tanto de migrantes quanto de locais, sendo na década de 1950, por exemplo, a principal Feira do Estado do Rio de Janeiro no que concerne ao nível de venda de produtos agrícolas. Socialmente e culturalmente, ademais de se configurar como um espaço geográfico fundamental para a socialização dos migrantes que passaram a viver na cidade, assim como, dialeticamente, influenciar e ter influenciado a formação da identidade caxiense nas primeiras décadas da existência da cidade, a Feira de Duque de Caxias funcionou como a única referência de ponto cultural físico no município, visto que até o final da década de 1960 havia uma aparente indiferença do poder público acerca de investir na seara cultural, especialmente no concernente àquela voltada, ou acessível, aos homens lentos.

Com base no terceiro objetivo específico, analisar de que formas o circuito inferior resistiu às "incursões" do circuito superior na Feira de Duque de Caxias/RJ, compreendi que tais resistências se deram com base na luta dos homens lentos que atuavam na Feira, alguns também lavradores, ancorada em ações norteadas por horizontalidades, uma vez que, como demonstrado, a maior parte de suas tentativas de recorrer a sujeitos e organizações do circuito superior em busca de auxílio não trouxeram o resultado esperado por eles — de fato, em muitos casos, foi indicado que havia uma junção de interesses de distintos sujeitos e organizações do circuito superior, como a mídia, o concessionário e agentes públicos, indo de encontro ao interesse dos homens lentos mencionados. Em contextos em que a própria existência dos homens lentos enquanto sujeitos feirantes na Feira de Duque de Caxias passava a ser ameaçada, e que a citada tentativa de obter auxílio por parte de sujeitos e organizações do circuito superior não funcionava, ações horizontais de solidariedade, tanto por meio de associações que os representavam quanto via confrontos diretos, foram as formas utilizadas para a resistência às

incursos do circuito superior, tanto no caso dos lavradores — que vendiam seus produtos na Feira e foram atacados por grileiros —, quanto dos feirantes que confrontaram agentes públicos.

De forma similar ao objetivo anterior, a partir do quarto objetivo específico, analisar de que formas se deram as relações dos governos — com ênfase no municipal —, faceta pública do circuito superior, para com o circuito inferior, na Feira de Duque de Caxias/RJ, denotei que em sua evolução histórica os órgãos públicos municipais coadunaram, especialmente, de forma a caminhar junto aos interesses, ademais deles próprios, de outros sujeitos e organizações do próprio circuito superior, caso do concessionário da Feira, da Associação comercial e das organizações midiáticas; ao passo que organizações públicas estaduais e federais se relacionavam para com a unidade de análise apenas em contextos repressivos contra o tráfico de animais; portanto, em ambos os casos a racionalidade hegemônica que norteou tais agentes públicos do circuito superior se materializou em ações que, na maior parte das vezes, não atendia os ensejos dos homens lentos atuantes na Feira, porém caminhando junto ao trajeto do capital e dos integrantes do circuito superior da região.

O quinto versou sobre elaborar uma metodologia documental, ancorada na Teoria dos dois circuitos urbanos (Santos, 2003) e no materialismo histórico-dialético (Marx, 2008), para pesquisas históricas no campo dos Estudos organizacionais. Nesta tese, elaborei e utilizei, para fins de análise, a metodologia denominada análise documental das tensões, com base na qual se faz possível, sob a ótica do pensamento miltoniano, da reflexividade e do materialismo histórico-dialético, analisar documentos históricos referentes a uma dada unidade de análise, que no caso desta pesquisa foi a Feira de Duque de Caxias, de forma que as tensões entre os circuitos urbanos sejam a base para a compreensão dialética de aspectos organizacionais, culturais, sociais e econômicos em uma dada região. Assim, entendo que a análise documental das tensões, uma resposta aos chamados da virada histórica (Clark; Rowlinson, 2004), virada espacial (Baldry, 1999; Kornberger; Clegg, 2003; Lacerda, 2021), e pela construção e proposição do conhecimento oriundo da realidade do Sul Global (Wanderley, Barros, 2018), tem o potencial de ser utilizada por demais pesquisadores interessados em abordagens históricas no campo dos estudos organizacionais, que visam, para além de fazer emergir “narrativas outras”, compreender a complexa dinâmica das relações de poder, culturais e sociais em uma determinada região.

No sexto e último objetivo específico desta tese, busquei identificar e analisar aspectos intraorganizacionais dos negócios feirantes na Feira de Duque de Caxias sob a ótica da noção de negócio periférico (Sá, 2023). A utilização da noção de negócio periférico neste estudo, concentrada tanto no Referencial Teórico quanto no subcapítulo “Aproximações entre a noção

de negócio periférico e a Feira de Duque de Caxias”, de fato me permitiu identificar e discorrer sobre características internas aos negócios feirantes que, com base puramente na análise documental das tensões, não emergiram ou não se mostraram, para aquele fim, relevantes no que concerne às tensões dialéticas entre circuitos. Nesse sentido, partindo das quatro dimensões analíticas de negócio periférico (Sá, 2023), os negócios feirantes na unidade de análise se configuram como negócios periféricos, ancorados em “racionalidades” e “práticas de gestão outras”, trilhando o seu caminho, e o desenvolvendo, para além do especificado por consultorias e livros de *Management*. Dessa forma, entendo que a Feira de Duque de Caxias não apenas exemplifica ou se mostra como um objeto de aplicação analítica, mas também enriquece e amplia a compreensão sobre a dinâmica e a relevância dos empreendimentos periféricos em ambientes urbanos complexos e desafiadores.

Com base no exposto, compreendo que historicamente a Feira de Duque de Caxias, para além de um espaço de comercialização e trocas comerciais em geral, se mostrou como um cenário que, dialeticamente, reflete e é refletido pelas dinâmicas locais, e para além da imagem criada pela mídia, especialmente a partir da década de 1970, de ser um local famoso pelo tráfico de animais e outras ilicitudes, se apresenta como um microcosmo de lutas de classes, e, de certa forma, um campo de batalha, a partir das tensões entre os circuitos, ancorado em relações desiguais de poder e racionalidades que, muitas vezes, não caminham juntas à contrarrazionalidade dos homens lentos e, por isso, demandou, horizontalmente, resistência por parte desses, e, portanto, não apenas refletindo as dinâmicas locais, mas também as influenciando.

Especificamente sobre a herança e presença nordestina, a observação da Feira de Duque de Caxias expõe a extensão das interações sociais e culturais presentes na cidade. Durante muitos anos, a Feira se tornou um ícone da persistência dos migrantes nordestinos, que usaram o local como um centro para preservar suas tradições e se adaptar à vida na cidade de Duque de Caxias. As tradições culturais do Nordeste, como a culinária, a música e as festas típicas, foram modificadas e incorporadas à rotina da Feira, formando uma identidade mista que reflete a saudade das raízes e a atualidade de sua vida urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Manter essas tradições culturais na Feira não só promove a coesão dos homens lentos locais, como também questiona a hegemonia cultural local, criando um ambiente de celebração da diversidade e reafirmação da resistência cultural.

A Feira também serviu como um local de conexão política e social para os feirantes e outros trabalhadores informais. Processo de resistência foram organizados contra a remoção e a repressão das autoridades e interesses do circuito superior, resultando em movimentos de resistência. Tais iniciativas variaram desde a criação de sindicatos de vendedores ambulantes

até demonstrações de força em eventos públicos, nos quais não só se lutava pela permanência da Feira, mas também foram exigidas melhorias nas condições laborais e reconhecimento por parte das autoridades governamentais. Esses movimentos mostram como os trabalhadores informais podem se organizar e se mobilizar, desafiando a ideia comum de que esses grupos marginalizados são passivos. A Feira é, então, um local de fortalecimento em grupo, onde as vozes dos feirantes são destacadas e suas reivindicações por igualdade social têm uma plataforma para serem expressas a partir de racionalidades distintas a do grande capital e ações de horizontalidade.

Portanto, entendo que para além de analisar e a Feira de Duque de Caxias, foi possível compreender as dinâmicas e as tensões que moldaram o desenvolvimento da própria região, visto que o seu desenvolvimento e o da Feira caminharam de forma paralela, de maneira que as fronteiras entre o passado e o presente se fundem, fazendo emergir um local, a Feira, no qual a relevância econômica caminha junto à resistência da identidade nordestina e caxiense, e o modo de agir, pensar, de lutar, e especialmente de sobreviver, dos homens lentos da região, tomou e toma o protagonismo na Feira de Duque de Caxias, apesar dos ataques e tentativas de cooptação do circuito superior.

Com relação às limitações deste estudo, indico restrições inerentes à abordagem histórica em si, no que concerne à dependência de acesso a arquivos históricos que, muitas vezes, ou já não possuem documentos em bom estado ou esses não são disponibilizados. Os documentos analisados nesta pesquisa foram obtidos com base em arquivos físicos e digitais, contudo, em ambos os casos, há poucos documentos, das décadas de 1930 e 1940, disponíveis para acesso, o que se mostrou um desafio para a análise de tais períodos iniciais da Feira.

Ainda, o contexto social e econômico do município de Duque de Caxias, com ênfase para a violência urbana que o posicionou como o 43º mais violento do Brasil em 2023 (Fórum, 2023), geraram dificuldades para a realização desta tese, especialmente em relação à possibilidade de realizar entrevistas com feirantes — o que não fora feito — ou, ainda, na observação não-participante, me limitando, enquanto pesquisador, a utilizar técnicas “menos chamativas” na realização da tese, o que, entendo, pode ter impactado em uma profundidade abaixo do que eu gostaria em alguns assuntos abordados, como a observação presencial na Feira.

Por fim, como sugestões para estudos futuros, no que concerne à análise documental das tensões, entendo que a citada técnica metodológica — uma resposta aos chamados viradas históricas e espacial e, ainda, pela produção do conhecimento oriundo do Sul Global — tende

a agregar ao campo de pesquisas históricas nos estudos organizacionais ao possibilitar a análise histórica de relações de poder, assim como os processos de em busca de dominação e resistência, em circuitos localizados em urbes de regiões periféricas e semiperiféricas, incluindo, portanto, sujeitos e organizações presentes nas citadas regiões.

Com relação às análises sobre a Feira de Duque de Caxias, entendo que a realização de entrevistas com sujeitos pertencentes aos circuitos que dialogam com a Feira pode fazer emergir demais informações relevantes, para fins de aprofundamento e triangulação, acerca dos dados, e da análise, empreendidas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 4, p. 914-929, 2017.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Uma Escola Norte-Americana no Ultramar? Uma historiografia da EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 2, p. 154-169, 2014.
- AGENDA. **O Fluminense**. Niterói, 11 de julho de 2010. p.6.
- ALENTEJANO, P. R. R. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro. **Revista Fluminense de Geografia**, v. 1, n. 1, 2005.
- ALENTEJANO, P. R. R.; JUNIOR, J. A.; GENTIL, L. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). **GEOgraphia**, v. 24, n. 52, 2022.
- ALMEIDA, A. F. Norte tem a sua feira em Duque de Caxias. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1962, p.5.
- ALVES, V. J. R. Formação socioespacial e patrimônio-territorial latinoamericano, resistência negra pelas rodas de samba do Distrito Federal, Brasil. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 150-166, 2020.
- ANÍSIO, C. Cavalo doido. **O Fluminense**. Niterói, 16 de setembro de 1978, p.36.
- ANDRADE, M. C. **A pecuária no agreste pernambucano**. Recife: Fundação Guimarães Duque, 1991.
- ANTÔNIO, J. Domingo em Caxias. **O Pasquim**. Rio de Janeiro. 25 de abril de 1975 p.16-17.
- AMBULANTES, currais e animais soltos transformam a vida da cidade. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 29 de setembro de 1957, p.19.
- ARAÚJO, L. A. de. **Uma leitura atual do bairro da Ribeira em Natal/RN a partir dos dois circuitos da economia urbana**. 2014. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- ASSOCIAÇÃO. **Associação dos amigos do Instituto histórico**. 2022. Acesso em: 05 fev. 2022. Disponível em: <http://amigosinstitutohistorico.org.br/>.
- ATRAÍDO para um negócio vantajoso. **À Noite**. Rio de Janeiro, 5 de março de 1947, p. 3.
- BAIXADA. **O Fluminense**. Niterói, 15 de abril de 1979, p. 03.
- BADERNA. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 02 de janeiro de 1964, p.4.
- BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Mexico City: Ediciones Era, 1978.
- BALDRY, C. Space-the final frontier. **Sociology**, v. 33, n. 3, p. 535-553, 1999.
- BARCELLOS, L. A grande feira. **O Fluminense**. Niterói. 4 de junho de 1973. p.29.
- BARRET, F. J.; SRIVASTAL, S. History as a model of inquiry in organizational life: a role of human cosmogony. **Human Relations**, v. 44, n. 3, p. 231-254, 1991.
- BARROS, A. N. **Uma narrativa sobre a história dos cursos de Administração da FACE - UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV?** 2013. 186 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

- CARNEIRO, A. T.; BARROS, A. WANDERLEY, S. Organizational archives and historical narratives: Practicing reflexivity in (re) constructing the past from memories and silences. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 14, n. 3, p. 280-294, 2018.
- BARROS, A; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 151-161, 2015.
- BASTOS, J. M.; CASARIL, C. C. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, v. 31, n. 62, p. 271-298, 2016.
- BATALHÃO apreende 150 aves na Feira de Caxias. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 16 de março de 2009. p.14.
- BATISTA, P. A.; COSTA, A. A. Os dois circuitos da economia urbana e as novas áreas de centralidade em Campina Grande. **Formação (Online)**, v. 2, n. 21, 2014.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BRAUDEL, F. **O jogo das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRAZ, A. A. **Vidas em transição: a cidade e a vida na cidade em Duque de Caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.
- BRAZ, A. A.; ALMEIDA, T. A. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias: Ed. APPH-CLIO, 2010.
- BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. Heineman: London, 1979.
- BUSS, M. D. *et al.* Entrevista com o professor Milton Santos. **Geosul**, v.6, n.12, p.116-147. 1991.
- CACETADAS na feira. **A Luta Democrática**. Rio de Janeiro. 14 de setembro de 1968. p.7.
- CAMELOTS de remédios. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias. 16 de março 1958. p.1.
- CANDIDATOS vão à cata de votos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro. 10 de julho de 2006. p.14.
- CARLO, J. D. À espera da política: a intervenção do crítico de arte Mário Pedrosa no debate político entre 1945 e 1968 na imprensa. In: Encontro anual da ANPOC, 42., 2018, Caxambu, **Anais [...]**. Caxambu: ANPOC, 2018.
- CARRIERI, A. P. *et al.* A Gestão Ordinária e suas práticas: o caso da Cafeteria Will Coffee. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, 2018.
- CARVALHO, E. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Revista Outubro**, v. 15, n. 15, p. 177-193, 2007.
- CARVALHO FILHO, V.; IPIRANGA, A.; FARIA, A. (De) colonialidade na educação em administração: explorando limites e possibilidades. **Education Policy Analysis Archives**, v. 25, 2017.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.

CAXIAS abalada por um crime de morte: abatido por antigo desafecto ex-soldado da força pública do estado do Rio - preso criminoso. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. 16 de maio de 1939, Primeira Seção p.2.

CAXIAS ainda não pode ter uma biblioteca pública. **Grupo arte e cultura**. Duque de Caxias, 10 de maio de 1957, p.1.

CAXIAS, uma feira permanente. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 07 de junho de 1958, p.8.

CENA de sangue na Feira de Caxias. **A luta Democrática**. Rio de Janeiro. 26 de junho de 1966. p. 2.

CIDADE onde mora o progresso. **Tópico**. Duque de Caxias, 25 de agosto de 1958, p.5.

COMÉRCIO recusa o novo código tributário. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 05 de janeiro de 1957, p.1.

CONCESSIONÁRIOS da feira tem de dar barracas. **O Fluminense**. Niterói, 4 de abril de 1969, p.18.

CONFLITO em Caxias: feirantes de Armando Bela França trocam tiros com agentes de Tenório. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1964, p.7.

CONTRATO da feira para inglês ver. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 26 de outubro de 1957, p. 03.

CONTRASTES e confrontos: concorrência desleal. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 20 de outubro de 1957, p.15.

COSTA, A.S.M.; BARROS, D.F.; MARTINS, P.E.M. Perspectiva Histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v.50, n.3, p.288-299, 2010.

CHAGAS, L. S. **A organização urbana da economia popular**: analisando a dinâmica espacial das práticas de comerciantes senegaleses. 2021. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an “historic turn”? **Business History**, v. 46, n. 3, p. 331- 352, 2004.

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Currículo Lattes de Márcio Gomes de Sá**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2866476044236576>. Acesso em: 03 set. 2021.

CORRÊA, R.L. Milton Santos e a temática da rede urbana. In: SOUZA, M.A.A. (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, E. F., MACEDO, M. E. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro no pré-64. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol.15, nº 2. p. 368-392, 2007.

CORREIRA, B. Polícia prende nove pessoas por venda de animais silvestres em feira em Caxias. **G1**, Rio de Janeiro, 19 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/19/policia-prende-nove-pessoas-por-venda-de-animais-silvestres-em-feira-em-caxias.ghtml>. Acesso em: 09 fev. 2022.

- COSTA, M. S. T; BEZERRA, A. C. D. A Folha de Caxias e “a grande campanha em favor da infância desvalida” (1953-1956). **Horizontes**, v. 37, p. e019046-e019046, 2019.
- COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C. A pesquisa histórica em administração: uma proposta para práticas de pesquisa. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 1, p. 90-121, 2019.
- COUTO, F. F.; HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. Organizações outras: diálogos entre a teoria da prática e a abordagem decolonial de Dussel. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, p. 249-267, 2019.
- CLARK, P.; ROWLINSON, M. The treatment of history in organisation studies: towards an ‘historic turn’?. **Business history**, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004.
- CRESWELL, J. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Rio de Janeiro: Penso Editora, 2014.
- CRIADORES aplaudem ação contra venda ilegal de pássaros. **O Jornal**. Rio de Janeiro. 18 de outubro de 1968. p.8.
- CRIME ambiental leva duas pessoas à prisão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 30 de dezembro 2008. p.46.
- CURADO, I. B. **O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo**. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.
- CURADO, I. B. **O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo**: uma análise histórica. 2001. 191 f. 2001. Tese (Doutorado em Administração) Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2001.
- DANTAS, G. P. G. **Feira de Macaíba**: um estudo das transformações na dinâmica socioespacial (1970/2006). 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- DARCY festeja TER: Brizola é fundamental na televisão. **O Fluminense**. Niterói, 22 de dezembro de 1986. p.3.
- DEGRANDI, J. O.; SILVEIRA, R. L. L. Verticalidades e horizontalidades na função comercial da cidade de Santa Maria-RS. **Mercator**, v. 12, n. 29, p. 39-50, 2013.
- DENZIN, N. The research act: a theoretical introduction to sociological methods. **Routledge**, 2017.
- DEZEMONE, M. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista brasileira de história**, v. 36, p. 131-154, 2016.
- DOSSARES, T. Comércio ilegal de animais em feira de Caxias volta horas após operação. **Band News**, Rio de Janeiro, 17 Jul. 2022. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/comercio-ilegal-de-animais-em-feira-de-caxias-volta-horas-apos-de-operacao-16523369>. Acesso em: 04 mar. 2024.
- DUARTE, C. João guloso já vale ouro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 23 de maio de 1971. p.29.
- DUREPOS, G.; MILLS, A. J. ANTi-History, relationalism and the historic turn in management and organization studies. **Qualitative Research in Organizations and Management**, v. 12, n. 1, p. 53-67, 2017.

DUREPOS, G.; SHAFFNER, E. C.; TAYLOR, S. Developing critical organizational history: Context, practice and implications. **Organization**, v. 28, n. 3, p. 449-467, 2021.

ÉBRIO terrível. **A Noite**. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1933, Sports, p. 10.

ENCONTRO entre vereador e prefeito põe fim à guerra da feira. **O Fluminense**. Niterói, 01 de fevereiro de 1964, p. 8.

ESCLARECIMENTO aos feirantes. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 26 de agosto de 1956, p. 10.

ESPÍNDOLA, C.J.; SILVA, M. A. Formação sócio-espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização. **Experimental**, n. 3, p. 61-67, 1997.

ESPOLIADOS. **Tópico**. Duque de Caxias, 24 de maio de 1958, p.10.

ESTEVIÃO, C. Imagine só! Apresenta: a moderna criada carioca. **O Jornal**. Rio de Janeiro. 21 de maio de 1950. O Jornal Feminino, p. 23.

ESTUDANTES protestam. **O Fluminense**. Niterói, 4 de dezembro de 1984. p.7.

EXPECTATIVA em torno da batalha da feira. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 27 de agosto de 1956, p.12.

FARIAS, F. D. P. Os circuitos espaciais de produção do vestuário em natal/RN e os dois circuitos da economia urbana: uma análise do circuito inferior. **Revista Geotemas**, v. 10, n. 2, p. 138-156, 2020.

FARIAS, M.; LIMA, J.; AMARO, T. A feira “nordestina” de Duque de Caxias: pertencimentos. **Revista Digital Simonsen**, n. 8, P. 59-77, 2018.

FARIA, A.; WANDERLEY, S. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 4, p. 569-587, 2013.

FEIRA de Caxias, eterna confusão. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 27 de agosto de 1956, p.4.

FEIRA de Duque de Caxias: um encontro de gerações. **Prefeitura de Duque de Caxias**, Duque de Caxias, 06 jan. 2023. Disponível em: <https://duquedecaxias.rj.gov.br/noticia/feira-de-duque-de-caxias-um-encontro-de-geracoes/4351>

FEIRA não vendia carne de cachorro. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1963. p.8

FEIRA oferece em Caxias carne de bode e até jacaré. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 24 de setembro de 1967. p.26.

FEIRA de Caxias, a maior festa dominical da região. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 23 de março de 1969, pp. 8 – 9.

FEIRA de Caxias vende aves desafiando leis e campanhas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1974. p.5.

FEIRA de Caxias se muda. **O Fluminense**. Niterói, 19 de agosto de 1983, p.9.

FEIRANTES se queixam de contrato com a prefeitura. **O Fluminense**. Niterói, 03 de agosto de 1979, p. 26.

FEIRANTES estariam pagando. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 20 de outubro de 1957, p. 05.

FERREIRA, F. V. **Management no Brasil em Perspectiva histórica**: o projeto do Idort nas décadas de 1930 e 1940. São Paulo: Tese (Doutorado em Administração), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

FERREIRA, F. V. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 37-47, 2010.

FERNANDES, P. Feira em Duque de Caxias resgata a cultura nordestina. **Extra**, Rio de Janeiro, 25 dez 2012. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/feira-em-duque-de-caxias-resgata-cultura-nordestina-5893086.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FONSECA, L. P. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Design), Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

FORA da TV Brizola apela para comício. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1986. p.8.

FÓRUM brasileiro de segurança pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

FREIRE, A. Animais vendidos sob encomenda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1998. p.20.

GAROTINHO passou fazendo corpo-a-corpo na Feira de Duque de Caxias. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1998. p.2.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIMM, F. C. A. **Trajatória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis**. 2011. 307 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Periferia**, v. 1, n. 2, 2009.

GUEREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

HERNANDEZ, A. R.; CANÇADO, A. C. Análises da gestão social brasileira através da teoria da descolonialidade. **Amazonia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 25-44, 2017.

HOBBSBAWN, E. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1986.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.
- IBDF apreende pássaros para soltar em reserva na Baixada Fluminense. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 9 de junho de 1971. p.16.
- IBDF desmantela rede de tráfico de animais na “operação liberdade”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1986. p.7.
- INAUGURADO o supermercado Presidente Vargas (Caxias). **Folha da Cidade**. Duque de Caxias. 10 de setembro de 1961. p.4
- INUNDAÇÃO na feira de Caxias. **A Luta Democrática**. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1964, p.5.
- INSTITUTO. **Instituto histórico**. 2022. Acesso em: 05 fev. 2022. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452.
- JANUZZI, F. Imagens mostram venda animais silvestres em plena luz do dia em feira na Baixada Fluminense. **G1**, 03 Out 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/03/imagens-mostram-venda-animais-silvestres-em-plena-luz-do-dia-em-feira-na-baixada-fluminense.ghtml>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- JESUS, A. G. Vivenciando o sonho e o pesadelo: Milton Santos e a Tanzânia. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 13, 2020.
- KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LACERDA, D. S. Investigating the political economy of the territory: The contradictory responses of organisations to spatial inequality. **Organization**, p. 1-20, 2021.
- LAVRADORES lutam por suas terras. **Tópico**. Duque de Caxias, 25 de agosto de 1958, p.6.
- LEAL, J. Curiosas revelações de um inquérito jornalístico. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1949, Domingo dos Intelectuais, p.2.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- LEITE, G. C. S. Os circuitos da economia: elementos para pensar o planejamento urbano e regional na Amazônia. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2019.
- LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LIMA, E. P. R.; MAIA, M. S.; MATOS, W. R. Levantamento das plantas medicinais comercializadas na feira livre do município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. **Saúde & Ambiente em Revista**, v. 4, n. 2, p. 34-39, 2009.
- LOURENÇO, R. L.; SAUERBRONN, F. F. Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 28, p. 99-122, 2016.
- LYNX. Problemas Caxienses: Caxias, cidade de má fama. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 08 de abril de 1956, p.14.
- KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A memória evanescente. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2009.

- LOUREDO, F.; OLIVEIRA, T. C. Administração desnordeada? Uma revisão sistemática sobre a perspectiva decolonial e os estudos em organizações. **Research, Society and Development**, v. 11, p. 1-15, 2022.
- LÖWY, M. **A jaula de aço: Max Weber e o Marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- LUKÁCS, G. **Marxismo ou existencialismo**. São Paulo: Senzala, 1967.
- LUNA, C. P.; BARROS, D. F. Uma ANTi-história sobre o processo da primeira cirurgia de redesignação sexual no Brasil: atores e suas relações sócio-políticas na ditadura civil-militar. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 3, p. 463-482, 2021.
- KORNBERGER, M. M.; CLEGG, S. R. Reflections on space, structure and their impact on organisations. **European Spatial Research and Policy**, 2003.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MAIS de 500 canários vendidos na exposição. **O Fluminense**. Niterói. 13 de maio de 1971.p.
- MACONHA do Maranhão. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1963, p. 8.
- MACHADO, T. A. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 71-98, 2016.
- MACHADO, T. A. Geografia e dependência: o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da teoria do subimperialismo. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 185-190, 2017.
- MAMIGONIAN, A. A. Geografia e “A formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, M. A. A. de. (Org.) **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. Mexico City: Siglo Veintiuno Editores, 1969.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Henry Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo. **Iberoamérica Social**, n. V, p. 95-108, 2015.
- MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MASCARENHAS, G. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência** (Rio de Janeiro: 1964-1989). 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- MASCARENHAS, G; DOLZANI, M. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2008.
- MEDEIROS, L. S. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org.) **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Editora Consequência. pp. 49-92, 2018.

- MESTRE Barboza Leite vai lançar literatura de cordel. **O Fluminense**. Niterói. 24 de junho de 1975. p. 14.
- McGEE, T. Geografia e Desenvolvimento: Crise e Renovação. In: SOUZA, M. A. A. de (ed). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. Hucitec. São Paulo.
- MILLS, A. J.; NOVICEVIC, M. M.; ROBERTS, F. ANTi-History of the functionalist paradigm in organization theory: using the lens of March and Simon's organizations. **Journal of Management History**, v. 28, n. 1, p. 134-155, 2022.
- MONTEIRO, J; ALVES, J. Aves, ouriços e répteis são vendidos sem fiscalização na Feira de Duque de Caxias. **G1**, Rio de Janeiro, 05 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/02/05/aves-ouricos-e-repteis-sao-vendidos-sem-fiscalizacao-na-feira-de-duque-de-caxias.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- MONTEIRO, J. C. S.; CARDOSO, A. T. Weber e o individualismo metodológico. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, 3, 2002, Niterói. **Anais...** Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2002.
- MOREIRA, R. **A Geografia serve para desvendar mascaras sociais**. In: MOREIRA, R. (Org.). Geografia: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOTT, L. R. B. **A feira de Brejo Grande**: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco. Campinas: Universidade de Campinas, 1975. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 1975.
- MUNCK, L.; SOUZA, R. B. Estudos organizacionais: uma relação entre paradigmas, metanarrativas, pontos de interseção e segmentações teóricas. **Revista Pretexto**, v. 11, n.2, 2010.
- NA FEIRA de Caxias se vende até relógio. **Última hora**. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1953, p.9.
- NECESSÁRIO o mercado de peixes. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 27 de Agosto de 1956, p. 20.
- NEDER, V. País tem taxa de informalidade de 40,8% no trimestre até julho, mostra IBGE. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/09/30/pais-tem-taxa-de-informalidade-de-408-no-trimestre-ate-julho-mostra-ibge.htm>. Acesso em: 02 out. 2021.
- NOBRE, C. E.; BELO, C.; SILVA, E. F. A feira-livre como herança algodoeira em União dos Palmares-Alagoas e sua constituição na atualidade como circuito inferior. **Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 49, 2014.
- NORA, P. *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.
- NUNES, M. Universitária flagra venda de macaco e tucano em feira da Baixada Fluminense. **Extra**, Rio de Janeiro, 15 ago. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/universitaria-flagra-venda-de-macaco-tucano-em-feira-da-baixada-fluminense-17192382.html>. Acesso em: 04 mar. 2024.
- O DIA dos candidatos. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro 22 de setembro de 1990. p.2.

- OLIVEIRA, J. S. Circuitos da economia urbana: ensaios sobre Buenos Aires e São Paulo, teoria revisitada por María Laura Silveira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 1, p. 172-174, 2020.
- OURIQUES, N. **Colapso do Figurino Francês**: crítica às ciências sociais no Brasil. Florianópolis. Isular, 2014.
- PAULA, B. Trezentos mil nordestinos vivem em Caxias. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1969, p.24.
- PEDROSA, B. V. **Entre as ruínas do muro**: a história da Geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PEDROSO, R. N. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001
- PELOS sete lados. **O Fluminense**. Niterói, 17 de maio de 1967, p.8.
- PEQUENO expediente. **Última Hora**. Rio de Janeiro. 12 setembro de 1963, p.3.
- PEÇANHA, O. Show da cidade: fusão para os cariocas...**A Luta Democrática**. Rio de Janeiro. 16 e 17 de março de 1975. p.4.
- PINTAUDI, S. M. O lugar do supermercado na cidade capitalista. **Geografia, Rio Claro**, v. 9, n.18, p. 37-54, 1984.
- PINTO, R. S. **Memória e identidade dos migrantes nordestinos no município de Duque de Caxias**: a Feira de Duque de Caxias como parâmetro de resistência cultural e social. 2018. 239 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.
- PINTO, R. S.; SALZTRAGER, R. O nordeste e os nordestinos representados no Rio de Janeiro: uma análise em torno das produções de memória e identidade presentes na feira de São Cristóvão e na Feira de Duque de Caxias. **Tempo Psicanalítico**, v. 54, n. 2, p. 419-440, 2022.
- POLÍCIA espanca lavradores. **Tópico**. Duque de Caxias, 25 de agosto de 1958, p.8.
- PREFEITURA iniciará combate contra as barracas ambulantes. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 20 de Agosto de 1956, p. 2.
- PREFEITURA de Caxias tomba a feira do centro da cidade. **Jornal do Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/11/17/prefeitura-de-caxias-tomba-a-feira-do-centro-da-cidade.html>. Acesso em: 12 set. 2021.
- PREPARAM armadilhas ao prefeito. **A Luta Democrática**. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1963, p.3.
- PRESO homem que roubou demais. **A Luta Democrática**. Rio de Janeiro. 13 de setembro de 1975.p.2.
- PRODUZEM mais gêneros agora. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1955, p.3.
- PROFESSORES poderão concentrar no palácio. **O Fluminense**. Niterói, 19 de abril de 1980. p.3.
- PROSSEGUE luta pela feira. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 08 de abril de 1956, p. 05.
- PRÓXIMO dia 10 a retirada das barracas e caminhões-feira da cidade. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 23 de fevereiro de 1957, p.10.

- POLLACK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio Históricos de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- QUASE um milhão e meio de cruzeiros vendidos pelos colonos. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1955, p.3.
- QUEIROZ, A. C. B. O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991). **Revista História & Perspectivas**, v. 1, n. 31, 2004.
- QUEIROZ, T. A. N. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?**, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014.
- RAMOS, R. A. A atualidade da teoria dos circuitos na compreensão das práticas econômicas populares: o caso da Economia Criativa em Araraquara/SP. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 40, p. 1-12, 2020.
- RANGEL, C. Caxias, capital do nordeste. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 23 de março de 1969, p. 8.
- RAPA agride gestante em Feira de Caxias. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. 22 de setembro de 1973. p. 14.
- REALIZAÇÕES da prefeitura municipal no desmembramento do município. **Correio da Lavoura**. Nova Iguaçu, 26 de março de 1944, pp. 1-2.
- REIS, L. C. T. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares**, 2000.
- REBOLADO da mulata acabou em tiroteio. **A Luta Democrática**. Rio de Janeiro. 13 de janeiro de 1969. p.2.
- RETIRADAS as barracas. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 24 de fevereiro de 1957, p.02.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 7623 de 08 de junho de 2017. Declara patrimônio cultural imaterial do estado do Rio de Janeiro a tradicional Feira Livre do Centro de Duque de Caxias. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Ofício CCJ nº 193/2017, p.1, 12 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/153114744/doerj-poder-legislativo-12-07-2017-pg-1>. Acesso em: 01 mar. 2024.
- RIO é centro do tráfico de animais. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 5 de junho de 1995. p.8.
- ROUBADA na feira por um menino. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias. 4 de fevereiro de 1957. p.5.
- RODRIGUES, S. B.; DUARTE, R. G.; CARRIERI, A. P. Indigenous or imported knowledge in Brazilian management studies: A quest for legitimacy?. **Management and Organization Review**, v. 8, n. 1, p. 211-232, 2012.
- QUELHA-DE-SÁ, R. G.; COSTA, A. S. M. In search of transparency: ANTi-History, memorials and resistance. **Journal of Management History**, v. 25, n. 4, p. 493-515, 2019.
- SÁ, M. **Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste**. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em sociologia) - Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2015.
- SÁ, M. **Filhos das feiras: uma composição do campo de negócios do agreste**. Recife: Editora Massangana, 2018.

- SÁ, M. Experiências Agrestinas: pistas para a pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, p. 120-130, 2020.
- SÁ, M. G. Disposições e trabalhadores-proprietários agrestinos: habitus feirante, filhos das feiras e tensões emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 3, p. 692-708, 2021.
- SÁ, M. **Além do barro**: heranças de Vitalino no Alto do Moura do século XXI. Recife: CEPE, 2023.
- SÁ, M. *et al.* O artesanato como negócio periférico: esboço de instrumento teórico-epistêmico e análise multidimensional no caso do Alto do Moura-PE. In: XLIV Encontro da ANPAD, 46., 2020, evento online. **Anais...** Maringá: ANPAD, 2020.
- SALVADOR, D. S. C. Espaço geográfico e circuito inferior da economia. **Mercator**, v. 11, n. 25, p. 47 a 58-47 a 58, 2012.
- SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. **História & Documento em metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SANTOS, M. C. F. **Refinaria de Duque de Caxias (REDUC)**: o pólo petroquímico e sua promessa de desenvolvimento sob múltiplos olhares. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, 2011.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 100-81, 1977.
- SANTOS, M. **Por uma nova Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Território e Sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: Santos, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, E. T.; MACHADO, L. C.; CLEPS, G. D. G. Feiras livres em Uberlândia (MG): uma abordagem histórica, espacial e cultural. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.
- SANTOS, T. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 30, 2011.
- SARDINHA, M. A morte da grande feira. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1969, p.20.
- SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. **Meridiano-Revista de Geografia**, v. 2, p. 248-346, 2013.
- SERVIÇO. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 1 de abril de 1973. p. 8.

- SILVA, W. A Feira dos importados no Distrito Federal e o circuito inferior da economia urbana. **Sociedade e Território**, v. 31, n. 1, p. 49-76, 2019.
- SILVA, V.; WANDERLEY, S. Aproximações entre a metodologia da investigação temática e a abordagem decolonial: uma proposta para a área dos Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPÉ.BR (FGV)**, v. 20, p. 514-526, 2022.
- SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **EURE (Santiago)**, v. 33, n. 100, p. 149-164, 2007.
- SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno crh**, v. 22, p. 65-76, 2009.
- SILVEIRA, M. L. Urbanización latinoamericana y circuitos de la economía urbana. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.
- SILVEIRA, M. L. Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo. **Estudios Socioterritoriales**, v. 16, 2014.
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.
- SOB a mira de metralhadoras lavradores são expulsos de suas terras. **Tópico**. Duque de Caxias, 07 de junho de 1958, p.4.
- SPÓSITO, M. E. B. A análise urbana na obra de Milton Santos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 21, p. 25-42, 1999.
- SPÓSITO, M. E. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2001.
- TELEFONISTA baleou dois que dirigiam gracejos à sua espôsa na feira. **O Fluminense**, Niterói. 17 de janeiro de 1967.p.6.
- TERMINA hoje o prazo para retirada das barracas. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 17 de fevereiro de 1957, p.05.
- TUCHMAN, G. Historical social science: methodologies, methods, and meanings. In: DENZIN, N; LINCOLN, Y. (Ed) **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 1994. p. 306-323.
- TRANSEUNTE não tem vez. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 17 de fevereiro de 1957, p. 8.
- ULYSSES vem ao Rio em campanha. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1981. p.2.
- ÜSDIKEN, B; KIESER, A. Introduction: History in organisation studies. **Business History**, v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.
- VAI mudar-se de local a partir de hoje, a Feira de Caxias. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 18 de agosto de 1957, p.08.
- VENDIA sapatos roubados. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro. 20 de agosto de 1956. p.6.
- VERDADEIRA proliferação de barracas em Caxias. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 1 de janeiro de 1956, p. 14.

- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- VIOLÊNCIA gera violência. **Folha da Cidade**. Duque de Caxias, 02 de junho de 1957, p.18.
- VISÃO da Feira de Caxias. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 22 de março de 1969, p.3.
- WANDERLEY, S. **Desenvolvimento(ism)o, descolonialidade e a geo-história da administração no Brasil**: a atuação da CEPAL e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. 322 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.
- WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. **Management & Organizational History**, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2019.
- WEATHERBEE, T. Caution! This historiography makes wide turns: Historic turns and breaks in management and organization studies. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 203-218, 2012.
- WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política – 1904. **Metodologia das Ciências Sociais-Parte 1**. 3ª. ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1999.
- WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.
- WHITACKER, G. M. A operacionalização do conceito formação econômica-social: o nexo entre o Marxismo e a Geografia de Milton Santos. **Geografia em Atos (Online)**, v. 6, n. 13, p. 48-76, 2019.
- WOOD JR, T.; TONELLI, M. J.; COOKE, B. Colonização e neocolonização da gestão de recursos humanos no Brasil (1950-2010). **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, p. 232-243, 2011.
- ZILIO, L. B. *et al.* Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, p. 789-803, 2012.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Reportagens utilizadas na pesquisa

Periódico	Título	Conteúdo da reportagem	Ano
A noite	Ébrio terrível	Violência (briga) na feira	1933
Diário de notícias	Caxias abalada por um crime de morte	Violência na feira	1939
Correio da Lavoura	Realizações da Prefeitura no desmembramento do Município	Desmembramento do município de Caxias	1944
A noite	Atraído para um negócio vantajoso	Violência na feira	1947
A noite	Curiosas revelações de um inquérito jornalístico	Rachel de Queiroz frequentadora da feira	1949
O Jornal	Charge Imagine só! Apresenta: A moderna criada carioca	Empregadas domésticas compram na feira - charge	1950
Jornal do Brasil	Vende-se barraca	Comercialização de barracas na feira	1953
Última hora	Na Feira de Caxias se vende até relógios	Feirantes isentos, mas preços caros	1953
O Jornal	Produzem mais gêneros agora	Quase uma milhão e meio de cruzeiros vendidos pelos colonos	1955
Folha da Cidade	Os feirantes irão à luta	Reação dos feirantes às investidas públicas	1956
Folha da Cidade	Necessário o mercado de peixes	Crítica à feira: "é necessário o mercado de peixes"	1956
Folha da Cidade	Expectativa em torno da batalha da feira	"Expectativa em torno da batalha da feira"	1956
Folha da Cidade	Regularizando o comércio ambulante	"Regularizando o comércio ambulante"	1956
Folha da Cidade	Bomba contra os feirantes	"Bomba contra os feirantes" - a feira pode ser considerada serviço público	1956
Folha da Cidade	Será julgado nesta semana o mandado de segurança dos feirantes	"Mandado de segurança feito pelos feirantes"	1956
Folha da Cidade	Ainda não decidido o mandado dos feirantes	"Ainda não decidido mandado dos feirantes"	1956
Folha da Cidade	Discussão sobre novo código tributário de Duque de Caxias	Discussão sobre novo imposto municipal	1956
Folha da Cidade	Vitória dos feirantes na justiça	"Vitória dos feirantes na Justiça"	1956
Folha da Cidade	Prossegue luta pela feira	"Prossegue a luta pela feira".	1956
Folha da Cidade	Grande número de feirantes favorável à exploração da feira pelo concessionário	"Grande número de feirantes favorável à exploração da feira pelo concessionário"	1956
Folha da Cidade	Prefeitura iniciará combate contra as barracas ambulantes	"A prefeitura iniciará combate contra as barracas ambulantes"	1956
Folha da Cidade	Problemas Caxienses: Caxias cidade de má fama	"Caxias, cidade de má fama"	1956
Folha da Cidade	Prefeitura apela da sentença no caso de monopólio da feira	"Prefeitura apela da sentença no caso de monopólio da feira"	1956
Folha da Cidade	Esclarecimento aos feirantes	"Esclarecimento aos feirantes"	1956
Folha da Cidade	Feirantes e Prefeitura chegaram à acordo	"feirantes e prefeitura chegaram à acordo"	1956
Folha da Cidade	Inauguração de nova praça a 25 de agosto	Inauguração de nova praça a 25 de agosto	1956
Diário da noite	Vendia sapatos roubados	Venda de produtos furtados na feira	1956
Folha da Cidade	Caxias era a terra do vício e do crime	"Caxias era a terra do crime"	1956

Folha da Cidade	Feira de Caxias - eterna confusão	"Feira de Caxias - eterna confusão"	1956
Folha da Cidade	Verdadeira proliferação de barracas em Caxias	"Verdadeira proliferação de barracas em Caxias"	1956
Folha da Cidade	Barracas ambulantes. Sinônimo de sujeira e concorrência desleal	"Barracas ambulantes. Sinônimo de sujeira e concorrência desleal"	1956
Folha da Cidade	Uma epidemia de barracas assola Caxias	"Uma epidemia de barracas assola Caxias"	1956
Folha da Cidade	Explica a associação comercial a sua atuação na luta contra as barracas ambulantes	Explica a associação comercial a sua luta contra barracas ambulantes	1956
A Luta Democrática	Seria Sócio do prefeito? o "tubarão" da feira de Caxias	Monopólio e acusações ao prefeito	1957
A Luta Democrática	A exploração na feira de Caxias	Monopólio na feira	1957
Folha da Cidade	O delegado transferiu o "insubordinados"	Policiais cobram propina de comerciantes	1957
Folha da Cidade	No próximo dia dez a retirada das barracas e caminhões-feira da cidade	Retirada de barracas e caminhões da feira	1957
Folha da Cidade	Comércio recusa o novo código tributário	Comércio recusa o novo código tributário	1957
Folha da Cidade	Como o comércio recebeu a notícia do acabamento das barracas ambulantes	Como o comércio recebeu a notícia de retirada de barracas da feira	1957
Folha da Cidade	Mais dez dias para saídas das barracas do centro	Mais 10 dias para a retirada de barracas da feira	1957
Folha da Cidade	Cogita a prefeitura a reforma do código tributário	Reforma do código tributário municipal	1957
Folha da Cidade	Termina hoje o prazo para retirada das barracas	Termina hoje o prazo para retirada das barracas	1957
Folha da Cidade	Violência gera violência	"Violência gera violência" - cobrança de taxas semanais de feirantes no novo código tributário	1957
Folha da Cidade	Contrastes e Confrontos: controle de preços	"controle de preços" - defesa da retirada das barracas	1957
Folha da Cidade	Aprovadas as alterações no novo código tributário	Aprovadas as alterações no novo código tributário	1957
Folha da Cidade	Caxiense, prefira, para suas compras, o comércio de Duque de Caxias	Campanha em favor do comércio de Duque de Caxias	1957
Folha da Cidade	Feirantes estariam pagando Cr\$50 por barraca	Pagamento de \$50 ao concessionário da feira	1957
Folha da Cidade	O comércio recorreu à Assembleia contra o Código Tributário	Comercio recorreu contra a reforma tributária	1957
Folha da Cidade	Retiradas as barracas	Retirada das barracas	1957
Folha da Cidade	Estão voltando as barracas ambulantes	Estão voltando as barracas ambulantes	1957
Folha da Cidade	Caxias não é um mercado persa	Relação entre comércio que coloca produtos nas ruas e prejuízo à estética da cidade	1957
Folha da Cidade	Transeunte não tem vez	Crítica à construção de boxes da feira	1957
Folha da Cidade	Vai mudar-se de local a partir de hoje, a Feira de Caxias	Mudança de local - Feira de Caxias	1957
Folha da Cidade	Roubada na feira por um menino	Violência na feira	1957
Folha da Cidade	Ambulantes, currais e animais soltos transformam a vida da cidade	"Ambulantes, currais e animais transformam a vida na cidade"	1957

Folha da Cidade	A feira seria transferida para o meio da semana	A feira seria transferida para o meio da semana	1957
Folha da Cidade	Barracas	Posição do jornal contra a presença das barracas	1957
Folha da Cidade	Apesar da proibição, voltam as barracas ambulantes	"Apesar da proibição, voltam as barracas ambulantes"	1957
Folha da Cidade	Contrastes e Confrontos: Concorrência desleal	"Concorrência desleal"	1957
Folha da Cidade	Anistia de 50% para os devedores de impostos	"Anistia de 50% para os devedores de impostos"	1957
Folha da Cidade	Contrastes e Confrontos: com o rei na barriga	Governantes não colaboram com o trabalho da imprensa sobre a feira	1957
Folha da Cidade	Barracas de livros permanecem na praça	Crítica do jornal: "barracas de livros continuam nas ruas"	1957
Folha da Cidade	A feira livre não mudará mais, agora bairros também serão beneficiados	Prefeitura desiste de mudança de local da feira, mas segue com restrições ao dia	1957
Folha da Cidade	Ambulantes voltam a infestar a cidade	Ambulantes voltam a infestar a cidade	1958
Folha da Cidade	<i>Camelots</i> de remédios	Reclamação sobre a presença, então recente, de camelos vendendo remédios artesanais tanto fora quanto na feira	1958
Folha da Cidade	Caxias, uma feira permanente	Apontamento sobre barracas gerarem bagunça na cidade	1958
Folha da Cidade	Comércio não abrirá mais aos domingos	Proibição municipal de atividade comercial aos domingos	1958
Folha da Cidade	Contrato da feira para inglês ver	Cláusulas contratuais na relação feirante e concessionário não aplicadas	1958
Folha da Cidade	Feirantes não querem a mudança da feira	Reclamações de feirantes acerca da mudança de local da feira	1958
Folha da Cidade	Guardas fazem cobrança indevida na feira	Bitributação sobre feirantes	1958
Folha da Cidade	Quadrilha organizada cobra feirantes	Quadrilha organizada cobra taxas de feirantes	1958
Tópico	Espoliados na feira os lavradores	Fisco dificulta a vida de feirantes e lavradores	1958
Tópico	Ausência da Cultura	Questiona a falta de opções culturais à população na cidade	1958
Tópico	Caxias: cidade onde mora o progresso	Editorial especial sobre os 15 anos da emancipação de Caxias enaltecendo os seus avanços	1958
Tópico	Sob a mira de metralhadoras, lavradores são expulsos de terras	Aborda e expulsão de lavradores por parte de grileiros	1958
Tópico	Lavradores lutam por suas terras	Lavradores, que também atuam na feira, lutam por terras	1958
Tópico	Lavradores são expulsos de suas terras	Com atuação de policiais junto a grileiros, lavradores são expulsos de terras	1958
Tópico	Polícia espanca lavradores	Policiais agridem lavradores - alguns atuam na feira	1958
Tópico	A delinquência infantil está invadindo Caxias	Retrata o aumento de crianças em situação de rua	1959
Tópico	Praça do Pacificador: <i>camelots</i> de remédio	Crítica à venda sem controle de medicamentos por camelôs na região central da cidade	1959
Folha da Cidade	Feria: nem aos domingos nem no centro	Mudança de endereço por concorrência desleal	1959
Jornal do Brasil	Vende-se barraca	Comercialização de barracas na feira	1959

Grupo Arte e Cultura	Mudança da feira: ainda sem solução	Entrevista com feirantes sobre os conflitos acerca da possível mudança de local da feira	1959
A Luta Democrática	Escrita Comercial de Feirantes	Cobrança de escrita comercial pelo Estado	1960
Última hora	Política Fluminense: Badger aclamado em Caxias	Visita de candidato ao governo do Estado à feira	1961
Última hora	Câmara de Caxias vai acabar como monopólio da feira-livre	Fim do monopólio na feira livre	1961
Folha da Cidade	Supermercado Presidente Vargas	Supermercado abre perto da feira	1961
Jornal do Brasil	Vende-se barraca	Comercialização de barracas na feira	1962
Jornal do Comércio	Norte tem sua feira em Duque de Caxias	Nordeste tem a sua feira em Caxias	1962
Folha da Cidade	Tribuna da Cidade: Matadouro	Reclamação de abatedouros clandestinos	1962
Última hora	Maconha do Maranhão	Maconha do maranhão era entregue na feira	1963
A Luta Democrática	Preparam armadilhas ao prefeito...	Monopólio segue por 20 anos	1963
Correio da Manhã	Feira não vendia carne de cachorro	Feira não vendia carne de cachorro	1963
Última hora	Pequeno Expediente	Venda de carnes de cachorro e gato na feira	1963
O Jornal	Comidas & Bebidas	Carne de sol diferenciada vendida na feira	1964
O Jornal	Conflito em Caxias: feirantes de Armando Bela França trocam tiros com agentes de Tenório	Conflito armado na feira	1964
A Luta Democrática	Inundação na Feira de Caxias	Sujeira e bagunça na feira	1964
Folha da Cidade	Operação limpeza: prefeito insiste mas feirantes não ligam	demolição de abatedouros, despejo e destruição de barracas	1964
O Fluminense	Encontro entre o vereador França e o prefeito Tenório põe fim à "guerra da feira" em Caxias	Encontro entre vereador e prefeito põe fim à guerra da feira	1964
Folha da Cidade	Mudança da feira: ainda sem solução	impasse acerca da possível mudança de local da feira	1964
Folha da Cidade	Feira: possível rescisão de contrato na feira	Possível rescisão de contrato da prefeitura com concessionário	1964
Folha da Cidade	Baderna	A Feira de Caxias é uma baderna!	1964
A Luta Democrática	Joaquim Tenório diz que Feira de Liquidações é serviço público	Feira de Liquidação inspirada na Zona Sul	1965
A Luta Democrática	Mulher-pistoleira presa armada na Feira de Caxias	Violência na feira	1966
A Luta Democrática	Cena de Sangue na Feira de Caxias	Violência na feira	1966
Revista do rádio	Luiz Gonzaga é visto na feira	Luiz Gonzaga é visto comprando na feira	1966
O Fluminense	Pelos sete lados: de tudo	Percepção sobre a feira de Caxias	1967
O Fluminense	Vai mudar de lugar a feira-livre de Duque de Caxias	Vai mudar de lugar a feira de Caxias	1967
O Fluminense	Carne na Feira de Caxias	Venda de carne na feira de Caxias	1967
O Fluminense	A feira de Caxias como ela é	Características da feira	1967
O Fluminense	Telefonista baleou dois que dirigiam gracejos à sua esposa na feira	Violência na feira	1967
Jornal do Brasil	Caxias pode ficar sem comer carne de porco	Possível desabastecimento de carne de porco na feira - abatedouros ilegais fechados na cidade	1967

Jornal do Brasil	Feira oferece em Caxias carne de bode e até jacaré	Feira de Caxias oferece carne de bode e até de jacaré!	1967
Jornal do Brasil	Mercado encantado	Feira de Caxias, um mercado encantado	1967
Jornal do Brasil	Zoológico	Feira de Caxias, quase um zoológico	1967
Jornal do Brasil	Progresso	O progresso da feira de Caxias	1967
Jornal do Brasil	Sem punhuistas	Sem punhuistas na feira! Violência na feira	1967
Jornal do Brasil	"Bôca de Ouro"	Personagens da feira	1967
Jornal do Brasil	Resistência	A feira resiste!	1967
Correio da Manhã	Recortes	Corrupção de fiscais na feira	1967
A Luta Democrática	Cacetadas na Feira	Violência na feira	1968
Correio da Manhã	Zé e Mariano estão aqui	Artistas recusam feira de Caxias por não haver espaço para apresentações	1968
O Jornal	Criadores aplaudem ação contra venda ilegal de pássaros	Criadores aplaudem ação contra venda ilegal de pássaros	1968
O Jornal	Visão da Feira de Caxias	Retrato da Feira de Caxias	1969
A Luta Democrática	Muro da Leopoldina vai isolar Caxias e acabará com a feira	Chance de parte da feira acabar	1969
O Fluminense	Concessionários da feira de Caxias têm de dar barracas	Concessionário da feira tem de dar barracas aos feirantes	1969
Correio da Manhã	A morte da grande feira	A morte da grande feira	1969
O Jornal	Feira de Caxias, a maior festa dominical da região	Feira de Caxias, a maior festa dominical da região	1969
O Jornal	Trezentos mil nordestinos vivem em Caxias	Caxias, capital do nordeste	1969
O Jornal	Lesou o patrão em mais de 30 milhões	Venda, na feira, de produtos furtados	1969
O Jornal	A grande feira de Caxias	Queixas de feirantes e crimes na feira	1969
O Jornal	Roque Baiano, um caxiense bom "papo"	Entrevista com vendedor da feira	1969
A Luta Democrática	Investimentos Públicos em Setores da cidade	Menção à feira	1969
A Luta Democrática	Rebolado da mulata acabou em Tiroteio	Violência na feira	1969
O Fluminense	Economia popular promoveu "blitz" na Feira de Caxias	Apreensão de carne de porco e prisão na feira	1970
O Fluminense	Suspensão licenciamento de barracas: Feira de Caxias	Suspensão licenciamento de barracas na feira	1970
O Fluminense	Mais de 500 canários vendidos na exposição	Tráfico de animais	1970
Correio da Manhã	Leproso feirante que vendia queijo foi detido por furto: Caxias	Feirante, preso na feira, por furto	1970
Jornal do Brasil	Criadores afirmam que os pássaros libertados pelo IBDF não podem sobreviver	Criadores reclamam de apreensão de pássaros	1971
Jornal do Brasil	IBDF apreende pássaros para soltar em reserva na Baixada Fluminense	Tráfico de animais	1971
O Fluminense	João Guloso já vale ouro	Tráfico de animais	1971
A Luta Democrática	Alcaguetagem	Violência na feira	1971

O Jornal	Trens só de aço: Leopoldina dá adeus ao trem de pau e lança vagão a prova de pedradas	Vista grossa de seguranças do trem	1972
O Fluminense	Feira de Caxias pode ir para outro lugar	Prefeitura cogita mudar a feira de lugar	1972
O Fluminense	IBDF contra a venda de passarinhos em Caxias	Repressão ao tráfico de animais	1972
Jornal do Brasil	Pranto não evita que o IBDF solte pássaros na Tijuca e na Bocaina	Libertação de aves apreendidas na feira	1972
Jornal do Brasil	O prazer de chorar com música	O prazer de chorar com música	1972
A Luta Democrática	Nosso grito não é de protesto	Crônica sobre a feira - Tenório Cavalcanti, o homem da capa preta	1972
A Luta Democrática	Mulher, eu vou às compras...Caxias também tem o túnel do pecado	Túnel do pecado na região da Feira de Caxias	1973
O Fluminense	Mais rigor no combate a caça e venda ilegal de passarinhos	Mais rigor contra o tráfico de animais	1973
O Fluminense	E. do Rio intensifica campanha contra caça	Tráfico de animais	1973
O Fluminense	A grande feira	Situação e história da feira	1973
O Fluminense	Governo defende flora e fauna	Governo defende flora e fauna cita Feira de Caxias	1973
O Fluminense	Homem embriagado alvejou a tiros 3 pessoas em Caxias	Violência na feira	1973
Correio da Manhã	Feira de Duque de Caxias ficou livre de pássaros	Tráfico de animais	1973
Diário de notícias	Rapa agride gestante em Feira de Caxias	Guardas agridem feirantes	1973
Jornal do Brasil	Um quadro	Trem de Guapimirim inspira pensar em trens sem as mercadorias e animais da feira	1973
Jornal do Brasil	Primavera chega junto a fiscais do IBD a Caxias	Tráfico de animais	1973
Jornal do Brasil	Serviço: Caxias	Músicos nordestinos na feira	1973
Jornal do Brasil	A feira nordestina	A feira de Caxias para os fluminenses - relação com a ponte Rio-Niterói	1974
Jornal do Brasil	Feira de Caxias vende aves desafiando lei e campanhas	Tráfico de animais - 1974	1974
O Fluminense	Mais 400 pássaros apreendidos em Caxias	Tráfico de animais	1974
Diário de notícias	Apreensão de pássaros está preocupando autoridades	Tráfico de animais na feira	1974
O Jornal	Grande Rio: Liberdade para os pássaros baianos e mineiros	Liberdade para os pássaros traficados na feira	1974
O Cruzeiro	Uma campanha repressiva poderá acabar com a feira, um crime contra a avifauna	Tráfico de animais	1975
O Cruzeiro	O doping de passarinhos existe na feira de Caxias: cachaça através do conta-gotas	Traficantes dopam pássaros traficados na feira	1975
A Luta Democrática	A fusão para os Cariocas...	Características da feira	1975
A Luta Democrática	Preso homem que roubou demais	Violência na feira e características	1975
O Fluminense	Mestre Barbosa Leite vai lançar literatura de cordel	Barbosa Leite e feira	1975
O Fluminense	Passarela do medo	Insegurança na região da Feira	1975
Jornal do Brasil	Busca de vida melhor acaba na ilusão da Baixada	Busca por vida melhor acaba em ilusão na Baixada	1975

O Pasquim	Domingo em Caxias	Um típico comum na feira	1975
A Luta Democrática	Polícia caça contrabandistas de animais	Tráfico de animais e falta de produtos	1976
A Luta Democrática	Fregueses descontentes com a Feira da Caxias	Tráfico de animais e falta de produtos	1976
O Fluminense	Nem todos os pássaros resistiram ao cativeiro	Tráfico de animais	1976
Tribuna da imprensa	No dedo do vendedor ambulante, o passarinho não consegue voar	Tráfico de animais	1976
Jornal do Brasil	Amor aos pássaros	Tráfico de animais	1976
Jornal do Brasil	Tráfico de pássaro pode ter cocaína	Tráfico de animais pode envolver cocaína	1976
Jornal do Brasil	Clube do Curió homenageio Roberto do Vasco, com um pássaro chamado Dinamite	Tráfico de animais - outra apreensão	1976
Jornal do Brasil	Aos domingos. Uma praça só para os pássaros	Praça na tijuca não quer virar feira de Caxias	1976
O Cruzeiro	Salvem o mico-leão	Salvem os mico leões!	1977
A Luta Democrática	Bandidos levaram até as dentaduras	Fama de coisas roubadas na feira.jpg	1977
Jornal do Brasil	Vendem-se pássaro em extinção na tradicional Feira de Caxias	Tráfico de animais	1977
Jornal do Brasil	Cartas: Pássaros em extinção	Reclamação sobre venda de aves na feira	1977
A Luta Democrática	"Souvenirs" tem repressão em copa	1977 - fama de tráfico animais feira.jpg	1977
Jornal do Brasil	A matança: de como vender ou comer depressa os porcos salvados do incêndio	Peste africana e venda de porcos	1978
Jornal do Brasil	Cartas: Animais	Tráfico de animais	1978
O Fluminense	Cavalo Doido	Crônica de Chico Anísio sobre a feira	1978
O Fluminense	Vendiam "muamba" na Feira de Caxias "com garantia"	Venda de itens roubados na feira	1978
O Fluminense	Feirantes e queixam do contato coma Prefeitura	Feirantes se queixam de acordo com a prefeitura	1979
O Fluminense	Baixada	Reclamação de feirantes sobre distribuições de concessões	1979
Jornal do Brasil	Feira de Caxias: um comércio popular acima de qualquer suspeita	Tráfico de animais	1979
Jornal do Brasil	Criadores lutam pela liberdade de manter os pássaros presos	Criadores lutam pela liberdade de manter os pássaros presos	1979
Jornal do Brasil	Animais	Tráfico de animais	1979
O Fluminense	Feira de Caxias será melhorada	Projeto da prefeitura para melhorar a estética da feira	1980
O Fluminense	Professores poderão concentrar no palácio	Professores municipais distribui carta aberta à população na Feira de Caxias	1980
Jornal do Brasil	Fiscais do IBDF apreendem animais na Feira de Caxias	Tráfico de animais	1981
Jornal do Brasil	Rio perdeu 30% das aves que já teve.	Tráfico de animais	1981
Jornal do Brasil	Comício político na feira	Ulysses vem ao Rio em Campanha	1981
Jornal dos Sports	Cantadores já se movimentam para festival de forró	Festival de forró na Feira de Caxias	1981
O Fluminense	Fora do seu habitat, bichinhos morrem logo	Venda de jabutis e tartarugas flagrada na Feira de Caxias	1981

Jornal do Brasil	Entrelinhas	Forró semanal na Feira de Caxias	1982
Jornal do Brasil	Micos	Micos vendidos na Feira de Caxias são apreendidos	1982
Jornal do Brasil	Cordelista reclama da Feira de São Cristóvão e se muda para Caxias	Cordelista reclama da "burgerização" da Feira de São Cristóvão e volta à Caxias por raízes nordestinas	1982
Jornal do Brasil	IBD e PM dão "batida na feira" para soltar animais em extinção	Operação conjunta visando a apreensão de animais silvestres	1982
O Fluminense	Feirante têm balanças presas	Apreensão de balanças	1983
Última hora	Praça de Paraíbas	Rachel de Queiroz destaca feira como ponto de encontro de nordestinos	1983
Última hora	Feirante agradece por não ser transferido	Mais uma tentativa de mudança de lugar da feira	1983
A Luta Democrática	Prefeitura recolhe balanças com diferença de 200 gramas	Apreensão de balanças adulteradas na Feira de Caxias	1983
Tribuna da imprensa	Feira livre, um mal ainda necessário	Destaque da Feira de Caxias como sendo um dos poucos pontos possíveis de encontrar culinário nordestina	1983
Jornal dos Sports	Duque de Caxias	Postergada a mudança da Feira de Caxias	1983
O Fluminense	Curtas	Feira de Caxias é mantida no mesmo lugar	1983
O Fluminense	Feira de Caxias se muda	Mudança de local da Feira de Caxias	1983
Última hora	Os Migrantes	Rachel de Queiroz sobre migração de nordestino à Caxias	1984
Jornal do Brasil	Agentes florestais sofrem represália quando tentam coibir a venda de pássaros	Fiscais indicam a Feira de Caxias como um local onde há resistência às apreensões	1984
Jornal do Brasil	IBDF apreende pássaros em feiras	Dentre as feiras, apreensão de aves na feira de Caxias	1984
O Fluminense	Estudantes protestam	Estudantes da UERJ protestam, na Feira de Caxias, contra fechamento do curso de Pedagogia em Caxias	1984
A Luta Democrática		Fama de tráfico animais na feira	1985
Jornal do Brasil	Aves são apreendidas pelo IBDF	Apreensão de aves na Feira de Duque de Caxias	1985
Jornal do Brasil	Homem tinha em cativeiro 472 aves e 4 micos	Traficante de animais preso na Feira de Caxias	1985
Jornal dos Sports	Farah se insurge contra o tráfico de animais	Deputado estadual exige repressão ao tráfico de animais na Feira de Caxias	1985
Jornal do Brasil	IBDF desmantela rede de tráfico de animais na "operação liberdade"	Desmantelamento de rede de traficante de animais na feira	1986
Jornal do Brasil	Comerciantes de Caxias recorrem contra IBDF	Associação dos comerciantes de Caxias protesta contra apreensão de pássaros na feira	1986
Jornal do Brasil	Fora da tv, Brizola apela para comício	Comício político na Feira de Caxias	1986
Jornal dos Sports	Combate à dengue destrói fauna	Menção ao tráfico de animais na Feira de Caxias em reportagem sobre a dengue	1986
Jornal dos Sports	Combate à dengue destrói fauna	Menção ao tráfico de animais na Feira de Caxias em reportagem sobre a dengue	1986
O Fluminense	Darcy festeja TER: Brizola é fundamental na televisão	Comício político na Feira de Caxias	1986
Jornal do Brasil	Polícia apreende 1 mil pássaros Feira de Caxias	Apreensão de pássaros na Feira de Caxias	1987
Jornal do Brasil	Polícia vai à feira e apreende 74 pássaros	Outra apreensão de pássaros na Feira de Caxias	1987

Jornal dos Sports	Arrastão na Feira de Caxias "pára" venda ilegal de animais	Mais de 200 policiais em operação contra o tráfico de animais na Feira de Caxias	1987
Jornal dos Sports	Polícia Federal não dá trégua à venda criminosa de animais	Operação da Polícia Federal contra o tráfico de animais na Feira de Caxias	1987
O Fluminense	Maio	Nova blitz da IBDF na Feira de Caxias contra tráfico de animais	1987
Jornal do Brasil	Espantinho	Cerca de 500 pássaros apreendidos na Feira de Caxias	1988
Jornal do Brasil	"Robautos" o preço é sempre menor	Venda de peças roubadas de carro em diversas feiras, inclusive na Feira de Caxias	1988
Jornal do Brasil	Fauna sob ameaça em Maricá	Animais apreendidos em Maricá seriam vendidos na Feira de Caxias	1988
Jornal do Brasil	Blitz na feira	Apreensão de diversos animais na feira	1990
Jornal do Brasil	Ibama apreende mais de 1000 aves e outros animais	Apreensão de animais na Feira de Caxias	1990
Jornal do Brasil	Fiscais não atuam nas grandes feiras do Rio	Omissão das autoridades em relação ao tráfico de animais na feira	1990
Jornal do Brasil	Blitz na feira	Tráfico de animais	1990
Tribuna da imprensa	O dia dos candidatos	Comício político na Feira de Caxias	1990
Tribuna da imprensa	Jornalista acusa PF de agressão	Jornalista acusa policiais de agressão durante operação na Feira de Caxias	1990
Tribuna da imprensa	Fauna agoniza com comércio ilícito	Feira de Caxias como exemplo de local onde há tráfico de animais	1990
Jornal do Brasil	Polícia vai à feira e apreende até coruja	Apreensão de aves na Feira de Duque de Caxias	1991
Jornal do Brasil	Bichos famintos	Animais famintos são apreendidos na feira	1991
Jornal do Brasil	Os animais sacrificados na feira	Tráfico de animais	1991
Jornal do Brasil	Ibama apreende 500 animais na baixada	Mais uma ação de combate ao tráfico de animais na Feira de Duque de Caxias	1991
Jornal do Brasil	Fiocruz confirma envenenamento de famílias em Caxias	Fiocruz confirma envenenamento de famílias por veneno vendido na Feira de Caxias	1991
Tribuna da imprensa	Ibama "cassa" animais em Feira de Caxias	500 animais apreendidos na Feira de Caxias	1991
Jornal do Brasil	Polícia apreende animais	Dezenove pessoas presas por tráfico de animais na Feira de Duque de Caxias	1992
Tribuna da imprensa	Ibama lança operação para soltar animais	Quatro pessoas presas na Feira de Caxias vendendo animais	1992
Jornal do Brasil	Só droga e bicho superam tráfico de animais	Feira de Caxias é considerada a maior do estado em tráfico de animais	1993
Jornal do Brasil	Rio é centro do tráfico de animais	Tráfico de animais com ênfase na feira	1995
Manchete Rural	Tráfico de animais	Tráfico de animais	1996
Jornal do Comércio	Polícia apreende aves e animais silvestres em Caxias	Tráfico de animais	1997
Monitor Campista	Polícia apreende animais silvestres e aves em Caxias	Tráfico de animais	1997
Jornal do Brasil	Animais vendidos sob encomenda	Tráfico de animais	1998
Tribuna da imprensa	Garotinho passou fazendo corpo-a-corpo na Feira de Duque de Caxias	Comício político na Feira de Caxias	1998
Jornal do Comércio	Polícia apreende 15 pássaros silvestres	Tráfico de animais	2000

Tribuna da imprensa	Apreensão de 250 pássaros silvestres na Feira de Duque de Caxias	Tráfico de animais	2000
Jornal do Brasil	Quadrilha vendia pássaros silvestres	Tráfico de animais	2005
Tribuna da imprensa	Lupi prestigia os nordestinos	Intenção de criar centro de tradições nordestinas	2006
Jornal do Brasil	Comício político na feira	Geraldo Alckmin faz comício na Feira de Duque de Caxias	2006
Jornal do Comércio	Candidatos vão à cata de votos	Comício político na Feira de Caxias	2006
Jornal do Brasil	Polícia apreende 292 animais	Tráfico de animais na feira	2007
Jornal do Brasil	Crime ambiental leva duas pessoas à prisão	Aves, apreendidas em Magé, seriam vendidas na Feira de Caxias	2008
Monitor Campista	PF apreende cerca de 500 animais na BR-101	Pássaros que seriam vendidos na Feira de Caxias	2008
O Fluminense	Cerca de 500 animais apreendidos na BR-101	Animais apreendidos em rodovia federal seriam vendidos na Feira de Caxias	2008
Jornal do Brasil	Decreto animal	Prefeito de Caxias decreta o fim da venda de animais na Feira de Caxias	2009
Jornal do Brasil	Batalhão apreende 150 aves na Feira de Caxias	Tráfico de animais na feira	2009
Monitor Campista	Pássaros e filhotes de cachorro apreendidos ontem	Apreensão de animais sendo vendidos na Feira de Caxias	2010
O Fluminense	Agenda	Comício político na Feira de Caxias	2010

Fonte: Elaborado pelo autor.